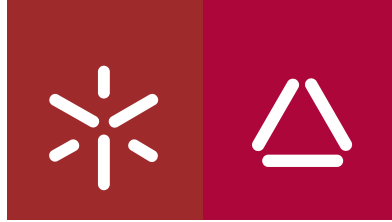




Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Fernando Pereira Cabodeira

**Alto Minho: Horizonte 2040 – Prospetiva
Demográfica e Social (*Que Presente para
o Futuro?*)**



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Fernando Pereira Cabodeira

**Alto Minho: Horizonte 2040 – Prospetiva
Demográfica e Social (*Que Presente para
o Futuro?*)**

Tese de Doutoramento em Sociologia

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor José Cunha Machado

outubro de 2017

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente tese. Confirmando que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer forma de falsificação de resultados.

Mais declaro que tomei conhecimento integral do Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, 26 de OUTUBRO de 2017

Nome completo: FERNANDO PEREIRA CABODEIRA

Assinatura: Fernando Pereira Cabodeira

Agradecimentos

Começo por agradecer ao Professor Doutor José Cunha Machado, orientador científico da presente tese, as continuadas e dotas achegas, que me abriram novos horizontes. Registo a disponibilidade e o profissionalismo que demonstrou ao longo deste trabalho de investigação.

Ao Professor Doutor Albertino Gonçalves endereço uma palavra de agradecimento por me ter incentivado ao longo deste jornada académica, bem como pelos sábios aconselhamentos.

Manifesto o meu agradecimento ao Professor Doutor António Cândido de Oliveira pela persistente motivação, sempre com a força do direito.

Cabe-me agradecer ao Doutor Pedro Costa pelo seu apoio através dos nossos constantes diálogos em torno das teorias sociológicas.

Aqui lavro os meus agradecimentos ao Secretário-Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Rui Solheiro, pela orientação dada para a investigação de importantes dados relativos às autarquias municipais.

Gostaria de agradecer aos Presidentes de Câmara dos 308 municípios portugueses pelo seu inestimável contributo, aquando das respostas ao nosso questionário (2014) sobre medidas adotadas ou a adotar para enfrentar a redução da natalidade, ajudando-nos a compreender o presente e a “idealizar” o futuro.

Neste âmbito, agradeço veementemente aos atuais dez Presidentes de Câmara do Alto Minho - designadamente ao Presidente do Município de Arcos de Valdevez, Dr. João Manuel Esteves, de Caminha, Dr. Miguel Alves, de Melgaço, Dr. Manoel Batista, de Monção, Eng.º Augusto Domingues, de Paredes de Coura, Dr. Vítor Paulo Pereira, de Ponte da Barca, Sr. António Vassalo Abreu, de Ponte de Lima, Eng.º Vítor Mendes, de Valença, Dr. Jorge Mendes, de Viana do Castelo, Eng.º José Maria Costa e de Vila Nova de Cerveira, Eng.º Fernando Nogueira -, aos ex-Presidentes no Mandato 2009-2013, nomeadamente ao Dr. Francisco de Araújo, do Município de Arcos de Valdevez, à Dra. Júlia Paula Costa, do Município de Caminha, ao Sr. Rui Solheiro, do Município de Melgaço, ao Dr. José Emílio Moreira, do Município de Monção, ao Sr. Pereira Júnior, do Município de Paredes de Coura e ao Eng.º José Manuel Carpinteira, do

Município de Vila Nova de Cerveira - e, bem assim, aos técnicos autárquicos responsáveis pela parceria no lançamento do inquérito à fecundidade no Alto Minho 2015/16, precioso auxiliar para perceber que presente para o futuro da sub-região.

Agradeço, igualmente, a todos os entrevistados do inquérito por questionário à fecundidade no Alto Minho 2015/16 pela paciência, compreensão e gentileza em responder às perguntas, apoiando-nos na busca de prospetivas demográficas e sociais.

Por fim, mas não menos importante, a gratidão à minha família – o meu alimento, o meu porto seguro, onde, entre as várias alegrias, se encontra a verdadeira felicidade: Aos meus pais (a minha origem, a minha fonte, que, com a confiança necessária, me ensinaram “a voar para longe”), ao meu irmão e irmãs, à minha sogra, cunhadas e cunhados, sobrinhas e sobrinhos, que mantêm, com inestimável afeto, toda a família unida. E, naturalmente, à Fátima e ao Tiago, que são o meu TUDO e que, desde a primeira hora, com incentivo e apoio incondicional, acolheram com o maior entusiasmo, mais este desígnio académico, reforçando a nossa convicção de que “acreditar na família é construir o futuro.”

A TODOS, muito obrigado!

Alto Minho: Horizonte 2040 – Prospetiva Demográfica e Social ***(Que Presente para o Futuro?)***

Resumo

Durante os últimos tempos, vimos, ouvimos, lemos e sentimos vários testemunhos sobre a presente realidade demográfica no Alto Minho, em Portugal, na Europa e no Mundo.

Não podemos ignorar que olhar e pensar o futuro demográfico foi o desafio que se pretendeu com este projeto de investigação, denominado *Alto Minho: Horizonte 2040 – Prospetiva Demográfica e Social (Que presente para o futuro?)*. Não o futuro longínquo, abstrato e sem objeto, mas um futuro concreto: o horizonte (temporal) de uma geração social - 25 anos - no Alto Minho e o seu enquadramento à escala regional, nacional, europeia e internacional.

Através deste estudo, partimos em busca das medidas (respostas sociais) que estão a ser tomadas no terreno pelas várias entidades (nomeadamente pela administração central e pela administração local), e qual a reação das pessoas, com o objetivo de estancar a quebra da taxa de natalidade que se observa no Alto Minho, procurando a reposição das gerações. Pesquisamos a sub-região e procuramos saber se, perante os factos do presente, vai ser posto em prática um novo modelo social.

Nunca negligenciando que, apesar de reconhecida a importância das políticas públicas de incentivo à natalidade, de âmbito local ou nacional, as decisões de parentalidade são, para além das razões anteriormente evocadas, muito comandadas por outros detalhes, nomeadamente imperativos do foro pessoal, privado e de mentalidade (paradigma cultural que, parece, já não valorizar tanto a maternidade e a paternidade).

Serão aquelas medidas suficientes para aumentar o número de nascimentos, para esbater o envelhecimento populacional na base da pirâmide populacional no Alto Minho e, conseqüentemente, para substituir gerações? Afinal, como se nasce, por que se nasce (ou não) e quanto se nasce no Alto Minho e em Portugal? O problema de Portugal e do Alto Minho será o envelhecimento populacional no topo da pirâmide populacional ou a falta de nascimentos? A diminuição da população será um drama, ou será mais importante, para a viabilidade do país e da sub-região do Alto Minho, a qualidade (em competência, em conhecimento, em dedicação e

empenho) da população aqui residente, do que a sua quantidade? Estarão os portugueses, em geral, e os Alto Minhos, em particular, disponíveis e em condições de dar o seu contributo para a reposição de gerações? Afinal, por que será melhor ter mais filhos? O declínio da fecundidade será uma inevitabilidade? Que presente para o futuro?

Eis algumas perguntas a que esta tese procurará responder.

Palavras-chave: fecundidade, natalidade, Alto Minho, análise regional, prospetiva.

Alto Minho: Horizon 2040 - Demographic and Social Prospective

(What present for the future?)

Abstract

During recent times, we have seen, heard, read and felt various testimonies about the present demographic reality in Alto Minho, Portugal, Europe and the World.

We cannot ignore that looking at and thinking about the demographic future was the challenge that was intended with this research project, called *Alto Minho: Horizon 2040 - Demographic and Social Prospect (What present for the future?)*. Not the distant future, abstract and without object, but a concrete future: the (temporal) horizon of a social generation - 25 years - in the Alto Minho and its framing at the regional, national, European and international scale.

Through this study, we started looking for the measures (social responses) that are being taken on the ground by the various entities (namely central government and local administration), and what the reaction of people, with the objective of stopping the Birth rate observed in Alto Minho, seeking the replacement of the generations. We look at the sub region and try to know if, given the facts of the present, a new social model will be put into practice.

Never neglecting that, despite acknowledging the importance of public policies to encourage the birth, local or national, decisions of parenthood are, in addition to the reasons previously mentioned, very driven by other nuances, namely personal, private and of mentality (a cultural paradigm that, it seems, no longer values maternity and paternity).

Are these measures sufficient to increase the number of births, to blur or prevent the aging of the population at the base of the population pyramid of Alto Minho and, consequently, to replace generations? After all, how are you born, why are you born (or not) and how are you born in Alto Minho and Portugal? The problem of Portugal and the Alto Minho will be the aging of the population at the top of the population pyramid or the lack of births? The decrease in population will be a drama, or more important, for the viability of the country and the sub-region of Alto Minho, the quality (in competence, knowledge, dedication and commitment) of the population here resident, than its amount? Are the Portuguese in general and the High Miners, in particular,

available and in a position to contribute to the replacement of generations? After all, why should I have more children? Is the decline in fertility inevitable? What gift for the future?

Here are some questions that this thesis will try to answer.

Keywords: fertility, birth rate, Alto Minho, regional analysis, prospective.

Índice

Introdução	1
Capítulo 1. Contexto da investigação	5
1.1. Teorias sociológicas da Família.....	7
1.2. População alvo: Alto Minho - Pressupostos.....	19
1.2.1. Alto Minho: uma região com futuro? Prospetiva social e económica	21
Capítulo 2. Recursos, metodologia, objetivos e hipóteses	37
2.1. Recursos e metodologia.....	39
2.2. Teoria dos métodos de investigação social	43
2.3. Objetivos gerais e objetivos específicos	46
2.4. Hipóteses.....	50
Capítulo 3. Realidade demográfica: “o estado da arte” – Do universal ao local: um problema global?	53
3.1. A natalidade e outras variáveis demográficas no Mundo.....	55
3.1.1. Evolução desde 1960 até à atualidade (2015) – Estimativas	55
3.1.2. Horizonte 2040: Projeções e os vários contrastes regionais e entre Continentes....	59
3.2. A natalidade e outras variáveis demográficas na Europa.....	62
3.2.1. Evolução desde 1960 até à atualidade (2015) – Estimativas	62
3.2.2. Horizonte 2040: Projeções e os vários contrastes regionais e entre países	65
3.2.3. Tendências e políticas de natalidade na Europa - Estudo de casos: boas práticas implementadas por alguns países a nível central.....	66
3.3. A natalidade e outras variáveis demográficas em Portugal.....	70
3.3.1. Evolução desde 1960 até à atualidade (2015) - Estimativas.....	70
3.3.2. Horizonte 2040: Projeções e os vários contrastes regionais	76
3.3.3. Tendências e políticas de natalidade em Portugal – Medidas centrais (legislativas) adotadas, nas últimas décadas, para promoção da natalidade (apoio às famílias e apoio às crianças).....	79
3.3.4. Resumo das principais propostas dos partidos políticos - vertidas nos respetivos programas eleitorais - para apoio à natalidade (às famílias e às crianças).....	86
3.3.5. Tendências e políticas de natalidade em Portugal - Estudo de casos: boas práticas implementadas por alguns municípios.....	92
3.3.6. Causas e consequências da atual realidade demográfica (da redução da população) em Portugal	96
3.4. A natalidade e outras variáveis demográficas no Alto Minho	106
3.4.1. Evolução desde 1960 até à atualidade (2015) - Estimativas.....	106
3.4.2. Horizonte 2040: Projeções e os vários contrastes entre os dez municípios	126
3.4.3. A realidade demográfica na Galiza: semelhanças e diferenças com o Alto Minho.	127

3.5. Considerações finais.....	132
Capítulo 4. Questionário aos Municípios Portugueses sobre Medidas Adotadas e a Adotar para Enfrentar a Redução da Natalidade (2014)	135
4.1. Introdução.....	137
4.2. Análise dos resultados.....	140
4.2.1. Caracterização dos municípios participantes.....	140
4.2.2. Análise das respostas ao questionário	148
4.2.3. Principais medidas promovidas e a promover pelos dez municípios do Alto Minho para reverter a dinâmica demográfica regressiva	162
4.3. Considerações finais.....	165
Capítulo 5. Inquérito à Fecundidade no Alto Minho 2015/16.....	167
5.1. Introdução – As Dinâmicas da Fecundidade em Portugal e no Alto Minho	169
5.2. Análise dos resultados: retrato do Alto Minho em 2016 (em busca da confirmação, ou não, dos dados revelados pelo IF 2013)	176
5.2.1. Caracterização geral: as Pessoas/Contextos Familiares	178
5.2.2. Fecundidades (Filhos, Família e Conjugalidades)	184
5.2.3. Atitudes e valores.....	193
5.2.4. Incentivos à Natalidade	198
5.2.5. Questões de interesse/âmbito geral	206
5.3. Análise cruzada e refinada entre idade e género.....	219
5.3.1. Sobre a questão fecundidades (filhos, família e conjugalidades).....	219
5.3.3. Sobre incentivos à natalidade	222
5.3.4. Sobre questões de interesse/âmbito geral.....	224
5.3.5. Em síntese.....	226
5.4. Considerações finais.....	228
Conclusão	231
Bibliografia	239
ANEXOS	253

Índice de figuras

Figura 1.1. Mapa de localização do Alto Minho no contexto nacional e internacional	19
Figura 1.2. Mapa da sub-região do Alto Minho	20
Figura 3.1. Mapa da densidade populacional no Mundo	60
Figura 3.2. Pirâmides etárias, Portugal, 2004 e 2014	75
Figura 3.3. Mapa da densidade populacional portuguesa – n ^o médio de indivíduos por km ²	77
Figura 3.4. Pirâmide etária – Alto Minho, 2015	115
Figura 3.5. Pirâmide etária – Portugal (projeções para 2020)	116
Figura 3.6. Mapa da Galiza com a densidade populacional	128
Figura 3.7. Pirâmide etária com projeções da população da Galiza para 2031	131
Figura 5.1. Mapa-Mundo da fecundidade	173

Índice de gráficos

Gráfico 3.1. Evolução e projeção da população mundial	58
Gráfico 3.2. Índice sintético de fecundidade (1960 e 2014)	63
Gráfico 3.3. Número de idosos por cada 100 jovens	64
Gráfico 3.4. População mundial, por grupos de países: 1950-2100	65
Gráfico 3.5. Distribuição da população pela UE28	66
Gráfico 3.6. Casamentos (nº) e taxa bruta de nupcialidade (%), Portugal, 2007-2012	71
Gráfico 3.7. Taxa bruta de natalidade vs. Taxa bruta de mortalidade	72
Gráfico 3.8. População masculina e feminina do Alto Minho, de 2006 a 2015	112
Gráfico 3.9. Saldo natural, saldo migratório e variação da população do Alto Minho, de 2006 a 2015	113
Gráfico 3.10. Índice de envelhecimento – Alto Minho, 2006-2015	114
Gráfico 3.11. Saldo natural, saldo migratório e variação da população do município de Arcos de Valdevez, de 2006 a 2015	117
Gráfico 3.12. Saldo natural, saldo migratório e variação da população do município de Caminha, de 2006 a 2015	118
Gráfico 3.13. Saldo natural, saldo migratório e variação da população do município de Melgaço, de 2006 a 2015	118
Gráfico 3.14. Saldo natural, saldo migratório e variação da população do município de Monção, de 2006 a 2015	119
Gráfico 3.15. Saldo natural, saldo migratório e variação da população do município de Paredes de Coura, de 2006 a 2015	119
Gráfico 3.16. Saldo natural, saldo migratório e variação da população do município de Ponte da Barca, de 2006 a 2015	120
Gráfico 3.17. Saldo natural, saldo migratório e variação da população do município de Ponte de Lima, de 2006 a 2015	120
Gráfico 3.18. Saldo natural, saldo migratório e variação da população do município de Valença, de 2006 a 2015	121

Gráfico 3.19. Saldo natural, saldo migratório e variação da população do município de Viana do Castelo, de 2006 a 2015	122
Gráfico 3.20. Saldo natural, saldo migratório e variação da população do município de Vila Nova de Cerveira, de 2006 a 2015	122
Gráfico 3.21. Representação dos idosos com 80 ou mais anos nos municípios do Alto Minho, em 2014 e variação 2004-2014	123
Gráfico 3.22. Índices de renovaç. da população ativa e de dependência total (2014)	123
Gráfico 3.23. Índices de envelhecimento e de longevidade (2014)	124
Gráfico 3.24. Taxa bruta de natalidade (‰), 2005 e 2014	125
Gráfico 4.1. Municípios por partido político ou coligação	143
Gráfico 4.2. Municípios participantes por partido político ou coligação	143
Gráfico 4.3. Municípios por continuidade de mandato	144
Gráfico 4.4. Municípios participantes por reeleição	144
Gráfico 4.5. Municípios por género da presidência	145
Gráfico 4.6. Municípios participantes por género da presidência	145
Gráfico 4.7. Municípios por população residente	146
Gráfico 4.8. Municípios participantes por população residente	147
Gráfico 4.9. Municípios participantes por interlocutor no município	147
Gráfico 4.10. Adoção de medidas de apoio	151
Gráfico 4.11. Natureza do apoio	154
Gráfico 4.12. Políticas e medidas de apoio para os próximos anos	158
Gráfico 4.13. Comparação entre apoios passados/presentes e futuros	161
Gráfico 5.1. Índice Sintético de Fecundidade, Portugal, 1975-2012	170
Gráfico 5.2. Índice Sintético de Fecundidade (valores dos anos 2014 e 1960)	170
Gráfico 5.3. Intenções das mulheres em relação a ter, ou não, filhos	172
Gráfico 5.4. Comparativo entre as opiniões de questões de interesse/âmbito geral	212

Índice de quadros

Quadro 3.1. Crescimento populacional mundial (estimativas, em milhões)	56
Quadro 3.2. Projeções da população mundial (por Continente, em milhões)	56
Quadro 3.3. Casos de sucesso na Europa nas políticas de incentivo à natalidade	69
Quadro 3.4. População Portuguesa (PP), em milhares	74
Quadro 3.5. Boas práticas implementadas em sete municípios sobre medidas de incentivo à natalidade	95
Quadro 3.6. Movimentos pendulares da população residente no Alto Minho (por concelho)	109
Quadro 3.7. Áreas de especialização do trabalho	110
Quadro 3.8. Estrutura do emprego (por concelho)	110
Quadro 3.9. Evolução da população residente por concelho (1993-2013)	111

Índice de tabelas

Tabela 4.1. Municípios e participantes por NUT II e NUT III	142
Tabela 4.2. Adoção de medidas de apoio para enfrentar a redução da natalidade (dados fornecidos em 2014)	163
Tabela 4.3. Natureza do apoio e tipo de políticas e medidas a adotar para enfrentar redução da natalidade (a partir de 2015) e ligação ao IFAM 2015/16	164
Tabela 5.1. Distribuição da amostra por sexo/gênero, idade, escolaridade, estado civil e situação perante o emprego	180
Tabela 5.2. Dados sobre rendimento mensal líquido; pais separados ou não; irmãos/irmãs de sangue ou adotados; idade quando foi viver com companheiro(a)	182
Tabela 5.3. Dados sobre número de filhos biológicos (nascidos com vida) que teve e se pensa vir a ter mais filhos	186
Tabela 5.4. Dados sobre o número de filhos que desejaria ter ou ter tido ao longo da vida e sobre o número ideal de filhos numa família	188
Tabela 5.5. Se não tem ou teve filhos e pensa vir a ter filhos biológicos	191
Tabela 5.6. Se não tem ou teve filhos e não pensa vir a ter filhos biológicos	192
Tabela 5.7. Qual é o seu grau de satisfação com a divisão das tarefas domésticas entre si e o(a) seu(sua) cônjuge/companheiro(a)	195
Tabela 5.8. Em relação às frases seguintes, indique-nos qual o seu grau de concordância para cada uma delas	197
Tabela 5.9. Acha que a natalidade deve ser incentivada	199
Tabela 5.10. Lista de incentivos considerados mais importantes (Incentivos mais importantes por município/Medidas adotadas pelos municípios)	201
Tabela 5.11. Se o município adotou, nos últimos anos, medidas de apoio para a natalidade	202
Tabela 5.12. Se essas medidas devem continuar a ser implementadas - por município	203
Tabela 5.13. Tipos de apoio concedidos – por município	204
Tabela 5.14. Natureza dos Apoios	205

Tabela 5.15. Avaliação das medidas de apoio - por município	206
Tabela 5.16. Dados sobre as razões da baixa taxa de natalidade em Portugal; sobre a principal razão por que será melhor ter mais filhos; e sobre o principal problema demográfico do Alto Minho	208
Tabela 5.17. Em relação às perguntas seguintes, indique-nos qual a sua opinião para cada uma delas	210-211
Tabela 5.18. Para além dos filhos que tem ou teve, pensa vir a ter mais filhos	220
Tabela 5.19. Quantos filhos desejaria ter ou ter tido	220
Tabela 5.20. Pensa vir a ter filhos adotados	221
Tabela 5.21. Atitudes e valores – conteúdo geral	222
Tabela 5.22. Acha que a natalidade deve ser incentivada	222
Tabela 5.23. O seu município adotou, nos últimos anos, medidas de apoio para enfrentar a redução da natalidade	223
Tabela 5.24. Que avaliação faz dessas medidas de apoio concedidas pelo seu município	224
Tabela 5.25. Razões de baixa natalidade	225
Tabela 5.26. Principal problema demográfico no Alto Minho	225
Tabela 5.27. É o declínio da fecundidade uma inevitabilidade	226
Tabela 5.28. Modelo de Estado Social em risco	226

Introdução

Partimos para este nosso desafio iluminados por aquele princípio a que Ernst Bloch chamou “O Princípio Esperança”, em busca do sonho de uma vida melhor, ou, como ele prefere dizer, em busca de “uma enciclopédia da esperança”. Esperança que é, sobretudo, uma paixão de conhecer. Mas uma paixão que não prejudique o espírito crítico, que não iniba a liberdade de julgar e de livremente interrogar.

Durante os últimos tempos, vimos, ouvimos, lemos e sentimos vários testemunhos sobre a presente realidade demográfica no Alto Minho (sub-região NUT III, uma das subdivisões da NUT II Norte de Portugal¹ -, caracterizada por níveis de fecundidade baixos, uma população envelhecida, parca imigração e uma crescente emigração, tendo como corolário lógico uma descida continuada da população e o conseqüente despovoamento); em Portugal (onde a população continua a decrescer, prevendo-se uma perda de cerca de 1,2 milhões de habitantes até 2030, como consequência dos que emigram e dos que para cá não vêm, e por força dos que não nascem – regista-se a mais baixa taxa de fecundidade da Europa, verificando-se, simultaneamente, um envelhecimento crescente da população residente, o avanço do despovoamento, uma crescente urbanização e o aumento, de ano para ano, da esperança de vida. Isto, apesar do ténue aumento verificado, segundo o Instituto Nacional de Estatística - INE, no ano de 2015 em Portugal; na Europa (onde o crescimento populacional não para de desacelerar, encontrando-se globalmente, com alguns contrastes, numa situação estacionária e, em alguns países, mesmo de queda contínua) e no Mundo (onde a população continua a crescer).

Durante dias, meditamos, não como um estudante que tem de fazer um dever, mas com o prazer mental de quem faz uma descoberta.

Não podemos ignorar que, olhar e pensar o futuro demográfico é o desafio que se pretende com este projeto de investigação, denominado *Alto Minho: Horizonte 2040 – Prospetiva Demográfica e Social (Que Presente para o Futuro?)*. Não o futuro longínquo, abstrato e sem

¹ Segundo a PORDATA, “NUTS é o acrónimo de Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, sistema hierárquico de divisão do território em regiões. Nomenclatura criada pelo Eurostat no início dos anos 1970, visando a harmonização das estatísticas dos vários países em termos de recolha, compilação e divulgação de estatísticas regionais”.

objeto, mas um futuro concreto: o horizonte de uma geração social - 25 anos - no Alto Minho e o seu enquadramento à escala regional, nacional, europeia e internacional.

Através deste trabalho de investigação, partimos em busca das respostas sociais que estão a ser tomadas no terreno pelas várias entidades (sobretudo pela administração central e pela administração local: governação supramunicipal - Comunidade Intermunicipal e governação local – municípios e freguesias) e qual a reação das pessoas, com o objetivo de estancar a quebra da taxa de natalidade que se observa na sub-região, procurando a reposição das gerações. Estudamos a região e procuramos saber se, perante os factos do presente, vai ser posto em prática um novo modelo social.

É nossa pretensão conhecer as tendências demográficas (com incidência nos fenómenos da natalidade e da fecundidade) em curso no Alto Minho (numa dupla perspetiva: a posição da sub-região no contexto regional, nacional, europeu e internacional e as assimetrias existentes no seu interior – em que é que os municípios se assemelham, mas também como se diferenciam) e os seus efeitos sobre as gerações vindouras, com o objetivo maior de estudar as novas realidades sociais e, simultaneamente, projetar o Alto Minho, quanto à demografia e perfil da população, para os próximos 25 anos, sob o lema Horizonte 2040 – Prospetiva Demográfica e Social (Que Presente para o Futuro?).

Ambicionamos, pois, conhecer melhor aquelas tendências demográficas nos dez concelhos do Alto Minho², em comparação com os dados registados no país. Em suma, saber se, sobre esta temática, o Alto Minho é o espelho do país e se o país reflete o Alto Minho.

Imbuídos do espírito de que uma região que não se conhece não sabe cuidar de si, *Alto Minho: Horizonte 2040 – Prospetiva Demográfica e Social (Que Presente para o Futuro?)* tem como grande objetivo desenvolver temas relacionados com a área e que não se têm discutido, procurando fugir aos lugares comuns, avançando com cenários novos. Pretendemos começar a pensar e a agir hoje sobre o modo de resolver os problemas de amanhã.

Previamente à exposição minuciosa do trabalho que ora desenvolvemos, consideramos relevante escarpelizar alguns pontos que se encontram a montante da nossa temática, sem os quais se tornará difícil realizar um projeto deste género.

Assim, depois de apresentada a missão do nosso estudo, analisaremos as várias teorias sociológicas da família, no contexto nacional e sub-regional, passando, de imediato, à análise do ambiente do Alto Minho, o que permitirá conhecer as ameaças e as oportunidades da sub-

² Através de uma série de indicadores: as taxas de crescimento natural, migratório e efetivo; os movimentos migratórios; as taxas brutas de natalidade e de fecundidade; o índice de envelhecimento; o índice de dependência total e o índice de renovação da população ativa, entre outros.

região, bem como o diagnóstico interno para evidenciar os seus pontos fortes e fracos, e a estratégia metodológica a seguir para atingirmos os nossos objetivos.

Tendo em mente os objetivos delineados (gerais e específicos, desenvolvidos no Capítulo 2), estruturamos a divisão da nossa investigação em duas partes, fazendo, numa primeira parte, o enquadramento teórico e metodológico, que se expande pelos três capítulos iniciais - surgindo o capítulo segundo, relacionado com os recursos metodológicos, as teorias sobre os métodos de investigação social, objetivos e hipóteses, como uma espécie de elo entre a teoria e a empiria -, e, numa segunda parte, o enquadramento empírico, designadamente no quarto e quinto capítulos, onde apresentamos e analisamos os resultados dos dois estudos práticos (questionário aos 308 municípios portugueses sobre medidas de apoio à natalidade – 2014, e inquérito por questionário à fecundidade no Alto Minho – 2015/16, respetivamente).

Produzimos, deste modo, cinco capítulos, precedidos de uma parte introdutória e seguidos das conclusões a que foi possível chegar, com o seguinte encadeamento: estreamos com uma introdução, onde abordaremos, leve e brevemente, o “estado da arte” do nosso objeto de estudo e os caminhos a percorrer, salientando a missão, a visão e a estrutura do projeto da tese; a que se segue o Capítulo 1, altura em que se faz o contexto da investigação, e onde nos debruçamos, num primeiro momento, sobre as várias teorias sociológicas da família, para, logo de seguida, dedicarmos especial atenção à população alvo e aos pressupostos relacionados com o nosso subespaço regional em estudo; já no Capítulo 2, damos ênfase aos recursos e à metodologia que vamos utilizar, à teoria dos métodos de investigação social, bem como aos objetivos gerais e específicos a atingir e às hipóteses formuladas; no Capítulo 3, apelidado de realidade demográfica (o “estado da arte”), fazemos uma “viagem no tempo e no espaço”, denominado do universal ao local (Mundo, Europa, Portugal e Alto Minho), com o intuito de abordar as tendências e políticas de natalidade na Europa e em Portugal, partindo, também, em busca de soluções (intervenções de várias entidades) para reverter a atual dinâmica demográfica regressiva em alguns países da Europa, em Portugal e na sub-região do Alto Minho; no momento seguinte, damos início à apresentação e discussão/análise dos resultados das fases empíricas, onde, numa primeira fase (Capítulo 4), dedicamos especial atenção ao questionário aos municípios portugueses sobre medidas adotadas e a adotar para enfrentar a redução da natalidade; caminhando, de seguida, já numa segunda fase (Capítulo 5), para a análise ao inquérito por questionário à fecundidade no Alto Minho 2015/16.

No que à metodologia diz respeito, utilizamos uma combinação entre a abordagem qualitativa e a abordagem quantitativa, com recurso à análise documental, à realização de entrevistas, inquéritos e questionários, e à observação para uma melhor compreensão do nosso objeto de estudo.

Capítulo 1. Contexto da investigação

"Pensar o passado para compreender o presente e idealizar o futuro."

Heródoto

"Acreditar na família é construir o futuro."

Papa João Paulo II

"A escolha de não ter filhos é egoísta. A vida rejuvenesce e ganha energia quando multiplicada: é enriquecida, não é empobrecida."

Papa Francisco

"Não deverão gerar filhos quem não quer dar-se ao trabalho de criá-los e educá-los."

Platão

1.1. Teorias sociológicas da Família

Para iniciar uma prospeção demográfica e social do Alto-Minho afigura-se como fundamental o esboço do enquadramento teórico que rege a instituição Família, revelando desse modo a base da dinâmica que é colocada na demografia e nas suas variações. Urge, assim, nesta fase inicial, discorrer sobre as perspetivas teóricas da família, revelando as várias perspetivas enquadradoras, os conceitos e as práticas geradas, permitindo, deste modo, fotografar o cenário do objeto de estudo em questão nesta tese.

Foi Georg Simmel quem, primeiramente, de modo aparentemente polémico, afirmou que “o núcleo fixo em torno do qual a família cresceu não reside na relação entre o homem e a mulher, mas entre mãe e filho.” (Simmel, 2004: 64). Ao contrário da relação entre homem e mulher, uma relação suscetível a mutações até ao infinito, entre mãe e filho dá-se o “polo estável na série de acontecimentos que marcam a vida conjugal, a relação que é, no essencial, em todo o lado a mesma (...)” (Ibidem).

E dizemos de modo aparentemente polémico apenas porque sabemos que esta afirmação está sujeita à crítica pelo facto de se notar a exclusão de todas as famílias que não têm filhos. É uma lacuna, é verdade. Mas também é uma descoberta. Porque o que Simmel queria verdadeiramente dizer era uma outra coisa: que toda a família humana, independentemente da sua origem, encontra na relação entre progenitora e nascido a base afetiva, emocional, consanguínea, funcional e reprodutora suficientemente necessárias, estáveis e independentes de todas as outras flutuações existentes entre dois adultos que se unem num dado momento das suas vidas por atração ou sentimentos. Segundo Simmel, nas tribos antigas, a posse da criança está na mão da mãe, tal como a posse da mãe está na mão da criança. O pai só se torna proprietário por empréstimo quando pai e mãe estão unidos socialmente ou na eventualidade de consanguinidade. O que Simmel quer dizer é que a noção de pai teve que percorrer uma longa viagem evolutiva na dimensão sócio histórica para ter acesso direto e individual à criança, já que antes só por intermédio da posse da mãe esse poderia ser, e sempre indiretamente, proprietário (Ibid.: 66).

Sugere, ainda, Simmel que esta evolução que coloca o pai na posse da criança estaria ligada a uma outra problemática social: à ideia de propriedade privada que se assumiu a partir do momento em que o homem se instalara de modo permanente numa parcela de terreno e daí em diante lutara e trabalhara para defender essa mesma parcela. Seria daí que o seu desejo de deixar a sua propriedade privada a um herdeiro de sangue se iria manifestar e interessar socialmente. Herança e transmissão de bens, por consanguinidade, seriam portanto as primeiras formas de interesse para a detenção de propriedade paternal (Ibid.: 66-67).

Esta visão antropológica da concepção de família deve deixar-nos a todos atentos relativamente à evolução dos conceitos de família e das relações sociais familiares. Se só até à noção de propriedade privada aparecer é que a relação entre pai e filho se adensa, significa que socialmente essa relação pai/filho começa e inicia a estruturação social por intermédio de uma relação de interesse material. Eis, então, que o fundamento patriarcal se revela com o mesmo fundamento da propriedade privada. É, assim, tanto polémica como desafiadora a visão simmeliana de família.

Outro fundador da sociologia, Émile Durkheim, já não tinha uma visão tão antropológica da família. Encarava-a antes como uma instituição decisiva para a organização da estrutura social devido às funções que exercia no seio dos vários grupos sociais em dinâmica. Em textos como “Introdução à Sociologia da Família” (1888), “A Família conjugal” (1892) e “Divórcio por mútuo consentimento” (1906), Durkheim revela a sua preocupação com a família no que toca à dinamização social, quer ao nível dos relacionamentos e da solidariedade relacional, quer ao nível da relação com os bens materiais, quer ainda ao nível das estruturas de governo e poder. E é com esses estudos que formula uma teoria social geral, assumindo que os processos de socialização iniciados no seio da estrutura familiar fornecem a base para a formação da personalidade dos indivíduos bem como as estabilidades e os conflitos que influenciam os indivíduos (a relação por si traçada entre o divórcio e o suicídio é já uma tentativa de revelar empiricamente o cruzamento entre o impacto familiar e a vida do indivíduo como sendo um fenómeno social intrinsecamente ligado) (Durkheim, 2009).

Iniciando, então, a ligação teórica entre o indivíduo e a sociedade, entre a prática e a ciência (sobretudo a sua predileta: a estatística) e a moralidade e a inteligência, Durkheim iniciou a lógica do pensamento sociológico conectivo entre práticas e estruturas formais e informais, iluminando assim os sociólogos que lhe seguiram. Um desses sociólogos, influenciado pelas teorias de Durkheim, foi Robert Murdock, que, em 1949, propôs uma definição de família ampla

o suficiente para englobar a maior parte das formas familiares existentes: “a família é um grupo caracterizado pela residência comum e pela cooperação de adultos dos dois sexos e dos filhos que eles geraram ou adotaram” (Étienne et al. 1998: 164).

Portanto, para Murdock, a família supõe uma união de adultos de sexos diferentes – e exclui, tacitamente, logo à partida, a possibilidade de família homossexual, pressupondo por seu turno e indiretamente dois tipos de casamento: a poligamia e a monogamia. Ou seja, estamos diante de uma primeira definição de família de âmbito funcionalista, na medida em que parte do princípio que a família é uma instituição social com funções específicas: neste caso, a «residência comum», a «cooperação de adultos», a regulação na «união entre sexos», a «reprodução» e a «cooperação para a educação dos gerados ou adotados». Eis a abordagem funcionalista no seu pleno.

A partir da década de cinquenta do século XX, a abordagem funcionalista dominou o pensamento sociológico ocidental. A ideia funcionalista de base é o entendimento da família como instituição social com funções muito específicas, assegurando sobretudo a continuidade e o consenso do todo social. Ou seja, a família é, assim, entendida como uma instituição que permite satisfazer as necessidades básicas da sociedade e a reprodução da ordem social.

É precisamente o sociólogo norte-americano Talcott Parsons que atribui à família duas grandes funções: *a socialização primária e a estabilização da personalidade*. Por socialização primária, Parsons compreende o processo através do qual a criança apreende as normas culturais da personalidade onde nasce e se desenvolve. A família é pois a primeira arena de combate entre a criança e o mundo. Por estabilização da personalidade, Parsons quer referir-se ao papel desempenhado pela família na gestão e na assistência emocional dos seus elementos, formando adultos estáveis e em consonância com as comunidades que os rodeiam. É claro que Parsons encontra diferenças fundamentais entre o tempo pré-industrial e o tempo industrial, na medida em que a família nuclear (família com núcleo concentrado) que vinga na era industrial permite uma dinâmica totalmente diferente para suportar a divisão social do trabalho (não só no seio familiar como no âmbito da organização laboral) do que as famílias alargadas e com vínculos de maior solidariedade que existiam nas sociedades mais agrárias (Giddens, 2001: 177).

É óbvio que a visão que Parsons apresenta da família surge como algo datado. A ideia de que o núcleo familiar deveria ser composto pelo homem «ganha-pão» e a mulher emocional e afetiva no espaço doméstico era uma visão dentro de um contexto histórico específico, num pós-

guerra onde houve a necessidade de organizar o mundo doméstico e o mundo do trabalho com divisão social pelo gênero – iludindo de algum modo os teóricos da família.

Alvo de inúmeras críticas e novas questões, as teorias funcionalistas foram então crescentemente confrontadas com várias acusações: negligência de outras estruturas decisivas de socialização primária, como a Escola e o Estado; a omissão de outras formas familiares, que não a forma nuclear; a utilização do ideal de família branca como base de suporte à definição de família, considerando todas as restantes como modelos familiares desviantes. Mas uma das maiores críticas é colocada pelas abordagens feministas, que acusavam o funcionalismo de sublinhar a possibilidade de desigualdade no seio da família. A ideia de que as mulheres, «donas de casa» dos subúrbios, deveriam ser relegadas para um ciclo interminável de criação de filhos e de trabalhos domésticos aborreceu a feminista Betty Friedan, que, em 1965, apontou esse problema social de desigualdade no seio familiar. E outras se seguiram, como Gavron e Laing, falando de fenómenos como a ‘esposa cativa’ e a ‘esposa sufocada’ (Ibid.: 177-178).

O êxito das teorias feministas baseava-se, então, no conceito de desigualdade familiar. Assentes numa base discursiva neomarxista, o feminismo examinou as experiências das mulheres no espaço doméstico e criticou duramente a visão da família enquanto unidade cooperativa baseada em interesses comuns. Mostraram como estava instalada a desigualdade de poder no interior das relações familiares e como isso beneficiava mais uns do que outros. Para mostrar isso, três grandes temas sustentaram as teorias feministas: I) a divisão doméstica do trabalho; II) as relações desiguais de poder no seio familiar; III) a desigualdade nas atividades assistenciais, onde a assistência a um membro da família seria atribuída à mulher e esta que ficaria absorvida pelos problemas físicos e mentais de outros descurando os seus próprios problemas (Ibid.: 179-180).

Com o advento de uma era menos industrial, ou mesmo pós-industrial como advoga o sociólogo Daniel Bell em *The Coming of Post Industrial Society: A Venture in Social Forecasting* (1973), as teorias feministas têm sido complementadas e aprofundadas com perspectivas mais alargadas, abandonando o estrito seio do universo doméstico. O duplo papel da mulher, em casa e no trabalho, tem levantado questões novas sobre a dinâmica e as teorias da Família. Estas novas perspectivas teóricas focam-se em temas como a formação e a dissolução das famílias e dos lares, a evolução das expectativas individuais no seio das relações, o crescimento do divórcio e das famílias com agregados monoparentais, a emergência das famílias recompostas, as famílias homossexuais, a coabitação, entre outros temas. Tudo focos muito atuais.

Ou seja, o que estas novas perspectivas teóricas sobre a família vêm dizer é que as regras, tradições e linhas que anteriormente eram bem vincadas e vinculadoras, hoje são postas de lado perante uma diversidade de estilos de vida, de horários de trabalho, de utilização de meios tecnológicos e de formatos relacionais que superam, em larga escala, toda a tradição que envolvia os primórdios teóricos sobre o conceito de família.

E é precisamente um casal de sociólogos, Beck e Beck-Gernsheim, que, em *The Normal Chaos of Love* (1995), examina uma série interminável de escolhas que fazem parte “do processo de construção, ajustamento e melhoramento, ou dissolução, das uniões que formam uns com os outros” (Giddens, 2001: 180). Para o casal Beck, a nossa época está marcada por um conjunto de conflitos, muito mais do que de consensos como advogavam as teorias funcionalistas, entre a família, o trabalho, o amor, as expectativas e as liberdades individuais. Esses conflitos incidem particularmente quando existem duas ‘biografias de mercado de trabalho’ ao invés de uma. O casal Beck quer com isto dizer que com a existência de carreiras profissionais, quer nos homens como nas mulheres, as relações são obrigadas a ceder espaços de liberdade que até aqui não existiam (sobretudo porque era a mulher o elemento mais doméstico e estável no quotidiano), e tal coloca as expectativas individuais, laborais, económicas e políticas num patamar de grande consideração quando se fala de relações e da sua continuidade/descontinuidade. Uma espécie de ‘batalha entre sexos’ no decorrer relacional é o ‘drama central dos nossos tempos’, factualmente provado pelo crescimento da indústria de aconselhamento matrimonial, os tribunais de família, os grupos de auto ajuda marital e os índices de divórcio (Ibid.: 180 - 181).

Será o fim da instituição Família?

Esta foi a questão lançada há uns anos, quando se previa teórica e estatisticamente sobre o futuro, comparando o número de divórcios face ao número de casamentos (que há muito que não são para a vida).

Porém, se os divórcios são cada vez mais comuns, a verdade é que os índices de novos casamentos são elevados. Por exemplo: em Portugal, entre 1960 e 2001, passou a contar-se com mais um milhão de famílias, nomeadamente de 2,3 milhões para 3,65 milhões. Se é verdade que o número de divórcios aumentou consideravelmente, passando de 1 divórcio por cada 100 casamentos, em 1960, para 60 divórcios em cada 100 casamentos, em 2008 (em 2013, essa relação, segundo o INE, já passou a ser de 70 divórcios em cada 100 casamentos,

um dos índices mais elevados de toda a Europa, quiçá, segundo alguns especialistas, pela existência de uma população feminina mais qualificada e formalmente inserida no mercado laboral), a verdade é que a recomposição familiar se alterou, permitindo a formação de famílias menos numerosas, com maior número de agregados monoparentais ou recompostos, com maior número de famílias em regime de coabitação e com um maior número de agregados unipessoais (Rosa e Chitas, 2010: 88-92).

Significa por isso que há, aqui, qualquer coisa que desmente uma aparente catástrofe e decadência da instituição Família. E os autores Beck e Beck-Gernsheim sintetizam essa «qualquer coisa» de uma forma simples: a existência da variável «amor». Quer dizer, mesmo que hoje sejam menos as pessoas que se queiram casar ou unir nos moldes tradicionais, são em igual número aquelas que desejam viver com outra pessoa e fazer parte de uma relação conjunta e firme. Que a firmeza seja difícil de conseguir, isso é um facto. Que essa firmeza é ainda assim extremamente procurada, esse é outro facto, porque mesmo as pessoas que se casam por amor e se divorciam por outro amor, é sempre o amor a variável maior. Tentam constantemente estabilizar. Ou, pelo menos, procuram estabilizar – mesmo que essa procura redunde numa desistência. Refere o casal Beck e Beck-Gernsheim que há uma inabalável fé e esperança na possibilidade de se encontrar um grande amor que resulte numa maior realização pessoal. Os autores refutam, pois, a crítica que lhes é feita sobre o simplismo do conceito de amor sugerindo que num mundo tão opressivo, impessoal, abstrato e em mudança constante, o amor aparece como uma espécie de refúgio para os dilemas morais e profundos da sociedade atual, cheia de riscos (Giddens, 2001: 182).

Tipos de Agregados Familiares e Demografia Portuguesa

Não obstante o facto das novas teorias da Família levarem muito a sério a ideia de amor como uma fonte de fé e um pilar de sustentação da instituição Família, e de essa ser uma equação a ter sempre em linha de conta quando se abordam as várias teorias da família e da demografia, importa agora discernir sobre os vários tipos de agregados familiares e as suas implicações demográficas no seio das comunidades.

Quando ouvimos a expressão «família clássica» devemos levar em consideração a sua definição mais aproximada: “conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento” (Rosa e Chitas, 2010: 88). No entanto, a expressão clássica remete-nos para a

família que mais vingou nos últimos anos, composta por dois adultos, de sexos opostos, e os filhos. Com avós, tios ou primos na mesma habitação ganha a forma de «família clássica alargada».

É claro que hoje o conceito de família clássica convive com outras formas: *família monoparental*, que é o resultado ou de divórcios, ou de viuvez ou de escolhas individuais de vida sem parceiro; *família recomposta*, que é o resultado de uma nova união, de facto ou não, entre um ou ambos os membros adultos que já estiveram casados ou unidos e que têm filhos dessa anterior união ou casamento; *família em coabitação*, em que dois adultos escolhem viver em conjunto sem formalizar de facto a união, podendo ou não ter filhos; *família com progenitor ausente*, que se deve à ausência de um dos progenitores, por razões sobretudo profissionais ou judiciais; *famílias sem filhos*, por sorte ou escolha própria; e *famílias homossexuais*, com ou sem filhos (Giddens, 2001: 196-7).

Estes sete grandes aglomerados de formas familiares misturam-se e combinam-se nas sociedades atuais, promovendo dinâmicas demográficas distintas do passado. Hoje, por exemplo, é mais comum encontrar-se uma família clássica menos numerosa do que uma família recomposta (apesar de, por exemplo, segundo dados do Ministério da Justiça, no nosso país, numa década, 739 pessoas voltarem a casar com o cônjuge de que se tinham divorciado, tendo-se registado 121 em 2015, e em 2016 o número já vai em 113 casos), e tais dinâmicas familiares tendem a baralhar a demografia e a natalidade, já que incidem precisamente nas expectativas futuras dos filhos destas diferentes formas familiares.

Sabe-se, também, que, em Portugal, a situação de «casal com filhos» é a forma mais frequente de famílias (em 2009, cerca de 40% das famílias em Portugal estavam nessa condição). Contudo, se em 1960 uma família em modo «casal com filhos» significava em média 3,7 indivíduos no seu conjunto, em 2009 significa um total de 2,7 indivíduos, ou seja, menos um indivíduo no «casal com filhos». A quebra do número de filhos (diminuição dos níveis globais de fecundidade), que se intensificou nas décadas de 70 e 80, é um dos fatores de redução do número de elementos por família (Rosa e Chitas, 2010: 89). Tal facto deve-se às tais razões anteriormente invocadas, sobretudo pela tal ‘batalha entre sexos’, nomeadamente ao dar-se uma maior igualização social de expectativas individuais.

Sabe-se, igualmente, que uma em cada doze famílias portuguesas é monoparental (dados de 2009), em larga medida devido ao aumento do número de divórcios. Em Portugal, são

normalmente famílias compostas pela mãe e um ou dois filhos (em cerca de 87%, o progenitor é feminino) (Ibid.: 90).

O facto das famílias portuguesas serem, genericamente, menos numerosas deve-se ainda a dois outros fatores: o envelhecimento da população e o aumento da esperança de vida. Na balança do crescimento/decrescimento demográfico, o maior número de idosos em relação aos nascimentos inverte a pirâmide e coloca a estrutura demográfica do país a um nível perigoso (Ibid.: 90-91).

Mas importa, agora, fazer um pequeno retrato social de Portugal, desde a década de 60 do século passado até à atualidade, para enquadrarmos a dinâmica das famílias e a dinâmica demográfica.

Desde “sessenta” que Portugal tem atravessado um longo período de desenvolvimento (exceto nos últimos anos, após a crise de 2009). Foram cinquenta anos durante os quais todas as classes sociais viram melhorar o seu conforto e bem-estar.

O rendimento médio das famílias aumentou cerca de seis vezes. As mulheres começaram a trabalhar fora de casa, trazendo mais um salário. Todos passaram a viver melhor. Porque no fim dos anos 50 e no início dos anos 60, muitos portugueses passaram fome. Com sorte, uma ou duas vezes por semana comiam peixe ou carne. A principal refeição dos trabalhadores rurais era um caldo espesso ou rancho e broa. Poucos bebiam leite todos os dias. Metade das casas, por essa altura, não tinha esgoto, eletricidade ou sanitários. Só um quinto das casas tinha água canalizada. Passamos de um país de terceiro mundo para um país com boas condições, em pouco mais de 25 anos. Estradas, pontes, saneamento, televisão, mais automóveis nas famílias, trouxeram desenvolvimento, dinâmica, conhecimento e acesso que antes não existiam. De um país fechado para o mundo, Portugal abriu-se e modernizou-se (Barreto e Pontes, 2007: 5).

Só que tanta transformação em tão pouco tempo comporta os mesmos problemas de sempre: a necessidade de rápida adaptação. Se a família era suportada pelo homem «ganha-pão», esse «ganha-pão» passou doravante a ser repartido. A mulher tornara-se mais independente. Essa independência passou a ser financeira, horária, na mobilidade. A ascensão social passou a ser o mais provável dos cenários e a mulher, a maior vítima do patriarcado vigente antes da industrialização e das guerras, conseguiu no pós-guerra uma maior igualização social.

As coisas também mudaram ao nível das práticas sexuais. A desigualdade sexual em Portugal era uma constante. Só ao homem cabiam as oportunidades sexuais, já que naquele

tempo “antes ou depois de ter família, recorria à prostituição ou à velha figura da amante da casa montada, quando não era às criadas de servir e às subordinadas. A sexualidade era dominada pelo machismo” (Ibid.: 11). Foi exatamente com o surgimento da pílula, em primeiro lugar, e com o aumento da liberdade, depois, que se alterou profundamente esta situação a favor de uma maior igualdade entre géneros.

A reorganização da família portuguesa por via do crescente acesso da mulher ao emprego, a maiores níveis de qualificações devido a um reforço do acesso ao ensino e um maior grau de liberdade de escolhas (sexuais, relacionais, expectativas de vida e de futuro, etc.) conduziram às tais diferentes formas de organização familiar e demográfica que já referimos anteriormente.

Barreto salienta um facto curioso que demonstra bem essa alteração:

“As refeições eram, no passado, o momento em que a família se reunia. Deixaram de o ser. Não há almoços em família porque os pais passaram a trabalhar fora de casa. Não há jantares em família porque os filhos ficam muitas vezes fora com os amigos ou colegas. Além disso, para os que ficam em casa, entre televisão, jogos de computador e Internet, a família distrai-se” (Barreto e Pontes, 2007: 12).

Com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, e com maior mobilidade geográfica e ascensional, desenvolveram-se as classes médias. Esta maior igualização entre géneros, a maior independência financeira e a maior liberdade de escolha permitiu um vulcão de transformações sociais e socioeconómicas: deu-se, por exemplo, o rápido desaparecimento das classes rurais. Com a industrialização crescente, sobretudo nos anos oitenta, aumentaram as classes operárias industriais. Aumentou o número de empregadores, de profissões liberais e de trabalhadores independentes. As mulheres foram as grandes dinamizadoras nesses processos, sobretudo no universo das profissões liberais e no universo dos trabalhadores independentes (Ibid.: 13).

Aconteceu, portanto, em Portugal, um pouco do que aconteceu no Ocidente em geral, e que Richard Sennett descreveu em *A Corrosão do Carácter* (2007): um conjunto de consequências pessoais, motivadas pelas novas formas de vida e pelas novas regras do mundo laboral, que numa nova forma de capitalismo conduzem as vidas e as práticas a outras dinâmicas sociais, totalmente novas e às vezes totalmente desconhecidas (Sennett, 2007). O que Sennett quer dizer é que é a mesma flexibilidade que permitiu à mulher e às famílias uma maior liberdade e poder de escolha que coloca todos os indivíduos que lhe estão sujeitos numa viagem onde é difícil construir uma narrativa coerente da vida pessoal, com começo, meio e fim, oferecendo

assim instáveis linhas de rumo. A flexibilidade, de horários de trabalho, de relações sociais, de alteração de profissões, de mudança, de escolha, é ao mesmo tempo uma libertação e um risco poderoso, já que é a tal noção de estabilidade a que a família clássica e tradicional que sofre um revés e que desaparece para ajudar a planear o tempo das coisas da vida, a organização familiar, o casamento, o nascimento do primeiro filho, a escola para os filhos, etc.. Se a flexibilidade libertou as formas familiares para outras possibilidades, também criou um terreno fértil para a desorientação: eis a grande ambiguidade dos tempos modernos. Aliás, entre 2011 e 2014, época de crise em Portugal, o adiamento de se ter um filho que aconteceu nesse período corrobora toda esta tese, já que o planeamento familiar sofre das contingências exteriores: “seis anos de crise é muito tempo. Não é normal existirem crises tão prolongadas.” (Gonçalves, 2016: agosto 2).

Inserindo a teoria da família no interior dos desafios do mundo atual, é difícil não desembocar nas conclusões de Richard Sennett, quando este aponta para a substituição do tempo familiar linear, onde o casal e seus filhos sabiam que os filhos superariam em condições profissionais os pais e que os pais chegariam, num ritmo constante e ordenado, aos 65 anos de idade obtendo aí uma reforma suficiente para finalizarem a vida de modo digno, por um tempo flexível e incerto onde nem futuro nem presente se apresentam ao serviço das mais modestas expectativas. A ideia de trabalho para toda a vida foi substituída por uma outra: a de flexibilidade para toda a vida, inclusive depois da idade da reforma (Sennett, 2007).

Há, pois, autores que tentam responder a esta «desorientação generalizada» (onde a família é um dos principais alvos) com ideias de adaptação: o conceito de cultura-mundo, de Gilles Lipovetsky, é uma dessas respostas.

O que o autor sugere é que, no seio das novas formas familiares e dos restantes agentes de socialização (escola, meios de comunicação e trabalho), se encontrem respostas com origem global para problemas de origem local. O «regresso» da cultura pode ser visto como uma oportunidade: não se trata de mudar o mundo mas antes de civilizar a cultura-mundo para se poder aceitar viver, sem medo, em múltiplas plataformas relacionais (Lipovestky, 2010: 35-37).

A questão que se coloca é esta: como fazer penetrar uma cultura-mundo numa região envelhecida, pobre, carente de jovens e de dinâmica económica, em risco de despovoamento permanente e sem horizontes estratégicos para contrariar todos esses problemas sociais? Esta pergunta faz o resumo demográfico dos grandes desafios colocados ao Alto-Minho, e lança as questões fundamentais para o futuro da região que, doravante, vamos aflorar.

Para se descrever o Alto-Minho, é necessário pensar na evolução de uma sociedade servil, detida por nobres linhagens e senhores feudais de outrora, para uma sociedade de camponeses que só muito lentamente se foi libertando, social, económica, política e ideologicamente, das garras dos senhores das terras – embora o arquétipo ainda permaneça com muita força – hoje transfigurado na figura do político local (Costa, 2011). Este foi, e ainda o é (se bem que em crescente menor escala), um território marcado pelo conservadorismo religioso (católico) e por uma classe-apoio ao salazarismo, tendo na anterior figura feudal ou no poder do padre os arquétipos maiores do poder (Silva, 1998: 30).

Dito isto, é mais fácil enquadrar o conceito de família neste contexto, já que as forças maiores – conservadorismo e patriarcado – ainda são marcas evidentes na estruturação familiar e por isso social (já que os processos de socialização primários são, sempre, determinantes para a reprodução de valores, ideais e culturas e micro culturas).

Começando por descrever a situação económica da região, basta citar uma pesquisa intitulada de “Estudo sobre a Pobreza na região Norte de Portugal”, onde se conclui que Trás-os-Montes, Douro e Minho são as regiões mais pobres do país e que o fosso entre ricos e pobres é também o maior a nível nacional. Aliás, essa realidade é também extensível à UE-15. Nesse grupo, a região do Minho e de Trás-os-Montes é a mais pobre desse aglomerado europeu (Associação Nacional das PME, 2009).

Iniciamos esta descrição pela situação económica precisamente porque sabemos da relação entre os dados económicos e os dados demográficos (a demografia talvez seja uma das variáveis que mais impacto tem numa economia): a uma situação territorial económica desfavorável corresponde uma realidade familiar débil e uma demografia em constante desequilíbrio entre natalidade e envelhecimento populacional (como é o caso do Alto-Minho).

Mas não basta olhar para os dados económicos. Porque o Alto-Minho já deu provas de resistência tão grandes ou até mesmo maiores do que as dificuldades que atravessou (e ainda atravessa). Foi o sociólogo Carlos Silva que em *Resistir e Adaptar-se* (1998) revelou as várias estratégias de resistência ao poder e às adversidades destas comunidades alto-minhotas, de forma sempre inteligentemente astuta e trabalhadora. Como diria um dos entrevistados de Carlos Silva, na aldeia do Lindoso, sobre a forma de levar a vida na dura realidade do Alto-Minho: “quem não tem padrinhos morre mouro” (Ibid.: 395). Este tipo de aforismos está inteligentemente interiorizado em práticas e lógicas de socialização e constitui a diferença entre ter e não ter, poder e não poder, saber e não saber, aceder e não aceder.

É claro que o pragmatismo deste tipo de saberes teórico-práticos é o resultado de anos e anos de observação e de reprodução social, oriundos, primeiramente, do seio da família e, posteriormente, dinamizados nos restantes agentes de socialização ao longo da vida de todos os dias.

Foi o sociólogo Pedro Costa que em *Refletir a Barca – Do Imaginário Social* deu conta de que, por um lado, este tipo de estratégias associadas ainda a um enorme «poder familista» (das grandes famílias de poder ou hoje substituídas pelos detentores políticos de poder que governam como se de uma família se tratasse) funciona para os que assim se deixam levar mas que, paradoxalmente, expulsa e desgoverna aqueles que não querem ser servis-astutos capazes de dizer que sim quando sentem o apelo do não. Para Costa, a força das subjetividades locais na construção e estruturação social deverá acompanhar não apenas a socialização e a reprodução das lógicas e das práticas, num jogo de fora para dentro, como também, e sobretudo, uma individuação emocional, afetiva e relacional, num jogo de dentro para fora capaz de permitir uma harmonização entre lugar, quotidiano, corpo e espírito de acordo com todos os elementos constituintes, sob pena de anomia e desintegração social daqueles que não vivem sob o signo das lógicas dominadoras (Costa, 2011).

Não obstante todas estas premissas de partida, a estrutura das famílias do Alto-Minho não difere muito da realidade a nível nacional que fora anteriormente descrita: o nível de divórcios (taxa bruta de divórcios) está em linha com o cenário nacional, quer dizer, em crescimento. No entanto, fatores como índices de ruralidade e PIB *per capita* fazem oscilar os valores. Isto é: em concelhos mais desertificados e por isso mais envelhecidos, como é o caso de Melgaço, houve até decréscimo do número de divórcios; em concelhos onde existe alguma prosperidade económica o crescimento dos divórcios fora menos acentuado; onde há maiores aglomerados populacionais, como Viana do Castelo e Valença, os valores excedem até a média nacional (diagnóstico social de Ponte de Lima, 2013).

A Composição dos tipos de família sugere-nos, pois, uma semelhança com o todo nacional, isto é, o Alto Minho é o espelho do país e o país reflete o Alto Minho.

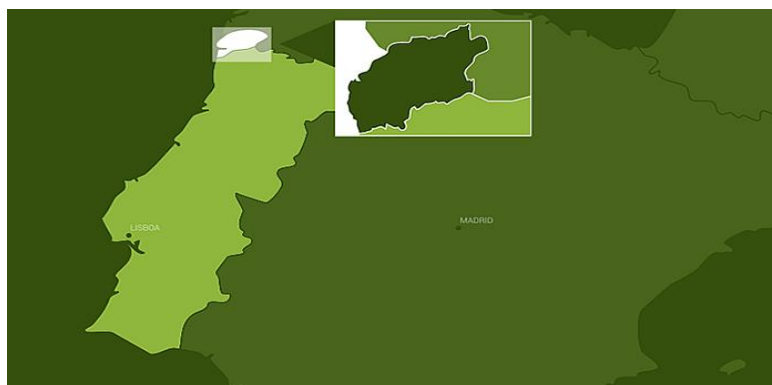
1.2. População alvo: Alto Minho - Pressupostos

A temática que pretendemos aprofundar incide sobre uma área geográfica de Portugal Continental, incluída na região Norte, o distrito de Viana do Castelo (realidade física, demográfica, socio económica e cultural), que Alexandre Herculano, em 1846, apelidou de Alto Minho, no seu *I Tomo da História de Portugal* e que, quinze anos mais tarde, Camilo Castelo Branco (em 1861) retomava em *Doze Casamentos Felizes*.

Situada entre dois grandes centros urbanos – as Áreas Metropolitanas do Porto e de Vigo (Galiza - Espanha) –, a sub-região do Alto Minho apresenta-se como uma área demarcada de eleição no recanto do Noroeste Peninsular, que tem no seu património natural, cultural e humano as suas grandes potencialidades (Figura 1.1).

O Alto Minho está subdividido em dez concelhos, correspondendo aos municípios que compõem o distrito de Viana do Castelo (Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira), tendo como capital a cidade de Viana do Castelo, apresentando especificidades muito próprias, quer do ponto de vista geográfico, quer nos setores económico, social e cultural. Sendo, também, *sui generis* a sua estratégica posição transfronteiriça de articulação com a vizinha Galiza, num contexto que se pretende de gradual cooperação (Figura 1.2).

Figura 1.1. Mapa de localiza. do Alto Minho no contexto nacional e internacional



Fonte: www.altominho.pt

Figura 1.2. Mapa da sub-região do Alto Minho



Trata-se de um subespaço regional que, à semelhança de grande parte do país, se confronta com o fenómeno do envelhecimento populacional galopante, o avanço do despovoamento (esvaziamento imparável) e uma crescente urbanização.

É um dos nossos objetivos procurar saber se a crise (prolongada) económica, financeira e social³, que, desde há vários anos tem assolado a sub-região e o país - originando um aumento avassalador do desemprego, o aumento da emigração e a diminuição da imigração - é a principal responsável pelo já designado *baby flop* (“inverno demográfico”) atual, e se, contrariando tudo o que é expectável, se prevê um *baby boom*⁴, depois de a “tempestade” abrandar.

Sendo de referir que estimativas recentemente tornadas públicas pelo INE relativas a 2015 (INE, julho de 2016) e pelo Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (testes do pezinho) relacionadas com os primeiros onze meses deste ano de 2016 (Instituto Ricardo Jorge, dezembro 2016), apontam para uma subida da natalidade pelo segundo ano consecutivo, em Portugal e no Alto Minho, contrariando-se, assim, a tendência descendente verificada desde 2011. Malgrado esta verificação, na opinião de vários especialistas - sociólogos, demógrafos ou geógrafos - (JN, 02/08/2016: 4-5), ainda é demasiado prematuro falar-se numa recuperação da taxa da natalidade, podendo estar por detrás desta subida da natalidade “a concretização do projeto de ter um filho” (aliado ao desejo de otimismo), adiado até ao limite (biológico) em

³ De acordo com o estudo sobre as desigualdades em Portugal - “Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal” -, da autoria da Fundação Francisco Manuel dos Santos, em parceria com o jornal Expresso, patente no *site* Portugal Desigual, lançado em setembro de 2016, nos anos da crise económica, entre 2009 e 2014, um terço dos portugueses encontrou-se em situação de pobreza pelo menos durante um ano, tendo sido os mais pobres os mais afetados pelas políticas seguidas durante aquele período.

⁴ Idêntico ao do pós-segunda Guerra Mundial - após a Segunda Guerra Mundial - 1949-1956 -, o pensamento de Malthus foi retomado, naquilo que ficou conhecido como teoria neomalthusiana. A popularização dessa teoria demográfica aconteceu porque, no pós-guerra, houve um rápido crescimento da população, o que foi chamado de explosão demográfica ou *baby boom*, um período em que o número de nascimentos foi muito superior ao número de mortes.

consequência da crise económica prolongada, que assolou o país, particularmente nos últimos seis anos.

Um facto há, desde já, a reter: o Alto Minho tem níveis de fecundidade baixos, uma população envelhecida, pouca imigração e uma emigração considerável e em crescendo, tendo como corolário lógico uma descida continuada da população.

Depois de formulada a missão do nosso estudo, passaremos à análise do contexto do Alto Minho, que permitirá conhecer as ameaças e as oportunidades da região, bem como o diagnóstico interno para evidenciar os seus pontos fortes e fracos e a estratégia (metodologia) a seguir para atingirmos os nossos objetivos.

1.2.1. Alto Minho: uma região com futuro? Prospetiva social e económica

Nesta fase de investigação, é nosso objetivo identificar e avaliar os recursos disponíveis na sub-região do Alto Minho, não esquecendo as suas características (oportunidades externas e pontos fortes internos), bem como as suas debilidades (ameaças externas e fraquezas internas), que devem continuar a motivar uma estratégia concertada, tendo como corolário a melhoria dos fatores de competitividade, de atratividade, de conectividade e de resiliência do Alto Minho (Augusto Mateus & Associados, 2013).

Esta estratégia concertada e participada (partindo de dentro e com o envolvimento da população residente), não deve reacear ser perturbadora, pois a melhor maneira de projetar o futuro de uma região é ser a sua própria população a desenhá-lo. Da capacidade de executar essa estratégia delineada é que dependerá a percentagem de sucesso do futuro social e económico do Alto Minho, sem que, obviamente, se desrespeite o seu passado identitário (Ibid.:40-50).

Importa, deste modo, dar ênfase à construção de uma prospetiva do futuro da sub-região, identificando as prioridades e linhas de ação para o seu desenvolvimento: como tornar o Alto Minho mais competitivo – criando empregos e gerando riqueza (valorizando os recursos endógenos e dinamizando o sistema de produção e inovação); como tornar o Alto Minho um território mais atrativo – onde as pessoas queiram viver, para onde os turistas pretendam ir e onde os empresários queiram investir (dinamizando o mundo rural e o mundo urbano do Alto Minho, bem como os fatores avançados de competitividade); como tornar o Alto Minho uma

região mais conectada – uma região de portas abertas para a Europa e para o Mundo (fomentando a captação de fluxos dirigidos à região, vendendo em mercados externos e sustentando as ligações da região) e como tornar o Alto Minho uma região mais resiliente – capaz de se adaptar à mudança e, ao mesmo tempo, de defender o seu património natural (ressalvando a sustentabilidade, a coesão e a competitividade). (Ibidem).

Urge partir em busca de um futuro melhor e, numa perspetiva de âmbito nacional - não esquecendo que, como finamente refere Miguel Torga, “O Universal é o Local sem Paredes” (Torga, 1969: 69) -, há o dever de ultrapassar determinados obstáculos para acabar com as desigualdades, sobretudo regionais e sociais.

Não importando, para que esse desiderato se cumpra, que seja através de um *Programa de Recuperação de Áreas e Setores Deprimidos - PRASD* (2004), onde se defina o mapa “Portugal menos favorecido”; ora por via de uma *Comissão Interministerial de Coordenação*, que crie, aprove e delibere sobre a “classificação de 164 Municípios de baixa densidade para efeitos de aplicação de medidas de discriminação positiva” (2015) - com o objetivo desses territórios terem privilégios especiais no acesso aos fundos estruturais no período até 2020 -; ou por intermédio da aprovação e criação de uma *Unidade de Missão para Valorização do Interior* (2016), de teor transversal, com o objetivo de criar, implementar e supervisionar um programa que vise a coesão territorial, ao promover medidas de incentivo ao desenvolvimento do interior. O importante, mesmo, é que aconteça.

Não obstante os sucessivos programas nacionais aprovados, persistirem aquelas assimetrias, que tornam o país cada vez mais desigual, com base em categorias dicotómicas (norte/sul, interior/litoral, urbano/rural).

Cabe, assim, aos responsáveis da democracia local (Poder Local Democrático, que no ano de 2016 comemorou os 40 anos) saber aproveitar o impulso das novas proximidades, através de parcerias, interna e externamente, criando e fortificando verdadeiras marcas territoriais.

1.2.1.1. Posicionamento territorial

O Alto Minho, como já tivemos oportunidade de referir, ao ser caracterizado como uma sub-região de fronteira, identifica-se como um “espaço intermédio entre a região urbano-metropolitana do noroeste e a Galiza” (“Programa Nacional da Política e Ordenamento do Território – PNPOT”, 2007), surgindo, deste modo, como um espaço “emparedado” pelas áreas metropolitanas do

Porto e de Vigo, o que, não raras vezes, é considerado como um constrangimento ao seu desenvolvimento.

Tem sido, pois, necessário vencer este “obstáculo” (Augusto Mateus & Associados, 2013). Neste âmbito tem tido importância fulcral o compromisso de ações concertadas entre agentes dos vários setores, que têm exigido a integração das diversas perspetivas de articulação e posicionamento do território do Alto Minho em várias escalas de análise (sugeridas por Augusto Mateus & Associados, 2013), que são primordiais para a interpretação desta sub-região:

- 1) A *escala interna*, que realça as especificidades, os pontos de contacto entre os seus dez municípios e as oportunidades comuns a todos eles. Nesta perspetiva, o Alto Minho é visto como um espaço territorial de confluências, que acumula a montanha interior, as serras, os vales e o litoral atlântico, numa espécie de “mosaico paisagístico diversificado”, que irrompe como elemento identitário da região: do Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG) e das diversas áreas protegidas no setor do ambiente (o Alto Minho é a NUT III transfronteiriça da Região Norte com maior percentagem de área protegida e classificada, estando, mesmo, inserido no grupo de NUT III da União Europeia com maior nível de incidência relativa de espaços naturais); passando pela faixa litoral que se espelha no abraço ao Atlântico ao longo de vários quilómetros, até aos dois vales, em torno dos rios Minho e Lima;
- 2) A *escala nacional*, que relativiza a dimensão dos fenómenos segundo o seu posicionamento, concertando objetivos de desenvolvimento regional e setorial. Neste particular, importa realçar que, da análise ao Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (baseia-se num modelo concetual que privilegia uma visão multidimensional do desenvolvimento regional, estruturando-o em três componentes: competitividade, coesão e qualidade ambiental), se permite concluir que o Alto Minho constituía, em meados de 2011, uma das seis NUT III (da totalidade das trinta NUT III do país) que apresentava um índice superior à média nacional, situando-se no 5º lugar do ranking nacional;
- 3) A *escala ibérica*, amplamente condicionada pela relação com a Galiza, que introduz a abordagem face aos grandes corredores ibéricos de circulação, na relação com a

Europa, e a importância do mercado espanhol no comércio do Alto Minho. Nesta perspetiva, merece realce o facto de a ligação do Alto Minho à Galiza, com raízes histórico-culturais ancestrais, continuar a ter um papel preponderante nas suas dinâmicas sociais, económicas e culturais, onde os municípios do Alto Minho se assumem como estratégicos para a captação de investimento galego (ver as situações atuais de “fuga” de várias empresas da região Galega para os polos empresariais de Valença, V. N. de Cerveira e de Monção), não só pela sua proximidade geográfica, como pela falta de terrenos infraestruturados e ao seu elevado preço na Galiza, mas também pela competitividade salarial do fator trabalho. O Alto Minho encontra-se, assim, bem posicionado para intermediar um processo de abertura e de articulação estreita entre Portugal e Espanha, via Região Norte-Galiza. Neste contexto, territorial de grande e crescente articulação entre o Alto Minho e a Galiza, não surpreende saber que perto de metade das exportações e das importações do Alto Minho sejam efetuadas com Espanha e que, de entre os vários postos transfronteiriços entre Portugal e Espanha, a fronteira Valença/Tuy seja a segunda do país mais procurada, em termos de tráfego médio de veículos pesados. A integração também é bem visível no setor industrial, onde, a título de exemplo, nos parques industriais de Valença e de V. N. de Cerveira, cerca de 70% das empresas são espanholas, a maior parte da Galiza. A importância do mercado espanhol na economia do Alto Minho retrata-se não só através das trocas comerciais, como no peso do turismo galego na sub-região (como vamos ter oportunidade de referir mais adiante);

- 4) A *escala europeia*, que recomenda o equilíbrio entre as dimensões da competitividade e da coesão, sobretudo, a perceção da coesão nas óticas económica e social, e as prioridades do crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Nesta perspetiva, é de realçar que as orientações da política de coesão e programação estrutural europeia são definidas a uma escala que abrange diferentes realidades nacionais, e a leitura da realidade do Alto Minho à escala europeia, levanta, obviamente, preocupações comuns às regiões europeias e às prioridades assumidas pela Estratégia 2020, isto é, promover um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo;

- 5) *A escala de articulação produtiva internacional*, que não cumpre critérios territoriais. Nesta perspetiva, dever-se considerar, também, a análise do funcionamento das atividades económicas e geradoras de emprego e riqueza no quadro mais competitivo que a globalização obriga, produzindo e exportando produtos em que melhor se posiciona à escala internacional.

1.2.1.1.1. A Cooperação Transfronteiriça

A cooperação transfronteiriça pode, sem dúvida, ser uma porta aberta para o desenvolvimento dos respetivos territórios, se se levar em linha de conta as suas especificidades próprias, e se devidamente contextualizadas. Os territórios de fronteira são, não raras vezes, marginalizados e ficam longínquos dos principais centros de decisão, quer seja política, económica, social ou de qualquer outra índole. Deste modo, para que a cooperação transfronteiriça possa, *de facto*, ser uma mais-valia para as respetivas regiões, urge a existência de escalas de articulação relacional (atrás mencionadas) com a governação local, regional, nacional, e, neste particular, ibérica, podendo, mesmo, funcionar como um *lobby* para estes territórios “marginais”, “longínquos”, “críticos”, que apresentam várias desvantagens, nomeadamente, sociais e económicas (Silva, 2015).

Dentro da cooperação transfronteiriça, nesta nossa análise sobre o contexto da sub-região do Alto Minho (sobretudo, quanto ao seu posicionamento territorial), vamo-nos deter, de forma mais exaustiva, na Euro-região Galiza-Norte de Portugal, que foi, desde sempre, um espaço territorial pioneiro no relacionamento transfronteiriço, bem como, *a posteriori*, na utilização de programas e de outros instrumentos fronteiriços disponibilizados pela União Europeia, sobretudo os programas de financiamento INTERREG e o instrumento AECT (Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial), sem esquecer a Comunidade de Trabalho Galiza-Norte de Portugal (que, em 2016, celebrou o 25º aniversário, criada para aproveitar as potencialidades conjuntas) e o Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular.

A cooperação transfronteiriça tem sido praticada ao longo dos tempos (por circunstâncias óbvias, com um maior incremento nas últimas décadas), não sendo, por isso, estranho que seja considerado um setor de enorme importância para o desenvolvimento territorial (ao nível de infraestruturas e equipamentos, mas, também, no âmbito de iniciativas ligadas à investigação, à proteção ambiental e à integração social e institucional), e reconhecido, no quadro da União

Europeia, como um elemento preponderante para a concretização do objetivo estratégico da coesão territorial.

Esta cooperação visa, sobretudo, ultrapassar os vários constrangimentos provocados pelo isolamento e marginalização a que os territórios envolvidos estão votados e, simultaneamente, integra-los, acabando por ser uma necessidade desses espaços geográficos, uma vez que é reconhecido que dessa forma poderão ultrapassar a deriva para a marginalização/isolamento e, conseqüente, esquecimento e, também, uma via mais adequada e integrada na busca do seu desenvolvimento.

Todavia, cada região, cada território apresenta a sua especificidade, desde a sua história e cultura próprias, aos contextos sociais, políticos e económicos que se foram desenvolvendo ao longo dos tempos.

A Euro-região Galiza-Norte de Portugal (duas NUT II) apresenta-se como uma união de duas regiões perante uma série de semelhanças históricas, económicas e culturais, bem como um elevado número de inter-relações, que levam a esta identificação (Bonnin, 2008).

No que ao fenómeno demográfico diz respeito, esta Euro-região tem à volta de sete milhões de habitantes, ocupando a Galiza 60% do território, mas com apenas 40% da população, estando o litoral de ambas as regiões mais densamente povoado e urbanizado, nomeadamente no que se refere ao eixo Porto-Vigo. Relativamente à dinâmica demográfica, existe uma clara distinção entre o Norte de Portugal interior (Alto Trás-os-Montes e Douro) e o Norte mais ocidental. O primeiro apresenta valores demográficos muito baixos, amplamente associados ao fenómeno da interioridade, verificando-se situação idêntica nas NUT III da Galiza, em que Ponte Vedra acompanha as regiões nortenhas mais ocidentais, ao passo que Ourense se assemelha às regiões mais interiores. Esta dicotomia retrata, também, o nível de cooperação transfronteiriça, servindo para justificar a separação destas duas áreas de cooperação, Norte-Galiza e Norte-Castela e Leão, com desafios territoriais muito diferentes. Enquanto a primeira é de forte pendor marítimo, já a segunda se espelha mais em questões de ruralidade, resultando, assim, nas designações de *raia húmida* e de *raia seca*, respetivamente (Augusto Mateus & Associados, 2013).

Sobre a importância da cooperação transfronteiriça entre a Galiza e a sub-região do Alto Minho, resta-nos, pelo seu significado e conseqüente interpretação extensiva, terminar, parafraseando João Verde (pseudónimo de José Rodrigues Vale), poeta monçanense (1886-1934), em *Ares da Raia*, através do poema *Vendo-os assim tão pertinho*: “Vendo-os assim tão

pertinho / A Galiza mail`o o Minho / São como dois namorados / Que o rio traz separados / Quasi desde o nascimento / Deixai-os, pois, namorar / Já que os paes para casar / Lhes não dão consentimento” (Verde, 1978).

Como o poema de João Verde “saltou” a fronteira, mais tarde, o poeta galego Amador Saavedra respondeu assim: “Se Dios os fixo de cote / Um p`ra outro e teñem dote / Em terras emparezadas / Pol`a mesma auga regada / Com ou sin consentimento / D`os pais o tempo há chegar / Em que teñam que pensar / Em facer o casamento” (Saavedra, 2007).

1.2.1.1.2. Dimensão urbana e ocupação do território

A sub-região do Alto Minho apresenta-se com uma diversidade territorial e com uma fisiografia multifacetada, constituindo uma aliança perfeita entre o litoral atlântico, os vales, as serras e as montanhas. O território Alto Minhoto é caracterizado por um relevo dinâmico, com densas áreas florestais e naturais, onde a pluviosidade atinge índices elevados.

É um território formado por dois vales transversais (Minho e Lima), que se estendem da nascente para poente, dominados pelos rios Lima e Minho, suportando eixos de povoamento e corredores rodoviários, sendo, também, uma porta (apesar de, fisicamente, existirem três “Portas do PNPG”: uma em Melgaço, outra em Arcos de Valdevez e uma terceira em Ponte da Barca) de entrada para o Parque Natural da Peneda-Gerês, metade do qual se distende por esta sub-região.

Este território é comumente aceite como sendo constituído pela trilogia urbano-rural-natural, em que a dispersão do tecido construído, a difícil separação entre natural de produção e de preservação e a coexistência de uma agricultura em regime de minifúndio (de subsistência, na maioria), dão corpo a uma miscelânea complexa e dinâmica de interdependências que influencia a tipologia de ocupação associada a cada espaço.

O denominado espaço urbano do Alto Minho, sobretudo relacionado com as duas cidades (Viana do Castelo e Valença) e com os centros urbanos das restantes vilas, apresenta-se como um espaço de fronteira entre o Norte de Portugal e a Galiza, isto é, de “transição” entre as áreas metropolitanas do Porto e de Vigo. Ao invés, o espaço rural (diretamente relacionado com o património natural da região), onde, infelizmente, se assiste a um cada vez maior esvaziamento populacional em favor das zonas urbanas (que constituem, apenas, um terço do território mas concentram mais de 75% da população), tem aparecido, nos últimos tempos, sobretudo como

espaço de preferência para alojamento de segunda residência e como ocupação de residência para famílias mais numerosas (Augusto Mateus & Associados, 2013).

Pode afirmar-se que vários constrangimentos causados pelo posicionamento do Alto Minho como espaço de transição estão, com o decorrer do tempo, a ser ultrapassados pelos benefícios originados pela proximidade da sub-região a espaços urbanos de grande escala e densamente povoados, como Porto/Braga/Guimarães e Vigo.

1.2.1.1.3. Principais serviços coletivos territoriais

A sub-região do Alto Minho - localizada entre dois consideráveis aeroportos (Porto - Sá Carneiro e Vigo), próxima de três importantes portos de mar (Viana, Leixões e Vigo), com uma linha de caminhos-de-ferro que liga o Porto a Vigo e, daí, até Santiago de Compostela, onde já chega o TGV, para além dos emblemáticos Caminhos de Santiago, que, na sub-região tem conduzido a aumentos exponenciais de visitantes, sendo a ocupação dos diversos albergues a sua prova -, possui vários serviços coletivos territoriais, que vão desde a acessibilidade e mobilidade rodoviária, onde o laço entre a Autoestrada 28 (A28), a A27 e a A3 estrutura todo o território internamente, constituindo três contínuos urbanos: eixo Viana do Castelo-Caminha-Valença; eixo Viana do Castelo-Ponte de Lima e eixo Arcos de Valdevez-Ponte da Barca.

As zonas de Arcos de Valdevez/Ponte da Barca e Monção/Melgaço obrigam a melhorias nas infraestruturas rodoviárias existentes, nomeadamente, na Estrada Nacional 101 (EN101), acima de tudo, para melhores ligações à cidade de Braga.

Já os centros urbanos de fronteira do Alto Minho têm uma localização privilegiada no eixo Porto-Vigo, assumindo a cooperação transfronteiriça um papel fulcral no modelo de organização do território.

Mantém-se como prioridade a necessidade de reforço da integração de Paredes de Coura (o denominado “coração geográfico” do Alto Minho), através das variantes à EN302 e à EN303, imprescindíveis para a melhoria das condições de acessibilidade do concelho de Paredes de Coura à A3 e à A28, não esquecendo, sobretudo no que ao mercado económico transfronteiriço e europeu do Alto Minho diz respeito, as melhorias da ligação à fronteira da Madalena (em Lindoso, Ponte da Barca).

A mobilidade rodoviária no Alto Minho é, de preferência, efetuada por via de transporte individual em detrimento do transporte público, sendo prioridade o modelo de gestão da

mobilidade e transportes coletivos ao nível intermunicipal, num primeiro momento já testado, mas, infelizmente, fracassado.

Neste particular das acessibilidades rodoviárias, merece destaque o facto de a A28 desempenhar um papel fundamental no impulso que dá à economia do Alto Minho e à ligação desta sub-região às áreas metropolitanas do Porto e de Vigo, não sendo, por isso, entendível que esta importante via de ligação não tenha sido incluída no pacote de incentivos (redução do valor das portagens nalgumas SCUTS do país) levados a cabo, recentemente, pelo governo central para outras vias rodoviárias como, por exemplo, para a A22 (via do Infante, no Algarve). Há quem defenda que este constrangimento poderia ser ultrapassado, de preferência, através da isenção de portagens ou, pelo menos, através de uma redução do valor a pagar, pois é fulcral, para a chamada “oxigenação económica” da sub-região (os custos que as empresas têm de suportar com as portagens pode ser determinante para a sua fixação neste subespaço regional), a facilidade da mobilidade rodoviária, quer à Galiza, quer ao Porto. (Costa, in *Vale Mais*, 12/10/2016).

Já a acessibilidade e mobilidade ferroviária apresenta na sub-região do Alto Minho uma grande debilidade, quando comparada com o âmbito nacional e com a vizinha Galiza, sendo, mesmo, considerado o território da Euro-região Norte de Portugal-Galiza com os piores indicadores, constituindo a concretização de uma ligação ferroviária moderna e competitiva entre Porto e Vigo – anunciada para breve, através da modernização da atual Linha do Minho (a começar pela obra de eletrificação, já adjudicada) - uma prioridade, não só para o Alto Minho, mas também a nível regional e nacional. Este projeto de modernização da Linha do Minho traz, indubitavelmente, uma série de potencialidades para a articulação inter-regional e transfronteiriça, a médio e longo prazo, reforçando, assim, as condições de mobilidade de pessoas e bens nas regiões do Grande Porto e do Alto Minho e destas com a região da Galiza (Augusto Mateus & Associados, 2013).

No que à rede portuária concerne, o Porto de Mar de Viana do Castelo é visto, desde há muitos anos, como um dos primordiais elementos âncora para o desenvolvimento do Alto Minho (uma verdadeira porta aberta para o mundo), assumindo-se como plataforma de internacionalização do tecido económico deste espaço sub-regional e, ao mesmo tempo, como fator de atratividade de novas empresas e indústrias para o Alto Minho. Pode considerar-se, mesmo, como uma infraestrutura decisiva para o reforço da já notável evolução da dinâmica exportadora da sub-região (Augusto Mateus & Associados, 2013).

No que ao acolhimento empresarial se refere, pode afirmar-se que o Alto Minho já é detentor de uma rede qualificada e competitiva de espaços de acolhimento e incubação empresarial, tendo uma parceria institucional notável (bem organizada) constituída por entidades oficiais como a CIM Alto Minho, o Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), a Confederação Empresarial do Alto Minho (CEVAL), a ADRIMINHO, a ADRIL, a IN.CUBO (Incubadora de Iniciativas Empresariais Inovadoras), almejando, de forma integrada, uma forte plataforma mobilizadora de recursos, pessoas, agentes e ideias, para promover o espírito e a cultura empreendedora no Alto Minho, isto é, um “bom ambiente empresarial”.

No tocante ao setor energético, deve realçar-se que a relação direta da energia com as condições e os recursos naturais do território tem sido uma aposta estratégica da sub-região ao longo dos últimos anos, sobressaindo o setor da energia eólica (em que o distrito de Viana do Castelo aparece como um dos distritos do país com maior potência instalada), apresentando-se como a principal fonte responsável pelo aumento de energia na sub-região, sem esquecer o contributo do aproveitamento dos vastos recursos hídricos e das centrais térmicas. Sublinhe-se o facto de o Alto Minho, nos últimos anos, já se ter tornado um território com um *superavit* crescente e exportador líquido de energia elétrica, que coloca a região numa trajetória favorável para atingir as metas elencadas pela Estratégia Europa 2020 (Augusto Mateus & Associados, 2013).

Já sobre riscos e proteção civil, o Alto Minho, de acordo com o estudo *Riscos Naturais e Mudanças Climáticas nas Regiões Europeias*, do Programa ESPON, encontra-se situado no quadro das NUT III europeias com maior sensibilidade ambiental às alterações climáticas, destacando-se, de entre os principais riscos que afetam o território, os seguintes: os incêndios florestais; a erosão da orla costeira; as vagas de frio; as cheias; movimentos de vertente; invasão das plantas exóticas lenhosas; riscos tecnológicos e acidentes rodoviários/transportes de matérias perigosas (Vaz, 2010).

No que concerne ao saneamento básico (ciclo urbano da água), é de referir que o serviço de abastecimento de água está garantido em quase toda a sub-região do Alto Minho, atingindo níveis de cobertura perto dos 100%. Já no que ao nível de cobertura de águas residuais diz respeito, fica-se por uma cobertura de pouco mais de 60%, considerado deficitário se comparado com os níveis nacionais e da própria Região Norte, sendo a cobertura de ETAR's ainda mais problemática, situando-se pouco acima dos 50%. Em relação aos resíduos sólidos, estes têm sido geridos pelas empresas intermunicipais VALORMINHO e RESULTIMA no que toca aos

sistemas em alta, sendo os sistemas em baixo geridos pelos serviços municipais (Augusto Mateus & Associados, 2013).

No que à cultura e desporto diz respeito, deve referir-se que, devido à riqueza patrimonial do Alto Minho, por um lado, e às iniciativas e aos investimentos realizados, por outro, tem-se proporcionado aos habitantes da sub-região e aos seus visitantes um acesso mais fácil e expedito a atividades de índole cultural e desportivo (Ibidem).

Neste particular, é, pois, conveniente sublinhar que os desafios colocados à sub-região já não são da parte da dotação de infraestruturas mas sim ao usufruto dos equipamentos disponíveis e à sua exploração de forma sustentada, para a qual o incremento turístico pode ser uma oportunidade preciosa e a não desperdiçar.

1.2.1.2. Dinâmica social e económica

1.2.1.2.1. Dinâmica social

No que concerne à população (item mais desenvolvido no Capítulo 3), o Alto Minho tem (segundo estimativas do INE, de dezembro de 2015) 236 270 residentes (INE, 2016), representando cerca de 2% da população do país e, aproximadamente, 7% da população da Região Norte.

Tendo como base a realidade atual da população do Alto Minho, sobretudo, o envelhecimento e o isolamento populacional, segundo o “Estudo do Roadmap para o Empreendedorismo Social no Minho-Lima”, urge aproveitar “as oportunidades e forças que podem surgir com o isolamento proveniente do envelhecimento populacional, nomeadamente, a crescente importância do papel das instituições de apoio a idosos como a teleassistência/tele alarme, unidades móveis de saúde e de acompanhamento ao idoso, entre outras” (IES, 2014).

No que à educação e qualificação dos recursos humanos diz respeito, o primeiro dado a reter é que a população residente no Alto Minho é comparativamente menos escolarizada do que a população portuguesa na sua globalidade e do que a população residente no quadro da Região Norte. Sendo de realçar que a população residente no Alto Minho sem qualquer nível de escolaridade (acima dos 20%) é a mais elevada, ao passo que a que atinge níveis de instrução ao nível do pós-secundário/superior (à volta de 20%) é inferior às correspondentes médias nacionais e para a Região Norte⁵. Neste particular, da educação/ensino, deve, por um lado,

⁵ Pesquisa baseada no trabalho efetuado pela CIM Alto Minho e pela CCDRN, no âmbito do Diagnóstico prospetivo, do Pacto Territorial para a Empregabilidade do Alto Minho (2015).

realçar-se o papel fulcral para o desenvolvimento do Alto Minho por parte da Universidade do Minho, do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), da Escola Superior Gallaecia e da Universidade Fernando Pessoa na vertente do ensino superior e, por outro, é justo, também, relevar o papel de extrema relevância que tem sido realizado pelas várias escolas profissionais e de outras instituições ligadas ao setor do ensino profissional.

1.2.1.2.2. Dinâmica económica

A sub-região do Alto Minho tem vindo, desde meados da década de noventa do século passado, a aproximar-se do nível de desenvolvimento verificado na Região Norte (acentuando-se mais essa convergência a partir do ano de 2005 até aos nossos dias), verificando-se o aumento do comércio internacional, por via das exportações, que tem sido uma das principais alavancas para o crescimento económico da sub-região Alto Minhota (Augusto Mateus & Associados, 2013).

Sobre o perfil das empresas no Alto Minho, deve salientar-se o facto de o número de empresas por quilómetro quadrado ser menor do que a densidade empresarial na Região Norte e do que no todo nacional, sendo que a dimensão média das empresas neste subespaço regional era bem mais baixa do que na Região Norte e em Portugal, assim como o volume de negócios por empresa, cuja concentração em poucas empresas era mais elevada no Alto Minho do que na Região Norte e na globalidade do país. A “taxa de natalidade empresarial” (quociente entre o número de novas empresas e o número de empresas ativas) no Alto Minho pode comparar-se à registada na Região Norte e em Portugal. Por setores de atividade económica, verifica-se que a “fecundidade empresarial” atinge valores mais elevados na área dos serviços do que nos restantes setores, sobretudo da construção e da indústria transformadora. A “taxa de natalidade de empresas” no Alto Minho está associada a uma “taxa de mortalidade empresarial” (quociente entre o número de falências e o número de empresas ativas), que se situa bem abaixo das taxas observadas, quer na Região Norte, quer em Portugal. Outro fator característico do Alto Minho é a influência de empresas de capital estrangeiro no tecido económico, que é superior ao verificado na Região Norte e em qualquer uma das outras NUT III da Região Nortenha, ao que não é alheia a posição transfronteiriça desta sub-região. Mesmo no que concerne ao comércio internacional (à escala regional representa as trocas comerciais de bens entre regiões localizadas em diferentes países), pode dizer-se que tem havido, ao longo dos últimos anos, um reforço considerável das exportações desde o Alto Minho, superando, a

espaços, o crescimento verificado na Região Norte e em Portugal, tendo como corolário um *superavit* da balança comercial do Alto Minho, graças ao crescimento da procura externa líquida (Ibidem).

A orientação exportadora do Alto Minho (rácio entre as exportações de bens e o PIB), desde inícios deste século, apresenta-se superior à da Região Norte e à de Portugal.

Este impulso que tem levado à afirmação do Alto Minho no comércio internacional teve como corolário uma maior abertura da economia regional, levando a que o Alto Minho se tornasse numa economia mais aberta ao resto do mundo, do que Portugal e do que a região Norte.

No tocante à estrutura setorial, o Alto Minho caracteriza-se por uma região onde as áreas ligadas à produção de bens, nomeadamente, a agricultura, a indústria e a construção são as mais representativas.

Enquanto o setor agrícola representa sensivelmente 3% da riqueza produzida no Alto Minho, um pouco acima do valor que representa a nível nacional, as indústrias e a construção já assumem um peso considerável, mais de 30%, superior ao registado a nível nacional e idêntico ao verificado na Região Norte. Já o setor dos serviços é o responsável por cerca de 65% da riqueza que se cria na sub-região do Alto Minho, valor inferior ao todo nacional mas semelhante ao da Região Norte.

No que ao emprego se refere, no Alto Minho verificam-se níveis de especialização multissetoriais, onde as indústrias extrativas, do têxtil, do vestuário e do calçado, as metálicas, e as de material de transporte e construção são as que possuem uma maior concentração do emprego. Sendo a especialização mais vincada na área do material de transporte, com peso do emprego no Alto Minho mais de quatro vezes superior ao verificado a nível do país.

Por setores, à volta de 52% do emprego situa-se no setor agrícola; perto de 11% nas áreas da educação e saúde; cerca de 13% ligado aos serviços empresariais; 19% emprega-se na distribuição e 6% na hotelaria e restauração.

Sobre o potencial económico dos recursos endógenos, realça-se o potencial ligado ao setor do turismo, de fulcral importância para o desenvolvimento da economia do Alto Minho, não apenas pela mais-valia económica, mas também devido às consequências positivas que levam à defesa e valorização do território e do respetivo património. Esta aliança, do aproveitamento dos recursos endógenos com a preservação e defesa do património cultural e com a proteção e valorização do ambiente, funciona como um veículo para a concretização dos objetivos que dão

corpo a uma política para o turismo, a qual se pretende integradora e competitiva para uma projeção mais eficiente no exterior.

A sub-região do Alto Minho possui um leque bastante diversificado de recursos com potencial de atração turística nos dez municípios que a compõem, que vão desde o turismo de natureza, passando pelo turismo em espaço rural até ao enoturismo, para além de outras atividades complementares.

Devem acrescentar-se, ainda, outras dinâmicas, como eventos culturais, artísticos e desportivos (mostras artísticas, festivais gastronómicos, festivais de música, etc...), que pululam por toda a região e lhe oferecem uma preciosa diversidade de animação sociocultural.

Em suma, o Alto Minho tem um posicionamento privilegiado para o turismo, onde, obviamente, a boa mobilidade interna e externa funciona como um verdadeiro impulso.

Já no setor primário, no que ao potencial dos recursos endógenos diz respeito, realçam-se a fileira florestal, o agroalimentar, a economia do mar e as energias renováveis, setores de atividade económica que concretizam a lógica de conjugação da dimensão económica com o património dos recursos endógenos.

Na área agrícola, convém salientar que os 72 mil ha de superfície agrícola utilizada ocupam cerca de 34% da área total do Alto Minho, sendo que as explorações agrícolas de pequena dimensão representam à volta de um quarto desta superfície.

A importância do setor agrícola no Alto Minho espelha-se no facto de 15 em cada 100 habitantes exercerem atividade agrícola numa lógica familiar, sendo que os produtores agrícolas Alto Minhotos apresentam um perfil altamente envelhecido e com um nível baixo de escolaridade/formação.

A agricultura no Alto Minho é um setor de cabal importância no tecido económico e social, merecendo, ainda, destaque a riqueza do coberto florestal, apesar da sua valorização económica ser limitada, aliás, bem patente na reduzida percentagem (3%) de empregabilidade nos setores da madeira, cortiça, mobiliário, do papel e publicações, bem como o setor vitivinícola (com enormes potencialidades), sobretudo a produção de vinhos de grande qualidade, num território que tem perto de dez mil produtores, onde existe um negócio superior a 80 milhões de litros/ano, sendo que à volta de 40% é para exportação.

Sobre a atividade piscatória, devem referir-se o posicionamento geoestratégico e a morfologia do Alto Minho, que concedem à vertente das pescas uma importância fulcral para a

valorização da rede hidrográfica da sub-região, adquirindo uma grande valorização económica e social.

Quanto à especialização inteligente de dominante industrial e tecnológica, na sub-região, há que dizê-lo, afigura-se necessária uma maior articulação no que à inovação diz respeito, isto é, uma maior mobilização das partes interessadas e dos recursos disponíveis no território, imbuídos de uma visão de futuro em busca da excelência, dado que o Alto Minho está dotado de uma série de recursos e aptidões com elevado potencial de valorização económica, que vai, como já atrás se fez referência, desde a fileira florestal, ao setor agroalimentar, passando pela economia do mar até às energias renováveis.

Isto, para além da evolução que se tem registado, nos últimos anos, na estrutura setorial e produtiva, o que revela um crescente aumento da importância de outras atividades classificadas como “fornecedores especializados” e “intensos em escala”, como, por exemplo, a fabricação de equipamento elétrico, a fabricação de veículos automóveis e a fabricação de produtos metálicos.

Urge, pois, que a estratégia de valorização competitiva das principais especializações inteligentes de dominante industrial do Alto Minho, muito viradas para o mercado global, se direcione, sobretudo, para os *clusters* da energia e do mar, da metalomecânica e dos componentes automóveis, sem descurar o inestimável potencial turístico, bem como o setor agroalimentar que possui potencial capaz de poder vir a ser um domínio de especialização.

À guisa de síntese, numa análise prospetiva simples – sobre o ambiente e o contexto do Alto Minho -, para que este subespaço continue a ser uma sub-região de e com futuro, urge aproveitar as suas especificidades/caraterísticas endógenas (que são imensas), enquanto forças e oportunidades (interação positiva), com o intuito de colmatar as suas fraquezas e ameaças (interação negativa) - uma vez que é através da identificação de oportunidades e de ameaças do contexto e do conhecimento dos pontos fortes e fracos da região que se pode concluir sobre a estratégia a seguir - nos seguintes desígnios temáticos para fixação dos respetivos objetivos estratégicos: continuar a envidar esforços em busca de um espaço territorial mais competitivo (que crie emprego e gire riqueza); de um espaço territorial mais atrativo (bom para viver, para visitar e para investir); de um espaço territorial mais conectado (com boas ligações à Europa e ao Mundo) e de um espaço territorial mais resiliente (capaz de, com facilidade, se adaptar à mudança).

Capítulo 2. Recursos, metodologia, objetivos e hipóteses

2.1. Recursos e metodologia

Levando em atenção que o objetivo primordial da nossa tese é procurar conhecer, saber mais, reunir factos, números e perspectivas que nos permitam “desenhar” o futuro do Alto Minho, no que à sua demografia diz respeito, a estratégia adotada, desde a recolha, observação, sistematização e explicação dos fenómenos, obedecerá a uma orientação baseada nas perspectivas funcional e de análise sistémica, recorrendo aos métodos comparativos. É nosso propósito, também, fazer uso da observação direta intensiva através da técnica de entrevista, bem como da técnica de inquérito por questionário.

Assim, no que à metodologia diz respeito, faremos uma combinação entre a abordagem quantitativa e a abordagem qualitativa, com recurso ao estudo, observação e análise documental, a inquéritos, questionários e entrevistas, para uma melhor categorização, qualificação e compreensão do nosso objeto de estudo.

Pretende-se, dentro das opções metodológicas a adotar nesta tese, avançar, na parte empírica, numa primeira fase (2014), através do método qualitativo (tendo como população alvo os 308 municípios portugueses), com um questionário aos 308 municípios portugueses sobre medidas adotadas e a adotar para enfrentar a redução da natalidade, bem como, já num segundo momento (2015/2016), realizar um inquérito por questionário à população do Alto Minho sobre a fecundidade 2015/16, fazendo uso do método quantitativo (com uma amostra representativa de homens – entre os 15 e os 54 anos - e mulheres – entre os 15 e os 49 anos – dos 10 municípios Alto Minhotos), no sentido de saber, por exemplo, se os filhos que as pessoas têm correspondem aos que pensam ter, aos que desejariam ter e qual o número ideal de filhos que consideram numa família.

Como consequência dos resultados daqueles instrumentos de trabalho, nomeadamente das conclusões do inquérito por questionário à fecundidade no Alto Minho 2015/16, afigura-se, também, como nosso objetivo, escarpelizar quais os constrangimentos sociais, económicos e financeiros que têm provocado tão poucos nascimentos e, por conseguinte, que medidas e que apoios devem ser postos em prática pelas várias entidades no combate a este défice

demográfico, que terá de ser alvo privilegiado das políticas públicas, de preferência, concertadas e transversais, de longo prazo e de dimensão nacional.

Assim, neste estágio de desenvolvimento do projeto de investigação, no que ao questionário aos 308 municípios portugueses sobre medidas adotadas e a adotar para enfrentar a redução da natalidade diz respeito, procurou-se identificar as dimensões centrais da nossa análise, de modo a produzir-se um curto questionário com perguntas claras e objetivas, que permitissem aferir sobre o histórico das medidas adotadas para a redução da natalidade, mas também sobre as perspetivas futuras.

A administração do questionário iniciou-se com o seu envio, através de correio azul, via CTT, no dia 3 de julho de 2014, para os 308 municípios portugueses – o universo do estudo – em envelope lacrado, contendo:

- a)** Um ofício de apresentação (Anexo 1), elaborado e assinado pelo investigador doutorando e pelo orientador do doutoramento, apresentando os objetivos do questionário, solicitando e agradecendo o seu preenchimento e respetivo envio através do endereço eletrónico do investigador doutorando ou via CTT para o endereço do orientador do doutoramento (Departamento de Sociologia – Universidade do Minho);

- b)** Um exemplar do questionário (Anexo 2).

Embora o prazo (preferencial) apontado para as respostas tenha sido o final do mês de agosto, considerou-se, desde o início, a possibilidade de o alargar, dado o período estival que se atravessava. Por esta razão, a receção das respostas ao questionário decorreu ao longo de cerca de quatro meses, desde a data de envio até ao dia 31 de outubro.

Dos 165 municípios que participaram, a grande maioria (145 – 88%) devolveu a resposta ao questionário por via eletrónica, registando-se a receção das restantes 20 (12%) respostas através de correio normal, via CTT.

Já no que ao inquérito por questionário à população do Alto Minho sobre a fecundidade 2015/16 concerne, também se procurou identificar as dimensões centrais da nossa análise, de modo a produzir-se um inquérito com perguntas claras e objetivas, tentando obter informação que permitisse caracterizar os padrões de fecundidade no Alto Minho, bem como contribuir para a compreensão das atitudes, valores e fatores socioeconómicos que influenciam a decisão de ter

ou não ter filhos. A informação obtida pode constituir, na nossa opinião, um relevante instrumento de apoio à definição e avaliação de políticas relacionadas com a família e a natalidade (Anexo 3).

O Inquérito à Fecundidade no Alto Minho 2015/16 – doravante, designado, apenas, por IFAM 2015/16 - foi efetuado por colaboradores dos 10 municípios do distrito de Viana do Castelo (a quem foi ministrada formação específica para o efeito, pelo Orientador, Professor Doutor José Cunha Machado, e pelo doutorando, Fernando Pereira Cabodeira), junto de uma amostra selecionada de residentes nesta sub-região, assim distribuídos: Arcos de Valdevez, 4 colaboradores; Caminha, 3 colaboradores; Melgaço, 2 colaboradores; Monção, 3 colaboradores; Paredes de Coura, 2 colaboradores; Ponte da Barca, 3 colaboradores; Ponte de Lima, 6 colaboradores, Valença, 3 colaboradores; Viana do Castelo, 12 colaboradores e Vila Nova de Cerveira, 2 colaboradores.

O inquérito foi realizado no âmbito de uma parceria, celebrada, no ano de 2015, entre o Departamento de Sociologia da Universidade do Minho (Instituto de Ciências Sociais - ICS), os 10 municípios da sub-região Alto Minho (NUT III) e a Comunidade Intermunicipal do Alto Minho (CIM Alto Minho).

A informação foi recolhida por entrevista presencial (em cada município procurou-se preencher a quota estabelecida, por sexo e grupo etário, bem como uma quota-parte da amostra em freguesias mais centrais e noutras mais afastadas), com o auxílio de meios informáticos, nomeadamente computador portátil e através de plataforma informática criada para o efeito e, simultaneamente, através da entrega de versão em papel do inquérito junto das pessoas selecionadas.

A recolha de dados teve lugar de 1 de dezembro de 2015 a 22 de abril de 2016 (era nosso objetivo que o trabalho no terreno decorresse durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 2015, mas, por impossibilidade de vários municípios, só foi possível que avançasse a partir de 1 de dezembro desse ano, tendo-se decidido protelar a data até 22 de abril de 2016). As entrevistas decorreram junto de cerca de 2 mil pessoas (amostragem não probabilística por quotas não proporcional por município, distribuída por sexo e grupo etário), distribuídas pelos 10 municípios Alto Minhotos.

Foi inquirida uma amostra de mulheres com idades entre os 15 e os 49 anos, representativa da população feminina a nível da respetiva NUT III e de homens com idades entre os 15 e os 54 anos, ilustrativa da população masculina a nível da sub-região (com estimativas da

população residente em 31 de dezembro de 2014, fixada em 101 980 pessoas - 43 468 Mulheres e 58 512 Homens), que resultou num total de 1 601 respostas validadas, distribuídas do seguinte modo: Arcos de Valdevez, 209; Caminha, 112; Melgaço, 95; Monção, 101; Paredes de Coura, 74; Ponte da Barca, 121; Ponte de Lima, 132; Valença, 137; Viana do Castelo, 573 e Vila Nova de Cerveira, 47.

2.2. Teoria dos métodos de investigação social

Antes de prosseguirmos para os objetivos e hipóteses, importa convocar a já longa discussão acerca das várias opções metodológicas, tendo por base as teorias que abarcam a investigação em ciências sociais.

É sobretudo a partir de Descartes que a ideia «para se conhecer é necessário um método» ganha maior vigor. É este filósofo que insiste fortemente na irradicação do caos mental para se aceder a um conhecimento profundo, seja do pensamento como das coisas do mundo. Implacavelmente, afirma: “chama-se método à ordem que o pensamento deve seguir para chegar à sabedoria em conformidade com a qual ele pensa, uma vez que aí chegou” (Descartes, 2010: 13-14). Quer o filósofo com isto dizer que é o método que ordena o pensamento a caminho de uma sabedoria, e que esse caminho ordenado pelo método origina um tipo de pensamento e com isso uma sabedoria associada.

Assim, entende-se o método como uma das principais questões no que toca à descoberta científica, já que não é pelo acaso que esta se funda: estudar, observar, analisar, categorizar, contar, qualificar – eis os predicados de uma investigação científica. E nisso, as ciências sociais não fogem à regra: “Não é perfurando ao acaso que [o pesquisador de petróleo] encontrará o que procura. Pelo contrário, o sucesso de um programa de pesquisa petrolífera depende do procedimento seguido. Primeiro o estudo dos terrenos, depois a perfuração”. (Quivy & Campenhoudt, 2003: 15).

O processo é, pois, extremamente comparável. Importa, em ciência, acima de tudo, um dispositivo teórico-metodológico capaz de pautar e elucidar o real com o menor desvio possível. Porém, há uma finalidade máxima a ter em conta, que Theodor Adorno nunca se cansara de sublinhar: seja qual for o método, o fundamental é encontrar o real dotando-o de novo conhecimento, que mesmo sendo fundado sobre princípios de «quantum» (de ordem quantitativa), deverá gerar, sempre, conhecimento teórico (Picó, 1998: 45-46). É que se é importante medir para se perceber, importa também perceber para se saber medir – e assim tentar mitigar as insuficiências metodológicas que o excesso em Adorno (qualitativo) e o excesso em Lazarsfeld (quantitativo) podem propiciar (Ibid.: 10-12).

De facto, conhecer cientificamente exige do método e do pensamento o mesmo esforço nas ciências sociais como nas ciências naturais. É Gaston Bachelard que resume essa exigência com mestria: “O facto científico é conquistado, construído e verificado” (Bachelard, 1996). Ou seja, é conquistado sobre os preconceitos, construído pela razão e verificado nos factos (Quiivy & Campenhoudt, 2003: 25). Eis o que pretendemos fazer neste estudo.

Daí que se torna necessário, para que esta tríade metódica se consolide, três atos de procedimento entre as várias etapas de investigação: entrar em rutura com as ilusões e preconceitos existentes na bagagem teórica de quem investiga; criar um sistema conceptual organizado, capaz de se gerar uma lógica em torno do fenómeno; e verificar, proposição a proposição, hipótese a hipótese, se os factos os corroboram ou não (Ibid.: 27-28).

Veremos, adiante, esta tentativa de articulação entre teoria e empiria. Tendo sempre, ou quase sempre, a teoria como guia, fomos à procura de respostas, apelidadas de objetivos e hipóteses, que quantificassem e qualificassem as considerações e hipóteses levantadas no que às questões sociais e demográficas sobre o Alto Minho diz respeito.

Todavia, há algumas considerações a tecer no que respeita às técnicas que sustentam os métodos de investigação, e que neste estudo em particular serão usadas. Referimo-nos, claramente, à técnica que aqui mais vamos usar: a aplicação de inquéritos por questionário.

O inquérito por questionário, ou *survey* se quisermos usar uma expressão anglo-saxónica, é uma das técnicas de investigação usadas com maior recorrência (Ferreira e Campos, 2009).

Conceber e instrumentalizar um inquérito por questionário é um processo que pretende incidir em respostas individuais, oferecidas por um grupo representativo de respondentes, que podem ser alvo de conclusões generalizadas ao universo em estudo. Tal como sugerem Ghiglione & Matalon (1995: 8), os inquéritos são interrogações particulares, “englobando indivíduos com o objetivo de generalizar”.

Em função dos objetivos a estudar, são formuladas hipóteses de investigação sujeitas a escrutínio, podendo ou não ser verificadas (Coutinho, 2011). Todavia, esse escrutínio, que é alvo do resultado dos instrumentos de recolha (inquéritos por questionário), pode ser objeto de deturpações, quer no processo de recolha quer na forma como as questões lançadas ao respondente possam ser feitas e/ou entendidas. É por isso que na apresentação de conclusões o investigador pode e deve “sugerir aperfeiçoamentos do seu modelo de análise ou propor pistas de reflexão e de investigação para o futuro” (Quiivy e Campenhoudt, 2003: 210-211). Esse

cuidado deve ser tomado quer antes como após recolha de informação, já que há sempre ajustes a fazer no que a conclusões diz respeito.

A técnica que iremos usar neste estudo é a de administração indireta do inquérito por questionário – onde o inquiridor regista a informação fornecida pelo respondente (Ibid.: 2003: 188).

Das várias vantagens e de alguns constrangimentos associados a esta técnica de investigação, queremos realçar os aspetos que podem levantar mais problemas e limitações. O primeiro e um dos mais relevantes é a questão da amostragem ser ou não aleatória, que em caso negativo perturba a questão da representatividade dos indivíduos inquiridos e a questão da generalização fora do grupo de inquiridos (Ghiglione & Matalon, 1995; Quivy & Campenhoudt, 2003; Coutinho, 2011). Um caso frequente é, por exemplo, a elevada taxa de não resposta ao questionário, o que reduz a amostra e tende a gerar um não alcance de números mínimos – e por isso enviesando drasticamente os resultados. Um outro caso a ter em conta é a impossibilidade de se poder estabelecer relações causais entre variáveis o que, em certos casos, reduz a investigação apoiada apenas em inquéritos por questionário a uma simples descrição de dados – o que nos leva a ter em conta o resultado de outras investigações já efetuadas, tal como o faremos abaixo quando “compararmos” os resultados do nosso inquérito com um inquérito de 2013.

No entanto, há outras preocupações que nos devem ocupar o pensamento no que ao enviesamento de resultados diz respeito aquando do uso de inquéritos por questionário. A forma como as questões são colocadas pode, *a priori*, condicionar os resultados finais. Primeiro, se se trata de questões abertas ou fechadas. As questões abertas colocam o problema e a ambiguidade da categorização; as questões fechadas limitam a resposta e empobrecem as análises. Todavia, neste estudo, optamos mais por questões fechadas do que abertas. Para se facilitar o preenchimento e a gestão do tempo, optamos por questões fechadas numa lógica binária ou apoiadas em escalas de cinco pontos (tipo *Likert*). A opção por este tipo de questões deriva do facto de serem facilmente respondidas, aliviando o inquirido de múltiplas opções de resposta e permitindo o foco na questão e não tanto na formulação das respostas. Se é verdade que se empobrece o resultado final, e que por vezes se pode «embalar» o respondente num ritmo de resposta automática, também não é menos verdade que se apura a questão em concreto sem dispersão. É com estes cuidados que avançaremos na recolha de informação.

2.3. Objetivos gerais e objetivos específicos

Sendo nosso propósito fundamental, conhecer as tendências demográficas (com incidência nos fenómenos da fecundidade e da natalidade) em curso no Alto Minho e os seus efeitos sobre as gerações vindouras, com o objetivo maior de estudar as novas realidades sociais, ocorridas entre os Recenseamentos Gerais à População (levados a cabo pelo Instituto Nacional de Estatística - INE) de 2001 e de 2011, e dados registados até à atualidade, e, simultaneamente, projetar esta região, quanto à demografia e perfil da população para os próximos 25 anos, sob o lema “Horizonte 2040 – Prospetiva Demográfica e Social”, ressaltam, no imediato, alguns objetivos gerais e objetivos específicos da presente tese.

Primeiro objetivo geral

***Estudar e observar** a evolução da natalidade e da fecundidade nas últimas décadas (partindo do universal para o local), no Mundo, na Europa, em Portugal e no Alto Minho, procurando, por um lado, **analisar e categorizar** as projeções populacionais realizadas por várias entidades oficiais (nacionais e internacionais) para o horizonte 2040 (isto é, "Pensar o passado para compreender o presente e idealizar o futuro", parafraseando Heródoto), e, por outro, consultar, como referência, trabalhos especializados existentes **e contar e qualificar** as tendências e políticas de natalidade e de fecundidade (principais intervenções), de âmbito central, em alguns países da Europa, de âmbito central e local em Portugal e de âmbito local no Alto Minho, para a promoção da natalidade e da fecundidade, com o intuito de reverter a dinâmica demográfica regressiva.*

Ambicionamos, contudo, ir mais longe na nossa investigação, com o propósito de atingir outros **objetivos mais específicos**, no âmbito deste objetivo geral:

Destacar exemplos de boas práticas (de sucesso) para a promoção da fecundidade e da natalidade em alguns países da Europa e em alguns municípios portugueses, delineados

com o intuito de solucionar o problema da dinâmica demográfica regressiva que se faz sentir;

Estudar quais os constrangimentos sociais, culturais, económicos e financeiros que têm provocado tão poucos nascimentos e, por conseguinte, que medidas e que incentivos devem ser postos em prática pelas várias entidades, no combate a este défice demográfico;

Interpretar a situação atual do Alto Minho (analisar como se nasce, porque se nasce, ou não, e quanto se nasce no Alto Minho), baseados em dados estatísticos rigorosos e oficiais - com incidência na fecundidade/natalidade, na mortalidade e no fenómeno migratório -, comparando o que fomos e somos (como chegamos até aqui) com aquilo que poderemos ser (o que queremos ser);

Conhecer melhor as tendências demográficas dos dez concelhos do Alto Minho nos últimos 20 anos (Censos 2001 e 2011, e dados registados até à atualidade), em comparação com os dados observados no país;

Avaliar se, à semelhança do que acontece noutros países, a solução para haver mais nascimentos passará por dar melhores condições para a conciliação do tempo de trabalho e do tempo da família, mediante o aumento da oferta de infraestruturas de apoio às crianças - creches, infantários -, e de apoios em termos de licenças de acompanhamento dos filhos.

Segundo objetivo geral

***Analisar, construir, contar, qualificar e verificar** as principais intervenções (medidas/respostas sociais) que têm sido, estão a ser e serão adotadas no terreno pela governação local – Câmaras Municipais -, com o intuito de reverter a atual dinâmica demográfica regressiva que se observa nos municípios do Alto Minho, em particular, e na grande maioria dos municípios portugueses, em geral.*

Temos a pretensão, no entanto, de ir mais além na nossa investigação com o propósito de atingir outros **objetivos mais específicos**, no âmbito deste objetivo geral:

Elencar exemplos de boas práticas em alguns municípios, criando uma espécie de “guia de boas práticas”, baseado no que foi realizado com sucesso pelas várias Câmaras

Municipais, sobre medidas implementadas e a implementar para incentivar a natalidade, e que pode ser replicado noutros locais;

Verificar, junto dos vários agentes da região, se, perante os dados do presente (baixa taxa de natalidade), está ou vai ser posto em prática um novo modelo social.

Terceiro objetivo geral

***Construir, categorizar, contar, qualificar e verificar**, através da reação (perspetiva) das pessoas (municípes), quais os constrangimentos sociais, culturais, económicos e financeiros que têm contribuído para que haja tão poucos nascimentos e, por conseguinte, saber, por um lado, se os Alto Minhotos estão disponíveis e em condições de dar o seu contributo para a reposição das gerações, e por outro, se estão de acordo que a natalidade deve ser publicamente incentivada e, por fim, avaliar se haverá uma mudança de mentalidade nos Alto Minhotos – em que se troca o que se considera ideal pela qualidade da parentalidade, considerando que é preferível ter um só filho com mais oportunidades e menos restrições, do que ter mais filhos.*

Pretendemos, no entanto, ir mais longe na nossa investigação com o propósito de atingir outros **objetivos mais específicos**, no âmbito deste objetivo geral:

Analisar se as respostas dos Alto Minhotos ao inquérito por questionário 2015/16 sobre fecundidade são coincidentes com as preocupações dos responsáveis municipais na implementação de medidas de incentivo à natalidade, veiculadas nas respostas do questionário aos municípios em 2014;

Perceber se os Alto Minhotos consideram que a baixa natalidade verificada no Alto Minho, em particular, e em Portugal, em geral, se deve a razões económicas e financeiras ou é mais um problema de índole cultural e de mentalidade e do foro pessoal e privado;

Perceber se há assimetrias entre os municípios do Alto Minho (interior/litoral) no que à fecundidade diz respeito e verificar se nos concelhos considerados mais interiorizados o desejo de ter filhos é maior;

Avaliar se em todos os concelhos o número médio de filhos que as mulheres têm ou pensam vir a ter é inferior ao número médio de filhos desejados;

Tentar perceber se haverá verdadeira partilha (paridade!) de responsabilidades domésticas, de divisão das tarefas com crianças e a partilha de decisões entre mães e pais do Alto Minho (casados ou a viver em união de facto);

Aferir se a população do Alto Minho considera que a natalidade deve ser publicamente incentivada e, simultaneamente, analisar quais são para os Alto Minhotos as medidas consideradas como mais importantes incentivos à natalidade;

Analisar se os Alto Minhotos estão disponíveis e em condições de dar o seu contributo para a reposição de gerações na sua sub-região e, conseqüentemente, no seu país;

Perceber se a natalidade deve ser vista como um “desígnio nacional”, através de um pacto nacional, com responsabilidade transversal da sociedade para se conseguir o equilíbrio geracional;

Avaliar, afinal, por que será melhor ter mais filhos;

Aferir se o número de Alto Minhotos que não deseja ter filhos tem aumentado nos últimos tempos (a nível nacional, segundo o inquérito à fecundidade de 2013, andava à volta dos 8%).

2.4. Hipóteses

Considerando os objetivos (gerais e específicos) anteriormente elencados, decidimos incluir neste nosso projeto algumas hipóteses de evolução da demografia Alto-Minhota no horizonte temporal dos próximos 25 anos. Deste modo, consideramos as seguintes hipóteses de partida:

Primeira hipótese

De acordo com os Recenseamentos Gerais à população, de 2001 e 2011, o n.º de residentes no Alto Minho tem vindo a decrescer. Entre 2001 e 2011, a população residente na região, diminuiu 2%. Se atentarmos nas tendências recentes de aumento da emigração, de diminuição da imigração, do aumento da mortalidade e da diminuição de nascimentos, sem renovação das gerações, perspetiva-se uma continuidade do decréscimo da população residente no Alto Minho, bem como o seu conseqüente envelhecimento, nos próximos 25 anos;

Segunda hipótese

A dinâmica demográfica do Alto Minho, ao longo das duas últimas décadas, tem vindo a registar valores que se afastam dos observados na região Norte, bem como em termos nacionais, sendo de prever que essa tendência se agudize nos próximos anos. Perspetiva-se, pois, que dos cerca de 2% que a região representa, atualmente, da população residente no país e dos perto de 7% da população residente na região Norte, esses valores venham a ser ainda mais baixos nos próximos 25 anos;

Terceira hipótese

A dinâmica demográfica verificada, ao longo dos últimos anos, no seio dos 10 concelhos que compõem o Alto Minho apresenta algumas assimetrias, verificando-se maior diminuição de população residente nos concelhos mais interiorizados (menos densamente povoados), se comparado com os considerados do litoral (Caminha, Vila Nova de Cerveira, Ponte de

Lima e Viana do Castelo). De todo o modo, a “fuga” de população residente daqueles concelhos não parece ser atraída, na sua maioria, por estes;

Quarta hipótese

Mesmo que a taxa de natalidade aumente ligeiramente, o n.º de nascimentos irá diminuir, a não ser que a Taxa de Fecundidade Total (TFT) aumente para índices comparativamente elevados para garantir alguma recuperação de nascimentos, se bem que, até agora, não se tenha vislumbrado qualquer sinal dessa recuperação.

Quinta hipótese

Muitos anos de baixas taxas de natalidade estão a levar à tomada de novas medidas por parte das várias entidades responsáveis (nomeadamente autarquias: Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia) para encorajar as famílias e dar o impulso necessário para o aumento da taxa de natalidade, importando aferir se aquelas medidas serão suficientes para aumentar o número de nascimentos, esbatendo o envelhecimento populacional na base da pirâmide demográfica do Alto Minho e, conseqüentemente, para substituir gerações.

Sexta hipótese

Infere-se que a baixa natalidade verificada no Alto Minho se deve a razões económicas e financeiras, mas também a razões de índole cultural e de mentalidade, bem como do foro pessoal e privado, verificando-se, sobretudo nos últimos tempos, uma mudança de mentalidade nos Alto Minhotos – em que se troca o que se acha ideal pela qualidade da parentalidade, considerando que é preferível ter um só filho com mais oportunidades e menos restrições, do que ter mais filhos;

Sétima hipótese

A tendência de queda da natalidade no Alto Minho, malgrado vir de há várias décadas, acentuou-se com a crise que se tem vindo a sentir no país (desde 2009) e, em particular, na região, dado que os potenciais jovens pais que estão no desemprego, ou numa situação profissional instável, adiam a sua decisão ou nunca serão pais, e, se o forem, a gravidez vai-se protelando e terão não dois filhos ou mais, mas apenas um.

Capítulo 3. Realidade demográfica: “o estado da arte” – Do universal ao local: um problema global?

“O crescimento rápido da população mundial é um problema de desenvolvimento. Sem ser tão espetacular como as crises financeiras ou políticas, esse crescimento tem, pelo menos, a mesma importância para o futuro da humanidade.”

Cf. Banco Mundial, World Development Report 1984.

“O controlo da natalidade é uma questão de grande importância, particularmente em relação à possibilidade de um governo mundial...”

Bertrand Russell (1959)

3.1. A natalidade e outras variáveis demográficas no Mundo

3.1.1. Evolução desde 1960 até à atualidade (2015) – Estimativas

Há uns anos, a Organização das Nações Unidas (ONU, 2012) anunciou, no dia 11 de julho (Dia Mundial da População), que tinha acabado de nascer o bebé 7 mil milhões, nas Filipinas. Tratou-se, como é óbvio, de um anúncio meramente simbólico, quer quanto ao número redondo, quer, sobretudo, quanto ao local.

Ultrapassado que está o patamar de 7 mil milhões de habitantes na Terra, urge olhar para o futuro e procurar as suas chaves. Que desafios se nos deparam em áreas tão determinantes como a demografia, a democracia, a energia, o ambiente, a educação, a ciência e a cultura?

Apesar do ritmo de crescimento da população mundial ter, ao longo das últimas décadas, vindo a diminuir, é indelével que, mesmo assim, ela tem vindo a crescer bastante, tendo, recentemente, o Banco Mundial tornado público que, apenas, entre 2013 e 2014 o número de pessoas aumentou em 82,8 milhões (apesar de haver 24 países e territórios que perderam população, com destaque para o nosso país que regista a quinta maior perda populacional de todo o mundo, em termos relativos), prevendo as Nações Unidas (ONU, 2015) que, em 2100, a população mundial já ultrapasse os 11,2 mil milhões de habitantes (Quadros 3.1 e 3.2).

Segundo estimativas do Banco Mundial referentes a 2014, os 10 países mais populosos do mundo são os seguintes (em milhões):

- 1) China: 1 369 (prevendo-se que nos próximos 5 anos tenha mais 45 milhões, sobretudo devido à recente revogação da política do “Filho Único”)
- 2) Índia: 1 267
- 3) Estados Unidos: 319
- 4) Indonésia: 252
- 5) Brasil: 202
- 6) Paquistão: 185

- 7) Nigéria: 178
- 8) Bangladesh: 158
- 9) Rússia: 141
- 10) Japão: 126

Quadro 3.1. Crescimento populacional mundial (estimativas, em milhões)

Ano	Mundo	África	Ásia	Europa	Am. Lat	Am. No	Oceania
1900	1 650	133	947	408	74	82	6
1960	3 021	277	1 701	604	218	204	15
2000	6 070	795	3 679	727	520	315	31
2015	7 349	1 186	4 393	738	634	358	39

Fonte: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2015)

Quadro 3.2. Projeções da população mundial (por Continente, em milhões)

Ano	2015	2030	2050	2100
Mundo	7 349	8 501	9 725	11 213
África	1 186	1 679	2 478	4 387
Ásia	4 393	4 923	5 267	4 889
Europa	738	734	707	646
Am. Lat	634	721	784	721
Am. No	358	396	433	500
Oceania	39	47	57	71

Fonte: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2015)

Olhando para estes dados, concluímos que o maior desafio que se vislumbra talvez seja tentar encontrar o equilíbrio entre os países denominados de subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, onde há mais nascimentos, e os países mais desenvolvidos (industrializados), onde se nasce cada vez menos (a par do envelhecimento da população, no topo da pirâmide, que está a acelerar a um ritmo enorme), mas, onde, por outro lado, se consomem mais recursos.

A este propósito, é de referir que no Dia Mundial da População de 2012, o *Worldwatch Institute* (2012) – organização independente com sede em Washington - apresentou nove

propostas ou estratégias ambiciosas para estabilizar a população mundial, com o intuito de evitar que os habitantes da Terra cresçam dos 7 mil milhões para mais de nove mil milhões em 2050.

Para Robert Engelman, presidente daquele Instituto, “o crescimento insustentável da população só pode ser efetivamente travado, dando às mulheres o poder de escolherem ficar grávidas apenas quando querem” (Worldwatch Institute, 2012).

Engelman refere, ainda, que há exemplos em todo o mundo “de políticas efetivas e baratas que não só reduzem as taxas de natalidade, como também respeitam as aspirações reprodutivas dos pais e apoiam uma sociedade educada e economicamente ativa que promove a saúde das mulheres e das raparigas”. Salientamos, apenas, duas das nove propostas/estratégias (porque mais radicais) que, na ótica dos promotores, poderão colocar a população mundial num padrão de crescimento ambientalmente sustentável: “acabar com todas as políticas que recompensam financeiramente os pais com base no número de filhos” e “atribuir preços aos custos e impactos ambientais de um filho adicional numa família” (Ibidem, 2012).

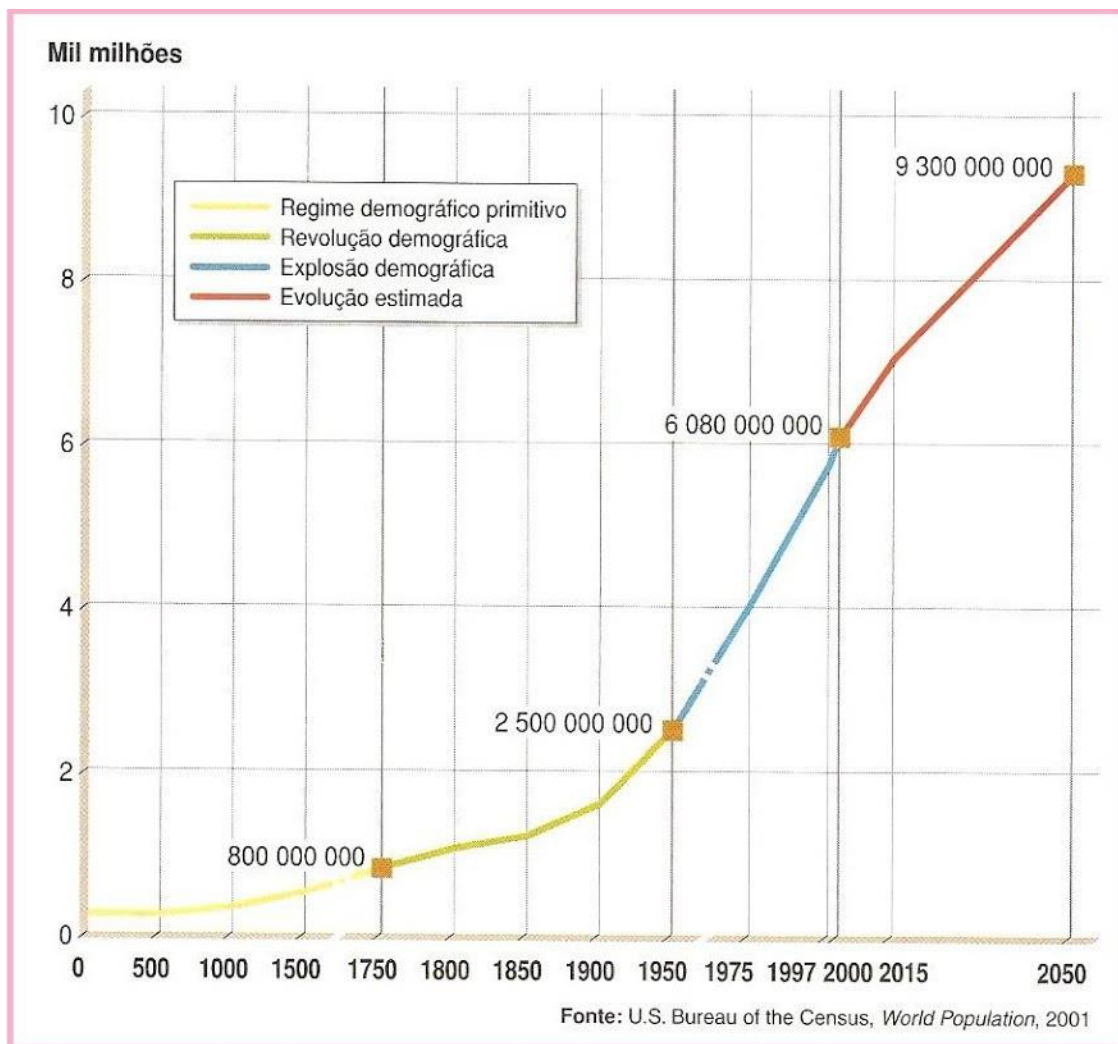
Refira-se que, atualmente, a China e a Índia, em conjunto, têm perto de três mil milhões de pessoas, o que equivale a cerca de 40% do total da população mundial. É, pois, fácil de ver onde pode residir o maior problema, apesar de sabermos dos esforços que, sobretudo a China, tem tomado para tentar controlar a sua população, nomeadamente com a implementação da política de “Filho Único”, que vigorou durante vários anos, e que foi recentemente revogada (devido, sobretudo, ao crescente envelhecimento populacional e à necessidade de mão de obra), permitindo-se, agora, salvo algumas exceções, dois filhos por casal.

O relatório sobre o “Estado da População Mundial”, elaborado pelo Fundo das Nações Unidas para a População, tornado público em outubro de 2016, dá ênfase ao casamento forçado, ao trabalho infantil, à mutilação genital feminina e a outras práticas perigosas para a saúde e para os direitos humanos, que ameaçam a ambiciosa agenda mundial de desenvolvimento. Práticas estas que prejudicam as jovens do sexo feminino e violam os seus direitos humanos, a partir dos dez anos de idade, impedindo-as de alcançarem o seu pleno potencial quando adultas e de contribuir para o progresso económico e social das suas comunidades e nações. Apelando, por isso, as Nações Unidas a um “investimento” nas raparigas de dez anos (que estão sistematicamente em desvantagem face aos rapazes), sob o argumento que se este grupo de mais de 60 milhões (num total de 125 milhões de crianças de

dez anos no mundo) tiver um futuro de prosperidade, todos sairão a ganhar, incluindo a economia. Argumenta este relatório que:

" A nova agenda de desenvolvimento, aprovada pelos líderes mundiais em 2015, é o modelo para o progresso social e económico dos países por 15 anos. Destina-se para um desenvolvimento equitativo que não deixa ninguém para trás. Removendo hoje as barreiras que detêm as meninas de 10 anos de idade e aumentam as probabilidades de sucesso da agenda" (ONU, 2016).

Gráfico 3.1. Evolução e projeção da população mundial



Fonte: U.S Bureau of the Census, *World Population*, 2001

3.1.2. Horizonte 2040: Projeções e os vários contrastes regionais e entre Continentes

Em 29 de julho de 2015, a ONU divulgou um relatório denominado “Panorama da População Mundial: a revisão de 2015”, o qual salienta que a população mundial situar-se-á nos 8,5 mil milhões já em 2030, podendo alcançar os 9,7 mil milhões em meados do atual século e atingir cerca de 11,2 mil milhões em 2100.

Naquele relatório, infere-se que no período entre 2015 e 2050, cerca de metade do crescimento da população mundial se resumirá a apenas nove países, a saber: Índia, Nigéria, Paquistão, República Democrática do Congo, Etiópia, Tanzânia, Estados Unidos, Indonésia e Uganda.

Atualmente, ainda segundo esse documento, entre os dez países mais populosos do mundo, um situa-se em África (Nigéria), cinco pertencem à Ásia (Bangladesh, China, Índia, Indonésia e Paquistão), dois são da América Latina (Brasil e México) e apenas um se situa na Europa (a Rússia). Realce, também, para o facto de, entre estes países, a Nigéria (atualmente o sétimo mais populoso do mundo) ser aquele que está a ter um crescimento mais meteórico, devendo, por isso, ultrapassar os Estados Unidos da América, por volta de 2050, tornando-se, desse modo, o terceiro país mais populoso do mundo.

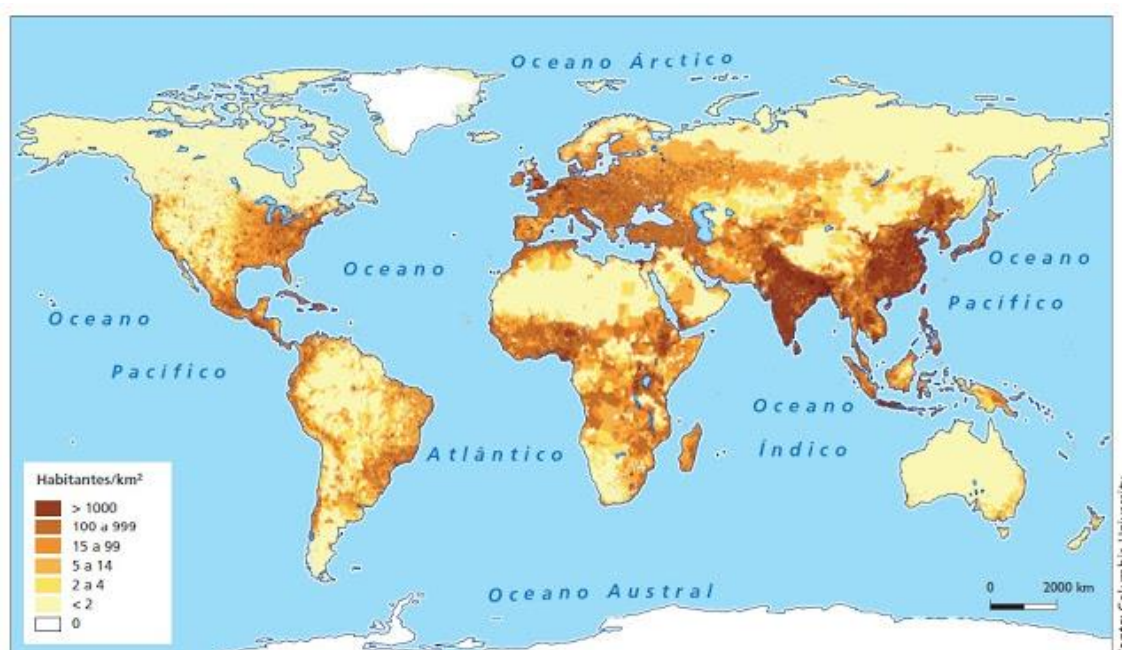
Merece, ainda, destaque o facto de se prever que, entre 2015 e 2050, 28 países do Continente Africano mais que duplicarão a sua população, sendo que em 2100 se estime que 10 países africanos (Angola, Burundi, R. D. do Congo, Malawi, Mali, Somália, Uganda, Tanzânia e Zâmbia) deverão quintuplicar as suas populações.

Simultaneamente a estas projeções de crescimento populacional nos países salientados, prevê-se um envelhecimento, no topo da pirâmide, a um ritmo alucinante da população nas décadas futuras na maioria das regiões, com o Velho Continente ao leme, onde cerca de trinta e cinco por cento da sua população terá mais de sessenta anos até 2050, ao passo que na América Latina, nas Caraíbas e na Ásia, a população com mais de sessenta anos passará de doze por cento, atualmente, para mais de vinte e cinco por cento em 2050.

Quanto à esperança média de vida ao nascimento, segundo aquele relatório, este índice aumentou significativamente nos países menos desenvolvidos nos últimos anos, verificando-se um ganho médio de seis anos na esperança média de vida nos países mais pobres.

No que à densidade demográfica diz respeito (distribuição da população numa determinada área – expressa em habitantes por quilómetro quadrado), temos, segundo estimativas de 2014, os seguintes dados por Continente: África – 35,25; Ásia – 94,83; Europa – 73,09; América (América Latina e América do Norte) – 22,55; Oceânia – 4,32. Por curiosidade, o país mais densamente povoado do mundo é a Cidade-Estado do Mónaco, registando 15.102 habitantes/km², ao passo que o menos densamente povoado é a Mongólia, registando, apenas, 1,89 habitantes/km² (Figura 3.1).

Figura 3.1. Mapa da densidade populacional no Mundo



Fonte: Columbia University

Por último, convém referir que o relatório da ONU salienta que a concentração do crescimento populacional nos países mais pobres simboliza um conjunto de desafios, resultando na maior dificuldade em erradicar a pobreza e as desigualdades, combater a fome e subnutrição, bem como expandir o acesso à educação e aos sistemas de saúde, que são essenciais para o sucesso da nova agenda de desenvolvimento sustentável.

Um exemplo clarificador sobre o acentuar das desigualdades (neste particular, económicas) está bem patente no relatório tornado público, recentemente, pela ONG *Oxfam*, denominado “Uma economia ao serviço de 1%” (*Oxfam*, 2016) dando conta que a riqueza de 1% da população superou, em 2015, a dos restantes 99%. Levando a que o fosso entre a franja dos mais ricos e o resto da população do planeta aumentasse de forma preocupante nos últimos 12

meses. Nesse relatório, calcula-se que 62 pessoas possuam tanto capital como a metade mais pobre da população mundial, cerca de 3,5 mil milhões de pessoas.

A distribuição da população mundial apresenta-se, pois, muito irregular, situando-se os principais focos demográficos (zonas de maior concentração demográfica) no Sul e Sudeste Asiático, na Europa Central e Ocidental e na Costa atlântica dos EUA. Já as zonas desabitadas ou onde a população é escassa (os denominados “vazios humanos”), situam-se na Antártica, na Gronelândia, no Norte do Canadá, no Norte da Rússia e na Sibéria (sobretudo devido às temperaturas muito baixas), no Saara (devido às temperaturas muito altas e à secura), nos Himalaias (devido às grandes amplitudes) e na Amazónia (devido à vegetação muito densa).

3.2. A natalidade e outras variáveis demográficas na Europa

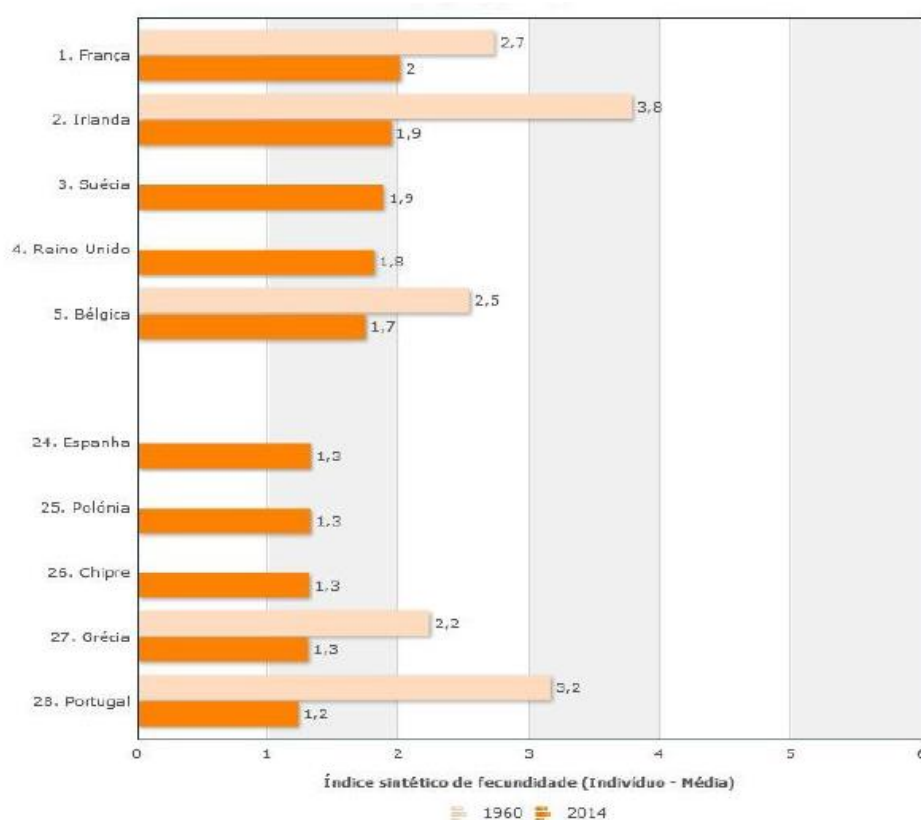
3.2.1. Evolução desde 1960 até à atualidade (2015) – Estimativas

Na Europa em geral (nomeadamente nos países da UE – onde mais nos vamos deter), e, particularmente, em Portugal já se fala de uma recessão demográfica, devido às baixas taxas de natalidade.

O Eurostat dá conta que, no ano de 2014 (designado pelo Parlamento Europeu como o “Ano Europeu para a conciliação da vida profissional e vida familiar”), houve 5,1 milhões de nascimentos nos 28 Estados-membros – contra 5 milhões no ano de 2001 -, tendo, em média, o índice sintético de fecundidade aumentado de 1,46 em 2001 para 1,58 em 2014, ano em que variou entre 1,23 no nosso país e 2,01 em França, os países na cauda e no topo da lista, respetivamente. Sabendo-se que um índice sintético de fecundidade à volta de 2,1 nados vivos por mulher é considerado como aquele que corresponde ao nível de renovação da população nos países desenvolvidos.

Segundo o “Retrato de Portugal na Europa 2016” da PORDATA (www.pordata.pt), em todos os países europeus o número médio de nascimentos diminuiu. Se se analisar o índice sintético de fecundidade (número de filhos por mulher em idade fértil) relativo a 1960 e 2014, com base em dados do Eurostat, verifica-se em todos os países da União Europeia uma fecundidade muito mais baixa em 2014 em relação a 1960, ficando-se a média pelos 1,58. Portugal “carrega” a bandeira do país com o mais baixo índice sintético de fecundidade na UE, quedando-se pelos 1,23 em 2014, quando em 1960 atingiu os 3,16, seguido da Grécia, do Chipre, da Polónia e da Espanha. Já na linha da frente, situa-se, em primeiro lugar, a França com 2,01 em 2014 face aos 2,73 de 1960, a que se segue a Irlanda com 1,94 em 2014 contra os 3,78 em 1960, depois aparece a Suécia com 1,88 em 2014 (países que merecerão o nosso destaque, no ponto seguinte, como casos de boas práticas) e do reino Unido com 1,81 (Gráfico 3.2).

Gráfico 3.2. Índice sintético de fecundidade (1960 e 2014)



Fonte: PORDATA (2014)

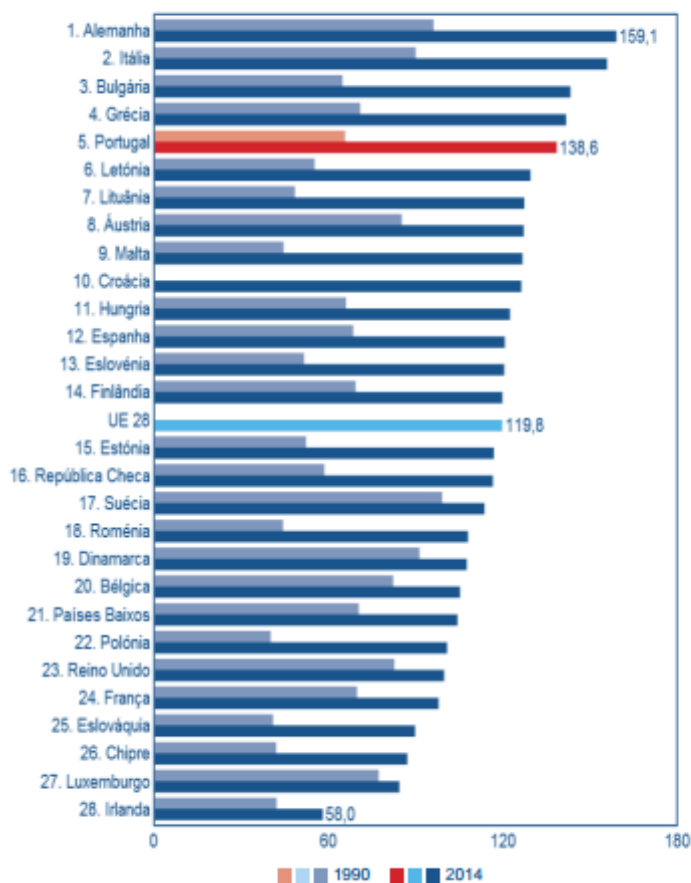
Relativamente ao índice de envelhecimento (número de idosos por cada 100 jovens), há muito que, em alguns países, sobretudo os mais populosos, o número de idosos (com 65 anos ou mais) ultrapassou o de jovens (com menos de 15 anos), nomeadamente em consequência da grande quebra do número de nascimentos e do significativo aumento da esperança de vida à nascença. Neste particular, em 2014, a média da União Europeia situa-se nos 119,8, sendo que a Alemanha lidera com 159,1, seguida da Itália, da Bulgária, da Grécia e de Portugal que atinge os 138,6. Ao invés, a Irlanda apresenta um índice de apenas 58 idosos por cada 100 jovens, seguida do Luxemburgo, do Chipre e da Eslováquia (Gráfico 3.3).

Quanto à variação da população (2014-2015), a média da UE fica-se pelos 0,3%, muito se ficando a dever à imigração, sobretudo nos casos do Luxemburgo, que tem o índice mais elevado (2,4%) e da Alemanha com cerca de 0,8%, e às taxas de fecundidade, sobretudo na Suécia, no reino Unido e na França. Ao contrário, os países que apresentam uma variação populacional mais negativa situam-se na Europa do Sul, nomeadamente Portugal (-0,4%) e a Grécia (-0,6%), em consequência, por um lado, da emigração galopante e, por outro, por causa das taxas de fecundidade baixas.

Gráfico 3.3. Número de idosos por cada 100 jovens

138,6 Portugal

119,8 UE 28



Fontes: Eurostat, PORDATA – FFMS

Já no que concerne ao nº de famílias unipessoais de idosos no total das famílias unipessoais, relativamente ao ano de 2015, infere-se que a maioria das famílias unifamiliares do Sul da Europa, com Portugal incluído (52,8%), é de idosos. Ao invés, nos países da Escandinávia (Suécia, Dinamarca e Finlândia) já são os jovens que mais vivem sozinhos.

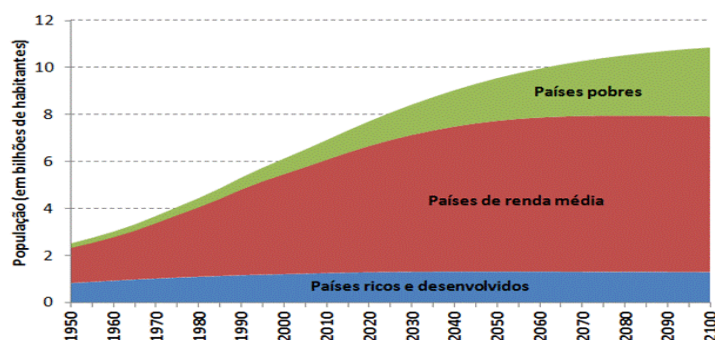
Relativamente a casamentos e divórcios, pode referir-se que na maioria dos países da UE o nº de divórcios já é mais de metade do nº de matrimónios, com Portugal a hastear a bandeira dos países com dados sobre esta variável, registando-se 70 divórcios por cada 100 casamentos, seguido da Dinamarca e do Luxemburgo com 69 e 68, respetivamente. Já Malta (13), Roménia (27) e Croácia (31) são os países onde há menos divórcios por cada 100 casamentos.

3.2.2. Horizonte 2040: Projeções e os vários contrastes regionais e entre países

O Velho Continente, no que às projeções demográficas diz respeito, vai em constante declínio (não por acaso, ainda recentemente, em pleno Parlamento Europeu, o Papa Francisco apelidou o nosso Continente de “Europa avó”), a par do dinamismo económico, os quais colocam a Europa em declive acentuado.

Projeções da ONU (United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division - 2015) apontam para que, em 2030, a Europa tenha 734 milhões de habitantes (tem atualmente à volta de 738), a Índia terá nessa mesma altura 1 523 mil milhões (à volta de 300 milhões mais do que tem atualmente), a China 1 393 (mais cerca de 50 milhões) e os EUA 362 (mais perto de 60 milhões). Saliente-se, neste quadro, que, atualmente, a UE28 tem pouco mais de 500 milhões de habitantes.

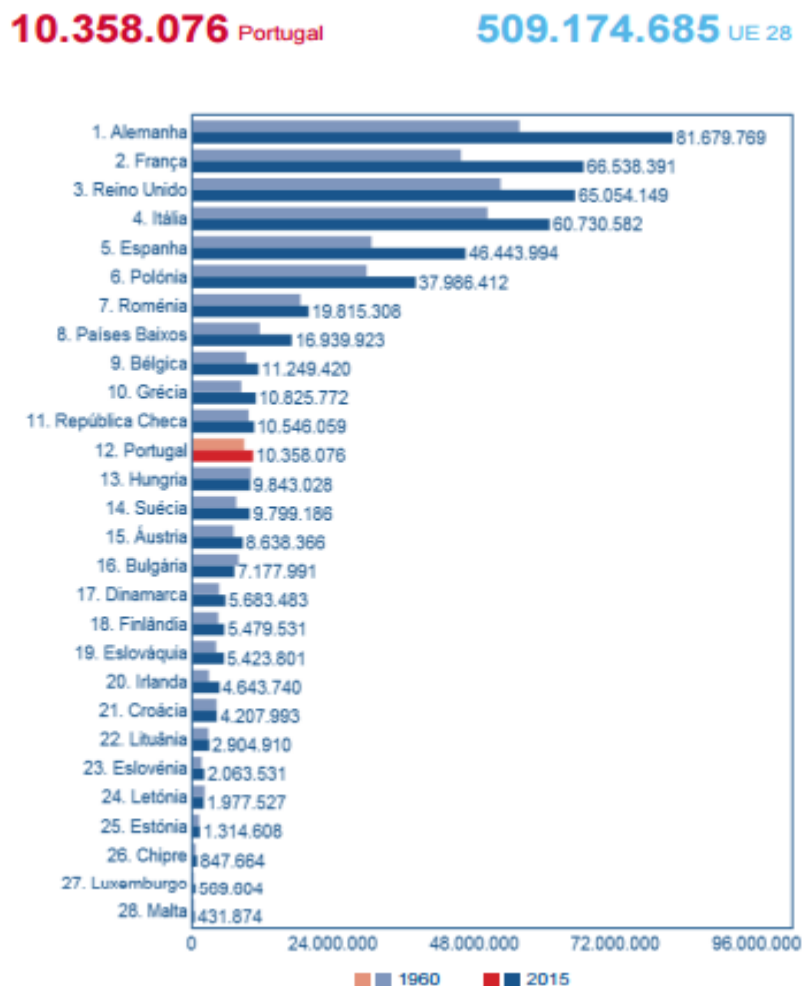
Gráfico 3.4. População mundial, por grupos de países: 1950-2100



Fonte: UN/ESA. World Population Prospects: The 2012 Revision

A distribuição da população da Europa apresenta-se irregular, situando-se as áreas de grande concentração na Europa Central e na Europa Ocidental (Reino Unido, Alemanha, Bélgica, França e Holanda), devido a fatores de atratividade naturais (climas temperados e húmidos, relevo geralmente plano e de baixa altitude e o predomínio de solos férteis) e humanos (agricultura próspera, grande industrialização e desenvolvimento do setor do comércio e dos serviços), tornando estes países ricos. Ao invés, as áreas de pequena concentração situam-se no Norte da Europa (Península da Escandinávia), devido sobretudo a fatores repulsivos naturais (clima frio, solos cobertos de neve em grande parte do ano e existência de áreas de relevo mais acidentado) - Gráfico 3.5.

Gráfico 3.5. Distribuição da população pela UE28



Fontes: Eurostat, PORDATA – FFMS

3.2.3. Tendências e políticas de natalidade na Europa - Estudo de casos: boas práticas implementadas por alguns países a nível central

É comumente aceite que se afigura difícil fazer a avaliação sobre o impacto da implementação de políticas públicas de estímulo à natalidade em determinado local (freguesia, município ou país), uma vez que as consequências em determinado contexto demográfico (local ou nacional) não são imediatas, ao contrário de outras condicionantes, sobretudo ciclos económicos ou movimentos migratórios laborais, em que os impactos são quase imediatos, alterando o xadrez da população em idade reprodutiva.

Por isso, urge, com muita acuidade, traçar as tendências pré-incentivos e as tendências pós-incentivos para averiguar sobre os impactos dessas políticas públicas, isto é, se a tendência de decréscimo se manteve, se se atenuou ou se aumentou.

Como se verifica no caso da França, onde, graças à constância das políticas públicas de incentivo à natalidade, tem sido possível manter níveis de fecundidade entre 1,7 e 1,9 filhos, situando-se, em 2014, segundo o Eurostat, nos 2,01 filhos, hasteando a bandeira do mais elevado Índice Sintético de Fecundidade (ISF) em toda a Europa. Tem mantido, assim, o ISF bastante estabilizado, há várias décadas, e mesmo com aumento nos anos mais recentes, aproximando-se, mesmo, de um valor próximo do considerado para a substituição de gerações (2,1).

Esta fecundidade significativa da França, no contexto europeu de baixa contínua, resulta sobretudo devido aos estímulos como a aposta na consolidação de uma rede de creches, à qual se segue a denominada “*école maternelle*”, que presta cuidados gratuitos de qualidade, prolongados e universais às crianças a partir dos 2 anos de idade.

Segundo o demógrafo Olivier Thévenon, do Instituto Nacional de Estudos Demográficos (Ined) de França, as políticas assistenciais são oferecidas justamente com objetivo de conciliar o trabalho com a vida familiar, benefícios como a licença de maternidade que garante o retorno ao trabalho, e serviços de creche e escolas maternas, encorajam na decisão de procriar.

A França, em 2013, foi o terceiro país da OCDE que dedicou uma maior fatia do PIB (3,5%) à despesa pública em benefícios para as famílias com filhos.

Já a Suécia, por exemplo, preocupada com a participação das mulheres no mercado laboral que seja compatível com a maternidade (à semelhança do que acontece noutros países europeus e não só para o primeiro filho), apresenta um ISF bastante alto (à volta de 1,9 filhos, registando em 2014, segundo dados do Eurostat, 1,88).

Ainda na Suécia, para além da aposta no trabalho feminino e em serviços de guarda de qualidade, há a destacar outras medidas de política pública que tornam este país *sui generis*, é o caso das políticas de família que não tendo como principal objetivo o aumento da natalidade mas sim da igualdade de género, acabam, também, por ter um efeito positivo no nascimento de bebés. O reconhecimento público, a nível central, do direito e do dever de cuidar por parte dos homens levou, na Suécia, ao desenvolvimento de medidas de apoio à partilha alargada das licenças parentais, constituindo este modelo uma referência inolvidável.

Ora, é precisamente em países como a Suécia onde as medidas de promoção da igualdade de género estão bem à frente, que a fecundidade mais tende a subir, nomeadamente em tempos de prosperidade e de maior otimismo.

A Suécia, em 2013, foi o quarto país da OCDE que dedicou uma maior fatia do PIB (3,5%) à despesa pública em benefícios para as famílias com filhos. A estabilidade nas relações laborais; níveis elevados de rendimentos e excelentes políticas de habitação são fatores que fazem a diferença nos países nórdicos em termos da promoção da natalidade.

Merece, também, destaque o Reino Unido, com um índice sintético de fecundidade de 1,81, em 2014, situando-se em quarto lugar no ranking europeu, que em 2013 foi o país da OCDE que dedicou a maior fatia do PIB (4%) à despesa pública em benefícios para as famílias com filhos.

Deste modo, escolhemos para análise três casos de boas práticas no que a incentivos para a promoção dos índices de natalidade diz respeito. Seleccionamos, como critério, os três primeiros países do índice sintético de fecundidade europeu (França, Irlanda e Suécia), segundo os resultados publicados pelo Eurostat e PORDATA, relativos aos anos de 2014 e 1960, onde a média da UE em 2014 se situa nos 1,58, com a França a liderar com 2,01, seguida da Irlanda com 1,94, da Suécia com 1,88 e do reino Unido com 1,81. Ao invés, Portugal surge como o país com a fecundidade mais baixa dos países da UE com 1,23, seguido da Grécia com 1,30, do Chipre com 1,31, da Polónia com 1,32 e da Espanha com 1,32.

Tal como se observa no Quadro 3.3, podemos dividir os apoios nos três países analisados em duas perspetivas diferentes: um esquema de incentivos ao pré-natal e um esquema de incentivos ao pós-natal.

A Suécia é mais incisiva no apoio ao pré-natal: aposta no financiamento da formação às mães. Também os incentivos indiretos são, neste país, consideráveis: apoio nos transportes e nos espaços públicos.

Quanto à França e à Irlanda, os incentivos focam-se fundamentalmente no período pós-natal. Os subsídios diretos, os esquemas de majoração, os impostos e os apoios à maternidade e segurança constituem os grandes pilares das suas políticas.

Uma palavra para a Irlanda, que tem uma fecundidade elevada, acima de tudo, devido a razões de ordem religiosa e cultural, numa sociedade profundamente católica.

Quadro 3.3. Casos de sucesso na Europa nas políticas de incentivo à natalidade

FRANÇA*

<u>Ação</u>	<u>Breve descrição</u>
Bónus Bebé	Para fazer face a despesas relacionadas com o nascimento no 7º mês de gestação, a família poderá receber a quantia de € 923,08 por cada criança que nasce (duas vezes esse valor para gêmeos, trigêmeos três vezes, etc.).
Abono de família	Varia de acordo com o número de filhos dependentes em casa e é pago até aos 21 anos: 2 filhos 129,35€; 3 filhos 295,05€; 4 filhos 460,77€ A partir dos 14 anos de idade, o jovem recebe um aumento mensal de 64,67 euros a partir do mês do aniversário.
Guarda de crianças	Serviço de guarda de crianças financiados pelo Estado Francês. Escolha opcional para os pais.
Parar ou reduzir tempo de trabalho para criar os filhos	Subsídio básico, subsídio de habitação e subsídio para livre escolha de atividade - cessação total (390,52 euros) e cessação parcial (252,46 euros).
A reforma considera o tempo de maternidade/paternidade	Majorações na reforma.
Fiscalidade	A taxa dos impostos tem em conta os rendimentos mas também o número de pessoas no agregado familiar.

IRLANDA**

<u>Ação</u>	<u>Breve descrição</u>
Benefícios à maternidade	Transferência feita para a mulher que está em licença de maternidade. O valor base é de 230€/semana.
Licença de maternidade	26 semanas pagas (através do maternity benefit), mais 16 semanas adicionais não pagas.
Prestação por filho	Abono transferido aos pais e cuidadores de crianças até aos 16 anos, ou 18 anos se tiver num sistema de internato de ensino. O valor base é de 130€/mês.
Benefício de segurança	Transferência semanal em caso de gravidez e amamentação, ou em licença, em caso de doença. O valor da transferência depende do rendimento semanal. Este valor é pago pela entidade empregadora em casos em que não seja possível remover determinado risco para a gravidez.
Suplemento ao rendimento familiar	Transferência semanal para trabalhadores com pelo menos uma criança, até aos 18 anos ou 22, no caso de estar num sistema de internato. Este suplemento é calculado em 60% da diferença entre o rendimento da família (líquido) por semana e os limites impostos.

SUÉCIA***

<u>Ação</u>	<u>Breve descrição</u>
Cuidados Especiais para Mães grávidas	Cursos para grávidas, gratuitos ou subsidiados; Em certos tipos de trabalho, pode haver lugar a dias pagos até 80% antes do nascimento da criança.
Licença de parentalidade longa e paga	Os pais têm até 480 dias pagos de licença paternal. Em 380 dias, é paga a 80%. Os restantes 90 dias, tem uma licença fixa. A licença pode ser requerida até aos 8 anos de idade.
Abono mensal por criança (até aos 16 anos)	115 euros/mês por criança. A partir de 2 crianças, há um suplemento a ser pago. Por exemplo: uma família com 6 crianças recebe 690 euros mais 450 euros de suplemento familiar.
Escolaridade gratuita	A pré-escola custa no máximo 138/mês. Dos 6 aos 19 anos a escola é gratuita com alimentação gratuita.
Cuidados de saúde maioritariamente gratuitos	Incluindo dentista, os cuidados de saúde são genericamente gratuitos até aos 20 anos de idade. As baixas médicas são pagas a 80%.
Incentivos nos Transportes	Transporte público gratuito para viagens com carrinho de bebé.
Espaços públicos amigos das crianças	Criação de espaços destinados e pensados para a mulher grávida e para o carrinho do bebé.

*Fonte: <http://www.caf.fr/aides-et-services/connaitre-vos-droits-selon-votre-situation/vous-avez-ou-vous-attendez-un-ou-desenfants/>

**Fonte: <http://www.citizensinformation.ie/en/>

***Fonte: <https://sweden.se/society/10-things-that-make-sweden-family-friendly/>

3.3. A natalidade e outras variáveis demográficas em Portugal

3.3.1. Evolução desde 1960 até à atualidade (2015) - Estimativas

Em Portugal, o número médio de filhos por mulher tem vindo a diminuir, tendo o país perdido, desde o início da década de oitenta do século passado, a capacidade para a renovação de gerações.

Há sensivelmente 50 anos (nomeadamente na década de sessenta do século passado), o número de nascimentos por ano ultrapassava os 200 mil (213 000, em 1960, valor recorde da história da natalidade em Portugal), em 1970, foram 180 000 e em 1980 já só se registaram 158 000 nascimentos, ao passo que no ano de 2014 se ficou pelos 82 367 nascimentos (e por 104 843 óbitos, o que dá um saldo natural negativo de 22 476 pessoas). Já em 2015 (de acordo com “Estatísticas”, divulgadas, em abril de 2016, pelo INE), registaram-se 85 500 nascimentos (com a particularidade de mais de metade – 50,7% dos bebés serem filhos de pais não casados), mais cerca de 3133 crianças (3,8%) em relação ao ano de 2014 (82 367). Saliente-se que este aumento dos nascimentos foi acompanhado pela subida do nº de óbitos, uma vez que em 2015 se verificaram 108 511 mortes de pessoas residentes em Portugal (mais cerca de 3668 – 3,5%, em relação ao ano de 2014 – 104 843), o que resulta num saldo natural negativo de 23 011 pessoas. Houve, portanto, um ligeiro aumento de nascimentos de 2014 para 2015 (acompanhado de uma subida ténue do número de filhos por mulher – 1,3 contra os 1,23 de 2014). De destacar que desde 2008 que se registam em Portugal mais mortes do que nascimentos.

Estimativas recentemente tornadas públicas pelo INE, relativas a 2015, (julho de 2016) e pelo Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (testes do pezinho) relacionadas com os primeiros onze meses de 2016 (dezembro de 2016), apontam para uma subida da natalidade pelo segundo ano consecutivo em Portugal, contrariando-se, assim, a tendência descendente verificada desde 2011. Malgrado esta verificação, na opinião de vários especialistas - sociólogos, demógrafos ou geógrafos – (JN, 2 de agosto de 2016, pp. 4 -5), ainda é demasiado prematuro

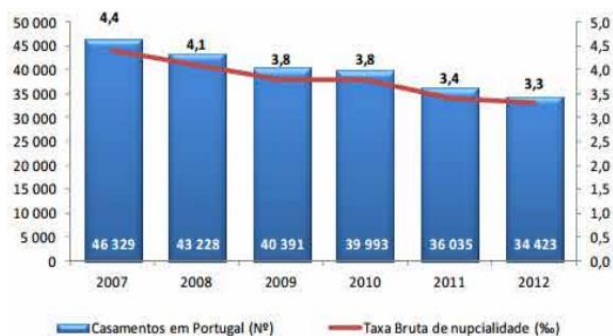
falar-se numa recuperação da taxa da natalidade, podendo estar por trás desta subida da natalidade “a concretização do projeto de ter um filho” (aliado ao desejo de otimismo), procrastinado até ao limite (biológico) em consequência da crise económica prolongada (sobretudo devido a dificuldades financeiras e ao consequente pessimismo) que tem assolado o país, pelo menos, nos últimos seis anos.

A esperança média de vida à nascença, entre 2013-2015, foi de 77,36 anos para os homens (um leve aumento em relação a 2012-2014, que tinha sido de 77,16) e de 83,23 para as mulheres (também um ténue aumento, já que entre 2012-2014 tinha sido de 83,03 anos).

Segundo aquelas “Estatísticas” de 2015, do INE, as mulheres portuguesas continuam a adiar o projeto da parentalidade, uma vez que três em cada dez bebés têm uma mãe com mais de 35 anos, ao passo que o nº de crianças nascidas de mães com idades abaixo dos 20 anos e entre os 20 e os 34 anos está a diminuir, desde há cerca de 5 anos.

No que a casamentos/nupcialidade diz respeito, resulta, destas “Estatísticas”, que os casamentos verificados em Portugal no ano de 2015 (32 393) tiveram um aumento de 915 celebrações relativamente a 2014, contrariando, deste modo, a evolução dos últimos anos (Gráfico 3.6).

Gráfico 3.6. Casamentos (nº) e taxa bruta de nupcialidade. (%), Portugal, 2007-2012



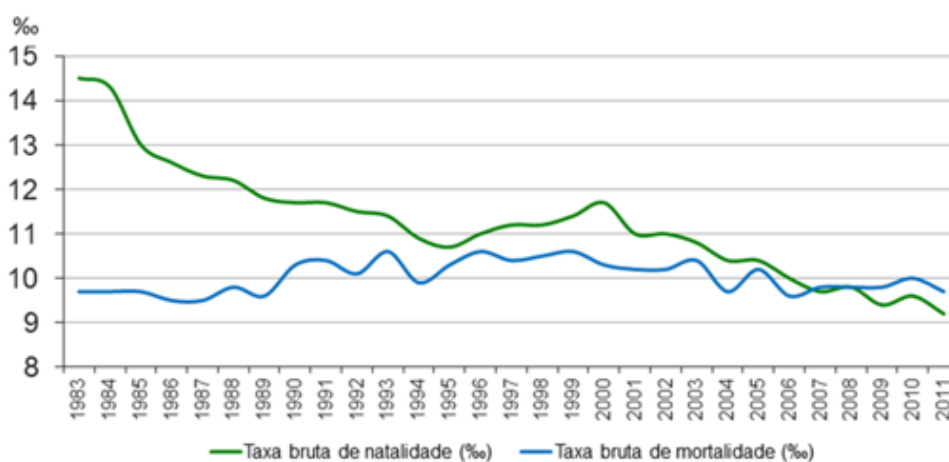
Fonte: INE/FFMS (2014)

É bom recordar, como atrás se salientou, que, ainda no princípio da década de setenta do século passado, o nosso país apresentava níveis de fecundidade dos mais elevados da Europa, sendo atualmente o que tem valores mais baixos.

Segundo o *Eurostat*, Portugal foi, mesmo, o país que, dentro da União Europeia, registou, em 2014, a taxa mais baixa de fecundidade com 1,23 bebés por mulher (estando, segundo a PORDATA, o concelho de Lisboa na liderança com a média de 1,8 filhos por mulher e o concelho de Sernancelhe – do distrito de Viseu - em último lugar com uma média de 0,49 filhos por mulher). Sendo, também, o país que registou a maior queda de nascimentos, entre 2001 e 2014.

O ritmo de envelhecimento populacional no topo da pirâmide (que tem uma relação direta com a taxa de fecundidade) não tem parado de disparar no nosso país, desde há vários anos, tendo o número de idosos por 100 jovens aumentado exponencialmente em todas as cinco NUTS II do Continente, apresentando-se a NUT II Norte como a mais jovem de Portugal Continental (onde, a título de exemplo, se pode referir que ainda em 2001 havia mais jovens do que idosos e em 2014 a situação também se inverteu, passando a existir 128 idosos por cada 100 jovens), revela a PORDATA.

Gráfico 3.7. Taxa bruta de natalidade vs. Taxa bruta de mortalidade



Fontes: PORDATA e FSO Consultores

De acordo com a PORDATA, atualmente, apenas as duas NUTS II correspondentes às regiões autónomas dos Açores e da Madeira apresentam uma maioria de população jovem, malgrado o índice de envelhecimento também tenha disparado nos últimos dez anos. Não é, pois, por acaso que os dois concelhos do país onde atualmente se registam mais crianças e jovens (com menos de 15 anos) do que idosos, são Ribeira Grande e Lagoa (nos Açores, com 35,2 e 49,4, respetivamente, em 2014), sendo, ao invés, o concelho de Vila Velha de Ródão

(município raiano do distrito de Castelo Branco), onde se verifica o maior número de idosos por cada 100 jovens residentes (803,9, em 2014).

Associada à questão do envelhecimento no topo da pirâmide, há outra variável que não se deve descurar e que diz respeito ao isolamento. Das 850,9 mil pessoas que viviam sozinhas, em 2014, 52,15% tinham 65 ou mais anos, tendo mais relevância este número, quando se sabe, também, que 77,9% dos pensionistas portugueses por velhice ganham menos que o salário mínimo nacional (PORDATA, 2015).

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), recentemente publicados, através do relatório sobre “Estatísticas Mundiais de Saúde”, em Portugal, a esperança de vida aos 65 anos está muito próxima de atingir o patamar dos 20 anos, isto é, em termos médios, um indivíduo com 65 anos pode almejar, atualmente, viver mais 20 anos (OMS, 2016).

De modo a compreendermos a importância desta conquista, bastará que regressemos até há 40 anos, momento em que um indivíduo com esta mesma idade almejava viver, em média, apenas, mais 13 anos.

Portugal, ao contrário de muitos países europeus, manteve, até ao início da década de noventa (1993), um saldo migratório negativo (mais portugueses a sair do que estrangeiros a entrar e fixar residência no nosso país), o que não ajudou a minimizar o ritmo de envelhecimento populacional na base da pirâmide. Este saldo migratório negativo voltou num passado recente (desde 2010) a registar-se no nosso país, sobretudo, em consequência da crise económico-financeira e social.

Invariavelmente, os portugueses que recorrem à emigração (de acordo com os dados do Observatório da Emigração, estima-se que, entre 2007 e 2013 - Observatório da Emigração, 2015 - saíram de Portugal cerca de 600 mil pessoas, apontando dados mais recentes que, em 2014, tenham saído mais 120 mil português) são sobretudo os mais jovens, em idades mais ativas e mais férteis, o que origina, por um lado, um aumento da percentagem de pessoas idosas (envelhecimento no topo da pirâmide) e, por outro, um decréscimo de nascimentos (envelhecimento na base da pirâmide), sendo que, segundo dados do INE publicados no final de outubro de 2016 - talvez pela melhoria da crença dos portugueses no futuro e não tanto pela reviravolta na situação económica do país – a emigração tenha diminuído cerca de 18,5% em 2015 face a 2014, bem como a imigração, uma vez que o país viu entrar em 2015 à volta de mais 53,2% pessoas quando comparado com o ano de 2014, se bem que esta aparente inversão de tendência, quer na emigração, quer na imigração, não tenha, ainda sido suficiente

para que o saldo migratório de 2015 saísse de valores negativos – menos cerca de 10.481 pessoas.

A reter, também, o estudo recente “Três Décadas de Portugal Europeu”, coordenado por Augusto Mateus, que regista mais de cinco milhões de pessoas de origem portuguesa espalhadas pelo globo, apresentando Portugal como o país com a mais elevada taxa de população emigrada da UE 28 (Mateus, 2015).

É este o ponto em que o país se encontra: a recente (e prolongada) crise económico-financeira e social veio agudizar e trazer à evidência uma outra crise, a demográfica, não raras vezes silenciosa mas implacável, caracterizada por uma fecundidade baixa, em que os nascimentos são já inferiores à mortalidade (registando-se um saldo natural negativo) e um saldo migratório negativo - com mais pessoas a sair (emigrar) do que a entrar (imigrar) –, havendo uma população cada vez mais envelhecida, uma contração da população em idade ativa, tendo como corolário lógico o inevitável declínio demográfico. Um quadro que revela a incapacidade de reposição de gerações, pelo menos a curto prazo. Dados divulgados pelo INE, no dia 16 de junho de 2015, indicam que, no espaço de um ano, entre dezembro de 2013 e dezembro de 2014, a população portuguesa reduziu-se em 52,5 mil pessoas. Para este decréscimo populacional de -0,50% concorreram um saldo natural negativo de 0,22% (menos 22 mil pessoas) e um saldo migratório também negativo de 0,29% (menos 30 mil pessoas). De acordo com o *Eurostat*, em 2014 (Eurostat, 2015), 21.124 pessoas adquiriram a nacionalidade portuguesa, sendo que 95% eram oriundas de países fora da Europa, destacando-se 22% de brasileiros, 15,7% de ucranianos e 15,1% de cabo-verdianos (INE, 2015).

Todavia, convém referir que esta conjugação não é uma característica recente do ano de 2014, mas sim uma tendência que já remonta a 2011, ano em que, pela primeira vez na demografia portuguesa, ambos os saldos tomaram valores negativos. A explicação deste fenómeno relaciona-se com a quebra da natalidade, com o aumento da longevidade e com o aumento da emigração, variáveis responsáveis pelo acentuado duplo envelhecimento (no topo e na base da pirâmide) da população portuguesa.

Quadro 3.4. População Portuguesa (PP), em milhares

Ano	1960	1970	1981	1991	2001	2011	2014	2017 (1)
PP	8 865,0	8 680,6	9 851,3	9 960,2	10 362,7	10 557,6	10 401,1	10 305,6

Fonte: INE, PORDATA

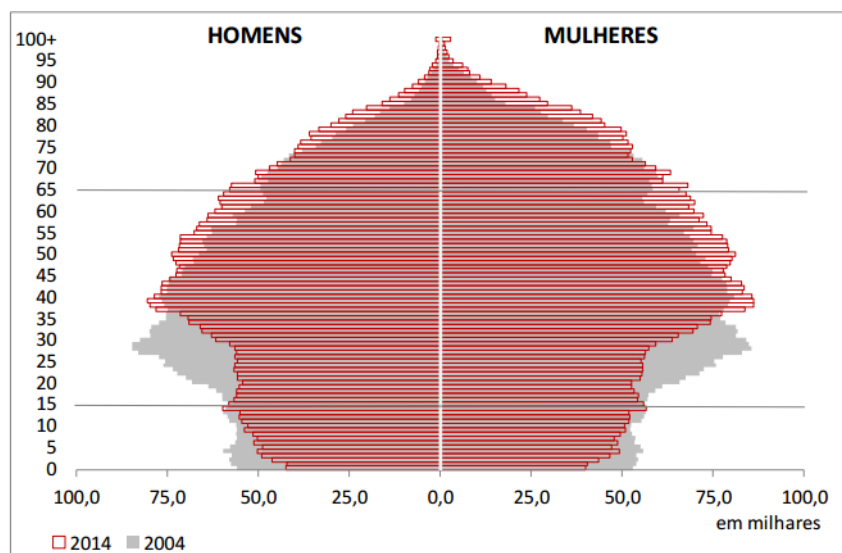
(1) Estimativa a 8 de fevereiro de 2017

Já em 2015, a população residente em Portugal, de acordo com estimativas divulgadas em 16 de junho de 2016 pelo INE (INE, 2016), teve uma diminuição de 0,32%, passando a 10 milhões e 341 mil pessoas (menos cerca de 33 mil do que um ano antes), espelhando um saldo migratório (que recuperou tenuemente graças a um ligeiro aumento da imigração) e um saldo natural (que, também, recuperou levemente em virtude do aumento do número de nascimentos e do número de filhos por mulher) negativos.

Aquelas estimativas permitem concluir que houve um crescimento do número de mortos assim como de nados-vivos, todavia continuam a morrer mais pessoas do que aquelas que nascem. Desta feita, infere-se que o saldo natural em 2015 foi negativo no total de 23 011 pessoas (apesar de tudo, um ténue aumento em relação a 2014, ano em que o balanço entre óbitos e nascimentos foi de -22 423).

No que concerne ao saldo migratório (diferença entre o número de pessoas que entra no país e do número de pessoas que sai), este, também, continuou negativo no ano de 2015, saldando-se pelos -10 481, malgrado se registar um aumento do número de imigrantes e a diminuição do número de emigrantes em comparação com 2014. Globalmente, em 2015, manteve-se o decréscimo da população portuguesa (-33 492 pessoas a residir no país), que já se arrasta desde o ano de 2010.

Figura 3.2. Pirâmides etárias, Portugal, 2004 e 2014



Fonte: <http://economiafinancas.com/wp-content/uploads/2015/06/>

Infere-se, ao mesmo tempo, destas estimativas do INE, mais um dado preocupante relacionado com o acentuar do envelhecimento demográfico no topo da pirâmide (o índice de envelhecimento nunca foi tão alto, registando-se 146 idosos para cada 100 jovens e, pasme-se, são já tantos os que estão entre os 75 e os 79 anos como os que têm até quatro anos), uma vez que, entre 2005 e 2015, se verifica um duplo envelhecimento, com o número de idosos a subir mais 316 mil e o número de jovens até aos 15 anos a diminuir cerca de 208 mil, refletindo uma pirâmide de idades invertida em que a base apresenta um estreitamento, ao passo que o topo não para de alargar. Simultaneamente, o número de pessoas em idade ativa (entre os 15 e os 64 anos) viu-se reduzido em 278 mil.

3.3.2. Horizonte 2040: Projeções e os vários contrastes regionais

A população portuguesa, de acordo com as projeções patentes no relatório sobre o “Estado da População Mundial”, elaborado pelo Fundo das Nações Unidas para a População, tornado público em outubro de 2016, será de 10,3 milhões no final de 2016, resultando numa descida média anual de 0,4% do número de habitantes entre 2010 e 2016. Deste relatório sobressai o facto de no final do ano de 2016 em Portugal os habitantes com 65 anos ou mais virem a representar um quinto (21%) do total de habitantes, ao passo que as crianças até aos 14 anos ficarão pelos 14%, havendo, apenas, três países com um registo mais negativo: Japão, Itália e Grécia.

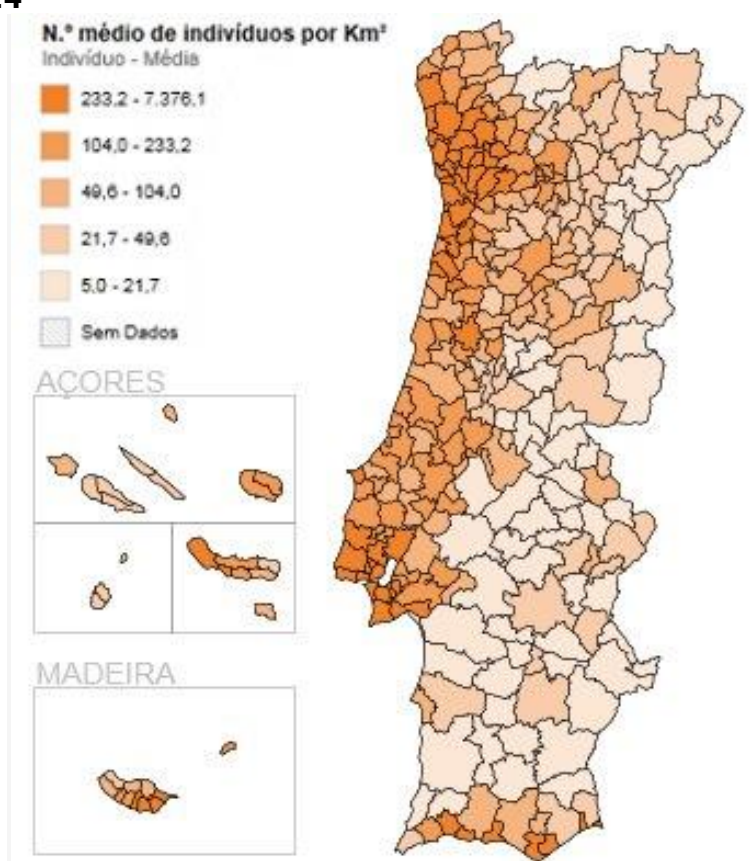
No que se refere aos jovens entre os 10 e os 24 anos, representarão 16%, ao passo que a população em idade ativa, entre os 15 e os 64 anos, atingirá 65% dos habitantes portugueses, realçando, ainda, aquele relatório, que as meninas com 10 anos serão 49 mil e que a esperança de vida à nascença, entre 2015 e 2020, será de 84 anos para as mulheres e de 79 anos para os homens. No que à taxa de fecundidade diz respeito, no nosso país será de 1,2 por cada mulher.

Outro dado a reter, prende-se com o facto de, em consequência deste declínio previsto para a população portuguesa, se vir a tornar insustentável o aumento da dívida pública. Um relatório do FMI, de setembro de 2016 (FMI, 2016, “4º relatório pós programa de ajustamento sobre previsões económicas para Portugal”), prevê que a despesa pública relacionada com o envelhecimento populacional poderá vir a ter um aumento acima dos 6 pontos percentuais do PIB até 2050 e perto de 7,5 pontos percentuais em 2100.

Portugal vive, atualmente, uma situação de despovoamento que deverá continuar a alastrar do interior para o litoral nos próximos anos, com uma cada vez maior concentração da população nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto (que correspondem a cerca de 5% do território nacional e onde vive quase metade da população portuguesa – 44%). Não obstante, as cidades de Lisboa e do Porto tenham vindo a registar perda de população há mais de uma década, facto é que essa quebra acaba por ser compensada pelo crescimento populacional nos concelhos limítrofes das duas maiores cidades lusas.

A situação era previsível dada a tendência acentuada na década de 2001-2011 (Censos 2011), que registou já zonas de despovoamento e envelhecimento da população na denominada faixa costeira, e que se tem agudizado nos anos mais recentes.

Figura 3.3. Mapa da densidade populacional portuguesa – nº médio de indivíduos por km², 2014



Fonte: <http://www.pordata.pt/Municipios/Densidade+populacional-452>

A densidade populacional portuguesa, em 2014, fica-se pelos 112,8 habitantes por quilómetro quadrado, a mesma que se registava em 2001, sendo que a maior densidade populacional em Portugal se verifica naquelas duas áreas metropolitana, se bem que apenas a

Área Metropolitana de Lisboa tenha visto aumentar os seus habitantes, ao passar de 899,6 residentes por quilómetro quadrado para 931,4 (Figura 3.3).

Como se pode verificar, a denominada “desertificação humana” fica clara quando se olha para as estatísticas: nalguns concelhos fronteiriços, como Alcoutim, no Algarve (atualmente regista a menor densidade populacional do país – 4,5 habitantes por km²), ou Mértola, no Alentejo, em que se regista uma média de sensivelmente 7 habitantes por km², ao passo que nos concelhos do Porto ou de Lisboa essa taxa já ultrapassa as 5 mil pessoas, hasteando atualmente a bandeira da maior densidade populacional do país o concelho da Amadora (7 385 habitantes por km²).

Um outro dado que consideramos importante reter, nesta nossa investigação, prende-se com o facto de Portugal, segundo dados do *Eurostat* divulgados em junho de 2016 (Eurostat, 2016), ser um dos dez Estados-membros da União Europeia (UE) onde a taxa de atividade de cidadãos estrangeiros é maior do que a de nacionais (81,0% face a 79%), em percentagem da população com idade entre os 20 e os 64 anos. Na maioria dos Estados-membros - bem como na média da UE (74% de cidadãos nacionais ativos contra 74,8% de estrangeiros) - a taxa da população com idade entre os 20 e 64 anos do país declarante ativa é superior à de estrangeiros. Isto quer dizer que entre a população estrangeira com idade entre os 20 e 64 anos, há mais gente ativa do que entre a população nacional da mesma faixa etária.

Portugal também apresenta contrastes demográficos a nível de distribuição da população: se analisarmos Portugal Continental por NUT III, verificamos uma maior concentração da população na faixa litoral ocidental, entre o Minho e a Península de Setúbal (onde residem cerca de dois terços da população total), sobressaindo dois polos de atração, Lisboa e Porto, constituindo, assim, a chamada bipolarização da concentração da população. Registam-se, também, concentrações importantes à volta dos polos do Porto (Cávado, Ave, Tâmega, entre Douro e Vouga e Baixo Vouga) e de Lisboa (Península de Setúbal). No que às ilhas diz respeito, verifica-se uma maior concentração na faixa litoral de ambos os arquipélagos, salientando-se a Madeira com maior densidade populacional do que os Açores.

3.3.3. Tendências e políticas de natalidade em Portugal – Medidas centrais (legislativas) adotadas, nas últimas décadas, para promoção da natalidade (apoio às famílias e apoio às crianças)

Tendo como pano de fundo a Constituição da República Portuguesa, e, particularmente, atentos ao vertido nos seus Artigos 13º (Princípio da Igualdade), 58º (Direito ao trabalho), 59º (Direito dos trabalhadores), 67º (Família), 68º (Paternidade e Maternidade) e 69º (Infância), o Estado, a nível central, tem adotado, desde há décadas, diversas medidas políticas (legislativas) - a par de outras, postas em prática por várias entidades, sobretudo pelo poder local -, que se relacionam, quer direta quer indiretamente, com a promoção da natalidade (apoio às famílias e apoio às crianças) – a espaços, com algumas inflexões - como se pode inferir dos pontos que abaixo se apresentam:

1. Prestações de carácter pecuniário

1942 – Decreto-Lei nº 32:192, de 13 de agosto de 1942, que “vem instituir, pela primeira vez entre nós, o regime de abono de família para os trabalhadores por conta de outrem, na indústria, no comércio, nas profissões livres ou ao serviço dos organismos corporativos e de coordenação económica”;

1977 – Decreto-Lei nº 197/77, que redefine a titularidade do abono de família como “um direito da criança”;

1997 – Decreto-Lei nº 133-B/97, ressaltando que “o montante do subsídio familiar a crianças e jovens é determinado em função do nível de rendimentos do agregado familiar de que o titular de direito à prestação é dependente, do número de titulares com direito à mesma e da respetiva idade”. São criados três escalões, indexados ao valor da remuneração mínima mensal garantida;

2003 – Nova Lei de Bases da Segurança Social, onde já são estabelecidos seis escalões de rendimentos, indexados ao valor da remuneração mínima mensal garantida;

2006 – Decreto-Lei nº 41/2006, através do qual é aprovado o alargamento do abono de família às crianças e jovens familiares de imigrantes com título válido de permanência em Portugal, que passam a estar comparados àquelas cujos familiares têm autorização de residência no país;

2007 – Decreto-Lei nº 308-A/2007, por via do qual são criadas várias majorações;

2008 – Decreto-Lei nº 87/2008 e Portaria nº 425/2008, de 16 de junho, através dos quais são criadas várias outras majorações;

2008 – Decreto-Lei nº 105/2008, onde são criados quatro novos subsídios no âmbito da proteção social em caso de maternidade e de paternidade;

2008 – Decreto-Lei nº 245/2008, de 18 de dezembro, através do qual se determina a generalização da 13ª prestação de abono de família ao 2º, 3º, 4º e 5º escalões de abono;

2009 – Decreto-Lei nº 201/2009, onde é criada uma bolsa de estudo para os beneficiários do 1º e 2º escalões de abono de família, com idade abaixo dos 18 anos, matriculados no ensino secundário e com aproveitamento escolar;

2010 – Decreto-Lei nº 70/2010, de 16 de junho, que estabelece as regras para a determinação da condição de recursos a ter em conta na atribuição e manutenção das prestações do subsistema de proteção familiar e do subsistema de solidariedade, bem como para a atribuição de outros apoios sociais públicos;

2010 – Decreto-Lei nº 77/2010, de 24 de junho, onde se elimina a generalização da 13ª prestação de abono familiar (13º mês) para o 2º, 3º, 4º, e 5º escalões de abono que tinha sido implementado pelo Decreto-Lei nº 245/2008, de 18 de dezembro, atrás citado;

2010 – Decreto-Lei nº 116/2010, através do qual o acesso ao abono familiar vai ser, ainda mais limitado, desta feita, estabelecendo-se a cessação de atribuição de abono familiar aos escalões mais elevados e eliminando-se a majoração de 25%, criada em 2008, para os 1º e 2º escalões;

2011 – Portaria nº 249/2011, de 22 de junho, que aprova os modelos de requerimento do rendimento social de inserção, do abono de família pré-natal e abono de família para crianças e jovens, bem com da declaração da composição e rendimentos do agregado familiar;

2012 – Decreto-Lei nº 133/2012, de 27 de junho, que altera os regimes jurídicos de proteção social nas eventualidades de doença, maternidade, paternidade e adoção...

2013 – Decreto-Lei nº 133/2013, através do qual se introduz a possibilidade de uma reavaliação do escalão do abono familiar e antecipa a prova da situação escolar;

2016 – Decreto-Lei nº 2/2016, de 6 de janeiro, que altera a percentagem de majoração do montante do abono familiar a atribuir a crianças e jovens inseridos em agregados familiares monoparentais;

2016 – Portaria n° 11-A/2016, de 29 de janeiro, que atualiza os montantes do abono de família para crianças e jovens, do abono de família pré-natal, e respetivas majorações;

2016 – Portaria n° 161/2016, de 9 de junho, através da qual se atualiza os montantes do abono da famílias para crianças e jovens e do abono de família pré-natal, correspondentes aos 2° e 3° escalões e respetivas majorações.

Registe-se o facto de, quer em Portugal como noutros países europeus, terem sido criados, e nalguns países ainda estão em vigor, outros tipos de transferências pecuniárias como, por exemplo, o subsídio de nascimento, aliás, muito replicado em diversos municípios portugueses, como se vai ver mais à frente. De salientar, ainda, que, em 2009, equacionou-se a introdução de uma medida designada “cheque bebé” (em que se previa investir cerca de 20 milhões de euros), através da qual se disponibilizava 200 euros, para cada bebé nascido, numa conta poupança futuro, mas o incentivo nunca se concretizou.

2. Licenças e apoios/subsídios à maternidade e à paternidade

Estes incentivos têm como objetivo promover e melhorar a difícil conciliação entre o tempo de família e o tempo de trabalho, visando dar uma maior liberdade aos pais quando confrontados com a decisão de ter (mais) filhos. Felizmente, hoje, os pais já têm acesso a um conjunto de instrumentos de apoio à maternidade e à paternidade, quer durante quer após a gravidez.

1988 – Decreto-Lei n° 347/88, de 9 de novembro, que procede à definição e regulamentação do subsídio para assistência a filhos, adotados ou filhos de cônjuge do beneficiário que sejam deficientes profundos ou doentes crónicos e alarga o prazo para o requerimento das prestações de proteção social à maternidade;

1996 – Decreto-Lei n° 194/86, de 16 de outubro, que revoga o Decreto-Lei n° 135/85, de 3 de maio, e regulamenta o regime de proteção da maternidade e da paternidade, na parte aplicável aos trabalhadores da Administração Pública;

2000 – Decreto-Lei n° 70/2000, de 4 de maio, que altera a Lei n° 4/84, de 5 de abril, sobre a proteção da maternidade e paternidade, e procede à sua republicação retificada;

2000 – Decreto-Lei n° 239/2000, de 23 de setembro, que regulamente a Lei n° 4/84, de 5 de abril, sobre a proteção da maternidade e da paternidade no que se refere à proteção de

trabalhadores abrangidos pelo regime do contrato individual do trabalho, incluindo os trabalhadores agrícolas e do serviço doméstico;

2005 – Decreto-Lei n.º 77/2005, de 13 de abril, que estabelece o regime jurídico de proteção social na maternidade, paternidade e adoção no âmbito do subsistema previdencial de segurança social face ao regime preconizado na legislação de trabalho vigente;

2008 – Decreto-lei n.º 105/2008, de 25 de junho, que institui medidas sociais de reforço da proteção social na maternidade, paternidade e adoção integradas no âmbito do subsistema de solidariedade e altera o decreto-Lei n.º 154/88, de 29 de abril;

2009 – Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 70/2010, de 16 de junho, e 133/2012, de 27 de junho, onde se descrimina uma série de subsídios:

- . Abono de família pré-natal;
- . Subsídio parental;
- . Subsídio social parental;
- . Subsídio parental alargado;
- . Subsídio por risco clínico durante a gravidez;
- . Subsídio social por risco clínico durante a gravidez;
- . Subsídio por riscos específicos e subsídio social por riscos específicos;
- . Subsídio para assistência a neto;
- . Subsídio por adoção;
- . Subsídio social por adoção;
- . Subsídio por adoção por licença alargada;
- . Subsídio para assistência a filho com deficiência ou doença crónica.

3. Fiscalidade

No decurso do século XX introduziram-se várias alterações ao sistema fiscal português que foram procurando responder à evolução e ao desenvolvimento do país, sendo que as principais se dão no princípio dos anos oitenta com o encetamento das negociações para a entrada de Portugal na então Comunidade Económica Europeia (CEE), com destaque para os requisitos da 6ª Diretiva da CEE (1977), que impulsionou a criação do IVA.

1922 – Introdução do imposto global e pessoal que procurava tributar a totalidade dos rendimentos reais dos contribuintes;

1929 – Instituição da tributação pelo rendimento normal;

1988 – A reforma fiscal instituiu dois novos impostos sobre o rendimento: o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) e o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC);

1999 – Através da Lei do Orçamento do Estado, o sistema previsto no IRS, de deduções ao rendimento de uma série de despesas (educação, saúde, habitação, etc....), foi substituído por um sistema de deduções à coleta. Este novo regime veio permitir que todos os sujeitos passivos de impostos passassem a usufruir do mesmo valor absoluto de dedução ao imposto, independentemente da taxa de IRS incidente sobre os rendimentos;

2011 – Introdução de novas alterações, por exemplo, um sistema de imposição de tetos para a dedução à coleta de despesas suportadas pelo agregado, sistema este majorado em 10% por dependente ou equiparado, norma prevista para os escalões mais elevados de rendimentos acabou por ser alargada, em 2012, aos escalões mais baixos;

2012 – A taxa de dedução de despesas de saúde, antes em 30%, baixa para 10% com aplicação de limites; a dedução relativa a imóveis é fortemente limitada e é introduzida uma taxa de solidariedade de 2,5% para rendimentos mais elevados;

2013 – Dá-se mais um forte agravamento de taxas, incluindo uma sobretaxa de 3,5% aplicável a todos os sujeitos passivos, um reforço da taxa de solidariedade e uma redução de 8 para 5 escalões de rendimentos;

2014 – Manteve-se a política de baixo número de escalões, taxas elevadas, taxa de solidariedade, sobretaxa e limitação de deduções à coleta;

2016 – Eliminação do quociente familiar introduzido no âmbito do Orçamento do Estado de 2015 e a sua substituição por uma dedução por cada filho; proibição das execuções fiscais sobre as casas de famílias relativamente a dívidas de valor inferior ao bem executado; redução do IVA da restauração para 13%.

4. Outros

São várias as outras iniciativas a nível central que se afiguram, ora como fazedoras de cultura de incentivo à natalidade, ora como desincentivo para quem quer ter filhos, que podem ir desde regras de acesso à saúde, à educação, aos transportes, à habitação, à cultura, ao lazer, etc.

1979 – Decreto-Lei n.º 392/79, de 20 de setembro, que garante às mulheres a igualdade com os homens em oportunidades e tratamento no trabalho e no emprego;

1988 – Decreto-Lei n.º 426/88, de 18 de novembro, que disciplina o regime de igualdade de tratamento no trabalho entre homens e mulheres no âmbito da Administração Pública;

2004 – Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2004, de 13 de abril, é aprovado o denominado plano “100 Compromissos para uma Política de Família”, mas que não chega a ser implementado;

2008 – Através do Decreto-Lei n.º 186/2008 é criado o passe escolar pass4_18@escola.pt para todas as crianças e jovens dos 4 aos 18 anos de idade com um desconto de 50% sobre o preço da tarifa mensal;

2009 – Através do Decreto-Lei n.º 203/2009, de 31 de agosto, é criado o passe escolar sub23@superior.pt destinado a todos os jovens estudantes do ensino superior até aos 23 anos de idade, contemplando 50% de desconto sobre o preço da tarifa inteira mensal;

2012 – Através das Portarias n.º 34-A/2012, de 1 de fevereiro e 268-A/2012, de 31 de agosto, altera-se as condições de atribuição dos Passes Escolares criados em 2008 e 2009, que perdem o seu carácter universal e passam a depender de situações de vulnerabilidade económica;

2012 – Resolução da Assembleia da República n.º 116/2012, de 10 de agosto, que recomenda ao Governo que tome medidas de valorização da família que facilitem a conciliação entre a vida familiar e a vida profissional;

2014 – Resolução da Assembleia da República n.º 87/2014, de 29 de outubro, que visa aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade

2015 – Resolução da Assembleia da República n.º 111/2015, de 7 de agosto, que recomenda um conjunto transversal de medidas destinadas a aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade;

2015 – Resolução da Assembleia da República nº 119/2015, de 10 de agosto, sobre soluções integradas de incentivo à natalidade;

2015 – Lei nº 135/2015, de 7 de setembro, que cria a comissão especializada permanente interdisciplinar para a natalidade;

2016 – A 1 de janeiro iniciou-se a reposição gradual dos salários da Função Pública; a reposição da norma relativa à atualização das pensões, com a garantia de não haver cortes no valor nominal; a reposição dos complementos de reforma no setor empresarial do Estado;

2016 – Resolução da Assembleia da República nº 30/2016, de 15 de fevereiro, que defende a regulamentação do direito de acompanhamento da mulher grávida durante todas as fases do trabalho de parto;

2016 – Lei nº 18/2016, publicada em Diário da República do dia 20 de junho, que estabelece as 35 horas como período normal de trabalho semanal dos trabalhadores em funções públicas, procedendo à segunda alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei nº 35, de 20 de junho;

2016 – Resolução da Assembleia da República nº 111/2016, de 22 de junho, sobre adoção de medidas integradas de incentivo à natalidade e de proteção da parentalidade;

2016 – Reposição dos quatro feriados (dois civis e dois religiosos) eliminados na anterior legislatura;

2016 – Redução global do valor das taxas moderadoras; progressiva gratuitidade dos manuais escolares no ensino obrigatório;

2016 – Revisão da base de cálculo das contribuições pagas pelos trabalhadores a recibo verde; fim do regime de requalificação/mobilidade especial para os funcionários públicos.

Em jeito de síntese, pode afirmar-se que, em Portugal, nos últimos anos, as políticas de austeridade impostas a nível central, rimaram com políticas de anti natalidade, dada a deterioração que se verificou nas condições que beneficiam o exercício efetivo da parentalidade, desde a instabilidade e precarização do mercado do trabalho e o desemprego até à redução dos níveis de bem-estar das famílias, por via da quebra dos rendimentos e dos benefícios e apoios públicos centrais.

3.3.4. Resumo das principais propostas dos partidos políticos - vertidas nos respetivos programas eleitorais - para apoio à natalidade (às famílias e às crianças)

O contrato social elaborado entre eleitos e eleitores pressupõe uma relação de confiança, cedida pelos eleitores aos eleitos, no sentido de que estes últimos abordem e tratem os vários problemas que o país enfrenta com a máxima seriedade. Que apresentem/submetam ao eleitorado, propostas de crescimento, esmiuçando, com coragem e sem mais delongas, as razões que nos trouxeram até aqui, e, mais importante, como pensam que as podem reverter.

Deixamos aqui, a título de exemplo e para comparação, os compromissos para quatro componentes (Família; Imigração - Emigração; Segurança Social; Emprego) mais diretamente relacionadas com as questões demográficas, publicamente divulgados por vários partidos ou coligações, ou seja, as principais propostas dos partidos políticos – vertidas nos respetivos programas eleitorais - para apoio à natalidade (às famílias e às crianças), no âmbito das eleições legislativas de 2015.

Coligação Portugal à Frente (PAF/PSD-CDS)

1. Família (Natalidade, apoios aos filhos, conciliação com vida profissional):

- Aumento do quociente familiar de 0,3% para 0,4% em 2016 e para 0,5% em 2017;
- Repor o 4º e 5º escalões do abono de família;
- Majoração de pensões para futuras mães;
- Estender aos avós direito a gozar licença em função dos netos;
- Premiar creches que flexibilizem o horário.

2. Imigração – Emigração (Como atrair e receber/integrar os imigrantes e o que fazer perante os que continuam a sair e os que querem regressar):

- Reforçar programas locais de integração de imigrantes;
- Celebrar acordos de cooperação com países de origem de fluxos migratórios;
- Criar Programa para o Desenvolvimento do Talento para jovens imigrantes;
- Monitorizar o programa Valorização do Empreendedorismo Emigrante.

3. Segurança Social (O que defendem sobre pensões de reforma e apoios sociais):

- Plafonamento das contribuições para a segurança social e teto nas pensões;

- Aumento das pensões mínimas, sociais e rurais;
- Aumento da bonificação do abono de família por deficiência;
- Repor o 4º e 5º escalões do abono de família;
- Majoração das pensões para futuras mães;
- Reformas a tempo parcial e reforma gradual;

4. Emprego (Leis laborais, estímulos à criação de postos de trabalho, relação entre Estado e empresas):

- Empresas que contratem desempregados terão isenções temporárias em TSU;
- Prémio de ativação para desempregados que arranjem trabalho;
- Criar o portal do empreendedorismo;
- Discriminação positiva para territórios com pouca população.

Partido Socialista (PS)

1. Família (Natalidade, apoios aos filhos, conciliação com vida profissional):

- Assegurar o funcionamento da escola pública a tempo inteiro até aos 14 anos;
- Alargar a rede de creches nos grandes centros urbanos, aumentando número de lugares em creche;
- Alargar aos avós mecanismos legais de redução, adaptação de horários ou justificação de faltas para assistência aos netos;

2. Imigração – Emigração (Como atrair e receber/integrar os imigrantes e o que fazer perante os que continuam a sair e os que querem regressar):

- Implementar políticas com os objetivos fundamentais de atração de imigrantes;
- Promover o reconhecimento de qualificações académicas nos países de destino da emigração e em Portugal;
- Elaborar um plano de incentivos para os emigrantes que desejem retornar a Portugal;
- Facilitar o reconhecimento de documentos nos países de destino e em Portugal;
- Criar gabinetes de apoio nas embaixadas ao retorno que divulguem junto dos emigrantes oportunidades de trabalho;
- Criar um visto para procura de emprego em Portugal, válido por seis meses.

3. Segurança Social (O que defendem sobre pensões de reforma e apoios sociais):

- Descida da TSU dos trabalhadores dos 11% para 7% até 2018. A partir daí, haverá uma subida gradual 0,5 pontos ao ano;
- Redução da TSU para empregadores (até quatro pontos), sujeita à avaliação do financiamento da Segurança Social;
- Reforçar o financiamento com o aumento da TSU sobre empresas com elevados índices de precariedade;
- Aumentar financiamento com o imposto sobre heranças superiores a um milhão de euros;
- Alargar a base da incidência das contribuições aos lucros das empresas;
- Promover a desmaterialização do processo de atendimento tornando o atendimento online o canal privilegiado;
- Criação de uma nova prestação social destinada a melhorar o rendimento dos trabalhadores pobres.

4. Emprego (Leis laborais, estímulos à criação de postos de trabalho, relação entre Estado e empresas):

- Acordo com parceiros sociais sobre aumento do salário mínimo;
- Criação de um programa para as empresas que contratem jovens desempregados ou desempregados de longa duração;
- Propor a limitação do regime de contrato com termo;
- Agravar a contribuição para a Segurança Social das empresas que revelem excesso de rotatividade dos seus quadros;
- Limitar o uso pelo Estado de trabalho precário.

Coligação PCP – Os Verdes (CDU)

1. Família (Natalidade, apoios aos filhos, conciliação com vida profissional):

- Reposição da universalidade do abono de família para crianças e jovens;
- Alargamento do tempo de licença de maternidade obrigatória de 6 para 9 semanas;
- Criação de uma licença específica de prematuridade com duração do período de internamento hospitalar do nascituro;
- Alargar os prazos de concessão e os montantes de subsídio para assistência a filho com deficiência.

2. Imigração – Emigração (Como atrair e receber/integrar os imigrantes e o que fazer perante os que continuam a sair e os que querem regressar):

- Combate a manifestações de racismo e de xenofobia;
- Alteração da Lei da Imigração, nomeadamente no que se refere ao fim do sistema de quotas de acesso ao emprego;
- Reapresentação do projeto-Lei que visa “a regularização de cidadãos estrangeiros indocumentados”;
- Reorganização e adequação da rede consular, adaptando-a às necessidades dos portugueses a residir no estrangeiro;
- Revalorização salarial dos trabalhadores da Administração Pública, sob a tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Facilitação do recenseamento eleitoral dos portugueses que residem no estrangeiro.

3. Segurança Social (O que defendem sobre pensões de reforma e apoios sociais):

- Aumento anual das reformas e pensões e do conjunto das prestações sociais;
- Alargar os critérios de acesso e prolongamento do período de atribuição do subsídio de desemprego;
- Reposição dos critérios e valores das prestações sociais por morte;
- Criar o Centro Nacional de Proteção contra os Riscos Profissionais;
- Reposição da idade legal de reforma aos 65 anos.

4. Emprego (Leis laborais, estímulos à criação de postos de trabalho, relação entre Estado e empresas):

- Subida do salário mínimo nacional para os 600 euros no início de 2016;
- Redução progressiva dos horários de trabalho para as 35 horas semanais;
- Revogar a legislação que integra o Código de Trabalho;
- Repor todos os direitos individuais e coletivos que foram retirados, incluindo os feriados;
- Tornar a justiça de trabalho mais célere e mais acessível, com a melhoria do funcionamento dos Tribunais do Trabalho.

Bloco de Esquerda (BE)

1. Família (Natalidade, apoios aos filhos, conciliação com vida profissional):

- Aumento da licença parental exclusiva e obrigatória de 10 para 20 dias, no caso do pai;

- O pai terá direito a 15 dias suplementares, a serem gozados em simultâneo com a licença da mãe;
- Equiparação de pai e mãe na dispensa para consulta pré-natal;
- Aumento do subsídio parental inicial de 83% para 90%, se os 180 dias forem partilhados entre progenitores;
- Redução de duas horas no horário de trabalho até aos três anos da criança.

2. Imigração – Emigração (Como atrair e receber/integrar os imigrantes e o que fazer perante os que continuam a sair e os que querem regressar):

- Regularização de todas as pessoas indocumentadas e legalização de todas as pessoas imigrantes, com todos os direitos e deveres;
- Direito de voto para todos os imigrantes há mais de três anos em Portugal;
- Abertura de novos postos consulares, e reforço e/ou criação de estruturas ao nível dos postos já existentes;
- Reposição dos horários e dos professores de português no estrangeiro e abolição da propina discriminatória.

3. Segurança Social (O que defendem sobre pensões de reforma e apoios sociais):

- Criação de taxa sobre o Valor Acrescentado das grandes empresas para reforço do Fundo de Estabilização da Segurança Social;
- Aumento da Pensão Social de Invalidez e do Subsídio Mensal Vitalício e convergência destas prestações com o ordenado mínimo;
- Subsídio social de desemprego para todos os desempregados e desempregadas em situação de carência económica;
- Idade legal da reforma aos 65 anos, como regra geral e a reforma aos 40 anos de descontos efetivos;
- Reposição da rede de apoios sociais (RSI, CSI, abono de família, apoio a deficientes, ação social escolar) anterior a 2010.

4. Emprego (Leis laborais, estímulos à criação de postos de trabalho, relação entre Estado e empresas):

- Reforço da proteção social do trabalhador independente;
- Salário mínimo nacional para 600 euros;
- Limitação da comparticipação pública de estágios;

- Limitação aos contratos a prazo;
- Proibição das empresas de trabalho temporário;
- Enquadramento legal do trabalho sexual.

Livre/Tempo de Avançar

1. Família (Natalidade, apoios aos filhos, conciliação com vida profissional):

- Impedir que famílias levadas à insolvência pelo desemprego fiquem sem casa devido às hipotecas;
- Estado deve prevenir situações de sobre-endividamento das famílias, nomeadamente através das práticas de crédito ao consumo;
- Procriação medicamente assistida deve ser acessível a mulheres solteiras e casais de lésbicas;
- Reconhecimento legal da co adoção por casais do mesmo sexo.

2. Imigração – Emigração (Como atrair e receber/integrar os imigrantes e o que fazer perante os que continuam a sair e os que querem regressar):

- Consulados não podem continuar a ser fechados e devem ser pensadas alternativas ao serviço prestado aos emigrantes;
- Emigrantes que vivam em Portugal há pelo menos três anos devem ter direito ao voto;
- Atribuição automática da nacionalidade a quem nasça em Portugal, sem prejuízo da manutenção da nacionalidade dos progenitores.

3. Segurança Social (O que defendem sobre pensões de reforma e apoios sociais):

- Garantir os provimentos básicos de água, gás e eletricidade;
- Garantir as pensões;
- Novo estatuto de proteção do trabalho independente pela Segurança Social;
- Rendimento social de inserção deve ser restabelecido e deve servir realmente os seus beneficiários, sem restrições injustas;
- Introdução de um rendimento básico que deve ser "incondicionalmente" atribuído a todos os cidadãos.

4. Emprego (Leis laborais, estímulos à criação de postos de trabalho, relação entre Estado e empresas):

- Reforçar a Autoridade para as Condições de Trabalho, de forma a ser mais interventiva, para acabar com precariedade laboral;
- Fim dos "falsos recibos verdes" e aumento dos contratos efetivos por conta de outrem;
- Revisão das políticas ativas de emprego para evitar formas encapotadas de subsídios às empresas;
- Reforçar a negociação coletiva no código de trabalho, para garantir a estabilidade da relação laboral.

3.3.5. Tendências e políticas de natalidade em Portugal - Estudo de casos: boas práticas implementadas por alguns municípios

A capacidade operacional de muitos autarcas – de variadíssimos concelhos, de Norte a Sul do país, do interior ao litoral, passando pelas ilhas e eleitos pelas diversas forças políticas – que, quotidianamente, estão mais perto dos problemas e para eles encontram soluções razoáveis e justas, mesmo se o poder central, não poucas vezes, lhes retira vários instrumentos, deve ser destacada em muitos casos relativamente ao (à) fenómeno (problemática) da natalidade.

Graças a uma política de rigor orçamental – com cortes na despesa corrente e na priorização de investimentos, conseguindo ter folga para dar benefícios às suas populações –, e para minorizar o impacto negativo de algumas medidas tomadas a nível nacional, a grande maioria de responsáveis de Câmaras Municipais tem decidido, em claro contraciclo com a política dos vários governos, abdicar de receitas fiscais e reforçar, por exemplo, os programas de emergência social.

De acordo com a opinião expressa na resposta ao questionário sobre medidas implementadas e a implementar para enfrentar a redução da natalidade (2014), a quase totalidade dos responsáveis dos municípios (reconhecendo que aqui reside um problema difícil), decidiu, assumindo um papel interventivo, implementar políticas públicas locais de promoção da natalidade, dando, assim, o seu contributo como forma de complemento às medidas políticas que devem ser tomadas ao nível da administração central, com o objetivo maior de derrubar os “muros” que se colocam a quem quer ter filhos.

Sem dúvida alguma, são os autarcas municipais e os autarcas de freguesia que mais direta e profundamente sentem o efeito devastador da falta de crianças nos seus territórios, levando-os

à perda constante de serviços públicos (e privados!) e ao conseqüente despovoamento e abandono.

Apesar desta dramática realidade, facto é que, eles – de norte a sul, do interior ao litoral, passando pelas ilhas, pelas zonas que mais sentem o despovoamento e noutras com densidade populacional elevada – vão lutando, com os poucos recursos de que dispõem, na busca da inversão da situação, implementando medidas políticas locais de incentivo à natalidade, muitas vezes através de dinâmicas integradas.

De realçar que, atualmente, ainda se vive na expectativa em saber os efeitos que provocará no terreno o Decreto-Lei nº 30/2015 (Diário da República, 1ª série, de 12 de Fevereiro), que regula a delegação de competências mediante a assinatura de um contrato (nas áreas da Educação, Saúde, Ação Social e Cultura) da Administração Central nos Municípios e Comunidades Intermunicipais.

As políticas e conseqüentes medidas municipais, percorrendo os vários ângulos de abordagem, passam por diversos eixos de atuação.

- . Facilitar as condições de trabalho para quem tem filhos ou conciliação do tempo do trabalho com o tempo da família;
- . Alargar o acesso a serviços para ocupação dos filhos durante o tempo de trabalho dos pais;
- . Apoios pecuniários ao nascimento, à adoção e à família;
- . Aumentar os subsídios e outros apoios;
- . Benefícios fiscais e redução nas taxas e tarifas, como forma de apoio à fixação de pessoas e empresas, atraindo investimento;
- . Compromisso social ou uma política social local “mais amiga da natalidade”;
- . Medidas concertadas e transversais, de longo prazo e de dimensão nacional, envolvendo Governo Central, Administração (Democracia) Local, Instituições Sociais, Instituições de Ensino, Empresas e Sociedade Civil.

Escolhemos, para análise, sete casos de boas práticas (em sete municípios - um por cada uma das sete NUTS II), no que à implementação de incentivos para o estímulo à natalidade diz respeito, referentes ao ano de 2015, período em que houve crescimento populacional em 46 concelhos do país (em 2014 tinha havido crescimento em apenas 21 municípios), tendo como

corolário a menor descida da população portuguesa registada desde 2010. Em 2015, por regiões, em média, a população registou um aumento populacional efetivo nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Algarve, sobretudo, graças ao peso da imigração. Já o saldo natural negativo (relação entre nascimentos e óbitos) pesou menos na região Norte (onde o saldo migratório negativo foi mais acentuado do que o decréscimo natural) e mais no Alentejo e no Centro (Quadro 3.5).

Para a seleção dos sete municípios, decidimos optar pelos seguintes critérios: 1) tipo (direto, indireto ou ambos) e natureza do apoio; 2) estimativa do valor despendido e a respetiva fonte de financiamento, bem como, quando possível, a percentagem do Orçamento Municipal; 3) casos em que a Taxa Bruta de Natalidade - TBN (número de bebés nascidos por 1000 residentes) aumentou de 2014 para 2015 (com dados desde 2010), bem como o Índice Sintético de Fecundidade - ISF (nº médio de filhos por mulher em idade fértil) - Quadro 3.5. Para o efeito tivemos como pano de fundo as respostas dadas pelos responsáveis de cada um dos 165 municípios respondentes ao questionário (levado a cabo em 2014) sobre medidas adotadas e a adotar para enfrentar a redução da natalidade.

Quadro 3.5. Boas práticas implementadas em sete municípios sobre medidas de incentivo à natalidade

Municípios e respetivas NUTS (II e III)	Boas práticas – Tipo (apoio direto; apoio indireto; apoio direto e apoio indir.) e natureza do apoio	Estimativa do valor despendido e fonte de financiamento	Dados comparativos (2010 a 2015) sobre Taxa Bruta de Natalidade (TBN) e Índice Sintético de Fecundi. (ISF)		
			Ano	TBN‰	ISF
Mesão Frio (NUT II Norte e NUT III Douro)	Apoio direto e apoio indireto. Bolsas de estudo; apoio às famílias com educandos; transportes gratuitos; apoio social à habitação; incentivos ao emprego; loja social...	Estimativa: À volta de 300 000€/ano; fonte: Orçamento Municipal (OM); 5,2% do OM.	2015 2014 2013 2012 2011 2010	6,3 5,5 4,4 5,3 7,9 6,9	1,02 0,88 0,74 0,89 1,28 1,12
Figueira de C. Rodrigo (NUT II Centro e NUT III Beiras e Serra da Estrela)	Apoio direto e apoio indireto. Medidas específicas de apoio à natalidade e à fixação de novos habitantes, através do Programa (com regulamento) “Pacote de Incentivos à Vivência no Interior”.	Estimativa: À volta de 135 000€/ano; Fonte: Orçamento Municipal (OM); 1% do OM.	2015 2014 2013 2012 2011 2010	7,2 5,5 7,5 8,7 9,4 6,3	1,43 1,07 1,51 1,74 1,87 1,24
Oeiras (NUT II AM de Lisboa e NUT III AM de Lisboa)	Apoio direto e apoio indireto. Construção e comparticipação para construção e remodelação de equipamentos sociais; protocolos com agentes locais; centros de tempos livres; habitação social; fundo de emergência Social...	Estimativa: À volta de 500 000€/ano; Fonte: Orçamento Municipal (OM) e outros; 0,5% do OM.	2015 2014 2013 2012 2011 2010	9,7 9,6 9,5 10,7 10,4 11,1	1,51 1,46 1,39 1,54 1,46 1,55
Campo Maior (NUT II Alentejo e NUT III Alto Alentejo)	Apoio direto e apoio indireto. Pacote extenso de apoios e de outras respostas sociais, ao longo dos anos, que levam a que a taxa de natalidade seja superior à de todo o Alto Alentejo.	Estimativa: não mencionada; Fonte: Orçamento Municipal (OM).	2015 2014 2013 2012 2011 2010	8,7 7,7 10,5 10,8 10,8 9,0	1,38 1,23 1,64 1,62 1,62 1,41
Faro (NUT II Algarve e NUT III Algarve)	Apoio direto e apoio indireto. Pacote extenso de medidas de apoio à conciliação da vida profissional com a vida familiar e de benefícios e de ações de sensibilização e informação.	Estimativa: não mencionada; Fonte: Orçamento Municipal (OM) e outros.	2015 2014 2013 2012 2011 2010	9,9 9,5 8,7 10,0 10,8 10,5	1,59 1,51 1,31 1,41 1,48 1,40
Vila Franca do Campo (NUT II RA Açores e NUT III RA Açores)	Apoio direto e apoio indireto. Medidas de combate ao desemprego e para fixar e atrair mais habitantes...	Estimativa: não mencionada; Fonte: Orçamento Municipal (OM).	2015 2014 2013 2012 2011 2010	10,8 8,6 9,7 10,4 12,5 11,4	1,39 1,09 1,25 1,33 1,59 1,44
Calheta (NUT II RA da Madeira e NUT III RA da Madeira)	Apoio direto e apoio indireto. Políticas sociais e medidas de fixação da população; menos precariedade no emprego...	Estimativa: não mencionada; Fonte: Orçamento Municipal (OM).	2015 2014 2013 2012 2011 2010	6,2 6,1 4,9 6,8 6,8 7,4	1,03 0,99 0,79 1,14 1,08 1,18

3.3.6. Causas e consequências da atual realidade demográfica (da redução da população) em Portugal

Envelhecimento populacional

Portugal é, como consequência óbvia da sua realidade demográfica das últimas décadas, caracterizado como um país envelhecido (quer no topo quer na base da pirâmide), aliás, bem patente nos dados amplamente divulgados, oriundos de relatórios oficiais, produzidos por várias instituições de âmbito nacional e internacional.

Todavia, o que talvez se afigure como novidade, para a maioria das pessoas, será afirmar que Portugal é um dos seis países do mundo que está a envelhecer a um ritmo mais acelerado e o 5º país com o índice de envelhecimento mais elevado da UE 28.

Das estimativas do INE relativas ao ano de 2015, divulgadas no dia 16 de junho de 2016 (INE, 2016), nota-se o acentuar do envelhecimento demográfico (a cada dia que passa somos cada vez menos e cada vez mais velhos, em que as pessoas que têm acima de 65 anos já representam mais de um quinto dos 10 milhões e 300 mil que formam a população geral atual), uma vez que, entre 2005 e 2015, se verifica um duplo envelhecimento, com o número de idosos a subir mais 316 mil e o número de jovens até aos 15 anos a diminuir cerca de 208 mil. Simultaneamente, o número de pessoas em idade ativa (entre os 15 e os 64 anos) viu-se reduzido em 278 mil.

Como já se referiu, outro dado a reter prende-se com o facto de, em consequência deste declínio previsto para a população portuguesa, se vir a tornar insustentável o aumento da dívida pública. Um relatório do FMI, de setembro de 2016 (FMI, 2016, “4º relatório pós programa de ajustamento sobre previsões económicas para Portugal”), prevê que a despesa pública relacionada com o envelhecimento populacional poderá vir a ter um aumento acima dos 6 pontos percentuais do PIB até 2050 e perto de 7,5 pontos percentuais em 2100.

Isolamento

Associada à questão do envelhecimento, há outra variável que não se deve descurar e que diz respeito ao isolamento. Segundo dados da PORDATA (PORDATA, 2016), das 850,9 mil pessoas que viviam sozinhas, em 2014, 52,15% tinham 65 ou mais anos, tendo maior relevância este número, quando se sabe, também, que 77,9% dos pensionistas portugueses por velhice ganham menos que o salário mínimo nacional.

A este propósito, afigura-se, também, pertinente, afirmar que, de acordo com a operação “Censos Sénior 2015”, levada a cabo pela GNR (GNR, “Censos Sénior”, 2015), não para de aumentar o número de idosos a viver sozinhos ou isolados. Em 2015, foram identificados, em todos os distritos do país, 39 216 (23 996 sozinhos; 5 205 isolados; 3 288 sozinhos e isolados; 6 727 acompanhados, mas com fortes limitações físicas e/ou psicológicas), mais 5 253 do que em igual operação realizada no ano de 2014. Já na mais recente operação, levada a cabo pela GNR, em 2016 (GNR, “Censos Sénior”, 2016), aquele número aumentou 10% (mais quase 4 000) face a 2015, verificando-se que existem, no global, 43 000 (60% sozinhos; 22% isolados; 7% sozinhos e isolados e mais de 10 mil idosos que – não estando sozinhos ou isolados – estão em situação de grande vulnerabilidade) idosos naquelas condições (o triplo em relação a 2011).

Por distritos, em 2016, os que têm mais idosos a viver sozinhos ou isolados são Viseu, Guarda, Vila Real, Beja e Bragança, sendo que, em relação ao género, as mulheres estão em muito maior número, chegando nalguns distritos ao dobro dos homens.

Na operação “Censos Sénior 2016”, a GNR fez, pela primeira vez, o levantamento das pessoas portadoras de deficiência tendo sido sinalizadas seis centenas de indivíduos.

Despovoamento

Em virtude do desinvestimento, ao longo dos tempos, nas zonas do interior do país - através do encerramento de serviços públicos de proximidade, como escolas (o país perdeu mais de metade das escolas públicas nos últimos 15 anos, mostram as mais recentes estatísticas do Ministério da Educação, divulgadas no dia 29 de julho de 2016, tendo, ao invés, os colégios privados aumentado, ainda que ligeiramente.), postos de correio, tribunais, centros de saúde, núcleos de segurança social, infelizmente, complementado pela extinção de freguesias, por uma inexistente rede de transportes e pelo fecho de outros serviços do setor privado -, verifica-se como que um definhamento dessas regiões, pois se um território encerra serviços leva a que não haja trabalho e, conseqüentemente, não se consegue manter as pessoas que lá vivem e, muito menos, atrair/fixar novos residentes, o que tem originado, a cada minuto que passa, o agudizar do despovoamento.

Há estudos a prognosticar que mais de metade do território português poderá perder acima de um quarto da população nos próximos 25 anos, com o interior mais despovoado e o litoral mais sobrecarregado -, havendo quem ouse falar em “encerrar aldeias”, o que pode abrir caminho a um processo real de encerramento progressivo do país e, se continuarmos como até

aqui (sem se fazer nada), o mundo rural, tal como o conhecemos, esfumar-se-á na economia globalizada, sendo, por isso, necessário, no nosso entendimento, voltar à economia de proximidade.

O despovoamento em muitas regiões de Portugal, como já tivemos oportunidade de referir, tem-se dado por migração – nomeadamente para a sede de concelho, para cidades maiores e para o estrangeiro -, ou através da morte dos poucos mais idosos que teimam em lá ficar, bem como através do corolário lógico que é a falta de nascimentos, culminando com a falta de capacidade de sustentação demográfica do país.

Não será por acaso que o atual Presidente da República, Professor Marcelo Rebelo de Sousa, tem dado ênfase à questão do despovoamento nos seus dois primeiros roteiros (denominados “Portugal Próximo”) ao Alentejo e Trás-os-Montes e Alto Douro, tal como o vinham fazendo os anteriores detentores do cargo através de “Presidências Abertas” a que, por exemplo, o ex-Presidente Cavaco Silva chamava, também, de “Roteiros”, tendo sempre na mira a criação de estratégias conjuntas para o combate a este fenómeno.

Ainda sobre esta questão do despovoamento - com dois terços da população portuguesa entre Viana do Castelo e Aveiro e entre Leiria e Setúbal e com as autoestradas a acelerar o despovoamento do interior com o aumento da velocidade e o conforto na deslocação, podendo resultar na extinção das aldeias afastadas de vilas e cidades -, que se regista, atualmente, no nosso país, socorremo-nos de três citações recentes, porque concludentes e ilustrativas, de outras tantas figuras públicas portuguesas:

“O país está dividido entre a Área Metropolitana de Lisboa e o resto. Depois, entre as outras áreas metropolitanas e o resto. Depois, entre todo o litoral e o resto. Depois, há dentro do interior o interior intermédio e o interior profundo. Dentro do interior profundo há o interior mais profundo. E é no interior mais profundo do interior profundo que encontramos...”
(Professor Marcelo Rebelo de Sousa, atual Presidente da República - enquanto candidato à Presidência da República -, janeiro de 2016, em Trás-os-Montes);

“Começa a haver demasiados ‘portugais’ dentro de Portugal. Começa a haver demasiadas desigualdades. E uma sociedade fragmentada é facilmente vencida pelo medo e pela radicalização.” (Professor Sampaio da Nóvoa, ex-Reitor da Universidade de Lisboa - Comemorações do Dia de Portugal – 10 de Junho de 2012);

“Portugal foi transformado numa espécie de arquipélago, onde temos um conjunto muito limitado de ilhas, que têm dinamismo, e um mar de dificuldades no resto do território.”

(Professor Augusto Mateus - apresentação do estudo “O mundo rural e o desenvolvimento económico e social de Portugal: a agenda para 2014/2020”).

Deslocalização de empresas e mobilidade global dos trabalhadores

Os territórios que sofrem do rigoroso “inverno demográfico” (da redução constante da população), acabam por sentir deslocalizações de empresas, pondo em causa, sobretudo, e não raras vezes, os direitos humanos fundamentais no trabalho, levando, também, à óbvia deslocalização de pessoas e ao desemprego, sobretudo jovem.

Esta deslocalização de empresas, a nível nacional, já é responsável por 55% das perdas de emprego no nosso país. Afetando mais os países periféricos da Europa do que o centro, sendo as perdas maiores na indústria do que nos serviços, e em que o capital nacional é menos propenso à deslocalização do que o capital estrangeiro.

Impacto na educação

O défice demográfico (nomeadamente o declínio da fecundidade e da natalidade), no que à educação diz respeito, origina uma redução constante do nº de alunos no 1º ciclo, levando, ano após ano, a menos escolas e professores, logo a mais desemprego, de forma gradual, em todos os ciclos de ensino (desde o ciclo inicial até ao ensino superior).

De acordo com uma projeção feita, no passado recente, pela Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (ME, DGEEC, 2016), apenas, entre o ano letivo de 2011/2012 e 2017/2018, o país vai perder mais de 55 mil alunos no 1º e 2º ciclo de ensino, isto é, até ao 6º ano.

Por regiões, será a região norte a que mais vai ser afetada ao ter cerca de 60% dessa redução, o equivalente a cerca de 33 mil alunos.

Analisando a situação por ciclos de ensino, sobressai o 1º ciclo com a maior perda ao registar uma redução estimada em 40 mil alunos, verificando-se na região norte metade dessa diminuição. A região da Grande Lisboa, no 1º ciclo, acaba por ser a única exceção no todo nacional ao registar uma ténue subida de cerca de 800 alunos.

Segundo o relatório da DGEEC, malgrado o sucesso das medidas de combate ao abandono e insucesso dos últimos anos, este não consegue suplantar a quebra demográfica.

Merece saliência o facto desta tendência de redução apenas ser travada no âmbito do 3º ciclo e secundário, em virtude do prolongamento da escolaridade obrigatória.

Como consequência das previsões demográficas, sobretudo da acentuada queda da fecundidade e da natalidade, do necessário ajustamento da rede de ensino e das reduções letivas dos professores, ano após ano, o Ministério da Educação não tem parado de determinar a extinção de milhares de vagas para professores nas escolas básicas e secundárias, levando ao aumento do desemprego nesta classe profissional em todos os ciclos de ensino.

Indubitavelmente, um dos corolários destes resultados (vertidos no referido relatório) é aquele que se relaciona com a polémica atual do fim dos contratos de associação do Estado com as escolas do ensino particular e cooperativo.

Não por acaso, o país perdeu mais de metade das escolas públicas nos últimos 15 anos, mostram as mais recentes estatísticas do Ministério da Educação, divulgadas no dia 29 de julho de 2016 (ME, 2016).

“Fuga” dos jovens para ingresso no ensino superior “urbano” (grandes cidades)

Sobre este ponto, a pergunta que se deve colocar é: como travar a saída de jovens (sobretudo das regiões do interior) para estudar nas grandes cidades?

O que os dados refletem é que se há, regra geral, uma preferência dos alunos pelas instituições de ensino mais próximas, o fator distância pesa muito menos para os que vivem no interior. Ou seja, quem vive no litoral manifesta muito menos disponibilidade para ir para o interior do que o contrário. Há uma maior valorização social do ensino universitário e há uma preferência por ambientes mais urbanos, onde há mais oferta cultural e de lazer e, também, um maior mercado de trabalho.

Os números da Direção Geral do Ensino Superior (DGES), relativos ao concurso nacional de acesso de 2015, testemunham bem esta realidade (ME, DGES, 2016): cerca de 75% dos candidatos que vivem em distritos do interior (onde não há ensino universitário), apesar de terem politécnicos na região, foram estudar para instituições fora do seu distrito. Os jovens no interior são poucos e depois ainda vão à procura de cursos que não existem próximo das suas residências.

A solução poderá, na nossa opinião, passar pelas instituições de ensino superior do interior (cuja importância é fundamental para o desenvolvimento local a todos os níveis) pensarem em

oferecer cursos com vantagens relativas, que se distingam ou que sejam importantes para a sua região.

Desemprego

Apresenta-se, indubitavelmente, como o maior flagelo social – “ócio forçado” -, que, muitas vezes, leva ao desespero, à desmotivação, à depressão, à desumanização.

Segundo dados recentemente tornados públicos, a denominada 4ª revolução industrial implicará a perda de 5 Milhões de empregos nos próximos 5 anos nas principais economias mundiais, originando que esse fosse o tema principal do Fórum do *World Economic Forum* (WEF) de Davos, na Suíça, em 2016.

Com a austeridade imposta pela *Troika* (UE, BCE e FMI), durante os últimos anos, os portugueses foram ganhando cada vez menos e pagando cada vez mais, vendo os seus direitos diminuídos e, por isso, têm enfrentado enormes dificuldades.

Neste quadro, infelizmente, tem-se dado primazia às finanças, depois à economia, esquecendo-se as pessoas e destruindo o Estado Social.

Num país, em que se continua a assistir ao encerramento constante de empresas, apesar de outras nascerem; onde o desemprego continua a ser efetivamente um problema; em que a pobreza, a miséria e a fome persistem; ao abandono dos mais idosos; a um défice demográfico continuado entre os nascimentos e as mortes; a um risco constante na busca de soluções através da emigração (dados tornados públicos recentemente pela PORDATA, 2016, referem que desde 2011 e até 2014, mais de 488 mil portugueses – à volta de 288 mil temporários e cerca de 200 mil permanentes, na sua maioria em idade de votar - foram “em busca de um mundo melhor” para outros países); à diminuição da imigração; a um aumento considerável do nº de suicídios, pergunta-se: que alternativas têm os cidadãos?

O desemprego é transversal a toda a sociedade. Do norte ao sul, do litoral ao interior. Atinge, indiscriminadamente, homens e mulheres; jovens e menos jovens; com maior ou menor escolaridade. É quase impossível encontrar quem não tenha um familiar, um amigo ou um vizinho a passar por este drama.

Insustentabilidade da Segurança Social (necessidade de desenvolvimento de um novo modelo social)?

Segundo o relatório sobre a Sustentabilidade Financeira da Segurança Social 2017-2060, anexo à proposta do Orçamento do Estado (OE) para 2017, a Segurança Social já não vai correr o risco de entrar em défice no ano de 2020, mas “somente” em 2026, altura em que acontecerão “os primeiros saldos negativos do sistema previdencial”. De recordar que as projeções, por década, inscritas no relatório do OE para 2016 já apontavam para um défice superior a 280 milhões de euros em 2020, subindo para 1 262 milhões uma década depois e para 2 204 milhões em 2040, horizonte do nosso trabalho de investigação. No citado relatório do OE para 2017, as contas do sistema da Segurança Social só entram numa situação de pré-colapso em 2030, mais do que duplicando em 2040, ano a partir do qual se dará o esgotamento do Fundo de Estabilização Financeiro.

Défice de desenvolvimento na economia

A demografia talvez seja uma das variáveis que mais impacto tem numa economia. A nível mundial, enquanto, por um lado, os países denominados em desenvolvimento continuam a contribuir para o crescimento demográfico, por outro, os países ditos mais desenvolvidos, entre os quais se encontra Portugal e a maior parte dos países da Europa, estagnaram ou entraram num processo de decrescimento populacional, em que a fecundidade/natalidade não para de diminuir e a esperança média de vida continua em crescendo, tendo, como consequência óbvia, o preocupante envelhecimento da população.

Obviamente, este sucessivo envelhecimento da população tem vindo a gerar alguns problemas económicos naqueles países.

O crescimento económico em Portugal está limitado pela queda acentuada da população. De acordo com os dados publicados, em outubro, pelo Banco de Portugal, o efeito demográfico já está a ter consequências negativas no PIB *per capita* de 2015 de 0,2 pontos percentuais e em 2016 serão mais de 0,25 pontos percentuais. O Governador do Banco de Portugal, Carlos Costa, afirmou, no Boletim de outubro - Banco de Portugal, 2015 - daquela instituição, que se se confirmarem as projeções da população, entre 2015 a 2060, o PIB per capita terá uma perda acumulada de 19 pontos percentuais.

De facto, e indo ao encontro destas projeções do Banco de Portugal, o atual declínio populacional e o previsto para a população portuguesa, pode vir a tornar insustentável o

aumento da dívida pública. Desta feita, também, um relatório do FMI, de setembro de 2016 (FMI, 2016, “4º relatório pós programa de ajustamento sobre previsões económicas para Portugal”), prevê que a despesa pública relacionada com o envelhecimento populacional poderá vir a ter um aumento acima dos 6 pontos percentuais do PIB até 2050 e perto de 7,5 pontos percentuais em 2100.

Portugal, nos últimos 20 anos (entre 1995 e 2015), divergiu dos países europeus mais desenvolvidos, não se vislumbrando perspectivas para recuperar este atraso, dado que - sendo a variável demográfica uma das mais importantes para o desenvolvimento económico - se prevê uma evolução da população portuguesa bastante negativa a curto, médio e longo prazo, onde se prognostica uma fecundidade cada vez mais baixa, bem como saldos migratórios negativos que aprofundarão o fenómeno da retração demográfica no todo nacional e, obviamente, com maior intensidade no interior do país.

Exemplo da recente notícia sobre o acentuar das desigualdades (neste particular, económicas), em que a riqueza de 1% da população superou a dos restantes 99% em 2015. (O fosso entre a franja dos mais ricos e o resto da população do planeta aumentou de forma dramática nos últimos 12 meses, segundo a ONG *Oxfam*, em que, num relatório denominado “*Uma economia ao serviço de 1%*” - Oxfam, 2016 -, calcula que 62 pessoas possuem tanto capital como a metade mais pobre da população mundial, cerca de 3,5 mil milhões de pessoas).

Sobrepopulação dos centros urbanos

Relacionado com este ponto, é de reter que, segundo dados recentemente divulgados pelo *Eurostat*, em 30 de maio de 2016 (Eurostat, 2016), quase metade da população portuguesa entre os 20 e os 64 anos (44%) vivia, no ano de 2015, em cidades. Uma taxa superior à média da União Europeia, que se fica pelos 41%.

De acordo com aquele barómetro, nas vilas e subúrbios vivem à volta de 31% dos portugueses (enquanto a média da União Europeia é de 32%), restando 25% de portugueses que vivem nas áreas rurais, quando na média da união Europeia essa percentagem sobe para os 27%.

Sobre o visível crescimento dos centros urbanos, como consequência da atual realidade demográfica portuguesa, deve ter-se em atenção a denominada “capacidade de carga humana” (número limite de pessoas que se podem fixar numa região sem por em causa a sua sustentabilidade), que não deve ser ultrapassada, para evitar uma série de problemas que vão

desde a insuficiência de equipamentos escolares, de saúde e outros de apoio à população, passando pela incapacidade de algumas infraestruturas (saneamento básico, acessibilidade, etc.) responderem às necessidades da população e pela insuficiência de espaços verdes e equipamentos de lazer, até, por exemplo, ao aumento de riscos de inundação.

Défice democrático

A falta de gente no interior (despovoamento, atrás focado) para se candidatar, por exemplo, às eleições autárquicas (para composição de listas), leva muitas vezes à existência de lista única. E se o problema, até aqui, atingia apenas pequenas juntas de freguesia, agora, já chegou a algumas câmaras municipais, de menor dimensão populacional.

A questão é, aliás, reconhecida pelos dirigentes locais dos vários partidos (que, por esta altura, preparam as eleições autárquicas que terão lugar no Outono de 2017). Começa, nestes locais, a haver mais força de vontade do que gente, o que, obviamente, penaliza a democracia, levando a uma escolha condicionada à partida.

Se a demografia continuar, como se prevê, com as tendências dos últimos anos, havendo, atualmente, regiões do país em que não há população em idade ativa jovem, nem população em idade fértil, a situação tende a complicar-se. Em muitas zonas do país há uma população já em idade avançada que não vai ter filhos, e os poucos jovens que há, saem dessas regiões, para zonas do litoral ou para o estrangeiro, porque não têm emprego. A dualidade entre litoral e interior é manifesta a diversos níveis, sendo que a população residente e a natalidade se tornam causa e consequência dessa realidade.

Como se o denominado défice demográfico não bastasse, nota-se, a cada dia que passa, por variadas razões, um afastamento e um muro ou fosso cada vez maiores entre os eleitos e os eleitores. Os cidadãos eleitores não se veem naqueles que deviam ser os seus legítimos representantes, crescendo a descreditação nos partidos ou grupos políticos e nos seus representantes, não sendo por acaso que, como corolário lógico, tenhamos uma das maiores taxas de abstenção de toda a Europa.

E consabido, em democracia, o indivíduo (cidadão) não só participa para escolher como para corrigir e até sancionar – pelo voto. Ele elege, ele afasta os maus governantes do poder, sem violência, sem derramamento de sangue. Tem a força que lhe advém do livre alvedrio do cidadão eleitor, e sobre ele repousa e nele se legitima a democracia. Por isso, a pluralidade de projetos (de listas) apresentada ao cidadão eleitor só pode beneficiar a democracia e combater o

designado déficit democrático, o que não acontece se não houver sequer pessoas que se candidatem para os apresentar.

E não podemos esquecer que toda a cultura se baseia, fundamentalmente, na liberdade de dizer não. Não, à dúvida, a qual, etimologicamente (*dubitare*: de duo, dois), supõe um “conflito” entre dois para se descobrir qual dos dois tem razão. É este, afinal, o sentido da dúvida cartesiana, de René Descartes.

3.4. A natalidade e outras variáveis demográficas no Alto Minho

3.4.1. Evolução desde 1960 até à atualidade (2015) - Estimativas

Para interpretar a situação atual do Alto Minho, baseados em dados estatísticos rigorosos e oficiais, comparando o que fomos e somos – passado e presente (como chegamos até aqui) com aquilo que poderemos ser - futuro (o que queremos ser), afigura-se conveniente começar por conhecer melhor as tendências demográficas do Alto Minho nas últimas décadas (baseados em dados oficiais, sobretudo do INE e da PORDATA, nomeadamente relativos aos Censos 2001 - INE, 2001 – XIV Recenseamento Geral da População e IV Recenseamento Geral da Habitação - e 2011 - INE, 2011 – XV Recenseamento Geral da População e V Recenseamento Geral da Habitação - e outros dados mais atualizados), numa dupla perspetiva: a posição da sub-região no contexto nacional e as assimetrias existentes (ou não) no seu interior – em que é que os municípios se assemelham, mas também em que se diferenciam.

Atentos ao ensinamento de Miguel Torga, retratado na sua célebre frase “O Universal é o Local sem Paredes” (Torga, 1969: 69), e sob o lema “Pensar Global/Agir local” (com origem na Agenda XXI - programa de ação elaborado para pôr em prática as resoluções acordadas na Cimeira da Terra celebrada em 1992, no Rio de Janeiro), começamos por deixar, aqui, as tendências demográficas na sub-região do Alto Minho (a soma das partes), para, de seguida, nos debruçarmos sobre a situação município a município.

Assim, no que à demografia e perfil da população diz respeito, de acordo com os dados oficiais dos Censos 2011 (INE, 2012), o Alto Minho, com uma superfície de 2 118,8 km², acolhia sensivelmente 245 mil habitantes, se bem que, atualmente, segundo estimativas do INE, de dezembro de 2015 (INE, 2016), já só conte com 236 270 residentes, representando à volta de 2% da população do país e aproximadamente 7% da população da região Norte.

Apenas, entre 2001 e 2011, a população residente no Alto Minho decresceu perto de 2%, tendo, nos últimos cinco anos, o volume populacional “emagrecido” mais perto de 1%.

A grande maioria dos 10 concelhos que dão corpo à sub-região do Alto Minho registou, ao longo do período intercensitário 2001-2011, e daí até à atualidade, um decréscimo populacional, com maior expressão nos municípios menos densamente povoados.

Situação que facilmente se constata, também, ao nível das freguesias, destacando-se como demograficamente mais dinâmicas as freguesias de cariz mais urbano, sobretudo aquelas que coincidem com as sedes concelhias, que vão cativando alguns dos habitantes das povoações/aldeias mais distantes.

Analisada a dinâmica populacional por municípios (no período 2001-2011), sobressai o concelho de Vila Nova de Cerveira, cuja atratividade se saldou por um crescimento da população residente em cerca de 5%. Ao invés, a estabilidade demográfica do concelho de Viana do Castelo, que se apresenta como o mais populoso (sede/capital do distrito), naquele período, teve bastante influência na evolução da sub-região na sua globalidade.

O decréscimo populacional verificado no Alto Minho entre 2001 e 2011 contrasta com uma evolução favorável do país na sua globalidade, equiparando-se a densidade populacional da sub-região Alto Minhota à média nacional, mas revelando-se, paralelamente, um pouco inferior à que se regista na região Norte.

É consabido que a dinâmica populacional se apresenta como um recurso elementar para o desenvolvimento de qualquer região, importando, por isso, aferir as potencialidades e a capacidade do Alto Minho para renovar a sua população.

A estrutura etária da população residente no Alto Minho não diverge muito, sobressaindo uma forte preponderância dos escalões etários mais elevados. Por outro lado, os dois grupos etários mais jovens – que reúnem indivíduos até aos 24 anos -, assumem proporções modestas no total da população do respetivo município e revelam perdas substanciais ao longo do período 2001-2011, o que permite inferir das dificuldades da região na reposição de gerações.

No tocante aos índices de envelhecimento e de dependência, estes deixam à evidência níveis muito desfavoráveis para o Alto Minho, superando os valores médios nacionais e da região Norte.

A tendência de envelhecimento afigura-se preocupante quando se constata que atingem entre 10% e 30% as perdas populacionais dos escalões jovens nos diversos concelhos.

No que à instrução diz respeito, a população residente no Alto Minho é relativamente menos escolarizada do que a população portuguesa na sua totalidade e do que a população da região Norte.

É, também, alarmante saber que cerca de 22% da população residente nesta região não possui qualquer nível de ensino, ao passo que a percentagem de população que atinge níveis de instrução do pós-secundário/superior (21%) apresenta-se inferior às correspondentes médias nacionais e para a região Norte.

A perda populacional no Alto Minho é, em grande parte, explicada por um modelo de renovação populacional que não repõe população jovem com a intensidade necessária à manutenção do perfil etário da população.

Como se não bastasse a dificuldade na fixação e atração de jovens, o número de nascimentos não para de decrescer. Concelho a concelho, os dados relativos à natalidade constitui um elemento alarmante.

O Alto Minho, atentos a estimativas do INE referentes a dezembro de 2014 (INE, 2015), tem níveis de fecundidade e de natalidade baixos, apresentando, em simultâneo, uma taxa de mortalidade superior (resultando numa taxa de crescimento natural de -0,55%), tem uma população envelhecida (com um índice de envelhecimento na ordem dos 191,5%), tem pouca imigração e uma emigração considerável e em crescendo (apresentando uma taxa de crescimento migratório de -0,34%), tendo, como corolário lógico uma descida continuada da população (pois apresenta uma taxa de crescimento efetivo de -0,89%).

Se olharmos atentamente para a dinâmica populacional do Alto Minho nos últimos 25 anos, conseguimos agrupar a região em três grupos distintos: o grupo formado pelos concelhos que tendem para zero; o grupo formado pelos concelhos que mantiveram população; e o grupo formado pelos concelhos que aumentaram a população (Quadro 3.9).

Queremos significar por “tender para zero” os concelhos com decréscimo acentuado da população. Esse grupo é constituído pelos seguintes concelhos: Arcos de Valdevez; Melgaço, Monção, Paredes de Coura e Ponte da Barca.

Entre o grupo dos municípios que se “mantiveram” estão: Caminha, Ponte de Lima e Valença, já que a relação a vinte anos mantém-se praticamente inalterada.

Entre o grupo dos concelhos que aumentaram a população estão Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira.

Mas isto não significa que os dados demográficos fiquem organizados deste modo nas restantes dimensões demográficas. Se os concelhos que tendem para zero, no geral, são os que estão em pior situação demográfica devido aos fatores que iremos anunciar mais abaixo, não significa que entre os que aumentaram a população e entre os que a mantiveram não haja nada

a fazer. Pelo contrário: por exemplo, Viana do Castelo tem um saldo migratório assinalavelmente baixo (o mais baixo do conjunto); ou, por exemplo, Monção, que se não fosse compensado por um saldo migratório bastante positivo, estaria ainda pior no que toca à perda de população; ou, por exemplo, Ponte de Lima, praticamente incapaz de ter saldos migratórios positivos ainda que o saldo natural seja consideravelmente equilibrado; ou que Vila Nova de Cerveira, estando entre os concelhos que aumentaram a população, fá-lo à custa da capacidade de atrair pessoas pela via da importação líquida de mão-de-obra, sobretudo em dois setores de atividade: setor do têxtil, vestuário e calçado em empresas de média e grande dimensão (cerca de 55% do emprego situa-se em empresas com um número de funcionários entre os 50 e mais de 250) e o setor da administração pública (Quadros 3.6, 3.7 e 3.8).

Quadro 3.6. Movimentos pendulares da população residente no Alto Minho (por concelho)

Indicadores de mobilidade		A. Valdevez	Caminha	Melgaço	Monção	P. Coura	Pte Barca	Pte Lima	Valença	V. Castelo	V. N. Cerveira
Movimentos Pendulares de População (nº de pessoas)	População residente e empregada (nº de pessoas residentes no concelho que têm empregos, dentro ou fora do concelho)	7.794	6.502	3.005	6.968	3.532	4.483	17.511	5.726	38.044	3.408
	Entradas (nº de pessoas que trabalham no concelho mas que residem noutros concelhos)	939	917	244	542	344	606	1.817	1.197	5.922	1.394
	Saídas (nº de pessoas que residem no concelho mas que trabalham noutros concelhos)	1.225	1.800	543	1.228	839	1.140	5.266	1.410	6.304	754
	Saldo de emprego (se negativo = concelho fornecedor líquido de mão-de-obra; se positivo = concelho importador líquido de mão-de-obra)	-286	-883	-299	-686	-495	-534	-3.449	-213	-382	640
	Emprego (nº de postos de trabalho gerados no concelho)	7.508	5.619	2.706	6.282	3.037	3.949	14.062	5.513	37.662	4.048
Importância dos Movimentos (em %)	Taxa de mobilidade extra-regional (% da população residente empregada que sai do concelho para trabalhar)	15,7%	27,7%	18,1%	17,6%	23,8%	25,4%	30,1%	24,6%	16,6%	22,1%
	Taxa bruta de atracção (% dos postos de trabalho do concelho preenchidos por população não residente)	12,5%	16,3%	9,0%	8,6%	11,3%	15,3%	12,9%	21,7%	15,7%	34,4%
	Grau de atractividade/repulsão (taxa de repulsão, se inferior a 100%; taxa de atracção, se superior a 100%)	96,3	86,4	90,0	90,2	86,0	88,1	80,3	96,3	99,0	118,8
	Grau de localização do emprego (% da população que trabalha e simultaneamente reside no concelho)	84,3%	72,3%	81,9%	82,4%	76,2%	74,6%	69,9%	75,4%	83,4%	77,9%

Fonte: Augusto Mateus & Associados

Quadro 3.7. Áreas de especialização do trabalho

	Norte	Minho-Lima	A. Valdevez	Caminha	Melgaço	Monção	P. Coura	Pte. Barca	Pte. Lima	Valença	V. Castelo	V. N. Cerveira	Cávado	Ave	Alto Trás-os-Montes
Agríc., Silvíc. e Pesca	-12%	-12%	0%	-17%	-11%	-6%	8%	-3%	-19%	-17%	-14%	-12%	-12%	-11%	-11%
Extractivas	-23%	-15%	-11%	-	-	-9%	-	-14%	-22%	-26%	18%	-10%	-24%	-26%	-33%
Alimentares	-7%	-13%	-23%	-16%	-21%	-9%	-14%	8%	-12%	-14%	-14%	-13%	-15%	-11%	-16%
Têxtil, Vest. e Calçado	0%	-1%	6%	-10%	-	-9%	11%	-9%	5%	-10%	-6%	11%	3%	1%	0%
Madeira, Cortiça e Mobil.	-6%	-9%	-16%	-11%	-16%	-14%	-14%	-6%	-7%	-15%	-8%	1%	-11%	-10%	-14%
Papel e Publicações	-18%	38%	-45%	-45%	-	-47%	-50%	-49%	-57%	-23%	53%	-	-28%	-30%	-43%
Químicas	-12%	-28%	-14%	-	-40%	-50%	-18%	-58%	-58%	-43%	-31%	-15%	-25%	25%	-48%
Metálicas	-7%	-9%	-9%	-30%	-34%	-21%	-34%	-28%	-15%	-4%	9%	-20%	-10%	-9%	-31%
Mecânicas e Electrónicas	-5%	-3%	-40%	-54%	-	-	-34%	-29%	-36%	-43%	0%	-9%	1%	-15%	-11%
Material de Transporte	-9%	-2%	112%	-	-	-37%	-	-	-27%	5%	10%	-11%	-1%	-1%	0%
Material de Construção	-14%	-18%	-9%	-34%	-11%	-15%	9%	-23%	-26%	-23%	-20%	8%	-25%	-20%	-19%
Construção	-8%	-11%	-21%	3%	-18%	-13%	-26%	-14%	-14%	-14%	-7%	-15%	-4%	-4%	-18%
Energia, Água e Saneam.	-20%	-15%	-40%	-41%	-	-3%	-	85%	-	6%	-6%	-63%	-27%	-24%	-29%
Transp., Logística e Comunic.	-13%	-15%	-42%	-19%	-25%	-37%	-35%	-10%	9%	-16%	-7%	-15%	-17%	-22%	-34%
Distribuição e Comércio	-8%	-14%	-19%	-19%	-29%	-16%	-29%	-23%	-18%	-15%	-8%	-21%	-10%	-13%	-19%
Serviços Empresariais	-12%	-21%	-20%	-23%	15%	-32%	-13%	-17%	-23%	-30%	-14%	-30%	-19%	-23%	-14%
Hotelaria e Restauração	-9%	-9%	-13%	-13%	-16%	-6%	-12%	-19%	-8%	-8%	-5%	-7%	-10%	-13%	-15%
Educação, Saúde e Cultura	-3%	-8%	-16%	6%	-18%	-18%	-21%	-19%	-11%	-14%	-3%	-12%	-8%	-6%	-18%
Administrações Públicas	-12%	-6%	-15%	-3%	-4%	-13%	-20%	-10%	-6%	-11%	-8%	9%	-18%	-14%	-1%
Total	-12%	-14%	-22%	-18%	-25%	-20%	-25%	-22%	-19%	-14%	-7%	-4%	-16%	-21%	-22%

Fonte: Augusto Mateus & Associados

Quadro 3.8. Estrutura do emprego (por concelho)

	Nº Estabelecimentos (2009)		Nº Postos de trabalho (2009)		Dimensão média dos estabelecimentos		Taxa média anual de crescimento de Estabelecimentos e Emprego (TMAC 2000-2009)				Estrutura do emprego por dimensão do estabelecimento (2009)				% emprego industrial em estab. grandes (2009)
	Total	% Indústria	Total	% Indústria	Total	Indústria	Total Estab.	Estab. industriais	Emprego total	Emprego industrial	1 a 9	10 a 49	50 a 249	+ 250	
Portugal	407.172	11,9%	3.110.139	21,9%	7,6	14,1	2,7%	+0,2%	1,4%	-2,4%	32,7%	30,8%	22,1%	14,4%	3,4%
Norte	140.324	16,9%	1.063.382	32,5%	7,6	14,6	3,0%	+0,8%	0,9%	-2,6%	32,5%	33,0%	23,1%	11,4%	4,4%
Minho-Lima	9.603	11,5%	58.980	28,5%	6,1	15,3	2,9%	+0,4%	2,0%	-1,1%	39,8%	32,0%	15,9%	12,4%	8,1%
A. Valdevez	832	11,1%	4.321	35,4%	5,2	16,6	3,9%	4,2%	4,7%	6,5%	46,5%	22,8%	22,3%	8,4%	8,4%
Caminha	657	8,7%	3.417	16,0%	5,2	9,6	2,6%	2,9%	2,5%	-0,6%	47,5%	27,7%	24,8%	-	-
Melgaço	276	9,4%	1.060	14,8%	3,8	6,0	4,2%	3,2%	4,9%	5,6%	60,4%	34,0%	5,7%	-	-
Monção	732	13,9%	3.315	25,3%	4,5	8,2	2,9%	0,4%	3,2%	1,4%	52,7%	37,2%	10,1%	-	-
P. Coura	270	10,0%	1.228	32,6%	4,5	14,8	3,4%	-1,0%	-1,0%	-4,5%	49,5%	25,3%	25,2%	-	-
Pte. Barca	465	7,7%	2.025	12,8%	4,4	7,2	3,7%	0,9%	2,2%	-2,0%	55,7%	37,4%	7,0%	-	-
Pte. Lima	1.746	11,1%	9.412	25,4%	5,4	12,3	3,5%	-1,1%	0,9%	-1,1%	43,9%	37,1%	15,0%	4,1%	4,1%
Valença	721	9,0%	4.788	21,4%	6,6	15,8	1,4%	-0,3%	4,9%	2,6%	38,6%	22,0%	15,9%	23,5%	6,8%
V. Castelo	3.545	12,8%	25.941	31,0%	7,3	17,7	2,7%	-1,3%	1,4%	-2,6%	34,0%	35,0%	12,5%	18,5%	11,7%
V. N. Cerveira	359	13,9%	3.473	47,3%	9,7	32,9	2,5%	-1,5%	2,6%	-0,5%	26,3%	18,1%	36,8%	18,8%	18,8%
Cávado	17.196	18,7%	122.993	33,3%	7,2	12,8	3,5%	-0,9%	1,6%	-2,3%	34,5%	36,0%	21,8%	7,8%	3,6%
Ave	19.619	25,3%	165.163	51,9%	8,4	17,2	2,5%	-1,1%	-0,3%	-3,0%	29,7%	33,2%	26,6%	10,4%	7,8%
Alto Trás-os-Montes	6.735	10,5%	31.128	15,2%	4,6	6,7	3,6%	1,8%	2,8%	0,5%	53,1%	34,5%	12,5%	-	-

Fonte: Augusto Mateus & Associados

Quadro 3.9. Evolução da população residente por concelho (1993-2013)

NUTS 2002 (hierarquia cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR) (1)	Período de referência dos dados	População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2002), Sexo e Grupo etário (Por ciclos de vida); Anual (2)	
		Total	
		HM	
Arcos de Valdevez	2013	22 142	
	2003	24 347	
	1993	25 913	
Caminha	2013	16 417	
	2003	17 066	
	1993	16 414	
Melgaço	2013	8 804	
	2003	9 847	
	1993	10 643	
Monção	2013	18 836	
	2003	19 886	
	1993	20 965	
Paredes de Coura	2013	8 991	
	2003	9 479	
	1993	10 160	
Ponte da Barca	2013	11 768	
	2003	12 750	
	1993	12 950	
Ponte de Lima	2013	43 019	
	2003	44 397	
	1993	43 535	
Valença	2013	13 804	
	2003	14 232	
	1993	14 457	
Viana do Castelo	2013	87 243	
	2003	89 412	
	1993	84 223	
Vila Nova de Cerveira	2013	9 110	
	2003	9 060	
	1993	8 997	

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, última atualização: 16 de junho de 2014

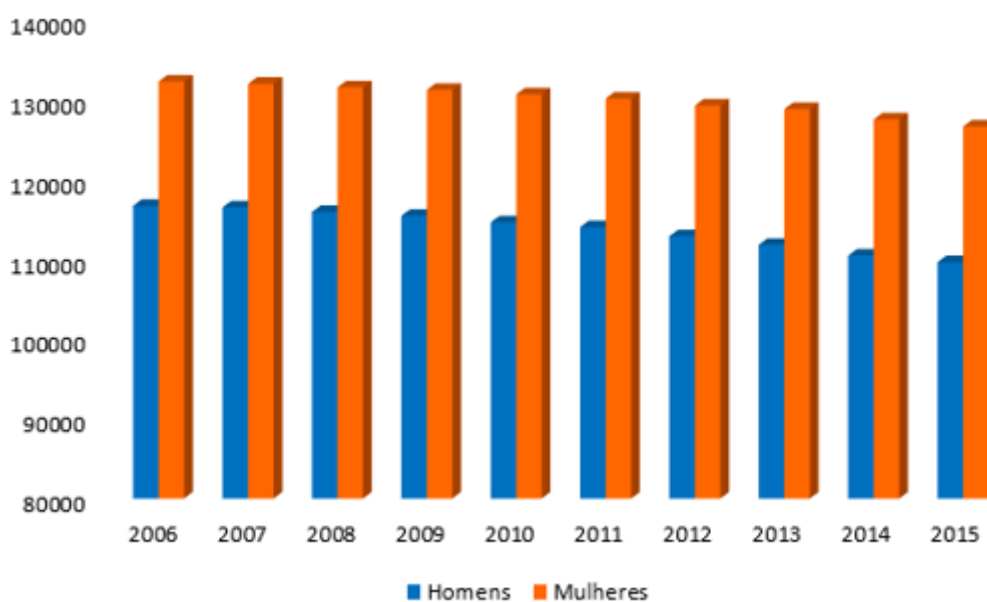
Serve isto para dizer que sobre o fenómeno da natalidade é necessário todo o tipo de cautelas sobre especulações e políticas de desenvolvimento, já que as causas e as consequências que geram os fenómenos não são necessariamente lineares na sua interligação.

A 31 de dezembro de 2015, a população do Alto Minho foi estimada em 236 270 pessoas, ou seja, menos 1 727 pessoas quando comparado com a população estimada no mesmo dia do ano de 2014. Com uma taxa de crescimento negativa de -0,73%, este é o reflexo da conjugação dos saldos naturais e migratórios negativos, correspondendo a taxas de crescimento de -0,56% e -0,17%, respetivamente.

Da população residente estimada para o Alto Minho, no final de 2015, 109 632 pertenciam ao sexo masculino e 126 638 ao sexo feminino, registando-se uma relação da masculinidade de 86,6, isto é, cerca de 87 homens por cada 100 mulheres.

Se nos atentarmos às estimativas divulgadas em anos anteriores, nota-se que a taxa de crescimento efetivo da população não é tão negativa quanto a registada entre 2011 e 2014, período em que as taxas de crescimento anuais foram inferiores a -0,80% (no ano de 2014 chegou a -0,89%). O período mais recente em que a população alto minhota registou taxas de crescimento positivo ocorreu entre 1996 e 2002 (depois de também ter registado taxas de crescimento negativas nos anos que precederam este período).

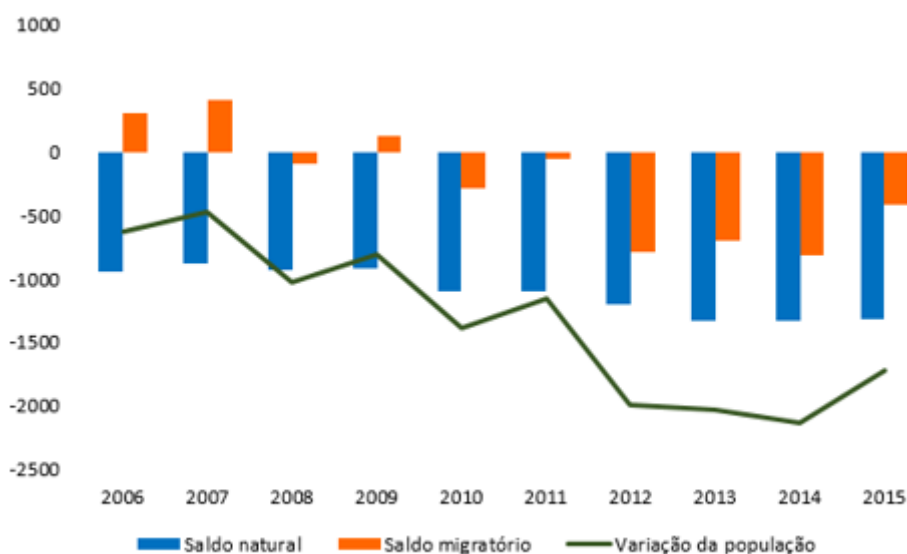
Gráfico 3.8. População masculina e feminina do Alto Minho, de 2006 a 2015



Consequentemente, a diminuição da população é evidente, desde o ano de 2003, tendo já ficado aquém dos 250 mil residentes durante o ano de 2005. Sendo a perda efetiva em ambos os géneros, a redução é mais evidente entre os homens (Gráfico 3.8). De tal modo que a relação de masculinidade tem vindo progressivamente a diminuir (em 2006, era ligeiramente superior e igual a 88,2).

O decréscimo populacional tem como explicação principal o persistente registo de saldos naturais negativos, facto incontornável da realidade demográfica alto minhota nas últimas décadas (Gráfico 3.9). Embora no início da última década, entre 2006 e 2009, a diferença entre o número de óbitos e o número de nascimentos tivesse estabilizado abaixo do milhar, esta diferença voltou a aumentar nos anos mais recentes de modo que, entre 2013 e 2015, passou a ser superior a 1 300. Em particular, no ano de 2015, o saldo natural foi de -1 317, o que significa que o número de óbitos foi largamente superior ao número de nascimentos.

Gráfico 3.9. Saldo natural, saldo migratório e variação da população do Alto Minho, de 2006 a 2015

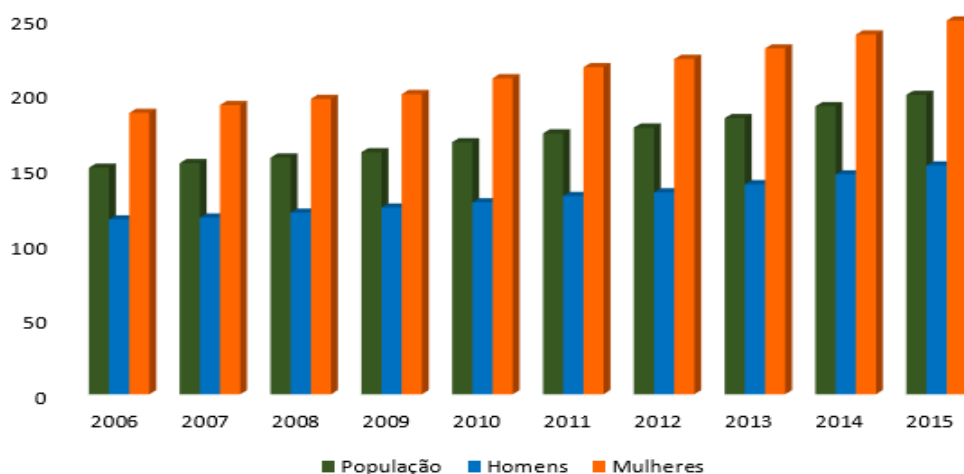


Em contrapartida, no decurso da última década, o saldo migratório tem contribuído de forma diversa para o crescimento populacional no Alto Minho. O saldo migratório positivo que se registou nos anos de 2006 e 2007, correspondendo a uma tendência que já vinha desde 1995 (tendo mesmo registado um valor de 1 745 no ano 2000), foi o principal responsável pela atenuação do decréscimo populacional. Contudo, nomeadamente nos anos de 2012 a 2014, os saldos migratórios ao registarem valores muito negativos (entre as sete e as oito centenas),

avolumaram a força com que a população alto minhota diminuiu neste período. Entretanto, no último ano, graças a um saldo migratório menos negativo, o decréscimo populacional foi mais reduzido.

Embora o decréscimo populacional afete particularmente a dimensão da população, esta também se vem progressivamente alterando na sua composição por sexo e idade, com uma redução significativa da população jovem (com menos de 15 anos) e um aumento da população idosa (com 65 ou mais anos), favorecendo o envelhecimento demográfico (Gráfico 3.10). Na década em análise, a população jovem reduziu cerca de 20%, correspondendo a uma redução de 6 757 jovens (passou de 35 294 para 28 537), enquanto a população idosa aumentou perto de 7%, correspondendo neste caso a mais 3 643 pessoas com 65 ou mais anos (passou de 53 166 para 56 809).

Gráfico 3.10. Índice de envelhecimento – Alto Minho, 2006-2015



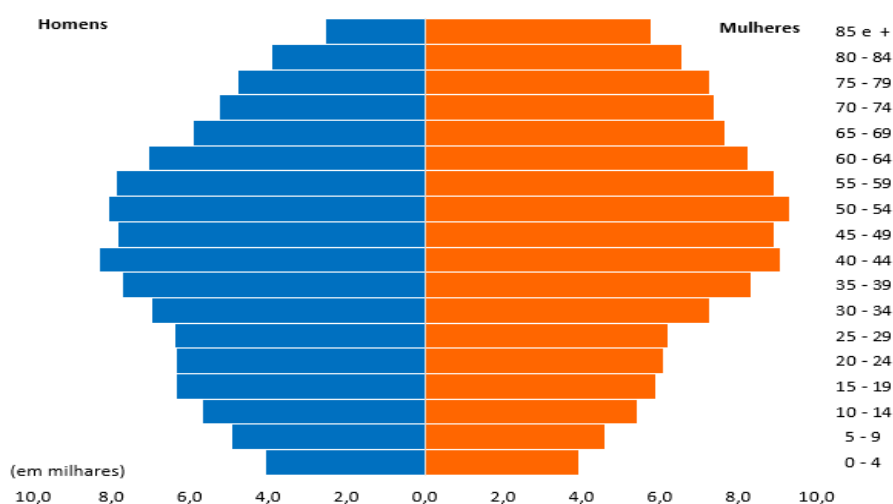
Esta variação na composição da população por grandes grupos etários está bem patente no persistente crescimento do índice de envelhecimento, o qual passou no decurso desta década de um valor de 150,6 para 199,1. Ou seja, no espaço temporal de uma década o número de idosos passou a ser o dobro do número de jovens, quando dez anos antes apenas era 1,5 vezes superior.

Avaliando este mesmo índice de envelhecimento, tomando em consideração a distribuição da população por sexo e idade, verifica-se uma diferença muito significativa entre os homens e as mulheres do Alto Minho. Enquanto no sexo masculino, a relação entre o número de idosos e o número de jovens passou de 116 para 152 idosos por cada 100 jovens, já em relação ao

grupo feminino, o índice de envelhecimento passou de 187 para aproximadamente 250 idosas por cada 100 jovens.

A pirâmide etária para o Alto Minho no final de 2015, com a distribuição da população por sexo e grupos etários quinquenais, permite visualizar o duplo envelhecimento que esta população está a atravessar (Figura 3.4). O estreitamento da pirâmide na base, em resultado da forte diminuição da natalidade nos últimos anos, tem conduzido ao envelhecimento no seu “pé”. Por outro lado, o alargamento da pirâmide no topo, resultante da melhoria das condições de saúde e conseqüentemente no aumento da esperança de vida e da longevidade, conduziu ao envelhecimento na sua “cabeça”.

Figura 3.4. Pirâmide etária – Alto Minho, 2015

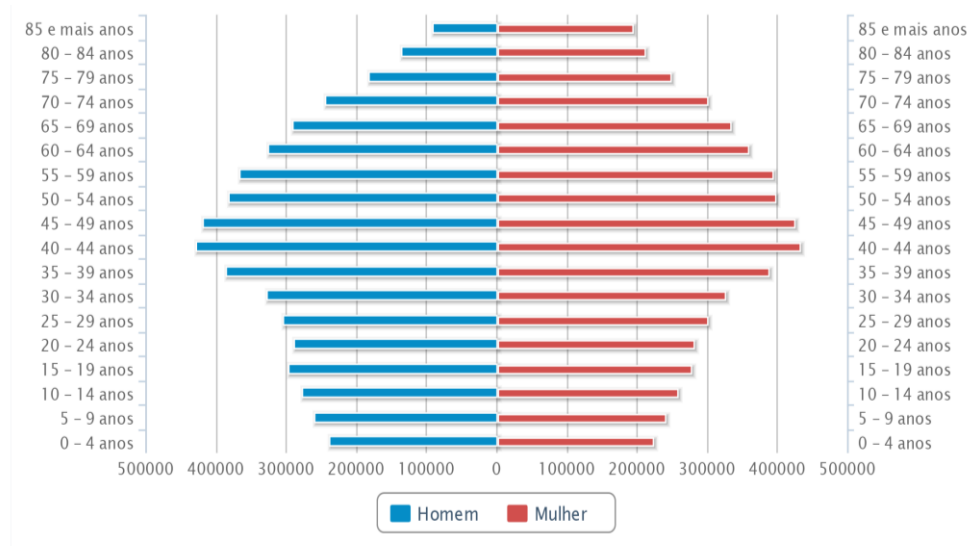


É também notório nesta pirâmide etária a maior presença de mulheres com idades mais avançadas, o que pode ser facilmente medido pela relação de masculinidade. Assim, enquanto a relação de masculinidade está conforme os ditames demográficos entre os jovens com menos de 15 anos, ou seja, cerca de 105 jovens do sexo masculino por cada 100 jovens do sexo feminino, já no grupo etário dos idosos a presença de mulheres é inequivocamente maioritária. Entre a população com 65 ou mais anos, a relação de masculinidade reduz-se para 64,3, ou seja, na população alto minhota estão presentes cerca de 64 homens por cada 100 mulheres.

Esta análise à sub-região do Alto Minho, quando comparada com a dinâmica demográfica nacional, só vem comprovar que este subespaço regional em nada difere do conjunto nacional, o que revela que o Alto Minho não é exceção numérica mas sim mais um aglomerado da regra

nacional, presente e futura (Figura 3.5), isto é, o Alto Minho é o espelho do país e o país reflete o Alto Minho.

Figura 3.5. Pirâmide etária – Portugal (projeções para 2020)



3.4.1.1. Dados demográficos por Concelho (Alto Minho)

Esta redução dos efetivos populacionais tem, no entanto, ritmos ligeiramente diferenciados por concelho. É pois importante conhecer o que se tem passado especificamente por município.

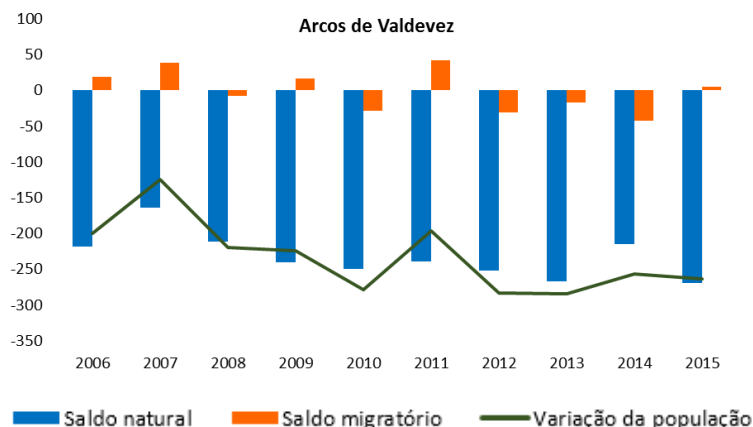
Como se pode observar, no conjunto de gráficos apresentados, cada município tem a sua própria característica na forma como tem variado a população na última década (do final de 2006 até ao final de 2015). Vamos, agora, avaliar os saldos migratórios (relação entre os que entram e os que saem do concelho) e a variação populacional (relação entre os nascimentos e as mortes), percebendo através destas duas variáveis o que se tem passado ao nível populacional.

3.4.1.1.1. Arcos de Valdevez

Começando por ordem alfabética, no município dos Arcos de Valdevez (Gráfico 3.11), mesmo tendo registado neste período de análise saldos migratórios próximos de zero (os valores mais elevado e mais reduzido registaram-se nos anos de 2011 e de 2014, respetivamente, 42 e -42), a variação populacional deveu-se fundamentalmente a um registo de um saldo natural negativo de -200 pessoas (em que os valores mais reduzidos ocorreram recentemente nos anos de 2013

e 2015, respetivamente, -267 e -269). É o concelho do Alto Minho com o maior saldo natural negativo.

Gráfico 3.11. Saldo natural, saldo migratório e variação da população do município de Arcos de Valdevez, de 2006 a 2015



3.4.1.1.2. Caminha

No município de Caminha (Gráfico 3.12), embora nos primeiros anos desta última década os saldos migratórios positivos tenham contribuído para uma mais lenta redução da população, a situação verificada nos últimos anos mostra a importância que este saldo passou a assumir no avolumar da perda populacional. Com a exceção de ligeiros estancamentos nos anos de 2009 e de 2013, as perdas devidas ao saldo natural aproximaram-se de valores médios na ordem da centena de pessoas (em 2014 e 2015, já se cifrava em -121 e -118, respetivamente).

3.4.1.1.3. Melgaço

Em Melgaço (Gráfico 3.13), com saldos migratórios praticamente nulos, o saldo natural anual médio permanece abaixo da centena negativa, salientando-se o ano de 2012 em que, quer o saldo natural quer o saldo migratório, atingiram valores mínimos (-166 e -28, respetivamente).

Gráfico 3.12. Saldo natural, saldo migratório e variação da população do município de Caminha, de 2006 a 2015

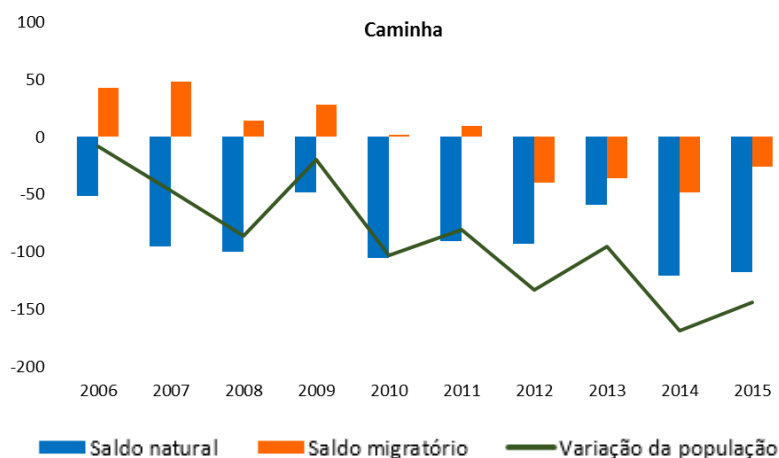
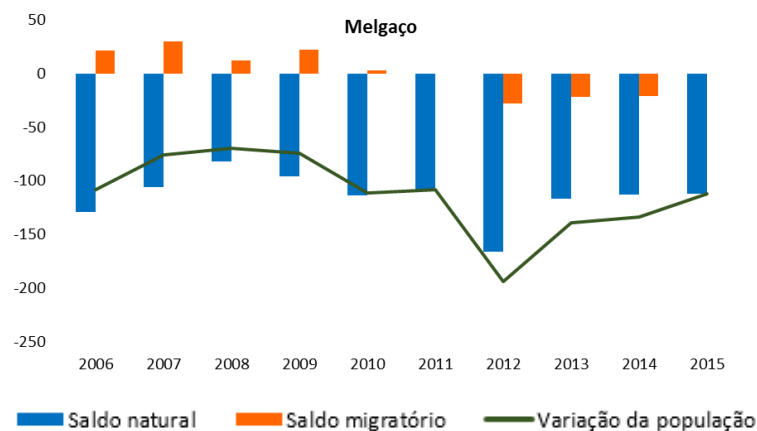


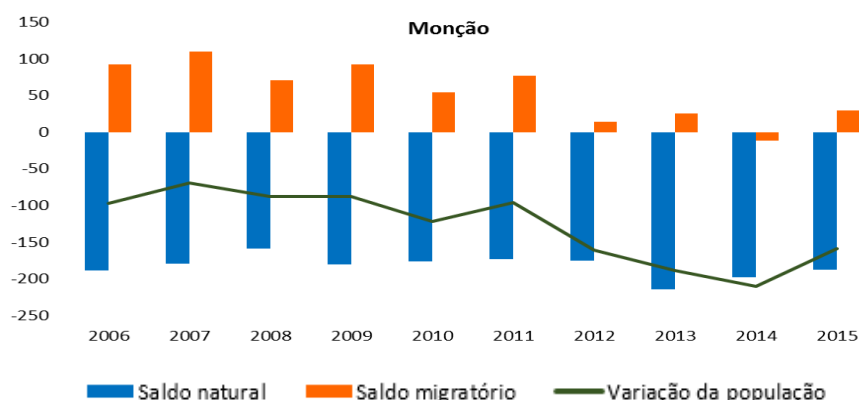
Gráfico 3.13. Saldo natural, saldo migratório e variação da população do município de Melgaço, de 2006 a 2015



3.4.1.1.4. Monção

O município de Monção (Gráfico 3.14) mostra ter sido um município bastante atrativo, particularmente até 2011 (com saldos migratórios médios acima de 80), mas não o suficiente para evitar a perda populacional nos últimos anos, já que anualmente o saldo natural registava valores abaixo de -170 (atingindo os -214 em 2013).

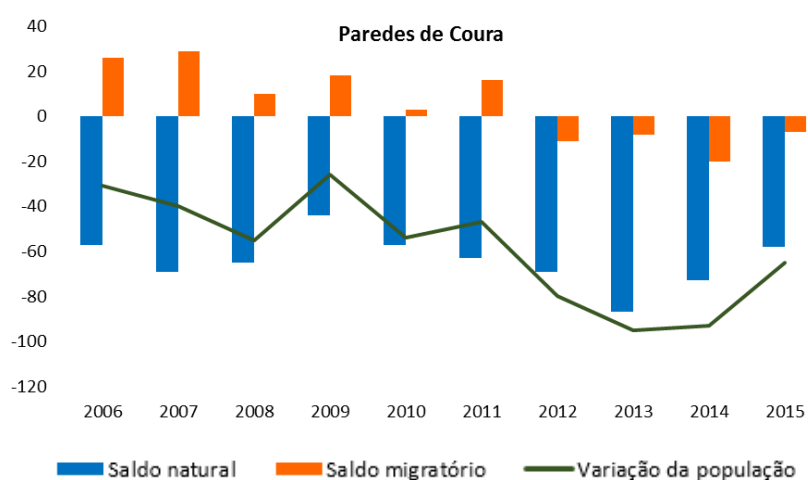
Gráfico 3.14. Saldo natural, saldo migratório e variação da população do município de Monção, de 2006 a 2015



3.4.1.1.5. Paredes de Coura

Paredes de Coura (Gráfico 3.15), por seu lado, embora tenha registado no início do período saldos migratórios positivos, o peso dos saldos naturais negativos (com valores médios bastante abaixo de -50, tendo chegado a -87 em 2013) determinaram a persistente redução da população.

Gráfico 3.15. Saldo natural, saldo migratório e variação da população do município de Paredes de Coura, de 2006 a 2015

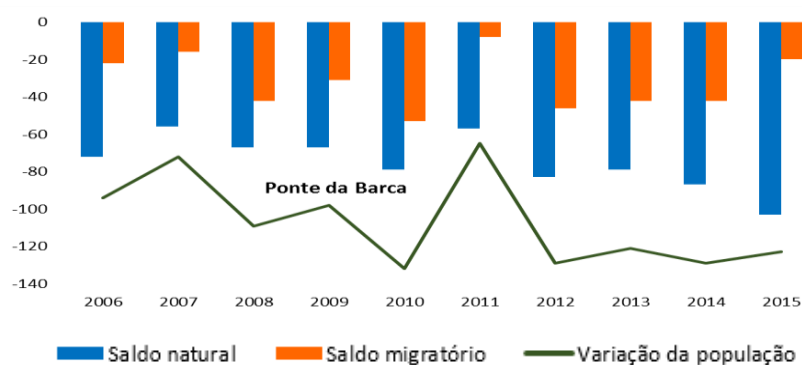


3.4.1.1.6. Ponte da Barca

Nos últimos dez anos, o volume de população perdida pelo município de Ponte da Barca (Gráfico 3.16) é explicado pelo sistemático registo de saldos, natural e migratório, negativos, o que faz com que este município apresente uma característica claramente distintiva da região em que

está inserida. Refira-se que, entre os anos de 2012 e 2014, registou valores de saldo migratório muito negativos (entre -42 e -46) e no último ano, o saldo natural baixou a centena negativa.

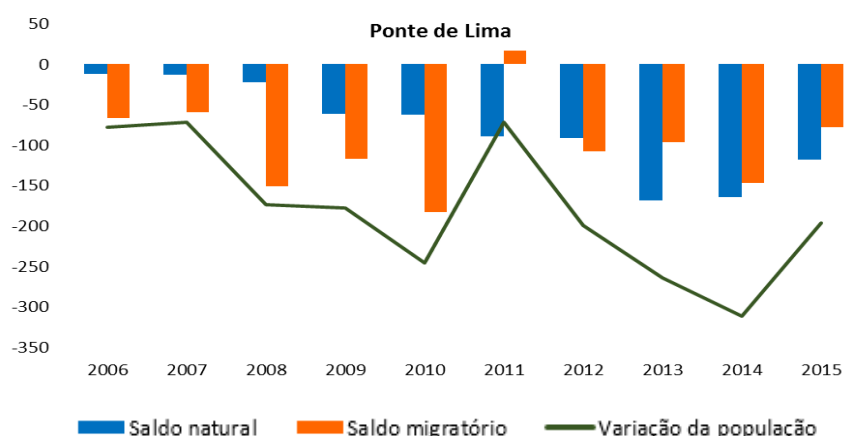
Gráfico 3.16. Saldo natural, saldo migratório e variação da população do município de Ponte da Barca, de 2006 a 2015



3.4.1.1.7. Ponte de Lima

Também no município de Ponte de Lima (Gráfico 3.17), no decurso desta década, os saldos migratórios negativos começaram por ser a principal explicação para a perda populacional (entre 2006 e 2010, período em que se registaram saldos migratórios bastante mais negativos que os saldos naturais), embora continuem a assumir um papel muito importante desde 2012.

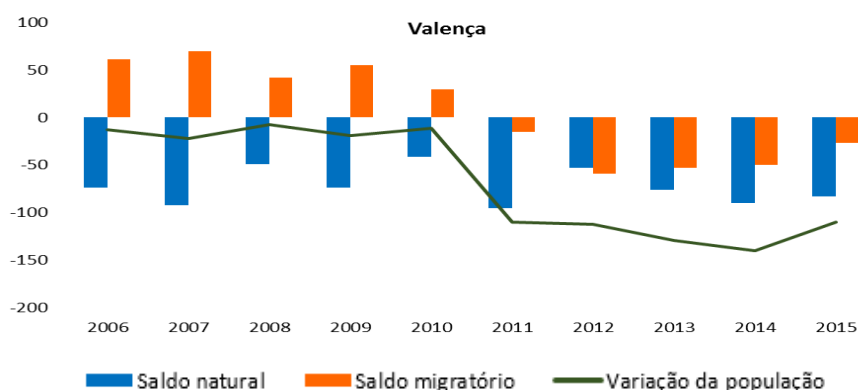
Gráfico 3.17. Saldo natural, saldo migratório e variação da população do município de Ponte de Lima, de 2006 a 2015



3.4.1.1.8. Valença

Por seu lado, no município de Valença (Gráfico 3.18), embora o saldo migratório positivo tenha conseguido conter a perda populacional até ao ano de 2010 (com um valor médio anual na ordem das 50 pessoas), acabou por assumir um papel importante na redução populacional a partir de 2012 (com valores entre -50 e -60, no período 2012-2014).

Gráfico 3.18. Saldo natural, saldo migratório e variação da população do município de Valença, de 2006 a 2015



3.4.1.1.9. Viana do Castelo

A sede do distrito, Viana do Castelo (Gráfico 3.19), embora tenha aguentado a perda populacional nos primeiros anos, tem sido muito afetada pelo fortíssimo efeito dos saldos migratórios negativos nos anos mais recentes. Entre 2012 e 2014, a perda populacional com base no saldo migratório esteve muito abaixo das quatro centenas (em 2012, chegou a -462 pessoas), ultrapassando o efeito resultante dos saldos naturais também negativos. É o concelho com o maior saldo migratório negativo.

3.4.1.1.10. Vila Nova de Cerveira

Chegados ao município de Vila Nova de Cerveira (Gráfico 3.20), é bastante visível a importância que os saldos migratórios positivos tiveram no crescimento da população até 2010 (entre 2006 e 2010, o saldo migratório médio rondou as 80 pessoas, enquanto o saldo natural médio foi pouco mais de metade). A partir de 2011 as entradas passaram a ser em número inferior às saídas, de modo que o saldo migratório, embora com valores próximos de zero, passou a contribuir para a quebra populacional.

Gráfico 3.19. Saldo natural, saldo migratório e variação da população do município de Viana do Castelo, de 2006 a 2015

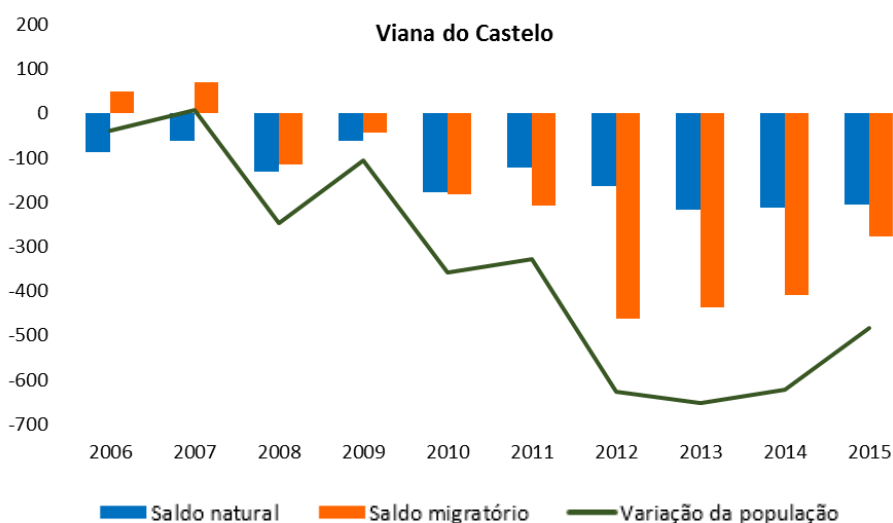
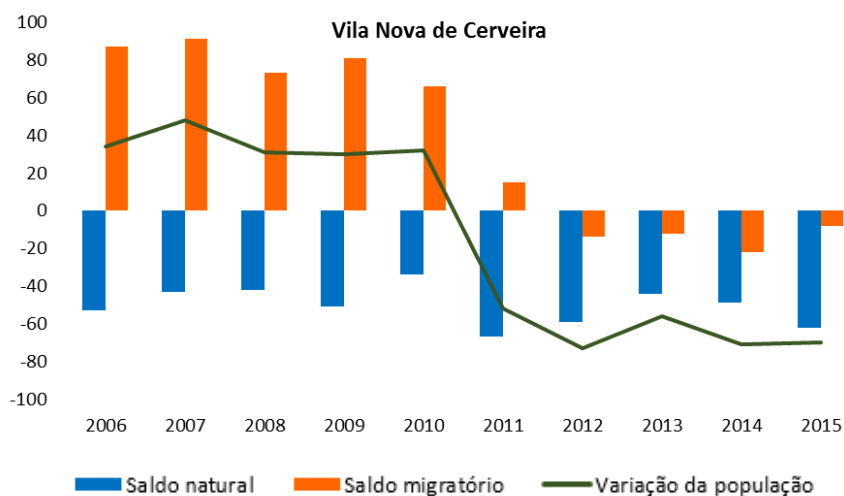
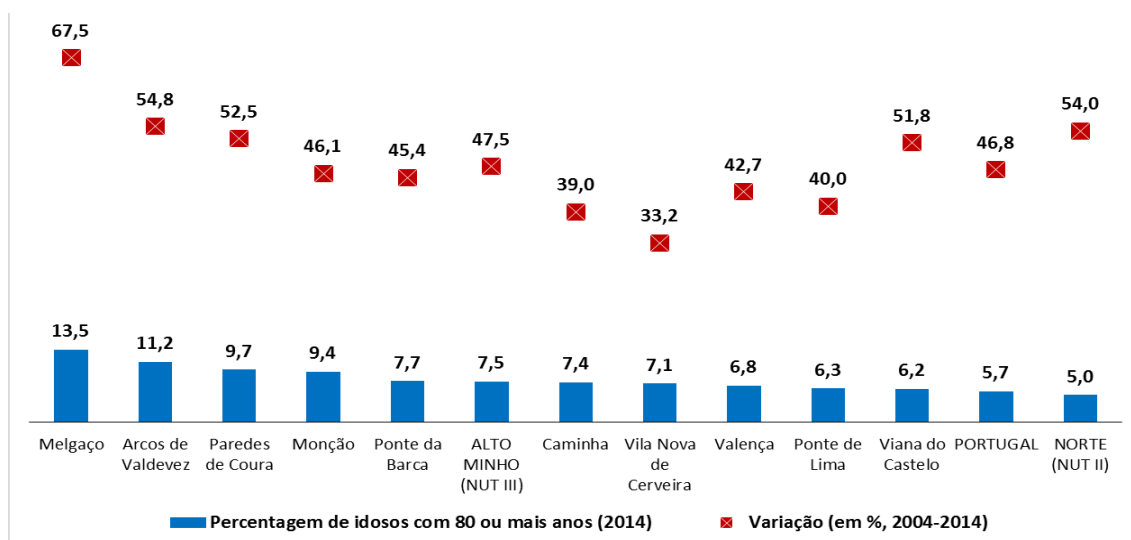


Gráfico 3.20. Saldo natural, saldo migratório e variação da população do município de Vila Nova de Cerveira, de 2006 a 2015



O resultado do saldo natural obedece também ao facto de existir uma distribuição etária da população com desníveis entre os concelhos do Alto Minho. Os elevados saldos naturais negativos de Arcos de Valdevez e Melgaço (Gráfico 3.21) devem-se também ao facto de estes serem os dois concelhos com maior percentagem de idosos com 80 ou mais anos.

Gráfico 3.21. Representação dos idosos com 80 ou mais anos nos municípios do Alto Minho, em 2014 e variação 2004-2014



Estes dados não surpreendem o Gráfico 3.22 já que só é possível assegurar a renovação da população ativa quando a percentagem dos que saem da idade ativa é mais ou menos equilibrada face aos que entram. Nesse aspeto, não admiram os resultados que voltam a colocar Melgaço e Arcos de Valdevez no fundo da tabela no que toca aos índices de renovação e de dependência.

Gráfico 3.22. Índices de renovaç. da população ativa e de dependência total (2014)

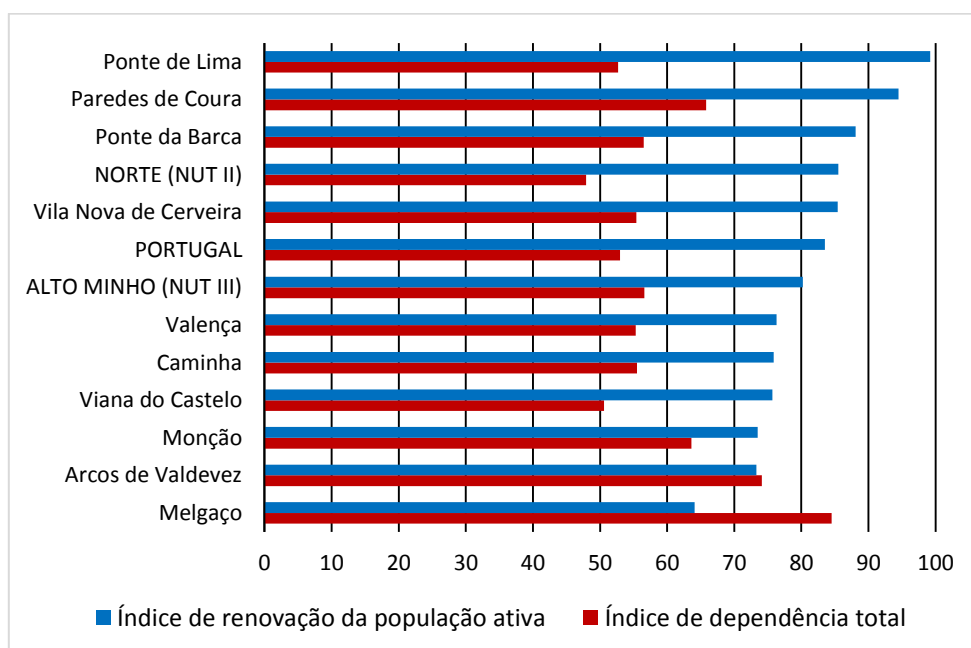
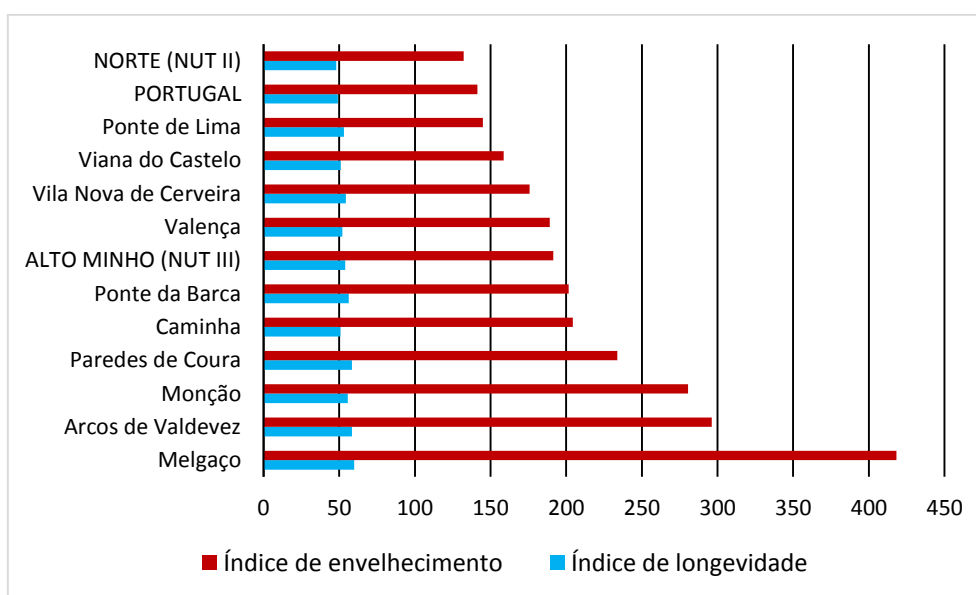


Gráfico 3.23. Índices de envelhecimento e de longevidade (2014)



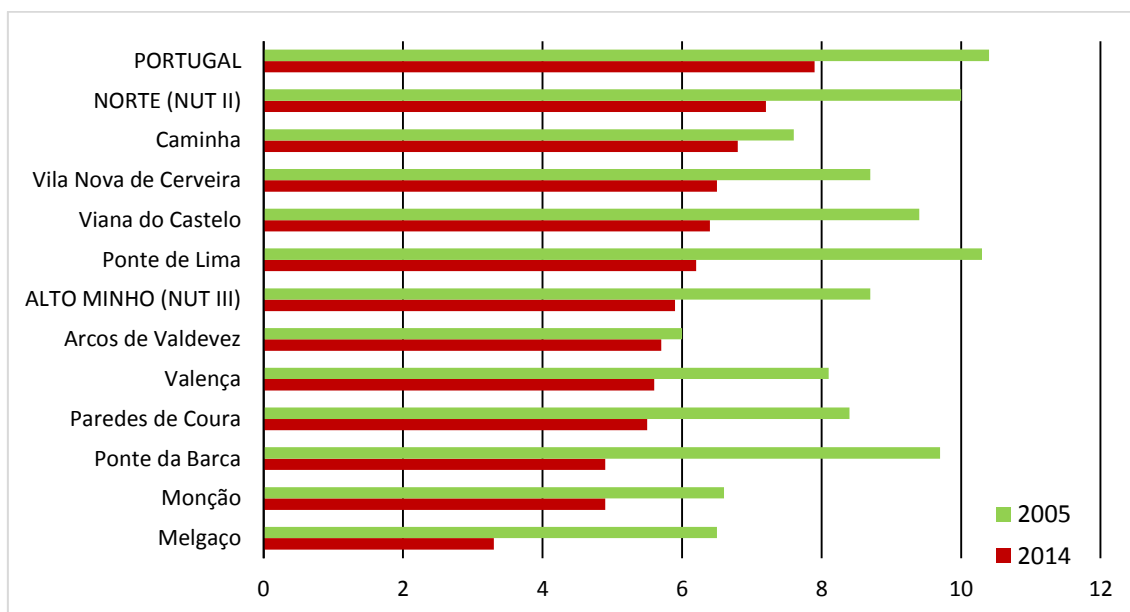
Tudo fica mais evidente quando comparamos a taxa bruta de natalidade por concelho (Gráfico 3.24). Facilmente se verifica que o município de Ponte de Lima era o único que, em 2005, também ultrapassava os 10 nascimentos com vida por cada mil pessoas (10,3‰), embora Ponte da Barca (9,7‰) e Viana do Castelo (9,4‰) também estivessem relativamente próximos. Em contrapartida, confirmamos que neste mesmo ano se tinham registado apenas 6 nados-vivos por cada mil pessoas em Arcos de Valdevez.

De acordo com as últimas estatísticas demográficas, para o ano de 2014, verificamos que ocorreram quebras acentuadas na taxa bruta de natalidade para todos os municípios, mas também para a região Norte e para Portugal.

Os municípios de Melgaço e de Ponte da Barca são aqueles que registaram as maiores quebras na natalidade na última década, com uma redução da ordem dos 50%. Em 2014, a taxa bruta de natalidade em Melgaço teve um valor muito escasso de apenas 3,3 nados-vivos por cada mil pessoas, o que corresponde a um total de apenas 29 crianças nascidas nesse ano. Já em Ponte da Barca (4,9‰), mas também em Monção (4,9‰), a taxa bruta de natalidade ficou aquém dos 5 nascimentos com vida por cada mil residentes.

Se bem que Arcos de Valdevez (5,7‰) tenha sido o município em que a redução foi menor na última década, não deixou de registar, tal como Valença (5,6‰) e Paredes de Coura (5,5‰), taxas brutas de natalidade inferiores a 6 crianças por mil pessoas.

Gráfico 3.24. Taxa bruta de natalidade (%), 2005 e 2014



3.4.1.2. Síntese

Tal como dissemos acima, todo o cuidado é pouco quando analisamos as questões demográficas de uma região. Percebemos o porquê de Arcos de Valdevez estar com índices de renovação da população tão baixas: vinha de apenas 6 nascimentos por cada mil habitantes em 2005 (pior que Melgaço, na altura), tinha cerca de 11% de pessoas com 80 ou mais anos (só ultrapassado por Melgaço) – isto ainda que a capacidade de atração de mão-de-obra, fazendo-a residir no concelho, seja a segunda mais forte da região a seguir a Vila Nova de Cerveira. Tal significa que a necessidade de adequar as políticas públicas de reforço da natalidade terá que ser sempre o resultado de uma análise contingente e específica devido aos múltiplos fatores estruturantes.

Uma outra análise terá que ser feita, por exemplo, a Ponte da Barca. A incapacidade de atração de pessoas é uma constante a repensar (seja pela via da empregabilidade, seja pela via da fixação da população residente). É o único concelho que não tem, na comparação feita, forma de combater a perda de população pela via do saldo migratório. O que significa que é necessário repensar o que se está a fazer (ou a não fazer) em Ponte da Barca para que haja capacidade de atração migratória que ajude a combater o saldo natural negativo.

Monção, por seu turno, é intrigante. Tem um índice de renovação da população ativa dos mais baixos, taxas de natalidade baixas, índice de envelhecimento dos mais baixos, contudo, tal como Cerveira, contém o derrame populacional pela via de um saldo migratório sempre positivo

(2006-2015). Serve isto para dizer que, ao contrário de Ponte da Barca (que não apresenta capacidade de gerar um saldo migratório positivo), Monção terá que reforçar mais a sua aposta no combate ao saldo natural negativo – incentivos à natalidade mais agressivos para poderem sair de valores tão baixos no que concerne ao número de nascimentos por cada 1000 habitantes.

Ou seja: aquilo que queremos destacar é que cada concelho tem disfunções próprias na sua estrutura demográfica que só poderá resolver mediante a aplicação específica de estratégias locais.

3.4.2. Horizonte 2040: Projeções e os vários contrastes entre os dez municípios

As projeções demográficas mantêm a tendência de decréscimo da população residente no Alto Minho, ficando-se no (nosso) horizonte 2040 abaixo dos 211 mil residentes, significando uma perda de mais de 25 mil pessoas em apenas 25 anos - 2015-2040 (INE, 2013).

Por grupos etários, realça-se o facto da população residente com mais de 65 anos ter baixado nos anos mais recentes, estimando-se um aumento nos próximos 4/5 anos, mas mantendo-se, globalmente, um decréscimo da população neste grupo etário. A população residente pertencente ao escalão etário entre os 25 e os 64 anos deverá, também, continuar a cair de forma acentuada até ao horizonte 2040. Já a população residente inserida no grupo etário dos 15 aos 24 anos, a redução deverá ser, ainda, mais acentuada no Alto Minho. Na faixa etária mais jovem (dos 0 aos 14 anos), a diminuição da população residente será generalizada a todo o país, sendo no Alto Minho menos acentuada (Augusto Mateus & Associados, 2013).

As projeções da população residente têm como consequência uma nova composição da estrutura etária, esperando-se um aumento significativo do peso da população mais idosa para os próximos 25 anos e uma redução nas restantes faixas etárias, com realce para a faixa de idade entre os 25-64 anos (população em idade ativa).

Para projeções de tendências estruturais a mais longo prazo (2100), de acordo com o projeto *DEMOSPIN*, da Universidade de Aveiro e outras (2014) estima-se que, sem migrações, a população do Alto Minho perderá no horizonte 2100 pouco mais de um quinto da sua população no cenário demográfico mais favorável. Segundo o cenário mais penalizador, a população do Alto Minho ficaria reduzida a menos de um terço da sua dimensão estimada pelos Censos 2011.

Verificando-se que, mesmo no cenário de reposição geracional, a sua estrutura etária, por força do envelhecimento populacional, não permite, por si só, a manutenção da situação atual.

Em síntese, os vários cenários traçados (sobretudo pelo INE e pelo projeto DEMOSPIN) sobre a evolução demográfica, colocam vários desafios sobre a estratégia sub-regional a seguir, desde logo, a exigência de uma refuncionalização de alguns equipamentos que estão sobredimensionados para que possam ser sustentáveis no atual contexto de decréscimo populacional e, por outro lado, o aumento da população idosa obriga ao desenvolvimento de respostas sociais mais condizentes com as necessidades dessas pessoas. Sem mais delongas, terá, pois, de ser seguida, na prática, uma estratégia que vise, acima de tudo, a retenção da população, procurando, pelo menos, estancar os fluxos migratórios para fora deste subespaço regional e promover a captação de novos residentes, procurando não diminuir a mão-de-obra disponível, com o intuito de não ser mais um constrangimento à captação de investimento.

3.4.3. A realidade demográfica na Galiza: semelhanças e diferenças com o Alto Minho

Com já se referiu, a sub-região do Alto Minho tem uma estratégica posição transfronteiriça de articulação com a vizinha Galiza, num contexto que se pretende de gradual cooperação, sendo, por isso, fundamental fazer um breve retrato da atual realidade demográfica da região galega, bem como do que dela se espera, em termos populacionais, no horizonte 2040.

A população total da Galiza, de acordo com os “*indicadores demográficos*” publicados pelo Instituto Galego de Estatística (IGE, 2016), decresceu, em 2014, à volta de 0,4%, confirmando, deste modo, a inversão da tendência iniciada em 2011.

As estimativas daquele Instituto, relativas a 31 de dezembro de 2015, apontam para uma população total da Galiza à volta de 2 717 749 pessoas, distribuídas do modo seguinte pelas suas quatro províncias: Corunha, 1 122 465; Lugo, 336 334; Ourense, 314 705; e Pontevedra, 944 235.

Regista-se um vertiginoso envelhecimento populacional e, simultaneamente, uma grande perda de cidadãos estrangeiros (apenas em 2014, a Galiza perdeu mais de 16 mil habitantes, e, de 2008 a 2014, perdeu, na população entre os 15 e os 35 anos, cerca de 120 mil pessoas).

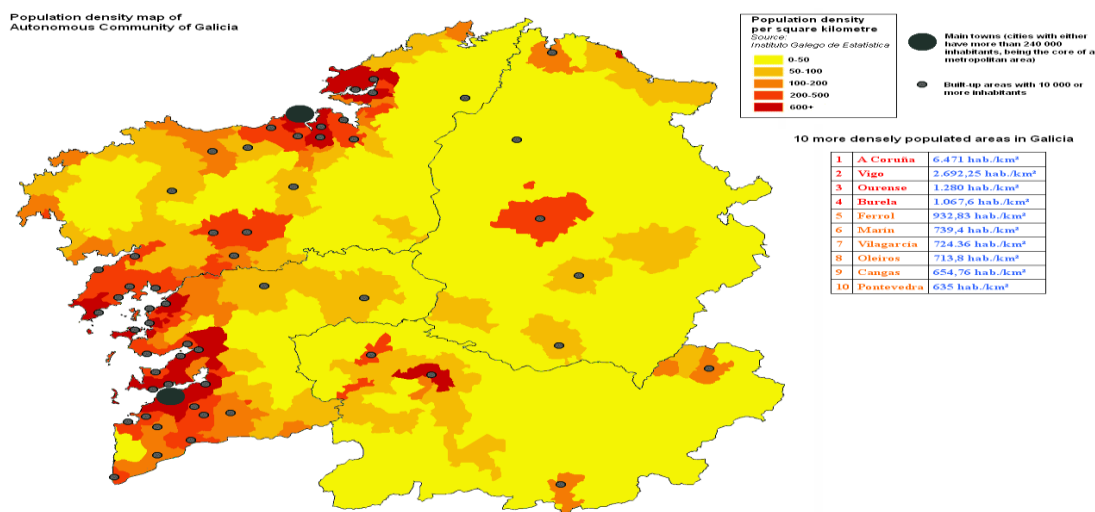
Este decréscimo da população galega acaba por atestar a diminuição do peso da região no total da população espanhola, dado que em 2005 a população representava 6,3% da

população global de Espanha, ao passo que em 2015 essa percentagem já diminuiu para os 5,9%.

Também, segundo dados recentemente tornados públicos pelo Ministério do Meio Ambiente Espanhol (MMA, 2015), a Galiza lidera o decréscimo da população rural em Espanha com uma descida de 7% desde 2008, onde os pequenos municípios perderam, em média, 25 pessoas por dia nos últimos 5 anos, tendo dois terços dos empregos do setor primário desaparecido desde o ano de 2000.

A população que vivia em algum dos 230 “*ayuntamientos*” (no total, a Galiza tem 314 “*ayuntamientos*” e a Espanha à volta de 8 mil) rurais galegos (segundo o MMA, um “*ayuntamiento*” é considerado rural quando tem população inferior a 30 mil habitantes e uma densidade populacional abaixo de 100 pessoas por km²), em finais de 2014, somava 750 719 pessoas, enquanto no arranque da crise, em 2008, eram 805 000.

Figura 3.6. Mapa da Galiza com a densidade populacional



Fonte: https://gl.wikipedia.org/wiki/ficheiro:galicia_densidade_de_poboacion.PNG

Na Galiza, existem 184 municípios rurais de pequeno tamanho (aqueles que têm menos de 3 mil habitantes), onde residem 382 022 habitantes.

Quanto à distribuição geográfica da população galega pelas suas quatro províncias, enquanto, por um lado, Lugo e Ourense continuam a perder proporção da população, a Corunha e Pontevedra, por outro, têm vindo a aumentar a sua representatividade.

A diminuição da densidade populacional (número de habitantes por km²) da Galiza, ao longo dos últimos anos, reflete o despovoamento que se está a verificar na maioria dos municípios galegos, notando-se uma grande diferença entre as povoações do litoral (com uma menor perda de população) e as regiões do interior (onde se regista um maior despovoamento). Assim, em 2015, na globalidade, a região apresentava uma densidade populacional à volta de 92,5 habitantes por km², como consequência dos seguintes dados das províncias: Corunha, 142,0; Lugo, 34,4; Ourense, 43,8; e Pontevedra, 211,0.

Outra característica da população galega é o seu envelhecimento, aumentando, segundo o IGE, a cada ano que passa, a idade média da sua população: se a Galiza, em 2005, tinha, na sua globalidade, uma idade média da sua população de 43,7 anos, em 2015 esse valor já subiu para os 46,2 (como resultado dos dados das províncias: a Corunha passou de 43,4 para 45,9; Lugo de 47,2 para 49,2; Ourense de 47,6 para 49,8 e Pontevedra de 41,4 para 44,3).

A este respeito, também a informação anual de indicadores do Ministério do Meio Ambiente dá conta que o maior problema da população rural é o seu envelhecimento, com um peso proporcional dos maiores de 65 anos muito acima da média e uma menor presença de jovens, com a Galiza a apresentar um nível de envelhecimento superior à média, nomeadamente no meio rural.

Como consequência deste declínio demográfico, cada vez há menos pessoas a trabalhar no campo. Desde 1980 a 2014, o número de ocupados em Espanha no setor primário reduziu-se num milhão e meio de pessoas, isto é, de 2 209 000 para 736 000. Na Galiza, desde 2000, esse número reduziu-se em dois terços: de 171 696 postos de trabalho para 65 000 até ao terceiro trimestre de 2015.

Por grupos de idades, confirma-se, facilmente, o processo de envelhecimento da população galega, uma vez que, a cada ano que passa, vai diminuindo o peso dos grupos etários dos menores de 20 anos e de entre os 20 e os 64 anos, notando-se, ao invés, o aumento do peso dos grupos de 65 e mais anos.

Não sendo de estranhar que, no que ao índice de envelhecimento se refere (que calcula o número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 jovens), se verifique, desde há décadas, o seu contínuo aumento (em 2015, 151,9%), espelhando, desse modo, a velocidade do envelhecimento populacional galego.

Outro indicador a ter em atenção diz respeito ao denominado “sobre envelhecimento”, que calcula qual a percentagem que representa a população de 85 ou mais anos no grupo de 65 ou mais anos (em 2015 era 16,5%).

Quanto ao índice de dependência global (que relaciona a população menor de 15 anos e a de mais de 64 anos, em relação à população potencialmente ativa, que inclui a população entre os 15 e os 64 anos), nota-se, segundo o IGE, que, desde 2008, tem aumentado consideravelmente, situando-se, em 2015, nos 56,1%.

No tocante ao índice de dependência de jovens (que relaciona a população menor de 15 anos com a de entre os 15 e os 64 anos), caracteriza-se, nos últimos dez anos, pela estabilidade, sem grandes diferenças entre os géneros, estando, em 2015, nos 18,7%.

No que ao índice de dependência de idosos diz respeito (que faz a ligação entre a população de 65 ou mais anos com a população entre os 15 e os 64 anos), nota-se, ano atrás de ano, um crescimento continuado, apresentando diferenças entre os sexos, situando-se, em 2015, nos 37,4%.

A região galega, no que se relaciona com a natalidade e a fecundidade, continua com uma trajetória de redução de ambas as taxas. No tocante à taxa bruta de natalidade (número de nascimentos por mil habitantes), em 2014, a Galiza no global, apresentava uma taxa de 7,2, como consequência da taxa de 7,3 na província da Corunha, de 6,3 na de Lugo, de 5,8 na de Ourense e de 7,8 na de Pontevedra.

O índice sintético de fecundidade (número de filhos por mulher em idade fértil – dos 15 aos 49 anos), ficou-se, em 2014, por 1,1 filhos por mulher, situando-se a idade média à maternidade nos 32,5 anos, ao passo que a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho tem aumentado a cada ano que passa, atingindo, em 2014, os 31,4 anos.

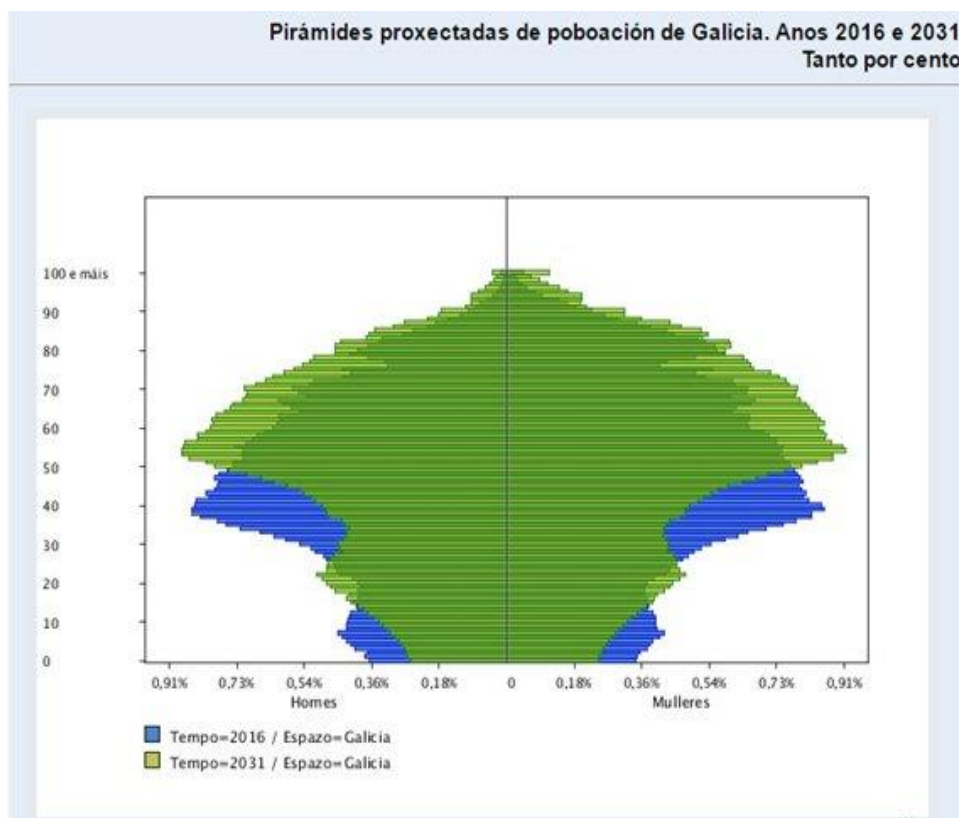
No que concerne à taxa bruta de mortalidade, esta tem-se mantido estável ao longo dos últimos anos (10,9, em 2014), evidenciando-se algumas variações, em consequência do grande envelhecimento populacional.

A esperança média de vida ao nascer alcançou, em 2014, os 82,9 anos, ao passo que a esperança média de vida aos 65 anos atingiu, em 2014, os 21,5 anos (19,20 nos homens e 23,44 nas mulheres).

A taxa bruta de nupcialidade atingiu os 3,2 casamentos por cada mil habitantes, no ano de 2014, sendo que a idade média ao primeiro casamento correspondente a 2014 continua superior em dois anos no caso dos homens (34,3) em relação às mulheres (32,2).

Quanto a projeções da população da Galiza a longo prazo – 2002-2051 (recordando que atualmente, de acordo com estimativas a dezembro de 2015, esta região espanhola tem 2 717 749 pessoas residentes), segundo o IGE, para 2040 (IGE, 2016), num cenário alto, terá à volta de 3 240 638 habitantes; num cenário médio, a sua população residente situar-se-á nos 2 575 283; e, num cenário baixo, a sua população baixará para os 2 039 444 residentes.

Figura 3.7. Pirâmide etária com projeções da população da Galiza para 2031



Fonte: INE. Proyecciones de poblacion a corto plazo

Já, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE) espanhol, através de dados sobre projeções da população galega a curto prazo – 2014-2029, a população da Galiza pode, em apenas década e meia (em 2029), ver-se reduzida dos atuais 2 717 749 (2015) habitantes para os 2 539 735

À guisa de conclusão, poder-se-á afirmar que, quer pela região da Galiza quer pela sub-região do Alto Minho – com base nos retratos da atual realidade demográfica, bem como nos cenários, em termos populacionais, no horizonte 2040, para ambos os espaços territoriais –, o problema parece ser o mesmo, afigurando-se pertinentes, conforme as circunstâncias, as frases que há muito se vão ouvindo, por cá, “galegos do sul” e, por lá, “minhotos do norte”...

3.5. Considerações finais

Olhando para o cenário local mas com a atenção necessária sobre a perspetiva global, parece-nos fácil concluir que no plano nacional em geral e, no âmbito do Alto Minho, em particular, é espontâneo perceber que os estilos de vida, os hábitos, as tendências e as expectativas de vida tendem para uma difícil situação social, sem dúvida minorizada pelas ações políticas nacionais e locais mas, ainda assim, insuficientes para um futuro próspero na região no que à demografia diz respeito. E isto é a resposta ao primeiro objetivo geral: a curva descendente dos índices de fecundidade, em Portugal como no Alto Minho, continuará a seguir o seu caminho até ao limite mínimo.

Ao respondermos ao primeiro objetivo geral, corroboramos as seguintes quatro hipóteses de partida, anteriormente mencionadas:

Primeira hipótese

De acordo com os Recenseamentos Gerais à população, de 2001 e 2011, o n.º de residentes no Alto Minho tem vindo a decrescer. Entre 2001 e 2011, a população residente na região, diminuiu 2%. Tendo em vista as tendências recentes de aumento acentuado da emigração, de diminuição da imigração, do aumento da mortalidade e da diminuição de nascimentos, sem renovação das gerações, perspetiva-se uma continuidade do decréscimo da população residente no Alto Minho, bem como o seu conseqüente envelhecimento, nos próximos 25 anos;

Segunda hipótese

A dinâmica demográfica do Alto Minho, ao longo das duas últimas décadas, tem vindo a registar valores que se afastam negativamente dos observados na região Norte, bem como a nível nacional, sendo de prever que essa tendência se agudize nos próximos anos. Perspetiva-se, pois, que dos cerca de 2% que a região representa, atualmente, da população residente no país e dos perto de 7% da população residente na região Norte, esses valores venham a ser ainda mais baixos nos próximos 25 anos;

Terceira hipótese

A dinâmica demográfica verificada, ao longo dos últimos anos, no seio dos 10 concelhos que compõem o Alto Minho apresenta algumas assimetrias, verificando-se maior diminuição de população residente nos concelhos mais interiorizados (menos densamente povoados), se comparado com os considerados do litoral (Caminha, Vila Nova de Cerveira, Ponte de Lima e Viana do Castelo). De todo o modo, a “fuga” de população residente daqueles concelhos não parece ser atraída, na sua maioria, por estes;

Quarta hipótese

Mesmo que a taxa de natalidade aumente ligeiramente, o número de nascimentos irá diminuir, a não ser que a Taxa de Fecundidade Total (TFT) aumente para índices comparativamente elevados para garantir alguma recuperação a nível de nascimentos, se bem que, até agora, não se tenha vislumbrado qualquer sinal dessa recuperação.

**Capítulo 4. Questionário aos
Municípios Portugueses
sobre Medidas Adotadas e
a Adotar para Enfrentar a
Redução da Natalidade
(2014)**

4.1. Introdução

Atentos à presente realidade demográfica em Portugal, onde a população não para de decrescer, fomos em busca das medidas que estão a ser implementadas no terreno pela governação local (democracia local), dedicando particular ênfase às respostas dadas pelos vários responsáveis dos municípios portugueses ao nosso questionário sobre medidas adotadas e a adotar para enfrentar a redução da natalidade.

De umas respostas e de outras, ressalta a grande preocupação demonstrada pelos diversos responsáveis, caso a caso, para enfrentar o atual decréscimo demográfico, que se vive na grande maioria dos concelhos e no país, malgrado em 2015 (de acordo com “Estatísticas”, divulgadas, em abril de 2016, pelo INE) ter havido 85 500 nascimentos (com a particularidade de mais de metade – 50,7%, dos bebés serem filhos de pais não casados), mais cerca de 3 133 crianças (3,8%) em relação ao ano de 2014 (82 367). Saliente-se, no entanto, que este aumento dos nascimentos foi acompanhado pela subida do nº de óbitos, uma vez que em 2015 se verificaram 108 511 mortes de pessoas residentes em Portugal (mais cerca de 3668 – 3,5%, em relação ao ano de 2014 – 104 843), o que resulta num saldo natural negativo de 23 011 pessoas.

Não podemos ignorar que temos sido confrontados, nos tempos mais recentes, com inúmeras referências noticiosas, e sentida preocupação geral, sobre a atual realidade demográfica do nosso país, caracterizada pelo decréscimo dos volumes populacionais; por um continuado aumento dos índices de envelhecimento; por uma contínua quebra da taxa de natalidade, já inferior à taxa de mortalidade – bem visível no persistente declínio da taxa de fecundidade; pelo aumento da emigração, sobretudo de jovens; pela constante diminuição da taxa de imigração; pelo conseqüente despovoamento de muitas comunidades, não sendo, pois, exacerbado falar-se na necessária tomada de consciência coletiva de uma crise demográfica profunda sem comparação.

Há um facto que sobressai: somos um dos países com o menor número de filhos da União Europeia (ostentando, durante um passado recente, o nada honroso título da nação com o mais baixo índice de natalidade da UE28). Segundo o último inquérito à fecundidade, realizado em

2013, numa parceria entre o Instituto Nacional de Estatística (INE) e a Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS), as pessoas têm, em média, 1,03 filhos, pensam vir a ter no máximo 1,78 e desejam ter 2,3 filhos.

Por comparação, diga-se que já no penúltimo inquérito à fecundidade e família, efetuado pelo INE em 1997, apesar da baixa fecundidade, os dados apontavam para uma assinalável permanência do número máximo de filhos desejados. Em praticamente todos os grupos etários esse número rondava, em média, as 2,1 crianças – valor equivalente ao limiar de substituição de gerações. Infelizmente, mais de 15 anos passados e o otimismo não passou do “desejo”. Pergunta-se: será que, desta vez, o “desejo” se vai tornar, tão breve quanto possível, uma realidade, e vem aí um significativo acréscimo da natalidade, um verdadeiro *baby boom*?

Por múltiplas razões, há mulheres que não puderam viver o sonho da maternidade, havendo igualmente as que podem mas, simplesmente, não querem por uma escolha consciente (não querer ter filhos é uma opção já admitida por muitas mulheres em Portugal).

O número de pessoas no nosso país que não tem nem pretende vir a ter filhos está a aumentar paulatinamente, sendo que há, de acordo com o inquérito à fecundidade levado a cabo pelo INE em 2013, 8% de portugueses em idade fértil que tomaram essa decisão.

É o denominado fenómeno *Childfree* (designação para pessoas que não têm nem pretendem vir a ter filhos –, nascido nos EUA e em crescendo por vários países, onde existem vários movimentos unidos pelo *site Women Childfree Meetup Groups*). Mas, numa sociedade onde as crianças são precisas e, até, “divinizadas”, esta decisão não deixa, na maioria das vezes, de ser vista como uma atitude egoísta e, como tal, estigmatizada socialmente (atente-se na recente crítica que o Chefe da Igreja Católica, Papa Francisco, fez aos casais que escolhem não ter filhos, acusando-os de serem “egoístas” e de fazerem parte de uma “geração gananciosa”).

Apesar de reconhecida a importância das políticas públicas de incentivo à natalidade, as decisões de parentalidade são muito comandadas por imperativos do foro pessoal e privado. Este é o ponto onde nos encontramos e que convém reter: há, por um lado, quem tenha uma vida plena de felicidade com filhos (poucos ou muitos) e há, por outro, quem sinta ter uma vida plena, sem deixar descendentes.

O projeto de investigação *Alto Minho: Horizonte 2040 – prospetiva Demográfica e Social (Que Presente para o Futuro?)*, desenvolvido no âmbito do doutoramento em Sociologia pela Universidade do Minho, iniciado em 2013, tem (como já se aludiu na introdução geral), como

desafio olhar e pensar o futuro demográfico – para agir no presente –, não o futuro longínquo, abstrato e sem objeto, mas o futuro concreto: o horizonte (temporal) de uma geração social – 25 anos – e o seu enquadramento à escala regional, nacional, europeia e mundial.

Através deste estudo, visamos, entre outros objetivos, conhecer as medidas (respostas sociais) que estão a ser tomadas no terreno (fugindo às meras palavras, privilegiando resultados concretos) pelas várias entidades (nomeadamente pela administração central e pela administração local – áreas metropolitanas, comunidades intermunicipais, municípios e freguesias) e qual a adesão das pessoas, com o objetivo de estancar a preocupante quebra da natalidade que se observa em cada região e no país, no sentido de procurar a reposição de gerações, mediante o desenvolvimento de um novo modelo social.

Para isso, começamos (nesta fase) pela análise das respostas dos municípios ao questionário sobre medidas de apoio à natalidade – previamente remetido às 308 câmaras municipais portuguesas, antecedida da procura, observação, levantamento/recolha, seleção e sistematização da análise documental, sobretudo levantamento noticioso sobre a temática.

Como entremostam os dados que obtivemos a partir da análise de várias fontes (diretas e indiretas), verifica-se, aqui e ali, que há municípios – não obstante a crise e, muitas vezes, os cofres vazios – que procuram manter ou aumentar os apoios à natalidade, apesar de admitirem que, não raras vezes, este apoio “isolado/descoordenado/desconexo” não é suficiente para travar a tendência de descida da taxa de natalidade.

Aquelas medidas, podem, de facto, não ser o “alfa e o ómega” para solucionar um dos problemas mais complexos que cada município e o país atravessam a longo prazo, mas podem ser um excelente ponto de partida.

Criar um guia de boas práticas, apresentando alguns exemplos, baseado no que foi realizado com sucesso pelas várias Câmaras Municipais (que não podem fazer tudo, mas podem fazer muito), e que pode ser replicado noutros locais, acaba por ser, também, como anteriormente referimos, um objetivo a alcançar.

O curto questionário elaborado foi respondido pelos vários municípios, entre os meses de Julho e Outubro de 2014, e incidiu sobre um conjunto de dimensões relacionado com as medidas adotadas e a adotar para enfrentar a redução da natalidade.

4.2. Análise dos resultados

A análise dos resultados dividir-se-á, primeiro, sobre a informação recolhida na fase que antecedeu o envio do questionário para os municípios, nomeadamente a caracterização dos municípios em várias vertentes, e em seguida, debruçar-se-á sobre as respostas fornecidas pelos municípios que participaram ativamente neste estudo.

As características dos municípios identificadas como relevantes nesta fase preliminar da investigação foram: a localização geográfica (organizada por NUT II e NUT III), a liderança política (partido ou coligação que preside ao município), a continuidade do mandato nas últimas eleições autárquicas, o género da pessoa que assume a liderança da autarquia e a dimensão da população residente. Em cada uma das vertentes, apresenta-se a situação vigente na totalidade dos 308 municípios portugueses e analisa-se o grau de participação no questionário. Acrescenta-se ainda a análise dos municípios participantes no que concerne ao interlocutor escolhido para responder ao questionário.

Numa segunda fase, recolhidas todas as respostas fornecidas pelos municípios participantes, procurou-se sintetizar as ideias centrais presentes em cada uma das questões formuladas. Considerada a vasta informação fornecida pelos municípios, o que mostra a relevância do tema e a confiança manifestada no nosso trabalho, apresentam-se apenas alguns dos principais resultados, muitas das vezes cruzados com as características previamente abordadas.

4.2.1. Caracterização dos municípios participantes

Do universo dos 308 municípios portugueses, responderam ao questionário 165 (53,6%) responsáveis de câmaras municipais, podendo-se inferir um interesse muito significativo da temática junto dos participantes.

De salientar que, para além desta fonte direta (resposta ao questionário diretamente pelos responsáveis municipais), recolhemos, por outros meios – fontes indiretas, dados de mais 101 municípios, sendo que de 51 destes municípios já tínhamos obtido resposta ao questionário e de 50 outros não havia sido recebida qualquer resposta. Deste modo, dos 308 municípios, possuímos dados de 215, correspondendo a 69,8%, 165 (76,7%) através de fonte direta e 50

(23,3%) por via de fontes indiretas, apenas não tendo sido reunida informação (direta ou indireta) de 93 municípios (30,2% do total), alguns deles porque ainda têm uma taxa de natalidade crescente, não se justificando, para já, segundo eles, a adoção de medidas de incentivo à natalidade.

4.2.1.1. Caracterização por região

A Tabela 4.1 mostra a distribuição dos 308 municípios pelas NUT II e NUT III em que estão inseridos, sendo que a maioria pertence às NUT II Norte e Centro, 28% e 33%, respetivamente, contando-se depois 19% na NUT II Alentejo, e com menos representação as NUT II Lisboa, Algarve e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, correspondendo, no seu conjunto, a 21% do total de municípios.

Observando-se uma elevada variabilidade entre as NUT III de cada uma das NUT II, verifica-se globalmente que se registou uma menor participação nas NUT II Norte, Centro e R.A. Madeira, nesta última não chegou aos 50%, quando comparados com as NUT II R.A. Açores e Algarve em que a participação ultrapassou os 60%.

Tabela 4.1. Municípios e participantes por NUT II e NUT III

NUT II NUT III	Municípios		Participantes	
	N	%	N	%
Norte	86	27,9	43	50,0
 Minho-Lima	10	3,2	10	100
 Cávado	6	1,9	1	16,7
 Ave	8	2,6	3	37,5
 Grande Porto	9	2,9	4	44,4
 Tâmega	15	4,9	9	60,0
 Entre Douro e Vouga	5	1,6	1	20,0
 Douro	19	6,2	7	36,8
 Alto Trás-os-Montes	14	4,5	8	57,1
Centro	100	32,5	51	51,1
 Baixo Vouga	12	3,9	4	33,3
 Baixo Mondego	8	2,6	5	62,5
 Pinhal Litoral	5	1,6	3	60,0
 Pinhal Interior Norte	14	4,5	8	57,1
 Dão-Lafões	15	4,9	5	33,3
 Pinhal Interior Sul	15	4,9	5	33,3
 Serra da Estrela	3	1,0	2	66,7
 Beira Interior Norte	9	2,9	6	66,7
 Beira Interior Sul	4	1,3	2	50,0
 Cova da Beira	3	1,0	2	66,7
 Oeste	12	3,9	5	41,7
 Médio Tejo	10	3,2	4	40,0
Lisboa	18	5,8	10	55,6
 Grande Lisboa	9	2,9	6	66,7
 Península de Setúbal	9	2,9	4	44,4
Alentejo	58	18,8	33	56,9
 Alentejo Litoral	5	1,6	4	80,0
 Alto Alentejo	15	4,9	7	46,7
 Alentejo Central	14	4,5	6	42,9
 Baixo Alentejo	13	4,2	8	61,5
 Lezíria do Tejo	11	3,6	8	72,7
Algarve	16	5,2	10	62,5
R. A. Açores	19	6,2	13	68,4
R. A. Madeira	11	3,6	5	45,5
Total	308		165	53,6

4.2.1.2. Caracterização por liderança política

O Gráfico 4.1 mostra a distribuição dos participantes segundo o partido político ou coligação que preside ao executivo municipal, após as eleições autárquicas de 2013.

Gráfico 4.1. Municípios por partido político ou coligação

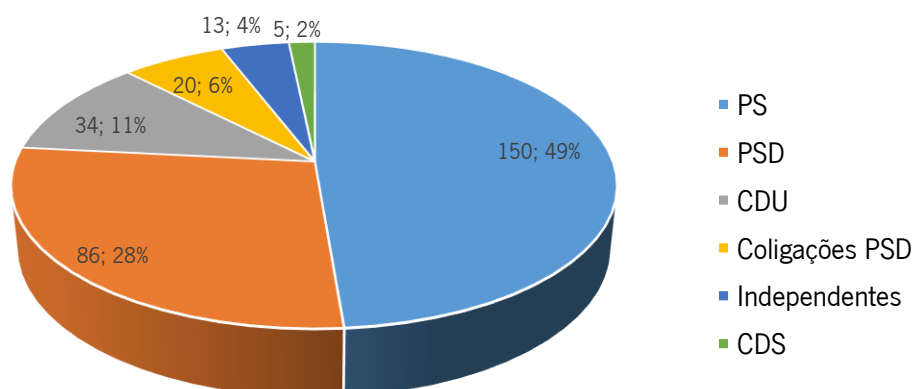
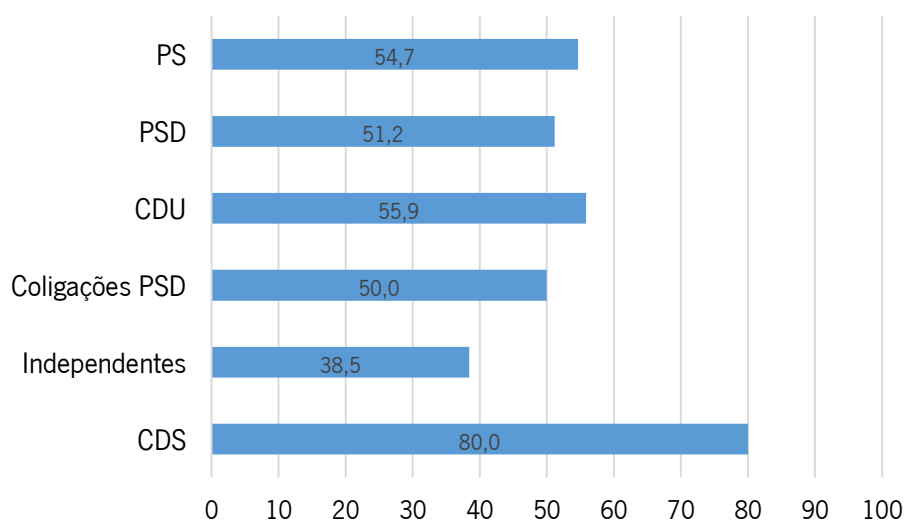


Gráfico 4.2. Municípios participantes por partido político ou coligação (%)



Como se pode observar no Gráfico 4.2 há uma participação equilibrada entre os partidos políticos mais representados a nível nacional, PS com 55% dos municípios, PSD com 51% (e 50% quando coligado) e CDU com 56%. Ao invés, sobressai uma menor participação nos executivos cuja liderança está sob a responsabilidade de um grupo de independentes, não chegando a

atingir os 40%. Uma nota particularmente positiva para a participação de municípios liderados pelo CDS com 4 participações, representando 80%.

4.2.1.3. Caracterização por continuidade de mandato

Recolheu-se, também, informação sobre se as presidências de municípios resultavam de uma primeira eleição nas eleições autárquicas de 2013 ou se, pelo contrário, tinham sido reconduzidos no cargo nesse ato eleitoral (Gráfico 4.3), tendo-se verificado que apenas em 39% dos municípios houve recondução, consequência óbvia, é nosso entendimento, da entrada em vigor da nova lei de limitação de mandatos.

Gráfico 4.3. Municípios por continuidade de mandato

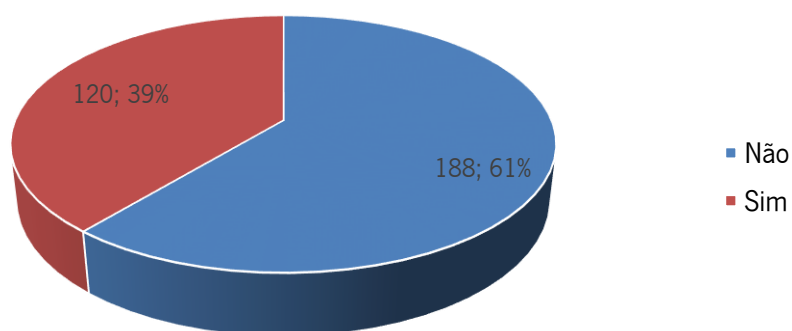
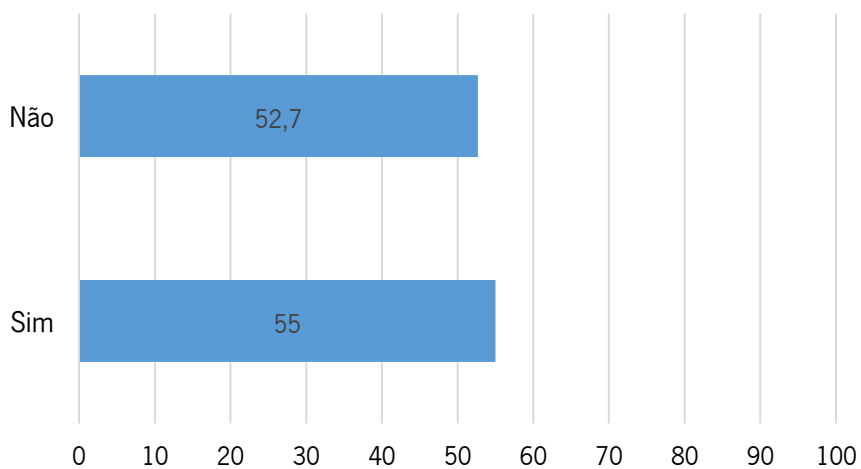


Gráfico 4.4. Municípios participantes por reeleição (%)



Tal como já observáramos para a liderança política, também neste caso verificou-se um notório equilíbrio, com a participação de 53% dos municípios em que não houve recondução e de 55% dos municípios liderados pelo mesmo executivo (Gráfico 4.4).

4.2.1.4. Caracterização por género da presidência

Relativamente à distribuição dos municípios segundo o género de quem exerce a presidência da câmara, é significativa a presença de lideranças masculinas contra apenas 7% de municípios liderados por mulheres (Gráfico 4.5).

Gráfico 4.5. Municípios por género da presidência

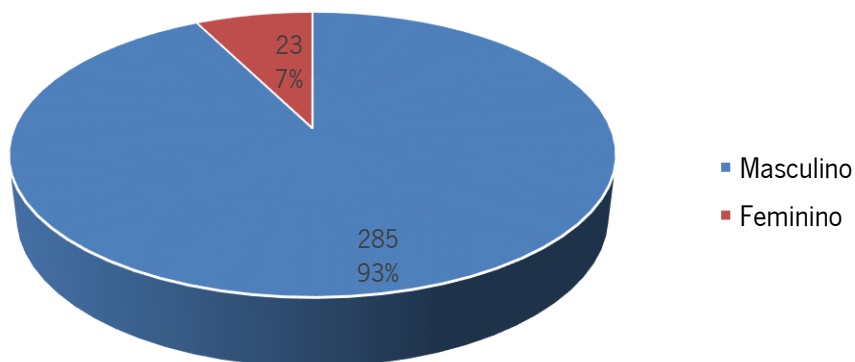
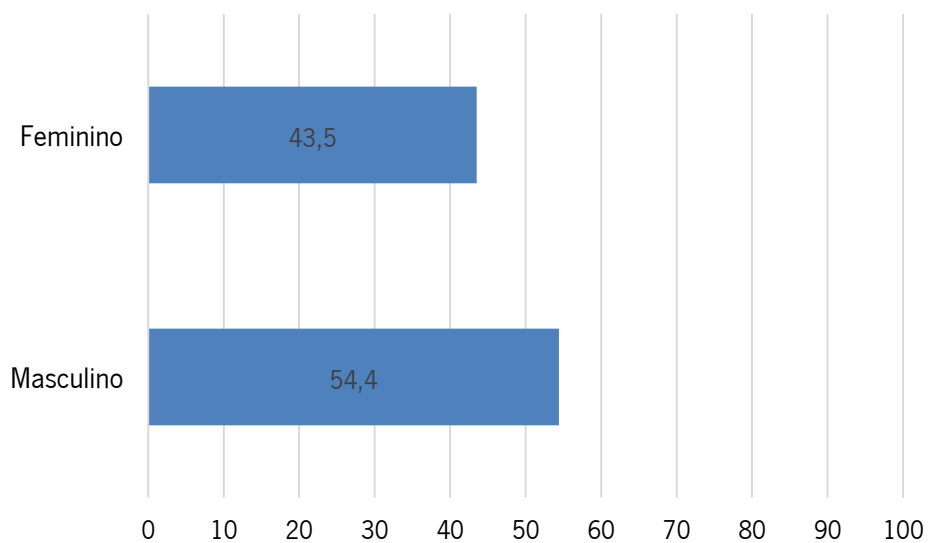


Gráfico 4.6. Municípios participantes por género da presidência (%)

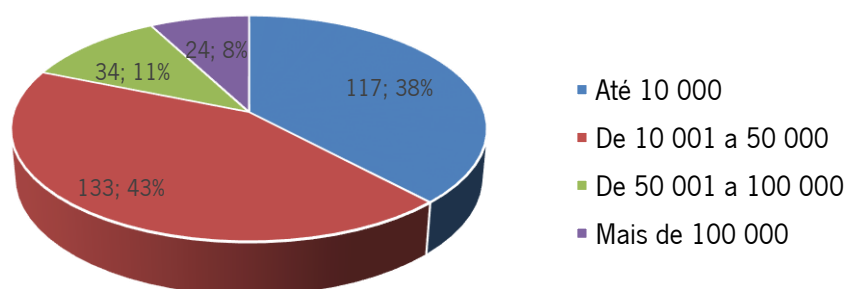


Como se pode observar no Gráfico 4.6 foi nos municípios com presidência masculina em que se obteve níveis de participação mais elevados, 54%, contra apenas 44% de municípios com presidência feminina.

4.2.1.5. Caracterização por população residente

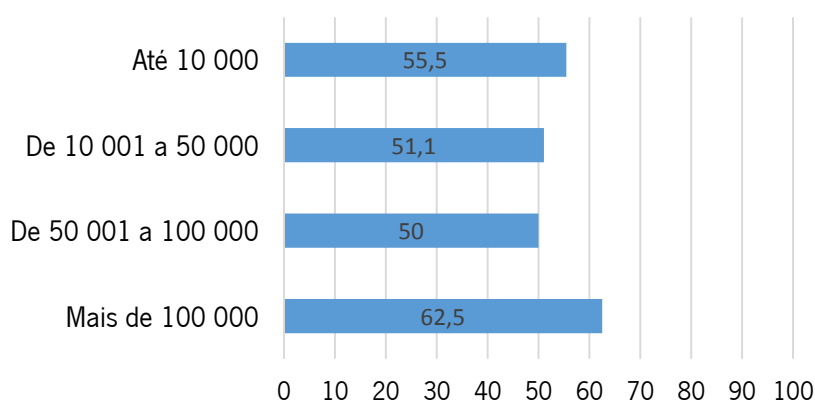
De acordo com as estimativas da população publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística, relativas a 31 de Dezembro de 2013, existiam 81% de municípios cujo número de habitantes não ultrapassava os cinquenta milhares, entre estes 38% não chegava mesmo a ultrapassar os dez milhares. Dos restantes 19% de municípios, apenas 8% registavam um valor populacional superior a cem milhares (Gráfico 4.7).

Gráfico 4.7. Municípios por população residente



O Gráfico 4.8 mostra alguma dispersão na participação dos municípios em função da população residente. A participação mais acentuada, de certa forma contrário ao que era esperado, não ocorreu nos municípios com populações mais reduzidas, até dez milhares de habitantes. Embora estes se destaquem positivamente, com 56% de municípios participantes, quando comparados com os municípios nos grupos intermédios: 51% de 10.001 a 50.000 e 50% de 50.001 a 100.000. A maior participação, 63%, registou-se nos municípios com mais de 100.000 habitantes.

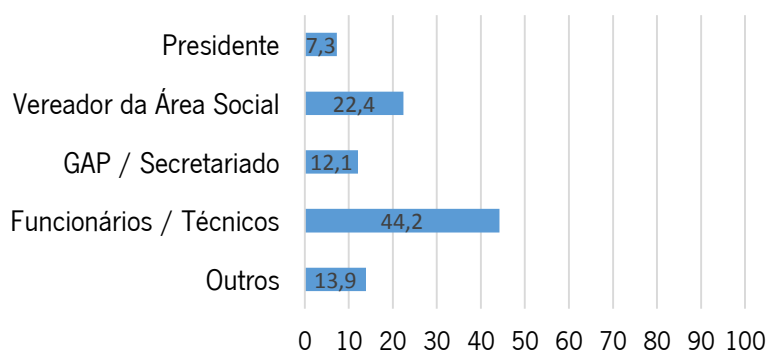
Gráfico 4.8. Municípios participantes por população residente (%)



4.2.1.6. Caracterização por interlocutor no município

Para, de algum modo, podermos aferir sobre a importância dada à temática por parte dos responsáveis máximos de cada município participante, elaborou-se o Gráfico 4.9, onde se mostra a percentagem de responsáveis (por categoria) pela informação prestada de acordo com a função exercida na autarquia.

Gráfico 4.9. Municípios participantes por interlocutor no município (%)



Como se pode verificar, a categoria que mais foi responsável pela resposta foi a de funcionários municipais (de carreira) responsáveis pelo setor social (chefes de divisão, assistentes sociais, sociólogos, coordenadores da ação social...), onde se insere a temática da natalidade, em 44% dos municípios, seguida da categoria de vereadores (eleitos) responsáveis pela área social, 22%. De realçar a participação direta em 7% dos municípios do seu representante máximo.

A temática da natalidade, assunto oportuno, porque sempre atual, a nível local, regional, nacional, europeu e mundial está, sem dúvida, a merecer a atenção dos responsáveis máximos dos municípios.

Verifica-se uma predominância de respondentes da categoria de funcionários municipais ligados diretamente ao setor social, facto que pode indiciar uma procura de solução conjunta (entre funcionários políticos – eleitos e nomeados – e funcionários municipais de carreira) e responsável para o grave problema da diminuição da taxa de natalidade.

Como parte substancial dos respondentes é de funcionários técnicos da autarquia, pode-se considerar que a resposta ao questionário é mais de cariz técnico do que político. Se ainda acrescentarmos 14% de respostas por parte da categoria de “outros funcionários”, conclui-se que a maioria de respondentes (58%) pertence às duas categorias de funcionários municipais de carreira.

Este escalonamento de respondentes, a um tema de grande importância, pode evidenciar a valorização e confiança dos funcionários políticos (presidentes e vereadores eleitos) em relação aos funcionários técnicos da área social da autarquia e o reconhecimento de que as questões do questionário eram específicas para respostas técnicas e posterior decisão política.

Se cruzarmos estas respostas com as dos municípios participantes segundo a população residente, verifica-se que as respostas dadas diretamente pelos presidentes de câmara (12) se relacionam maioritariamente com municípios de pequena dimensão: 6 respostas de municípios até 10 000 residentes, 4 presidentes participantes de municípios de entre 10 001 e 50 000 residentes e, ainda, 2 de municípios com o número de residentes entre 50 001 e 100 000.

4.2.2. Análise das respostas ao questionário

É comumente aceite que a baixa taxa de fecundidade registada em Portugal – que não para de decrescer –, aliada à constante descida do número de nascimentos e da taxa de natalidade, a elevada taxa de emigração, que contrasta com a grande descida da taxa de imigração, a que se deve acrescentar o aumento da esperança média de vida da população portuguesa, originando o seu gradual envelhecimento, constituem uma série de ingredientes que começa a pôr em causa o atual modelo social português.

Perante este quadro, de acordo com a opinião expressa na resposta ao nosso questionário, a quase totalidade dos responsáveis dos municípios (reconhecendo que aqui reside um

problema difícil), decidiu, assumindo um papel interventivo, implementar políticas públicas locais de promoção da natalidade, dando, assim, o seu contributo como forma de complemento às medidas políticas que devem ser tomadas ao nível da administração central, com o objetivo maior de derrubar os “muros” que se colocam a quem quer ter filhos.

Sem dúvida alguma, são os autarcas municipais e os autarcas de freguesia que mais direta e profundamente sentem o efeito devastador da falta de crianças nos seus territórios, levando-os à perda constante de serviços públicos e ao conseqüente despovoamento, “desertificação humana” e abandono.

Apesar desta dramática realidade, facto é que eles – de norte a sul, do interior ao litoral, passando pelas ilhas, pelas zonas que mais sentem o despovoamento e noutras com densidade populacional elevada –, vão lutando, com os poucos recursos de que dispõem, na busca da inversão da situação, implementando medidas políticas locais de apoio à natalidade, muitas vezes através de dinâmicas integradas.

Aquelas políticas e conseqüentes medidas, percorrendo os vários ângulos de abordagem, passam por diversos eixos de atuação:

a) Aumento do rendimento económico

Onde se inclui: um conjunto de benefícios fiscais e redução nas taxas e tarifas, como forma de apoio à fixação de pessoas e empresas, atraindo investimento (exemplos: redução do valor do IMI; abdicar da totalidade dos 5% a que têm direito na participação variável do IRS ou de parte dela; descida ou isenção do IMT, da derrama e das tarifas (especiais) familiares da água, resíduos e saneamento); o aumento dos subsídios e outros apoios, relacionados com a educação (exemplos: bolsas de estudo; oferta, comparticipação ou empréstimo de manuais escolares e material didático; descontos no pré-escolar), com a saúde (exemplos: comparticipação em medicamentos e vacinas; programas de apoio à gravidez e recuperação pós-parto; programas de rastreio de saúde), com a habitação (exemplos: subsídio de arrendamento; pequenas obras de reabilitação na habitação própria; obras de adaptação para indivíduos com mobilidade condicionada; habitação municipal), com a alimentação (exemplos: refeições gratuitas ou descontos nas senhas), com os transportes (exemplos: passe estudante e passe familiar para transportes públicos); com o nascimento (exemplos: subsídio pecuniário ao nascimento/adoção, em jeito de prémio; subsídio pecuniário para compras no comércio local; abertura de conta bancária).

b) Facilitação das condições de trabalho para quem tem filhos ou conciliação tempo de trabalho-tempo da família

Onde se destaca: a criação de pactos territoriais para a empregabilidade e políticas de emprego e formação profissional (exemplos: criação de postos de trabalho; estabilidade no emprego); a flexibilidade de horários para quem tem crianças pequenas; a oportunidade de trabalho a tempo parcial; promoção do trabalho a partir de casa; redução do número de horas de trabalho no primeiro ano de vida da criança; alargamento do período de licença de maternidade/paternidade; aumento da oferta de infraestruturas de apoio às crianças – creches e infantários; atividades pós-escolares ou campos de férias com condições específicas; atividades extracurriculares para além do que está estabelecido; Bolsas Sociais de creches; Banco do Tempo; adoção do horário das 35h semanais.

c) Compromisso social ou uma política social local “mais amiga da natalidade”

Exemplos: apoio às instituições de solidariedade; fundo de emergência social – ajuda nas despesas essenciais, como renda de casa, medicamentos, água, luz, gás e até comida; objetivo de criar, ainda que informalmente, o Conselho Municipal para a Economia Social; pugnar pela integração social dos imigrantes – ensino da Língua Portuguesa para pais e filhos ou o projeto de apoio a alunos oriundos do Leste Europeu – e dos emigrantes, criando gabinetes específicos.

d) Comunicação de promoção da natalidade

Exemplo: criação, no *site* da autarquia, de um *link* da família contendo informações úteis sobre legislação e medidas, de âmbito nacional e local, de apoio à natalidade).

A nossa análise, nesta fase do projeto de investigação *Alto Minho: Horizonte 2040 – prospetiva Demográfica e Social (Que Presente para o Futuro?)*, incide, assim, no minuciar da informação relacionada com o conteúdo das respostas dos 165 municípios ao nosso questionário sobre medidas de apoio (incentivo) à natalidade, aspirando uma resposta fundamentada e credível sobre as políticas e respetivas medidas que já foram postas em prática em cada município, as que estão em vigor, bem como aquelas que tencionam acionar no futuro, procurando disseminar as boas práticas locais neste domínio.

Resta-nos salientar que as políticas públicas, quer locais quer nacionais, podem assumir três níveis distintos no que há natalidade diz respeito: antinatalistas (penalização das famílias com filhos), natalistas (criação de um conjunto de incentivos para as famílias com filhos) e neutras (tratamento diferenciado às famílias com filhos não as penalizando, mas distanciando-se dos benefícios). Nada impedindo que, por exemplo, num dado município, haja, por um lado, uma política fiscal antinatalista (aumento do IML e não abdicar da totalidade ou de parte dos 5% do IRS) e, por outro, uma política natalista implementando um prémio pecuniário por nascimento.

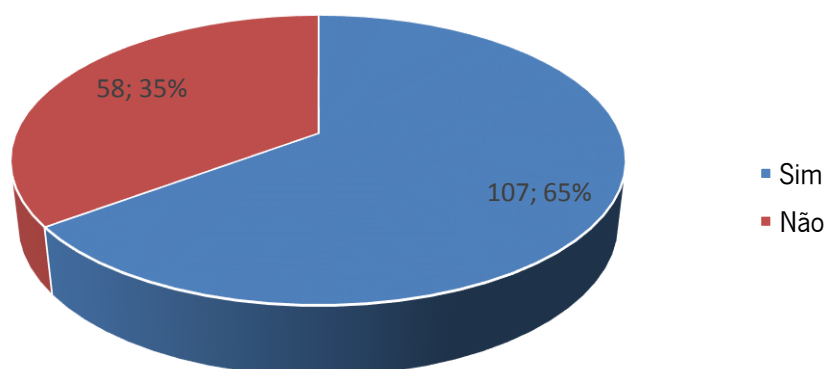
4.2.2.1. Adoção de medidas de apoio para enfrentar a redução da natalidade

Questão: **O município adotou nos últimos anos medidas de apoio (incentivo) para enfrentar a redução da natalidade?**

Antes de mais, convém referir que o âmbito desta questão diz respeito aos incentivos concedidos autonomamente pelas autarquias, independentemente dos apoios sociais associados ao sistema público da segurança social ou de outras entidades a que os cidadãos têm direito.

Contas feitas aos municípios que responderam afirmativamente ter adotado medidas de incentivo para enfrentar a redução da natalidade (Gráfico 4.10), sobra uma conclusão: do nosso grupo de participantes (165 municípios), a grande maioria 107 (65%) responde afirmativamente, enquanto os restantes 58 (35%) responderam negativamente, salvaguardando que alguns destes municípios podem ter interpretado como apoio à promoção da natalidade apenas os prémios pecuniários por nascimento.

Gráfico 4.10. Adoção de medidas de apoio



Por NUT III, destacam-se as do Minho-Lima, Pinhal Litoral, Dão-Lafões, Pinhal Interior Sul, Cova da Beira, Grande Lisboa e Alto Alentejo em que todos os municípios respondentes dizem ter adotado medidas para a promoção da natalidade.

No extremo oposto, os municípios que mais referem não ter adotado qualquer medida de apoio à natalidade situam-se na NUT III do Grande Porto, à exceção de um município, e na NUT III do Cávado, onde o único município respondente também realça que não adotou qualquer medida.

Já se atentarmos na variável relacionada com a população residente por concelho, verifica-se que são os municípios que têm até 10 mil habitantes aqueles que mais põem em prática medidas de promoção da natalidade (40%, 46 num total de 117), a par dos municípios que têm entre 10 001 e 50 000 habitantes (35%, também 46, mas num total de 133).

Merece realce, também, o facto de 9 municípios (num total de 24, 38%) com mais de 100 mil habitantes aplicarem medidas de incentivo à natalidade, bem como 6 dos que têm entre 50 001 e 100 000 habitantes, o que demonstra que o combate à redução da taxa de natalidade se observa na grande maioria dos concelhos portugueses, quer sejam do norte, ou do sul, do interior, do litoral ou das ilhas, quer tenham mais ou menos residentes.

Dos 58 municípios que dizem não ter adotado medidas de apoio à natalidade, em jeito de subcategorias, destacam-se as principais razões apontadas:

- em primeiro lugar, deve ser uma responsabilidade da administração central, através de uma ação concertada e de dimensão nacional;
- decisões de parentalidade são muito comandadas por imperativos do foro pessoal e privado;
- o município não tem disponibilidade financeira;
- o município ainda tem uma taxa de natalidade crescente, não se justificando para já;
- o município já adotou medidas neste âmbito mas sem resultados positivos, sem os efeitos desejados;
- a questão está em estudo, podendo o município vir a adotar medidas nessa área no futuro;
- por decisão consciente, pura e simplesmente, não adota quaisquer medidas;

- revela concertação estratégica de medidas ao nível da CIM.

4.2.2.2. Tipo de medidas de apoio

Questão: **Que tipo de apoio? Direto ou indireto?**

Sobre este indicador, convém salientar que, no âmbito deste estudo, decidimos classificar o tipo de apoio do seguinte modo:

- direto – aquele apoio que o município atribui ao cidadão, independentemente de este o ter requerido, desde o momento que reúna as condições de elegibilidade vertidas no respetivo regulamento, como, por exemplo, oferta de manuais escolares, prémio pecuniário por nascimento, pagamento da prestação da creche ou do infantário;
- indireto – aquele tipo de iniciativa (projeto, programa, infraestrutura), que possa contribuir para combater um problema demográfico específico, mas que não seja vocacionado a determinado cidadão, como, por exemplo, a construção de uma creche, de um infantário, de uma escola, de um lar de idosos, de um ATL, facilitando a vida dos pais e, assim, proporcionando melhores condições de vida às crianças.

Entre os municípios participantes no questionário (165) e dos que sinalizaram que adotaram nos últimos anos medidas de apoio para enfrentar a redução da natalidade (107), a totalidade destes, de acordo com a nossa classificação, acabou por conceder, simultaneamente, apoio direto e apoio indireto.

4.2.2.3. Natureza do apoio

Questão: **Qual a natureza do apoio?**

No que à natureza do apoio diz respeito, estes foram distinguidos do seguinte modo:

- valor pecuniário (como subsídio/abono ou em jeito de empréstimo);
- um bem, como oferta (por exemplo, um cabaz de compras – alimentação – ou produtos de farmácia – saúde – pelo nascimento) ou como empréstimo (por exemplo, carrinho para bebé, cadeirinha para o automóvel, mobília de quarto);

- um bem público (por exemplo, a construção de um equipamento social ou a oferta/disponibilidade de um serviço).

Na análise das respostas recebidas, foram elencados cinco grupos de medidas de política - cada um subdividido em várias subcategorias - para a promoção da taxa de natalidade - adotadas ou que estão em vigor - mais vezes referidos pelos 107 municípios respondentes que mencionaram ter adotado essas medidas - o que se faz e o que se fez (Gráfico 4.11).

Gráfico 4.11. Natureza do apoio (%)



1º Compromisso social ou uma política social local “mais amiga da natalidade”

Onde se inclui o apoio às instituições de solidariedade; o fundo de emergência social; o Banco de Recursos ao serviço das crianças e das famílias - material escolar, desportivo, musical, vestuário, mobiliário; a criação de uma rede local do voluntariado de apoio à família; a criação, ainda que informalmente, do Conselho Municipal para a Economia Social; a aposta na integração social dos imigrantes - como o ensino da Língua Portuguesa para pais e filhos ou o projeto de apoio a alunos oriundos do Leste Europeu - e dos emigrantes, criando gabinetes específicos; referido por 78 (73%) municípios.

2º Aumento dos subsídios e outros apoios

Relacionados com a educação (bolsas de estudo; oferta, comparticipação ou empréstimo de manuais escolares e material didático; descontos no pré-escolar); com a saúde (comparticipação em medicamentos e vacinas; programas de apoio à gravidez e recuperação pós-parto; programas de rastreio de saúde); com a habitação (subsídio de arrendamento; pequenas obras

de reabilitação na habitação própria; obras de adaptação para indivíduos com mobilidade condicionada; habitação municipal; incentivo à reabilitação urbana); com a alimentação (refeições gratuitas ou descontos nas senhas; distribuição de lanches saudáveis às crianças e alunos da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico e o reforço dos programas de fruta e leite); com os transportes (passe estudante e passe familiar/social para transportes públicos); mencionado por 71 (66%) municípios.

3º Apoios pecuniários ao nascimento, à adoção e à família

Onde se inclui o subsídio pecuniário ao nascimento/adoção, em jeito de prémio ou o subsídio pecuniário para compras no comércio local; a abertura de conta bancária em nome do bebé; referido por 40 (37,4%) municípios.

4º Benefícios fiscais e redução nas taxas e tarifas, como forma de apoio à fixação de pessoas e empresas, atraindo investimento

Onde se inclui a redução do valor do IMI; abdicar da totalidade dos 5% a que têm direito na participação variável do IRS ou de parte dela; descida ou isenção do IMT e da derrama e redução ou isenção de ligação e das tarifas familiares da água, resíduos e saneamento, em função do agregado familiar; referido por 33 (31%) municípios.

5º Facilitação das condições de trabalho para quem tem filhos ou conciliação do tempo do trabalho-tempo da família

Onde se destaca a criação de postos de trabalho e estabilidade no emprego; a flexibilidade de horários para quem tem crianças pequenas; a oportunidade de trabalho a tempo parcial; a promoção do trabalho a partir de casa; a redução do número de horas de trabalho no 1º ano de vida da criança; o alargamento do período de licença de maternidade/paternidade; o aumento da oferta de equipamentos sociais de apoio às crianças – creches e infantários; as atividades pós-escolares ou campos de férias com condições específicas; as atividades extracurriculares para além do que está estabelecido; as Bolsas Sociais de creches; o Banco do Tempo; a adoção do horário das 35h semanais; referido por 27 (25%) municípios.

4.2.2.4. Período em vigor do apoio

Questão: **Qual o período em que esteve em vigor (ou quando iniciou e se ainda vigora)?**

Relativamente a este indicador, de acordo com os participantes que salientaram ter adotado e ainda mantêm em vigor medidas de apoio à natalidade, a grande maioria (98; 92%) há vários anos que as implementou e ainda as mantêm em vigor.

Merece, também, realce o facto de 5 dos municípios sinalizarem que as medidas (sobretudo as pecuniárias), atualmente em vigor, existem, apenas, desde o ano de 2014, isto é, já depois das últimas eleições autárquicas realizadas em setembro de 2013.

Por outro lado, 4 municípios responderam que as medidas, nomeadamente as de apoio pecuniário, estiveram em vigor durante algum tempo, mas que, atualmente deixaram de existir, ou porque não tiveram o efeito desejado ou porque o município não dispõe de folga financeira para o fazer ou, ainda, por mera opção política.

4.2.2.5. Avaliação da medida

Questão: **Qual a avaliação da medida?**

Com este indicador, pretende-se aferir se os responsáveis municipais fazem uma avaliação qualitativa positiva ou negativa da medida ou medidas postas em prática. Isto é, saber se a medida tem sido bem ou mal acolhida pelos munícipes.

Não era objetivo deste item extrapolar se a implementação das medidas tinha aumentado ou não a taxa de natalidade. Esse impacto quantitativo será objeto de estudo em fase posterior deste trabalho de investigação.

Dos 107 municípios respondentes que adotaram medidas, apenas 18% responderam diretamente a esta questão, podendo-se aferir dessas respostas que a avaliação merece nota negativa apenas para 3 municípios por não produzirem os efeitos desejáveis, ao passo que as medidas foram avaliadas positivamente pelos restantes 16 municípios que responderam à questão.

4.2.2.6. Estimativa do valor anual despendido com as medidas de apoio e fonte de financiamento

Questão: **Qual a estimativa do valor anual despendido com as medidas de apoio (incentivo) que se podem considerar para enfrentar a redução da natalidade e qual a fonte ou fontes de financiamento?**

Sobre este indicador, dos 107 municípios que responderam afirmativamente ter adotado medidas de apoio (incentivo) para enfrentar a redução da natalidade, apenas 44% mencionaram a estimativa e respetiva fonte do valor anual (em média) despendido.

Depois de conhecidas as verbas despendidas ou a despende no ano de 2015, procuramos saber qual o valor da proposta de Orçamento Municipal (doravante, designado por OM) de cada um dos municípios para o ano de 2015 (tendo-se conseguido obter esta informação através das mais variadas fontes, uma vez que se estava num período de apresentação no âmbito das Câmaras e Assembleias Municipais para posterior aprovação), dado que todos mencionaram que a fonte de financiamento das verbas a aplicar provinha do próprio OM.

Uma primeira conclusão a tirar é que a percentagem média do OM destes municípios direcionada para a implementação de medidas de apoio (incentivo) à natalidade é de 1,2%, sendo que a mais baixa é de 0,1% e a mais alta é de 5,2%.

No total, só estes 47 municípios despenderam, durante o ano de 2015, à volta de 15 milhões de euros na aplicação de medidas de apoio à natalidade.

4.2.2.7. Políticas e medidas de apoio para os próximos anos

Questão: **Que tipo de políticas e respetivas medidas de apoio considera que seriam necessárias implementar no seu município nos próximos anos para enfrentar a redução da natalidade?**

Contas feitas aos municípios que responderam à questão relacionada com o tipo de políticas e respetivas medidas de apoio necessárias implementar nos próximos anos no respetivo município (Gráfico 4.12), chega-se à seguinte conclusão: da amostra (165 respondentes), a grande maioria 156 (95%) menciona o que se pretende e deve fazer para enfrentar a redução da taxa de natalidade no seu território municipal, reduzindo-se apenas a 9 - 5% - os municípios que nada referem.

Gráfico 4.12. Políticas e medidas de apoio para os próximos anos (%)



Dos 156 municípios que responderam a esta questão, 10% apresentaram a razão ou razões de não referirem, por enquanto, medidas específicas para estimular a natalidade, a saber:

- medidas em conjunto com a respetiva Comunidade Intermunicipal;
- a taxa de natalidade mantém-se em crescimento, não sendo necessárias medidas, por enquanto;
- a taxa de natalidade apresenta-se superior à média nacional;
- brevemente darão início às medidas;
- como estão no poder apenas há um ano, encontram-se a estudar as medidas a aplicar;
- a taxa de natalidade, graças às medidas da Câmara Municipal, mantém-se positiva;
- estão a ultimar o Regulamento de Apoio à Natalidade;
- a população tem aumentado, não se justificando, para já, medidas de apoio;
- os responsáveis estão a avaliar sobre as medidas a tomar;
- o município apresenta, atualmente, uma das mais altas taxas de natalidade do país;
- estão em estudo medidas locais como complemento às de âmbito nacional;
- estão em processo de revisão o Diagnóstico Social do Concelho e a Carta Educativa, instrumentos de planeamento onde ficará plasmada a matéria;

- o executivo está apenas há um ano no poder, mas consideram que as medidas devem começar pela administração central;
- nunca existiram medidas para esta área, não prevendo adota-las durante o presente mandato.

Malgrado as dificuldades financeiras que se fazem sentir em muitos dos municípios, a grande maioria dos responsáveis autárquicos continua disponível, com enorme vontade de “batalhar” e dar o seu contributo para a reposição das gerações.

Sobre este indicador, decidimos elencar os seis grupos de medidas de política (cada um subdividido em várias subcategorias) para a promoção da taxa de natalidade – a implementar nos próximos anos – mais vezes referidos pelos 140 municípios participantes que mencionaram pretender adotar essas medidas – o que se pode fazer/o que se quer fazer:

1º Facilitação das condições de trabalho para quem tem filhos ou conciliação do tempo do trabalho-tempo da família

Onde se destaca a criação de postos de trabalho e estabilidade no emprego; a flexibilidade de horários para quem tem crianças pequenas; a oportunidade de trabalho a tempo parcial; a promoção do trabalho a partir de casa; a redução do número de horas de trabalho no 1º ano de vida da criança; o alargamento do período de licença de maternidade/paternidade; o aumento da oferta de equipamentos sociais de apoio às crianças – creches e infantários; as atividades pós-escolares ou campos de férias com condições específicas; as atividades extracurriculares para além do que está estabelecido; as Bolsas Sociais de creches; o Banco do Tempo; a adoção do horário das 35h semanais); referido por 91 (65%) municípios.

2º Aumento dos subsídios e outros apoios

Relacionados com a educação (bolsas de estudo; oferta, comparticipação ou empréstimo de manuais escolares e material didático; descontos no pré-escolar); com a saúde (comparticipação em medicamentos e vacinas; programas de apoio à gravidez e recuperação pós-parto; programas de rastreio de saúde); com a habitação (subsídio de arrendamento; pequenas obras de reabilitação na habitação própria; obras de adaptação para indivíduos com mobilidade condicionada; habitação municipal; incentivo à reabilitação urbana); com a alimentação

(refeições gratuitas ou descontos nas senhas; distribuição de lanches saudáveis às crianças e alunos da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico e o reforço dos programas de fruta e leite); com os transportes (passe estudante e passe familiar/social para transportes públicos); mencionado por 72 (51,4%) municípios.

3º Apoios pecuniários ao nascimento, à adoção e à família

Onde se inclui o subsídio pecuniário ao nascimento/adoção, em jeito de prémio ou o subsídio pecuniário para compras no comércio local; a abertura de conta bancária em nome do bebé; referido por 62 (44,3%) municípios.

4º Benefícios fiscais e redução nas taxas e tarifas, como forma de apoio à fixação de pessoas e empresas, atraindo investimento

Onde se inclui a redução do valor do IMI; abdicar da totalidade dos 5% a que têm direito na participação variável do IRS ou de parte dela; descida ou isenção do IMT e da derrama e redução ou isenção de ligação e das tarifas familiares da água, resíduos e saneamento, em função do agregado familiar); referido por 51 (36,4%) municípios.

5º Compromisso social ou uma política social local “mais amiga da natalidade”

Onde se inclui o apoio às instituições de solidariedade; o fundo de emergência social; o Banco de Recursos ao serviço das crianças e das famílias – material escolar, desportivo, musical, vestuário, mobiliário; a criação de uma rede local do voluntariado de apoio à família; a criação, ainda que informalmente, do Conselho Municipal para a Economia Social; a aposta na integração social dos imigrantes – como o ensino da Língua Portuguesa para pais e filhos ou o projeto de apoio a alunos oriundos do Leste Europeu – e dos emigrantes, criando gabinetes específicos); referido por 38 (27,1%) municípios.

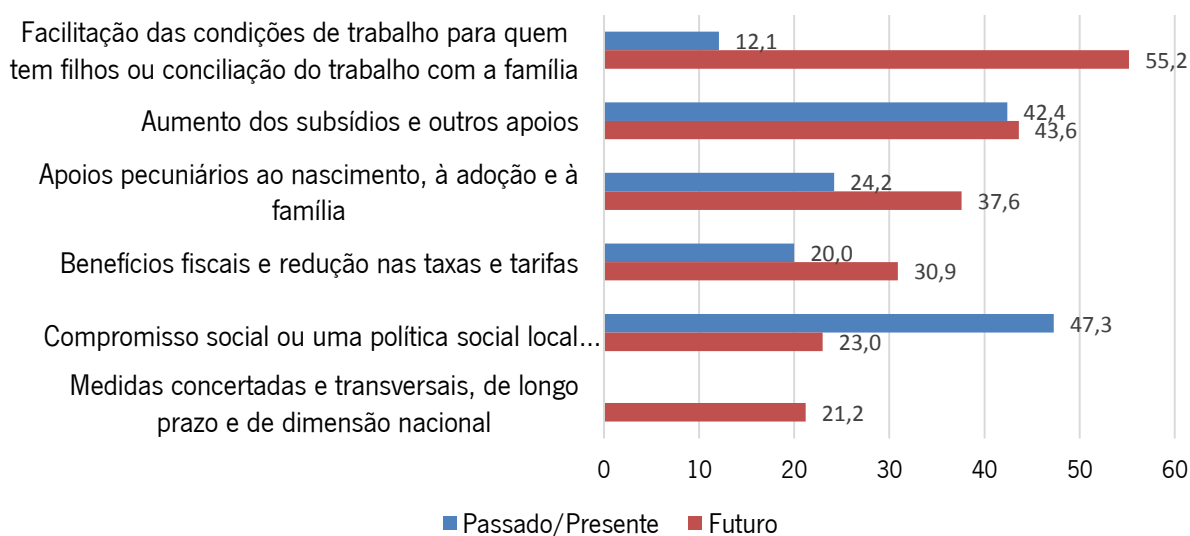
6º Medidas concertadas e transversais, de longo prazo e de dimensão nacional. Envolvendo Governo e Municípios; referido por 35 (25%) municípios.

Ora, se compararmos o que se fez e o que se faz (passado e presente), com o que se pode fazer/o que se quer/pretende fazer (futuro) pelos vários municípios, verifica-se uma inversão na (primeira) prioridade de medidas implementadas e a implementar pelos municípios para

estimular a natalidade (Gráfico 4.13). Desta feita, enquanto no passado e no presente o grupo mais referido é o respeitante ao “Compromisso social ou uma política social local ‘mais amiga da natalidade’” (mencionado por 78 municípios), para o futuro o grupo mais mencionado é o relacionado com a “Facilitação das condições de trabalho para quem tem filhos ou conciliação do tempo do trabalho-tempo da família” (referido por 91 municípios). Os restantes grupos de medidas mantêm o mesmo lugar na escala de prioridades dos municípios, no passado e no presente, bem como para o futuro.

Merece realce, também, o facto de, no que ao futuro diz respeito, aparecer um grupo de medidas mencionado por 35 municípios (e que, por isso, decidimos acrescentar a esta nossa análise), relacionado com “Medidas concertadas e transversais, de longo prazo e de dimensão nacional”, levando-nos a concluir que os responsáveis dos municípios têm consciência que as medidas “isoladas/descoordenadas/desconexas” podem “animar”, momentaneamente, mas não serão a panaceia para resolver este grande problema.

Gráfico 4.13. Comparação entre apoios passados/presentes e futuros (%)



4.2.3. Principais medidas promovidas e a promover pelos dez municípios do Alto Minho para reverter a dinâmica demográfica regressiva

Tal como nos é possível observar, através da Tabela 4.2, todos os municípios da sub-região do Alto Minho adotaram medidas de apoio para responder aos problemas da baixa da natalidade. Os dez municípios adotaram apoios diretos e indiretos, que estão em vigor desde há vários anos.

Pelo que nos é dado a observar, e segundo os dados que nos foram fornecidos pelos responsáveis dos municípios, aquando do questionário aos municípios portugueses sobre medidas adotadas e a adotar para enfrentar a redução da natalidade (2014), os valores máximos atingidos no investimento às políticas locais de incentivo à natalidade ascendem aos 2,2%, ou seja, 650.000 euros/ano, enquanto os mínimos rondaram 1,1%, o equivalente a 190.000 euros/ano. Os restantes municípios estão próximos entre os valores de investimento, oscilando entre os 1,7% e os 1,9%.

É interessante constatar que existe uma deambulação, por parte dos responsáveis municipais inquiridos, entre a natureza do apoio e as políticas e medidas para o futuro. Quando a natureza do apoio reflete determinados apoios, as políticas e medidas para o futuro são habitualmente complementares.

Todavia, neste particular, a natureza dos apoios implementados difere de município para município, seja nas combinações usadas seja na prioridade concedida a cada uma das medidas. Por exemplo, o município de Caminha focou-se em apoios pecuniários – neste particular está acompanhado pelos municípios de Melgaço, Paredes de Coura e Valença. Já a redução de taxas e tarifas foi implementada por outros três municípios sem qualquer relação entre variáveis – Paredes de Coura, Ponte da Barca e Ponte de Lima.

Tabela 4.2. Adoção de medidas de apoio para enfrentar a redução da natalidade (dados fornecidos em 2014)

Município	Adotou	Tipo de apoio	Período em vigor	Auto avaliação	Estimativa de valor despendido	Fonte de financiamento	% do Orçamento Municipal
Arcos de Valdevez	Sim	DI	AV; EVA	NM	500.000 euros/ano	OM	1,8
Caminha	Sim	DI	AV; EVA	NM	270.000 euros/ano	OM	1,3
Melgaço	Sim	DI	AV; EVA	NM	285.000 euros/ano	OM e Outros	1,9
Monção	Sim	DI	AV; EVA	NM	NM	OM	NM
Paredes de Coura	Sim	DI	AV; EVA	Balanço positivo	230.000 euros/ano	OM	1,7
Ponte da Barca	Sim	DI	AV; EVA	NM	300.000 euros/ano	OM e Outros	1,7
Ponte de Lima	Sim	DI	AV; EVA	NM	650.000 euros/ano	OM	2,2
Valença	Sim	DI	AV; EVA	NM	190.000 euros/ano	OM e Outros	1,1
Viana do Castelo	Sim	DI	AV; EVA	NM	NM	OM	NM
V. N. de Cerveira	Sim	DI	AV; EVA	NM	NM	OM	NM

Legenda:

D = Direto; I = Indireto; DI = Direto e Indireto;
 AV = Atualmente em Vigor; EVA = Existe há Vários Anos;
 NM = Não Mencionado;
 OM = Orçamento Municipal.

O que é realmente de assinalar nesta tabela é o resultado do IFAM 2015/16, já que todos os inquiridos refletem, de modo maioritário e esmagador, uma opinião favorável aos apoios à conciliação entre trabalho e família. Neste caso, e pelo que nos é dado a perceber, estamos perante uma diferença de expectativas entre governados e governantes, isto porque o CTF (apoio à Conciliação entre Trabalho e Família) tem uma concentração de percentagem por ordem de importância muito superior às restantes opções. O que significa que a vontade dos munícipes dá maior ênfase a essa questão do que a ação governativa local – isto a julgar pela natureza dos apoios implementados e das políticas e medidas a implementar no futuro, sugeridas pelos responsáveis municipais.

Tabela 4.3. Natureza do apoio e tipo de políticas e medidas a adotar para enfrentar redução da natalidade (a partir de 2015) e ligação ao IFAM 2015/16

Município	Natureza do Apoio	Políticas e medidas para o futuro	Ligação ao IFAM 2015/16
Arcos de Valdevez	EAS; OA; S; ADE, CTF	BF; RTT; S; EAS; ADE; OA; AP; CAN	CTF; S; RTT; EAS; CAN
Caminha	AP	EAS; ADE; AP; RTT; S	CTF; S; RTT; EAS; CAN
Melgaço	CAN; AP; S; EAS; ADE; BF;	ADE	CTF; EAS; CAN; S; RTT
Monção	NM	AP; EAS; OA;	CTF; S; CAN; AP; RTT
Paredes de Coura	AP; EAS; S; CTF; OA; RTT	ADE; RTT; BF	CTF; EAS; S; CAN; AP
Ponte da Barca	RTT; EAS; OA;	RTT; AP; ADE;	CTF; EAS; S; AP; RTT
Ponte de Lima	RTT; ADE; EAS; OA;	NM	CTF; S; CAN; RTT; EAS
Valença	EAS; AP; OA;	AP; ADE; RTT;	CTF; S; EAS; AP; CAN
Viana do Castelo	NM	NT	CTF; AP; S; RTT; EAS
V. N. de Cerveira	OA	CTF; EAS; ADE; AP; BF	CTF; S; EAS; RTT; AP

Legenda:

IFAM = Inquérito à Fecundidade no Alto Minho 2015/16

CAN = Compromisso local “mais amigo da natalidade”;

S = Subsídios;

OA = Outros Apoios;

AP = Apoios Pecuniários ao Nascimento, à Adoção e à Família;

BF = Benefícios Fiscais;

RTT = Redução de Taxas e Tarifas;

ADE = Apoio ao Desenvolvimento Económico;

EAS = Educação e Ação Social;

NM = Não Mencionado;

CTF = Apoio à Conciliação entre Trabalho e Família;

NT = Não tem medidas a não ser como complemento às medidas nacionais.

4.3. Considerações finais

Pretendeu-se, com este questionário por entrevista, ir em busca de novos caminhos, de novos contributos para o melhor conhecimento do passado e do presente e, sobretudo, do que estará reservado para o futuro em matéria de estímulo à natalidade por parte dos nossos municípios, para, pelo menos, estancar o drama da baixa taxa de natalidade que se verifica por todo o país.

Ora, da análise às respostas, dadas pelos vários responsáveis do poder local (democracia local), pode-se concluir que a sua grande maioria está disponível, com vontade e em condições de prosseguir o labor e a dar o seu contributo para criar melhores formas de vida para os residentes e para aqueles que lá queiram residir, através de uma política social mais amiga da natalidade, pugnando, assim, pela reposição de gerações.

Infere-se, também, que as medidas “isoladas/descoordenadas/desconexas” podem “animar”, momentaneamente, mas não serão o remédio para resolver este que é, provavelmente, o problema mais difícil que o país atravessa a longo prazo.

É nosso entendimento que os responsáveis políticos (a problemática da natalidade deve ser analisada sob o prisma social, cultural, económico e, também, político), locais e nacionais, têm que, de forma desinibida, olhar para o futuro, olhar em frente e avançar com um compromisso social e político, aplicando medidas concretas, coerentes, concertadas e transversais, de longo prazo e de dimensão nacional, envolvendo governo central, administração local (áreas metropolitanas, comunidades intermunicipais, municípios e freguesias), instituições sociais, instituições de ensino, empresas e sociedade civil, que tenha como corolário a atração e fixação de jovens e de empresas que criem emprego “de valor acrescentado”, ajudando a remover alguns dos “muros” que se colocam ao nascimento e crescimento das crianças.

Vivendo-se, atualmente, na expectativa em saber os efeitos que provocará o Decreto-Lei nº 30/2015 – Diário da República, 1ª série, de 12 de Fevereiro, que regula a delegação de competências mediante a assinatura de um contrato (nas áreas da educação, saúde, ação social e cultura) da administração central nos municípios e comunidades intermunicipais, resta-nos esperar que tal não funcione como um constrangimento às medidas de estímulo à natalidade que os municípios desejam continuar a implementar.

Nunca negligenciando que, apesar de reconhecida a importância das políticas públicas de incentivo à natalidade, de âmbito local ou nacional, as decisões de parentalidade são muito comandadas por imperativos do foro pessoal, privado e de mentalidade (paradigma cultural que, parece, já não valorizar tanto a maternidade e a paternidade).

Esta é, em síntese, uma das leituras que o resultado da análise às respostas do questionário dirigido aos municípios portugueses sobre a implementação de medidas de apoio (incentivo) à natalidade sugere.

Ao escarpelizar o segundo objetivo geral, concluímos aquilo que havíamos considerado na quinta hipótese de partida:

Quinta hipótese:

Muitos anos de baixas taxas de natalidade estão a levar à tomada de novas medidas por parte das várias entidades responsáveis (nomeadamente autarquias: Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia) para encorajar as famílias e dar o impulso necessário para o aumento da taxa de natalidade, importando aferir se aquelas medidas serão suficientes para aumentar o número de nascimentos, esbatendo o envelhecimento populacional na base da pirâmide demográfica do Alto Minho e, conseqüentemente, para substituir gerações.

Temos que concluir que há muito para fazer de modo a responder de acordo com as necessidades e as expectativas locais. Vimos anteriormente a questão do CTF (apoio à Conciliação entre o Trabalho e Família), e como não obtive (e obtém) resposta nas políticas atuais e futuras. Mas podemos ainda acrescentar a falta de medidas estruturais, concertadas e transversais, de longo prazo e de dimensão nacional (envolvendo Governo Central, Administração Local, Instituições Sociais, Instituições de Ensino e Sociedade Civil), com repercussão local.

Capítulo 5. Inquérito à Fecundidade no Alto Minho 2015/16

5.1. Introdução – As Dinâmicas da Fecundidade em Portugal e no Alto Minho

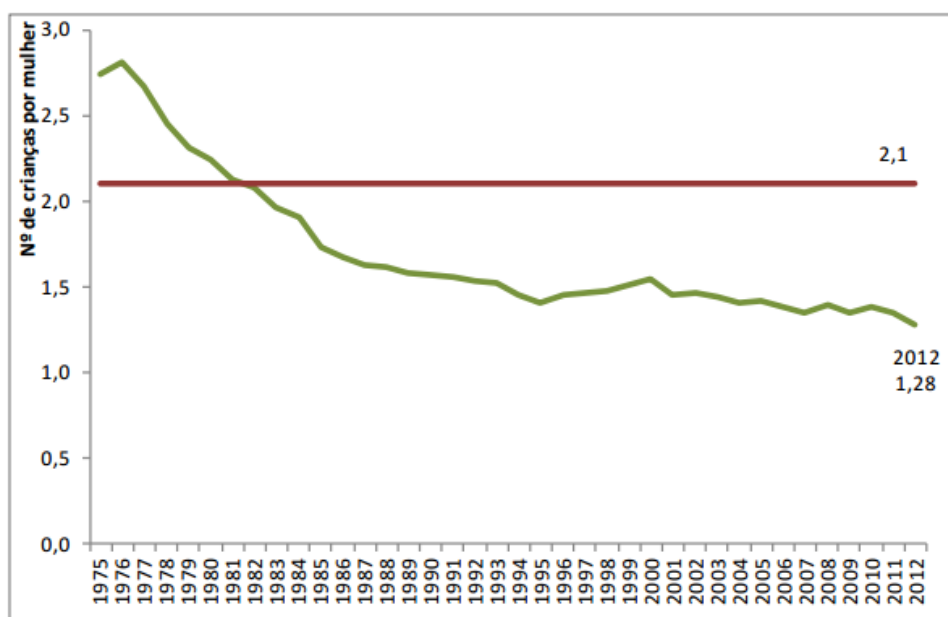
No decurso das últimas décadas, o envelhecimento populacional e os baixos níveis de fecundidade caracterizam as transformações demográficas, com óbvias implicações nas dinâmicas, bem como nas formas de organização de qualquer sociedade, a começar pela portuguesa, em geral, e pela sub-região Alto Minho, em particular. Deste modo, o conhecimento aprofundado destas realidades demográficas assume particular importância sobre os caminhos de orientação e de ação para o seu futuro.

É consabido, a informação demográfica habitualmente disponível permite uma análise da fecundidade a partir do registo de nascimentos e da sua relação com a população feminina em idade fértil, para cada ano de referência, nomeadamente através do Índice Sintético de Fecundidade (ISF).

Ora, fazendo uma “viagem no tempo e no espaço”, até meados dos anos 70 do século passado, verifica-se que Portugal ainda registava valores do ISF que lhe permitiam assegurar a substituição das gerações (2,1 crianças por mulher), o que deixou de suceder desde o início da década de 80, assistindo-se a uma persistente tendência de declínio da fecundidade. Esta situação teima, nos nossos dias, em colocar Portugal na triste liderança dos países da União Europeia (UE) com mais baixos níveis de fecundidade, sendo mesmo uma das mais baixas a nível mundial, embora, como já atrás salientamos, estimativas recentemente tornadas públicas pelo INE relativas a 2015 (julho de 2016) e pelo Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (testes do pezinho) relacionadas com os primeiros 11 meses deste ano de 2016 (dezembro de 2016), apontem para uma subida da natalidade pelo segundo ano consecutivo em Portugal, contrariando-se, assim, a tendência descendente verificada desde 2011.

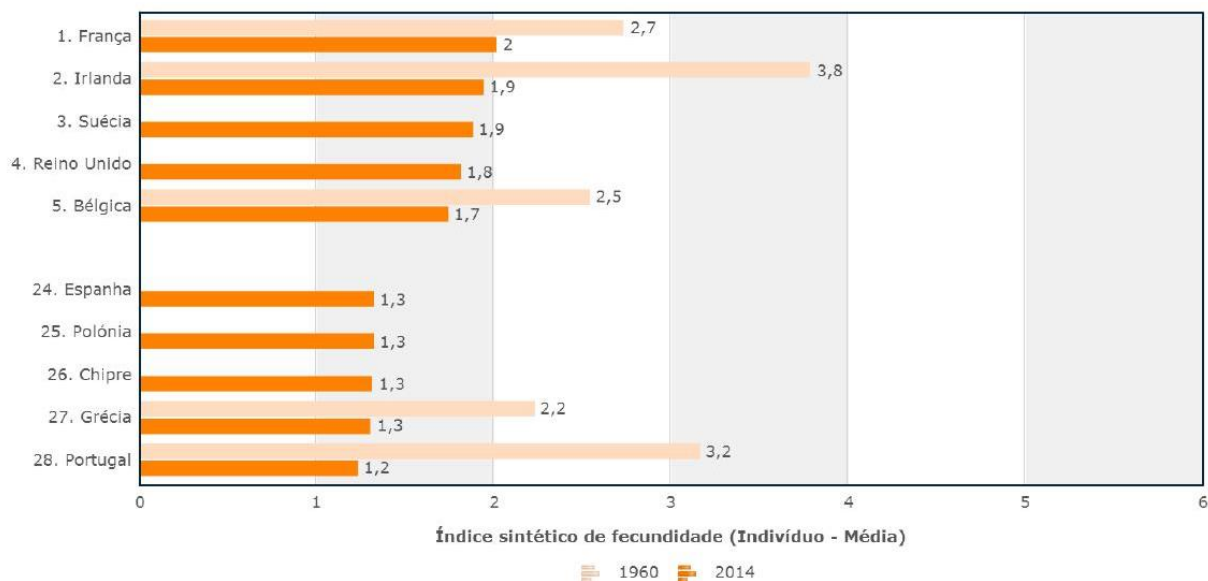
Não obstante esta realidade, na opinião de vários especialistas (sociólogos, demógrafos ou geógrafos), ainda é demasiado prematuro falar-se numa recuperação da taxa da natalidade – até porque o cenário tem que ser analisado numa perspetiva longitudinal, tal como assinalam os Gráficos 5.1 e 5.2.

Gráfico 5.1. Índice Sintético de Fecundidade, Portugal, 1975-2012



Fonte: INE, IP

Gráfico 5.2. Índice Sintético de Fecundidade (valores dos anos 2014 e 1960)



Fonte: PORDATA

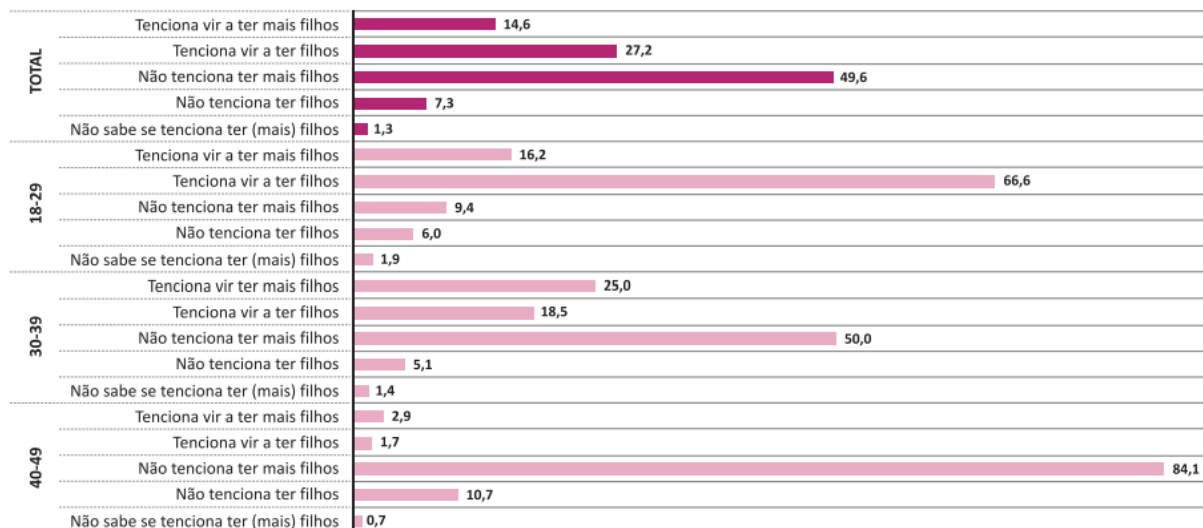
Para além disso, pode estar por trás desta subida da natalidade “a concretização do projeto de ter um filho” (aliado ao desejo de otimismo), procrastinado até ao limite (biológico), em consequência da crise económica prolongada (sobretudo devido a dificuldades financeiras e ao consequente pessimismo) que tem assolado o país, pelo menos, nos últimos seis anos.

As transformações que ao longo dos tempos se têm registado no campo social – a relação entre a fecundidade e outras variáveis como a conjugalidade, o nível educacional (sobretudo o prolongar dos estudos) ou a participação das mulheres no mercado de trabalho (segurança e estabilidade profissional) – exigem análises mais aprofundadas, sobretudo pela inevitável ligação entre padrões de fecundidade e fatores de influência, mas também pelo impacto ao nível demográfico, económico e social que as alterações dos comportamentos face à fecundidade podem trazer, adquirindo cada vez maior relevância a necessidade de informação que possibilite uma compreensão abrangente dos comportamentos de fecundidade, por parte de mulheres e homens, quer já tenham sido, ou não, pais.

A atual realidade demográfica de Portugal (onde persistem várias assimetrias em termos regionais e, nomeadamente, sub-regionais, ao nível das NUT III) e da sub-região do Alto Minho (em que os seus dez municípios apresentam realidades distintas, registando-se, entre eles, óbvias desigualdades), caracterizadas pelo decréscimo dos volumes populacionais, por um continuado processo de envelhecimento demográfico (no topo e na base da pirâmide) suscitam a necessidade de um estudo detalhado, via inquérito por questionário à população Alto Minhota, sobre a fecundidade na sub-região, com o intuito de analisar se se confirmam, ou não, os resultados evidenciados pelo Inquérito à Fecundidade de 2013 (doravante, designado, apenas, por IF 2013).

Gráfico 5.3. Intenções das mulheres em relação a ter, ou não, filhos

Mulheres dos 18 aos 49 anos, segundo a intenção de vir a ter filhos de quem tem e não tem filhos, por escalão etário (%), Portugal, 2013



Fonte: INE, IP

No que a Portugal diz respeito, os resultados do IF 2013, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em parceria com a Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS), suscitam análises aprofundadas dos comportamentos de fecundidade por parte de mulheres e homens portugueses, bem como das perceções e dos constrangimentos sociais, económicos, financeiros ou de outra índole, que pesam sobre a decisão de ter, e não ter, filhos.

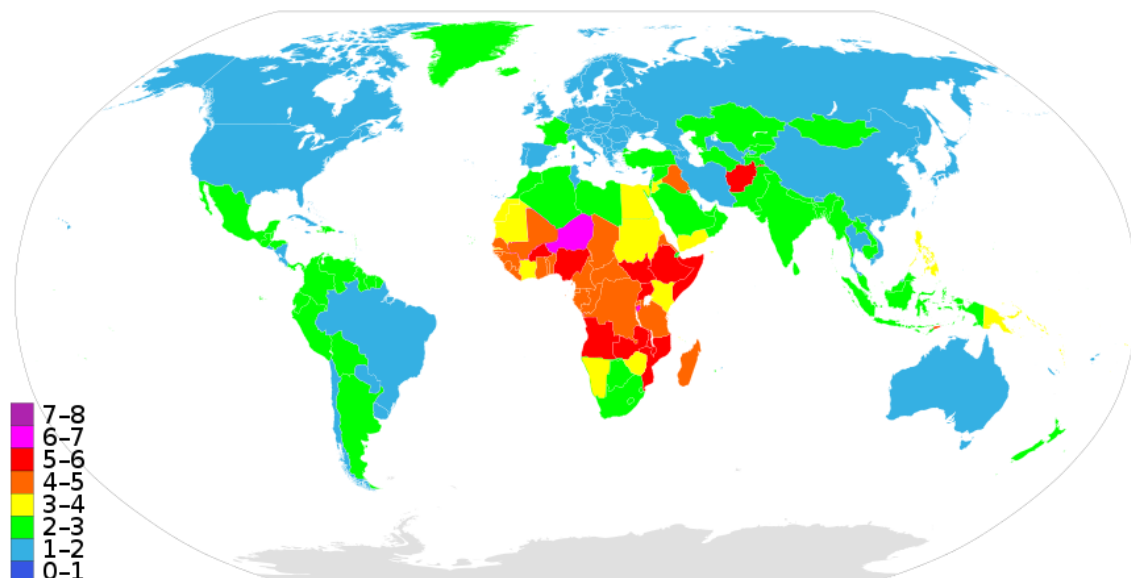
É do conhecimento geral que, em Portugal, o número médio de filhos por mulher tem vindo a diminuir, perdendo o país, desde o início da década de oitenta do século passado, a capacidade para a renovação de gerações.

Como já se fez referência, há, sensivelmente, 50 anos (na década de sessenta do século passado), o número de nascimentos por ano ultrapassava os 200 mil, ao passo que no ano de 2014 se ficou pelos 82 367 nascimentos (e por mais de 104 mil óbitos, o que dá um saldo natural de menos, aproximadamente, 22 000 pessoas). Já em 2015 (de acordo com as estatísticas, divulgadas em abril de 2016 pelo INE), registaram-se 85 500 nascimentos (com a particularidade de mais de metade – 50,7% - dos bebés serem filhos de pais não casados), mais cerca de 3 133 crianças (3,8%) em relação ao ano de 2014. Saliente-se que este aumento dos nascimentos foi acompanhado pela subida do número de óbitos, uma vez que em 2015 se

verificaram 107 511 mortes de pessoas residentes em Portugal (mais cerca de 3 668 – 3,5%, em relação ao ano de 2014, o que resulta num saldo natural negativo de 23 011 pessoas).

Nunca é de mais recordar, como atrás se evidenciou, que, ainda no princípio da década de setenta do século passado, o nosso país apresentava níveis de fecundidade dos mais elevados da Europa, sendo atualmente um dos que tem valores mais baixos. Segundo o Eurostat, Portugal foi o país da União Europeia que registou, em 2014, a taxa mais baixa de fecundidade com 1,23 bebés por mulher. Sendo, também, o que registou a maior queda de nascimentos entre 2001 e 2014. Aquele Gabinete de Estatísticas da União Europeia dá conta que, em 2014, se registaram 5,1 milhões de nascimentos nos 28 Estados-membros – contra 5 milhões no ano de 2001 -, tendo, em média, a taxa de fecundidade aumentado de 1,46 em 2001 para 1,58 em 2014, ano em que variou entre 1,23 no nosso país e 2,01 em França, os países na cauda e no topo da lista, respetivamente. Sabendo-se que uma taxa de fecundidade à volta de 2,1 nados vivos por mulher é considerada como aquela que corresponde ao nível de renovação da população nos países desenvolvidos, isto é, o número médio de nascimentos por mulher necessário para manter constante a “envergadura” da população, pondo de lado os movimentos migratórios.

Figura 5.1. Mapa-Mundo da fecundidade



Fonte: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2127.html>

Por este mapa-mundo da fecundidade (Figura 5.1) percebemos, através das cores, que a Europa em particular e o ocidente em geral estão situados no limite da possibilidade de substituição de gerações. Apenas a França consegue contrariar essa tendência – graças, sobretudo, à

emigração e a um conjunto de políticas que, tal como vimos anteriormente, conseguem sustentar a imparável marcha para os limites de substituição.

E é este o ponto em que o nosso país se encontra: a recente (ainda atual) crise económico-financeira e social veio agudizar e trazer à evidência uma outra crise, a demográfica, caracterizada por uma fecundidade baixíssima, em que os nascimentos são já inferiores à mortalidade (registando-se um saldo natural negativo) e um saldo migratório negativo – com mais pessoas a sair (emigrar) do que a entrar (imigrar) –, havendo uma população cada vez mais envelhecida, uma contração da população em idade ativa e, conseqüentemente, empurrando para o inevitável declínio demográfico. Um quadro que revela a incapacidade de reposição de gerações, pelo menos a curto prazo.

Partindo, agora, para uma análise mais micro, desta feita, numa “viagem geográfica” até ao Alto Minho, pode afirmar-se que esta sub-região apresenta níveis de fecundidade baixos, uma população envelhecida, pouca imigração e uma emigração considerável e em crescendo, tendo como corolário lógico uma descida continuada da população. A perda populacional no Alto Minho é, em grande parte, explicada por um modelo de renovação populacional que não repõe população jovem com a intensidade necessária à manutenção do perfil etário da população.

Como se não bastasse a dificuldade na fixação e atração de jovens, o número de nascimentos não para de decrescer. Concelho a concelho, os dados relativos a nascimentos é preocupante, apesar, como anteriormente se referiu, de uma ténue recuperação verificada em 2015 e nos primeiros onze meses de 2016, segundo estimativas do INE e do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, respetivamente.

Há, a cada dia que passa, menos filhos por parte da população Alto Minhota e têm-nos cada vez mais tarde. Dados recentemente tornados públicos relativos a 2015, registam que as mulheres portuguesas (onde se incluem, obviamente, as do Alto Minho) têm, em média, o primeiro filho aos 30,2 anos (no ano 2000 a idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho era de 26,5 anos), são mais escolarizadas e mais ativas, sendo o adiamento da idade para ser mãe bastante visível, revelando que a parentalidade é, de facto, cada vez mais tardia.

Afigura-se, pois, pertinente questionar: porquê esta situação? Afinal, o que influencia a decisão de ser mães ou pais? A decisão de ter ou não ter filhos é uma decisão íntima, tomada pelos indivíduos, pelos casais, na privacidade da sua vida familiar? Ou serão os contextos sociais, os estilos de vida disseminados e imitados, a ideia de maior ou menor otimismo

relativamente ao futuro social, que se refletem nos ideais, desejos e expectativas da fecundidade presente e futura? Acreditamos na fusão destas duas vias para explicar o fenómeno.

Imbuídos do espírito de que uma “região que não se conhece não sabe cuidar de si”, no que ao Alto Minho diz respeito, decidimos, refletidamente e com muita ponderação, arriscar e partir em busca dos denominados fatores determinantes (de respostas, de pistas), e, por isso, optamos por realizar o IFAM 2015/16, no âmbito do nosso projeto *Alto Minho: Horizonte 2040 – Prospetiva Demográfica e Social (Que Presente para o Futuro?)*, em parceria com os 10 municípios Alto Minhotos e com a Comunidade Intermunicipal (CIM) do Alto Minho, tendo como intuito contribuir para um mais amplo conhecimento sobre a fecundidade Alto Minhota, dissecando acerca do número de filhos que mulheres e homens têm, pensam ou desejam ter ao longo das suas vidas, e sobre os motivos subjacentes e condicionantes das escolhas relativamente à fecundidade.

Depois do nosso enfoque neste introito ter passado pela análise às dinâmicas da fecundidade, quer em Portugal quer no Alto Minho, ao longo das últimas décadas e até à atualidade, partimos para uma nova fase, onde, depois da apresentação do inquérito por questionário, revelamos e interpretamos os principais resultados do estudo, nomeadamente sobre os contextos familiares atuais e de origem de mulheres e homens (através de uma caracterização geral: sexo, escolaridade, estado civil, rendimento mensal, emprego, profissão); a entrada na conjugalidade e na fecundidade (filhos); as práticas e atitudes face à vida familiar, fecundidade e parentalidade (atitudes e valores); as opiniões quanto às medidas públicas de incentivo à natalidade (a nível nacional e no respetivo município); e, por fim, quanto a uma panóplia de questões de interesse/âmbito geral, ligadas às variáveis demográficas.

Procuramos, pois, com o IFAM 2015/16, confirmar, ou não, os dados dos resultados revelados pelo IF 2013 (de âmbito nacional e que teve um total de 7 624 entrevistas conseguidas, que decorreram em 10 mil alojamentos), para sabermos se, também, sobre esta temática, o Alto Minho é o espelho do país e se o país reflete o Alto Minho.

5.2. Análise dos resultados: retrato do Alto Minho em 2016 (em busca da confirmação, ou não, dos dados revelados pelo IF 2013)

Procurar-se-á dar resposta a várias perguntas: afinal, que motivações e vontades pessoais têm determinado a tendência de níveis baixíssimos de fecundidade no Alto Minho (uma das taxas mais baixas do país) e em Portugal (a mais baixa da UE e uma das mais baixas do Mundo)? Que forças e mudanças sociais, culturais, económicas e financeiras, entre outras, estão a contribuir para que haja cada vez menos nascimentos no Alto Minho e em Portugal? O que é que motiva a decisão e a vontade de não ter filhos ou, para os que já têm, não ter mais filhos?

O IFAM 2015/16 foi realizado, como antes se referiu (Capítulo 2 – Recursos e Metodologia), por colaboradores dos 10 municípios do distrito de Viana do Castelo, junto de uma amostra selecionada de residentes nesta sub-região, durante 1 de dezembro de 2015 e 22 de abril de 2016, no âmbito de uma parceria celebrada, no ano de 2015, entre o Departamento de Sociologia da Universidade do Minho (Instituto de Ciências Sociais - ICS), os 10 municípios da sub-região do Alto Minho (NUT III) e a Comunidade Intermunicipal do Alto Minho (CIM Alto Minho).

Os resultados - do IF 2013 e do IFAM 2015/16 – permitem-nos uma análise mais aprofundada das várias medidas de avaliação da fecundidade, nomeadamente em função do número de filhos tidos, do número de filhos que as pessoas pensam vir a ter, do número de filhos que desejariam ter, para além da análise ao número ideal de filhos numa família, de acordo com características demográficas e socioeconómicas.

Segundo o relatório *“Determinantes da Fecundidade em Portugal”* (baseado no IF 2013, que surge da parceria entre a Fundação Francisco Manuel dos Santos - FFMS - e o Instituto Nacional de Estatística – INE -, coordenado pela Universidade de Évora, publicamente divulgado em maio de 2016), Portugal regista, atualmente, um dos mais baixos níveis de fecundidade da Europa e do Mundo, resultado da redução dos nascimentos e do adiamento da parentalidade

para idades mais tardias, caminhando-se, paulatinamente, para uma sociedade sem irmãos, vulgo, de filhos únicos.

Deduz-se, daquele relatório, que, no ano de 2014, a maioria (54%) dos nascimentos em Portugal era primeiros filhos (considerado o segundo valor mais alto da Europa), ao passo que o número de filhos por mulher se ficava pelos 1,2 (o valor mais baixo da União Europeia).

A idade média ao nascimento do primeiro filho, no ano de 2014, situava-se nos 30 anos (considerando os portugueses que qualquer idade abaixo dos 30 anos é inadequada para ter filhos), mais 4,5 anos do que em 1990 e mais 3,5 anos do que no ano 2000, acabando o segundo filho por “deslizar”, na maior parte das vezes, até ao denominado “limiar biológico” ou à, também, apelidada “idade máxima psicológica”.

Em 2013, mais de 35% das mulheres portuguesas não tinham filhos e 31% apenas tinham um; mais de 90% dos homens e de 80% das mulheres com filhos são casados ou vivem em união de facto; os que têm escolaridade mais elevada são, por um lado, os que adiam mais, mas, por outro, são os que apresentam maior intenção de ter filhos e os que mais concretizam essa vontade, infere-se do referido estudo sobre as *“Determinantes da Fecundidade em Portugal”*.

Há, desde já, vários factos a reter: os portugueses são, por um lado, pais e mães em idades cada vez mais tardias e dos que têm menos filhos, mas, por outro, são poucos os que acabam o seu ciclo reprodutivo sem filhos, sendo que, apenas, à volta de 8% acabam por não ser pais. Percentagem que acaba por ser pouco expressiva, quando comparada com alguns valores verificados em alguns países da União Europeia, residindo aqui a singularidade do país, onde a constante baixa da fecundidade não se fica a dever à opção por não ter filhos, mas sim ao facto de a maioria (51%) dos portugueses em idade fértil querer ter dois filhos (vontade/desejo), mas acabar por ter apenas um (concretização), notando-se descendências cada vez menos numerosas, atingindo-se, na melhor das hipóteses, uma média de dois filhos por família.

As mulheres com níveis de escolaridade mais elevados apresentam uma maior intenção de ter mais filhos, apesar de serem as que atualmente têm menos. Por outro lado, embora mais de metade das pessoas espere finalizar o seu período reprodutivo com dois filhos, o filho único está a adquirir grande relevância, sendo que a excessiva dedicação do pai à atividade profissional pode tornar-se um obstáculo à transição para se ter o segundo filho, ou seja, esta decisão parece estar, também, condicionada à possibilidade de uma maior presença do pai junto dos filhos pequenos e à partilha, com a mãe, das responsabilidades domésticas e familiares.

Quanto ao “procrastinar” do projeto de parentalidade, este comportamento é potenciado por vários fatores como o prolongamento dos estudos, o momento da entrada no mercado de trabalho, a instabilidade ou inexistência de uma relação conjugal, a saída tardia de casa dos pais, o discordar que ter um filho é essencial para a realização pessoal ou o acreditar ser preferível ter menos filhos de modo a poder assegurar-lhes melhores oportunidades no futuro e educa-los com menos restrições. Em contrapartida, aqueles que têm mais de dois irmãos na sua família de origem, ou que consideram que a mãe não deve trabalhar, são mais suscetíveis de anteciparem a entrada na parentalidade.

Em suma, a fotografia de Portugal, baseada neste estudo *“Determinantes da Fecundidade em Portugal”* (em que, por um lado, há um ideal e, por outro, existe um ajustamento que condiciona as condições reprodutivas), acaba por ser a imagem de um país desconfortável (“que não vive bem”) com a sua fecundidade, onde se troca o que se considera ideal pela qualidade da parentalidade, realçando a maioria dos portugueses que “é preferível ter um filho com mais oportunidades do que mais com restrições” (uma mudança de mentalidade, em que a ideia consensual de ter menos filhos representa mais oportunidades de sucesso para os que se tem), o que funciona como uma das maiores condicionantes da passagem para o segundo filho, a par da ausência do pai enquanto os filhos são pequenos, pois, é consabido, nenhuma política de incentivo à natalidade se deve concentrar apenas no papel da mulher.

São, deste modo, múltiplas as dimensões que interferem nos muito baixos níveis de fecundidade verificados no Alto Minho e em Portugal, as quais serão, nos pontos seguintes, escrutinadas com base nos resultados do IF 2013 e nos resultados do IFAM 2015/16, que muito contribuirão para um debate mais sustentado e informado sobre a fecundidade na sub-região do Alto Minho e em Portugal.

5.2.1. Caracterização geral: as Pessoas/Contextos Familiares

Os fatores determinantes para a decisão de ter filhos são, como acima se realçou, bastantes e muito diversificados, aparecendo o contexto familiar onde se nasceu como um deles.

Desta feita, neste ponto analisaremos os contextos familiares atuais e de origem de mulheres e homens Alto Minhotos inquiridos (através de uma caracterização geral baseada em algumas variáveis: sexo, escolaridade, estado civil, rendimento mensal, emprego e profissão).

Para o efeito, foi inquirida uma amostra de mulheres com idades entre os 15 e 49 anos, representativa da população feminina a nível da respetiva NUT III e de homens com idades entre os 15 e 54 anos, ilustrativa da população masculina a nível da sub-região (com estimativas da população residente em 31 de dezembro de 2014, fixada em 101 980 pessoas - 43 468 Mulheres e 58 512 Homens), de que resultou um total de 1 601 respostas validadas, distribuídas do seguinte modo pelos vários municípios: Arcos de Valdevez, 209; Caminha, 112; Melgaço, 95; Monção, 101; Paredes de Coura, 74; Ponte da Barca, 121; Ponte de Lima, 132; Valença, 137; Viana do Castelo, 573 e Vila Nova de Cerveira, 47.

Daqueles 1 601 inquiridos por questionário validados - da amostra não proporcional por município, distribuída por sexo e grupos etários quinquenais -, 848 inquiridos (53%) são do sexo masculino (dos 15 aos 54 anos) – Arcos de Valdevez, 120; Caminha, 44; Melgaço, 49; Monção, 43; P. Coura, 31; P. Barca, 69; P. Lima, 71; Valença, 78; V. Castelo, 320; V.N. Cerveira, 23 - e 753 (47%) do sexo feminino (dos 15 aos 49 anos) - Arcos de Valdevez, 89; Caminha, 68; Melgaço, 46; Monção, 58; P. Coura, 43; P. Barca, 52; P. Lima, 61; Valença, 59; V. Castelo, 253; V.N. Cerveira, 24.

Através deste dado da nossa amostra, tentaremos, por um lado, concluir se existem contrastes de género significativos em opções de fecundidade e, por outro, envidaremos esforços no sentido de verificar se existem diferenças assinaláveis entre mulheres e homens quanto ao número médio de filhos que pensam vir a ter e que desejam ter.

No que à idade diz respeito, os dados do inquérito revelam que a maior percentagem de inquiridos situa-se nos grupos etários quinquenais dos 30-34 anos, dos 35-39 anos e dos 40 aos 44 anos.

Com esta variável, procuraremos saber se a idade também é um fator determinante que influencia a decisão de ter ou não ter filhos; se é um motivo para deixar de residir com o agregado parental de origem; se é verdade que as populações mais novas esperam vir a ter menos filhos; se se constata nas gerações mais velhas uma fecundidade final esperada inferior à verificada nas gerações mais jovens.

Tabela 5.1. Distribuição da amostra por sexo/género, idade, escolaridade, estado civil e situação perante o emprego

	Masculino		Feminino		Total	
	N	%	N	%	N	%
Sexo	848	53,0	753	47,0	1601	
Idade						
15 – 19	97	11,5	93	12,4	190	11,9
20 – 24	86	10,2	91	12,1	177	11,1
25 – 39	94	11,1	106	14,1	200	12,5
30 – 34	109	12,9	136	18,1	245	15,3
35 – 39	115	13,6	143	19,0	258	16,2
40 – 44	131	15,5	146	19,4	277	17,3
45 – 49	96	11,3	36	4,8	132	8,2
50 – 54	118	13,9	-	-	118	7,4
Média (DP)	35,5 (11,3)		32,2 (9,3)		34,0 (10,5)	
Escolaridade						
Até 1º Ciclo do Ensino Básico (4º ano)	30	3,5	13	1,7	43	2,7
2º Ciclo do Ensino Básico (6º ano)	44	5,2	27	3,6	71	4,4
3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano)	169	20,0	117	15,6	286	17,9
Ensino Secundário (12º ano)	317	37,5	262	34,9	579	36,3
Ensino Pós-Secundário (Bacharelato ou Especialização Tecnológica não superior)	66	7,8	47	6,3	113	7,1
Ensino Superior (Licenciatura)	183	21,6	216	28,8	399	25,0
Pós-Graduação (Mestrado/Doutoramento)	37	4,4	68	9,1	105	6,6
Estado civil						
Solteiro	348	41,1	336	44,6	684	42,8
Casado (ou União de Facto)	426	50,3	342	45,4	768	48,0
Divorciado (ou Separado)	64	7,6	63	8,4	127	7,9
Viúvo	9	1,1	12	1,6	21	1,3
Situação perante o emprego						
Estudante	148	17,5	141	18,8	289	18,1
Empregado	574	67,8	486	64,7	1060	66,4
Desempregado	118	13,9	120	16,0	238	14,9
Reformado	6	0,7	4	0,5	10	0,6

Por níveis de escolaridade (nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu ou para o qual obteve equivalência, e em relação ao qual tem direito ao respetivo certificado ou diploma), a nossa amostra regista uma maior percentagem de indivíduos com o Ensino Secundário (12º ano) completo (579 – 36,2%), seguido dos detentores do grau de Licenciatura

(399 – 24,9%), aparecendo em terceiro lugar os possuidores do 3º Ciclo de Ensino com 286 – 17,9% (Tabela 5.1). Registe-se, ainda, o facto de nos extremos se situarem, por um lado, aqueles que têm mais baixa escolaridade, isto é, que não terminaram o 1º Ciclo (5 – 0,3%) e, por outro, os que têm um mais alto nível de escolaridade, ou seja, doutorados (2 – 0,1%).

Quando se vai em busca de características que distinguem quem tem filhos de quem não os tem, o nível de escolaridade é das determinantes onde há mais diferenças entre os universos. Afiguram-se, por isso, pertinentes as seguintes questões, para as quais se procuram respostas: será que a elevada qualificação escolar diminui o desejo de ter filhos? O número médio de filhos desejado será mais elevado para as mulheres e homens mais qualificados? Será que estudar é adiar a parentalidade? Será que as mulheres com níveis de escolaridade mais elevados apresentam uma maior intenção de ter mais filhos, apesar de serem as que atualmente têm menos?

No que concerne ao estado civil, da nossa amostra (Tabela 5.1) resulta uma maior percentagem de indivíduos casados ou em união de facto (768 – 48%), seguido do número de solteiros (684 – 42,8%), aparecendo depois o grupo dos divorciados ou separados (127 – 7,9%), terminando com os viúvos (21 – 1,3%).

Com base neste dado, procuraremos perceber se a instabilidade ou inexistência de uma relação conjugal ou a saída tardia de casa dos pais pode influenciar a decisão de ter ou não ter filhos e se é verdade que o casamento legal pode potenciar a fecundidade.

Os dados do inquérito revelam que no tocante ao valor do rendimento mensal líquido do agregado familiar (num mês regular), a percentagem de inquiridos que respondeu saber quanto entra em casa aproxima-se dos 33% - 521, ao passo que uma grande parte (35% - 552) não sabe esse valor (Tabela 5.2). Nota-se, como era esperado, um número significativo de pessoas que se recusa a responder à questão (32% - 505).

De entre os 521 que responderam que sabiam o valor do rendimento mensal líquido do agregado familiar, 44 mencionaram valores entre 180 e 500 euros; 101 referiram que o rendimento líquido se situava entre 500 e 750 euros; 108 entre 750 e 1000 euros; 60 de 1000 a 1250 euros; 60 de 1250 a 1500 euros; 30 de 1500 a 1750 euros; 55 de 1750 a 2000 euros e 44 de 2000 a 5000 euros (Tabela 5.2).

Tabela 5.2. Dados sobre rendimento mensal líquido; pais separados ou não; irmãos/irmãs de sangue ou adotados; idade quando foi viver com companheiro(a)

	Masculino		Feminino		Total	
	N	%	N	%	N	%
Sabe dizer-me um valor aproximado para o rendimento mensal líquido do seu agregado familiar (num mês regular)?						
Sim	256	30,7	265	35,6	521	33,0
Não	288	34,6	264	35,4	552	35,0
Recusa responder	289	37,4	216	26,0	505	32,0
Se SIM → Média (DP)	1271 (691)		1177 (694)		1223 (694)	
Depois de ter nascido, os seus pais alguma vez se separaram ou nunca viveram juntos?						
Não	680	80,4	637	85,0	1317	82,6
Sim, separaram-se	139	16,4	90	12,0	229	14,4
Sim, nunca viveram juntos	23	2,7	14	1,9	37	2,3
Outra situação	4	0,5	8	1,1	12	0,8
Quantos irmãos/irmãs tem (ou teve) que sejam do seu sangue ou adotados? (inclua também meios irmãos)						
Média (DP)	2,1 (2,1)		1,9 (1,8)		2,0 (2,0)	
Que idade tinha quando foi viver com o(a) seu(sua) primeiro(a) companheiro(a) ou marido(mulher)?						
Média (DP)	26,7 (4,6)		24,9 (4,2)			
Que idade tinha o(a) seu(a) primeiro(a) marido(mulher) ou companheiro(a) quando foi viver consigo?						
Média (DP)	25,0 (4,7)		27,3 (4,3)			

A questão financeira aparece intimamente ligada à questão da fecundidade. É, sem margem para duvidar, um dos maiores constrangimentos para quem quer ter filhos, um dos fatores determinantes que influenciam a decisão de ter ou não ter filhos ou de adiar a parentalidade. Como é vulgo dizer-se, “o ser humano adapta-se ao meio” e, neste particular, as expectativas das pessoas adaptam-se às circunstâncias e o número de filhos acaba por diminuir. Não é, pois, por acaso que os “custos associados a ter filhos” aparece como o fator mais referido para não ter descendentes.

Neste particular (rendimento mensal/questão financeira), procurar-se-á aferir se a população do Alto Minho não tem um número elevado de filhos porque não pode ou porque não quer e se, de facto, a fecundidade aumenta com os níveis de rendimento.

No que se refere à situação perante o emprego (Tabela 5.1), da amostra, resultam os seguintes dados: a maioria dos inquiridos encontra-se empregada (1060 – 66,2%); a seguir surge o grupo dos estudantes (289 – 18,1%); seguido do número de desempregados (238 – 14,9%) - com uma taxa muito elevada, que supera a média geral do Alto Minho e do país registando-se, por concelhos as taxas mais elevadas em Paredes de Coura e Ponte da Barca e as mais baixas em Arcos de Valdevez e Melgaço, -, terminando com o número de reformados (10 – 0,6%).

A prevalência do retardar do projeto de parentalidade é, obviamente, potenciada pelas condições perante o trabalho, nomeadamente, entre quem não tem qualquer atividade profissional ou está desempregado, devido ao momento tardio da entrada no mercado de trabalho, à instabilidade profissional e à precariedade laboral.

Quanto a profissões, poder-se-á afirmar que os inquiridos estão ligados a uma panóplia delas, desde um elevado número de professores, passando por operários fabris, por operadores de caixa, operários da construção civil, funcionários públicos (da administração central e local), enfermeiros, empresários, empregados de balcão, comerciantes, auxiliares educativos, assistentes operacionais, administrativos...

Tendo por base as variáveis anteriores ligadas à situação perante o emprego e ao tipo de profissão, conjugadas com outras condicionantes, procurar-se-á saber se a equação trabalhar mais significa menos fecundidade, isto é, se equivale a menos filhos.

Quanto à questão sobre “irmãos/irmãs que tem (ou teve) que sejam do seu sangue ou adotados (incluindo meios irmãos/irmãs)”, conclui-se que a maior parte (620 – 38,7%) tem ou teve 1 irmão/irmã; 381 (23,8%) tem ou teve 2 irmãos/irmãs; surgindo no terceiro lugar aqueles que dizem não ter tido nem têm qualquer irmão/irmã (202 – 12,6%; 177 (11,1%) afirmam ter ou ter tido 3 irmãos/irmãs; 93 (5,8%) têm ou tiveram 4 irmãos/irmãs; destacando-se, por último, 8 (0,5%) que dizem ter ou ter tido 9 irmãos/irmãs, bem como 5 (0,3%) que realçam ter ou ter tido 12 irmãos/irmãs e, ainda, 1 (0,1%) que afirma ter ou ter tido 18 irmãos/irmãs (Tabela 5.2).

Números que, tendo em atenção a idade dos inquiridos (15 aos 54 anos), nos levam a inferir e comprovar que o problema da baixa fecundidade no Alto Minho não é de agora. Realce, obviamente, para a questão do filho único que, como se verifica no número de irmãos/irmãs dos inquiridos, se pode afirmar já ter adquirido grande relevância desde há tempos. Se a isto

juntarmos mais 202 que não têm nem tiveram qualquer irmão/irmã, conclui-se que mais de metade dos inquiridos se encontra nessa circunstância.

Podendo-se concluir, desde já, que a variável da família de origem, neste caso o número de irmãos/irmãs, funciona como um fator determinante para a decisão de ter ou não ter filhos.

À pergunta, “depois de ter nascido, os seus pais alguma vez se separaram ou nunca viveram juntos”, a larga maioria (1317 - 82,6%) respondeu que não, 229 (14,4%) responderam que sim, se separaram e, apenas, 37 (2,3%) mencionaram que sim, nunca viveram juntos (Tabela 5.2).

Tentar-se-á, também, perceber até que ponto a instabilidade ou inexistência de uma relação conjugal pode ser vista como um constrangimento para retardar o projeto de parentalidade ou mesmo para a decisão de não ter filhos ou mais filhos.

Sobre saber a “idade que tinha quando foi viver com o (a) seu (sua) primeiro (a) companheiro (a) ou marido (mulher)”, nota-se uma maior percentagem nas idades compreendidas entre os 20-24 anos, os 25-29 anos e os 30-34 anos (Tabela 5.2), o que pode pressupor que as mulheres e os homens Alto Minhos são pais e mães em idades cada vez mais tardias.

De realçar, ainda, que, da amostra de 1601 inquiridos, apenas, 916 são não solteiros (Tabela 5.1), a quem se destinava esta pergunta.

5.2.2. Fecundidades (Filhos, Família e Conjugalidades)

Com a informação disponibilizada por via dos resultados, por um lado, do IFAM 2015/16, e, por outro, do IF 2013, procuraremos esclarecer (confirmando ou não) várias questões sobre as fecundidades (filhos, família e conjugalidades) no Alto Minho e em Portugal, respetivamente.

Na sociedade portuguesa, há mulheres que não puderam viver a maternidade, havendo igualmente as que podem mas, simplesmente, não querem por uma escolha consciente (não querer ter filhos é uma opção já admitida por um número significativo de mulheres em Portugal).

a) Será que a população do Alto Minho, em particular, e a população de Portugal, em geral, está a abandonar o projeto da parentalidade? Será elevado o número de pessoas que acabam o seu ciclo reprodutivo sem filhos?

O número de pessoas no nosso país que não tem nem pretende vir a ter filhos tem vindo a aumentar com o passar dos anos, sendo que há, de acordo com o IF 2013, 8% de portugueses em idade fértil que tomaram essa decisão (de acabar o seu ciclo reprodutivo sem filhos). Número que, todavia, não é muito expressivo se comparado com alguns valores registados em países da União Europeia. Se a nível nacional esse número de 8% é considerado pouco expressivo, a nível da sub-região do Alto Minho ainda o é menos, dado que, de acordo com os resultados do IFAM 2015/16, apenas 5% dos inquiridos não têm nem desejam ter qualquer filho ao longo da sua vida.

Estamos perante o denominado fenómeno *Childfree* – designação para pessoas que não têm nem pretendem vir a ter filhos (“livres de filhos”), nascido nos EUA e em crescendo por vários países, onde existem vários movimentos unidos pelo *site Women Childfree Meetup Groups*.

Numa sociedade onde as crianças são precisas e, até, “divinizadas”, esta decisão não deixa, na maioria das vezes, de ser vista como uma atitude egoísta e, como tal, estigmatizada socialmente (atente-se na crítica que o Chefe da Igreja Católica, Papa Francisco fez, num passado recente, aos casais que escolhem não ter filhos, acusando-os de serem “egoístas” e de fazerem parte de uma “geração gananciosa”. Nas palavras do Papa Francisco “a escolha de não ter filhos é egoísta. A vida rejuvenesce e ganha energia quando multiplicada: é enriquecida, não é empobrecida”. Ou em 2014, quando falou sobre o casamento, perante quinze casais, e para além da fidelidade e da perseverança, o líder da Igreja Católica abordou o tema da fecundidade. “Estes matrimónios que não querem os filhos, que querem permanecer sem fecundidade. Esta cultura do bem-estar de há dez anos convenceu-nos: É melhor não ter filhos! É melhor! Assim tu podes ir conhecer o mundo, de férias, podes ter uma casa no campo, tu estás tranquilo”).

Tabela 5.3. Dados sobre número de filhos biológicos (nascidos com vida) que teve e se pensa vir a ter mais filhos

	Total	
	N	%
Tem ou teve filhos biológicos (que tenham nascido com vida)?		
Sim	805	50,4
Não	792	49,6
Se SIM Quantos?		
1	355	44,5
2	361	45,2
3	71	8,9
4 ou mais	11	1,4
Média (DP)	1,7 (0,7)	
Para além dos filhos que tem ou teve, pensa vir a ter mais filhos?		
Sim	128	17,0
Não	549	72,8
Não sabe	77	10,2

Apesar de reconhecida a importância das políticas públicas de incentivo à natalidade, de âmbito local ou nacional, as decisões de parentalidade (de ter ou não ter filhos), tomadas pelos indivíduos, pelos casais, são muito comandadas por imperativos do foro pessoal, privado e de mentalidade (paradigma cultural que, parece, já não valorizar tanto a maternidade e a paternidade). Este é o ponto onde nos encontramos e que convém reter: há, por um lado, quem tenha uma vida plena de felicidade com filhos (poucos ou muitos) e há, por outro, quem sinta ter uma vida repleta, sem deixar descendentes.

Ora, dos dados revelados, quer pelo IFAM 2015/16 quer pelo IF 2013, afigura-se sugestivo concluir que, quer o Alto Minho em particular, quer Portugal em geral, não se caracterizam pelo abandono absoluto do projeto de parentalidade. Ter pelo menos um filho é uma ambição de grande parte das pessoas.

O diagnóstico que resulta de ambos os inquéritos, no que à descendência diz respeito, é que começa a haver uma mudança de paradigma, de mentalidade, em que as pessoas trocam o que consideram ideal pela qualidade da parentalidade. Exprimido de outra forma, no que há fecundidade diz respeito, para grande parte das pessoas, “é preferível ter um só filho com mais oportunidades e menos restrições, do que ter mais filhos” (no IFAM 2015/16, mais de 40% das

peçoas diz concordar parcial (23,9%) ou completamente (17,5%) com esta frase), o que acaba por ser uma das principais condicionantes da passagem para o segundo filho.

Ser filho único começa, por opção (ao contrário de outras paragens, onde é por imposição), a ser um lugar-comum. Em 2014, a maioria dos nascimentos em Portugal já era primeiros filhos, sendo a idade média ao nascimento do primeiro filho de cerca de 30 anos, em termos comparativos, mais 4,5 anos do que há duas décadas e meia atrás.

Em síntese, apesar do segundo filho estar, a cada ano que passa, a “deslizar” para o denominado “limiar biológico” ou à, também, apelidada “idade máxima psicológica”, são poucas as pessoas que acabam o seu ciclo reprodutivo sem ter filhos, quer no Alto Minho, quer em Portugal.

***b)** As populações do Alto Minho e de Portugal não têm um elevado (ou um maior) número de filhos porque não podem ou porque não querem?*

Neste particular, para responder de forma factual à questão, um dos primeiros eixos de abordagem que merece a nossa atenção diz respeito à Fecundidade Realizada (FR) - indicador que diz respeito ao número de filhos biológicos (nascidos com vida) tidos pelas pessoas até ao momento de referência do inquérito -, em que, segundo o IFAM 2015/16 os inquiridos têm uma média de 1,7 filhos, enquanto no IF 2013 a média se ficava pelos 1,03 filhos.

Sobre este primeiro ponto de análise, merece detalhe a resposta à pergunta colocada no IFAM 2015/16 “se tem ou teve filhos biológicos (que tenham nascido com vida)”, em que 805 (50,3%) responderam que sim, 792 (49,5%) responderam que não e 4 (0,2%) não responderam. Dos que responderam que sim, salientam-se 355 (44,2%) que dizem ter ou ter tido 1 filho, 361 (44,5%) que afirmam ter ou ter tido 2 filhos e 71 (8,8%) que referem ter ou ter tido 3 filhos. Já quando se pergunta quantos desses filhos vivem consigo, sobressaem 58 (7,2%) que dizem nenhum, 355 (44,5%) que salientem 1, ao passo que 311 (38,6%) dizem que vivem consigo 2 filhos e 41 (5,1%) afirmam que coabitam consigo 3 filhos (Tabela 5.3).

Realce, igualmente, para o resultado à pergunta feita ao sexo feminino sobre se “está grávida”, com um resultado positivo de 17 (2,3%) no total de 723 respondentes. Perguntado, de seguida, se para além do filho que vai ter, pensa vir a ter mais filhos, 34,3% responderam que sim, e, dessa percentagem, perto de 60% respondeu que pensa vir a ter mais um filho e à volta de 25% mais dois.

Tabela 5.4. Dados sobre o número de filhos que desejaria ter ou ter tido ao longo da vida e sobre o número ideal de filhos numa família

	Total	
	N	%
Quantos filhos desejaria ter ou ter tido ao longo da sua vida?		
Nenhum	80	5.3
1	164	10.9
2	799	52.9
3	350	23.2
4	78	5.2
5 ou mais	39	2.5
Média (DP)	2.2 (1.2)	
Na sua opinião, qual seria o número ideal de filhos numa família?		
Nenhum	8	0.5
1	64	4.2
2	783	51.5
3	527	34.7
4	108	7.1
5 ou mais	30	2.0
Média (DP)	2.5 (0.9)	

Para além do número de filhos já tidos até à realização dos respetivos inquéritos, procurou-se, simultaneamente, saber se as mulheres e os homens residentes no Alto Minho, por um lado, e em Portugal, por outro, tencionam (ou não) ter filhos no futuro, o que conduz a um outro prisma de análise - a Fecundidade Intencional (FI) - número de filhos biológicos que as pessoas pensam vir a ter no futuro (incluindo a gravidez atual, caso se aplique). Nesta variável, de acordo com o IFAM 2015/16 (Tabelas 5.3 e 5.4), as pessoas pensam vir a ter, em média, 1,9 filhos (predominando a proporção de pessoas que pensa vir a ter 2 filhos, independentemente da situação conjugal, do nível de escolaridade, ou da condição perante o trabalho), já de acordo com os resultados do IF 2013, as mulheres e os homens portugueses pensam vir a ter, em média, 1,78 filhos (sendo, também, predominante a proporção de pessoas que pensa vir a ter 2 filhos, independentemente da situação conjugal, do nível de escolaridade, ou da condição perante o trabalho).

No que concerne à Fecundidade Desejada (FD) - número de filhos biológicos desejados pelas pessoas ao longo da sua vida, independentemente dos que têm e dos que pensam vir a ter -, dos resultados do IFAM 2015/16 (Tabela 5.4), infere-se que cerca de 50% dos inquiridos

(799) desejariam ter ou ter tido ao longo da sua vida 2 filhos, sendo também elevado o número daqueles que desejariam ter 3 filhos (350 – 23,2%), registando-se 164 (10,9%) que desejariam 1 filho e 80 (5%) que não desejam ter qualquer descendente. O que resulta numa fecundidade desejada de 2,3 filhos. Por seu lado, no que ao IF 2013 diz respeito, as pessoas desejariam ter 2,31 filhos.

No tocante ao número ideal de filhos numa família (número de filhos - biológicos, adotados, enteados ou outros - considerado pelas pessoas como ideal para uma família, independentemente de ser a sua), de acordo com os resultados apurados no IFAM 2015/16 (Tabela 5.4), uma grande parte (783 – 51,5%) considera 2 como o número ideal de filhos numa família (de sangue, adotados, enteados ou outros), seguindo-se 527 (34,7%) que consideram 3 como o número ideal. Dos dados deste inquérito, pode-se concluir que, em média, os Alto Minhotos consideram 2,5 como o número ideal de filhos numa família, ao passo que, segundo os resultados do IF 2013, em média, as pessoas consideram 2,38 filhos como o número ideal.

Conclui-se que, tanto no IFAM 2015/16, como no IF 2013, não se verificam diferenças relevantes, entre mulheres e homens, quanto ao número médio de filhos que pensam vir a ter, que desejariam ter, bem como quanto ao número ideal de filhos numa família.

“Ver os filhos crescerem e desenvolverem-se” é o motivo que faz quase o pleno para a decisão de ter filhos (99%), segundo o IFAM 2015/16, seguido por “realização pessoal” (97%) e por “ver a família aumentar (87%). (Tabela 5.5). No IF 2013 a determinante mais apontada para a decisão de ter filhos é, também, “ver os filhos crescerem e desenvolverem-se”.

Sintetizando, poder-se-á afirmar que, dos resultados do IFAM 2015/16 (Tabelas 5.3 e 5.4), resulta que, tanto a intenção como o desejo de ter famílias numerosas não se vislumbra para a maioria dos Alto Minhotos. Como já se referiu, em média, os inquiridos pensam vir a ter 1,9 filhos e desejam ter 2,3 filhos. Confirmando-se, neste particular, os dados resultantes do IF 2013, em que o desejo de muitos filhos, também, não existe para a esmagadora maioria da população. Sendo que, em média, os portugueses pensam vir a ter no máximo 1,8 filhos e desejam ter 2,3 filhos.

No IFAM 2015/16, os motivos mais importantes apontados como determinantes para não terem filhos ou para não terem mais filhos são, por ordem maioritária, os seguintes: “custos financeiros associados a ter filhos”; “não quer por uma escolha/opção consciente”; “já tem os que quer”; “dificuldade para conseguir emprego”; “dificuldade de conciliação entre tempo de trabalho e tempo de família” (Tabela 5.6), aproximando-se da opinião expressa pelos

portugueses no IF 2013, que apontavam, igualmente, como principal razão para não terem filhos ou não terem mais filhos “custos associados a ter filhos”.

c) *Será que a fecundidade no Alto Minho e em Portugal deverá continuar a diminuir?*

A expectativa é que, salvo outros imponderáveis, quer num caso quer no outro, tal poderá não acontecer. E porquê? Porque, uma vez que o número médio de filhos que as pessoas têm é inferior ao que tencionam ou desejam ter, afigura-se como possível um aumento dos níveis de fecundidade no futuro. A este propósito, afigura-se pertinente referir que estimativas recentemente tornadas públicas pelo INE relativas a 2015 (julho de 2016) e pelo Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (testes do pezinho) relacionadas com os primeiros onze meses de 2016 (dezembro de 2016), apontam para uma subida da natalidade pelo segundo ano consecutivo em Portugal e no Alto Minho, contrariando-se, assim, a tendência descendente verificada desde 2011.

Outro dado a reter tem a ver com a situação de crise (prolongada) económica, financeira e social que se tem vivido e que, de acordo com os inquiridos, nomeadamente, do IFAM 2015/16, tem tido muita influência no projeto de alargamento da parentalidade. Pressupondo-se que, quando a situação de crise for ultrapassada, a taxa de fecundidade poderá estancar ou, até, aumentar, aliás, como atrás se deu ênfase sobre os dados de 2015 e dos primeiros onze meses de 2016.

d) *Em termos concelhios, será verdade que nos concelhos mais rurais o desejo de ter filhos é maior? Será que, em todos os municípios, o número médio de filhos que as mulheres têm ou pensam vir a ter é inferior ao número médio de filhos desejados? Será que as pessoas que vivem em áreas densamente povoadas (centros urbanos) desejam ter, em média, mais filhos do que as que vivem em áreas menos povoadas? Será que se pode falar em assimetrias/desigualdades nos municípios do Alto Minho (interior-litoral), no que à fecundidade diz respeito? Será que a tendência para a quebra da natalidade e o aumento da idade a que se tem o 1º filho se verifica em toda a sub-região do Alto Minho, embora a ritmos diferenciados?*

A tendência para a quebra da natalidade e o aumento da idade a que se tem o primeiro filho verifica-se em toda a sub-região do Alto Minho, embora a ritmos diferenciados. As assimetrias interior-litoral marcam a evolução da natalidade nesta NUT III (equivalente ao distrito de Viana do Castelo).

Tabela 5.5. Se não tem ou teve filhos e pensa vir a ter filhos biológicos

Se não tem ou teve filhos e pensa vir a ter filhos biológicos	Nada importante		Pouco importante		Importante		Muito importante	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Realização pessoal.	1	0,9	2	1,7	53	46,1	59	51,3
Diminuir as hipóteses de solidão na velhice.	15	13,0	37	32,2	37	32,2	26	22,6
Ver os filhos crescerem e desenvolverem-se.	1	0,9	0	0,0	41	35,3	74	63,8
Ver a família a aumentar.	2	1,7	13	11,2	58	50,0	43	37,1
A influência de amigos ou familiares.	56	48,7	33	28,7	19	16,5	7	6,1
Fortalecer a relação do casal.	28	24,6	17	14,9	45	39,5	24	21,1
O(A) cônjuge/companheiro(a) quer ter filhos.	16	14,0	15	13,2	50	43,9	33	28,9
A estabilidade profissional.	10	8,7	15	13,0	37	32,2	53	46,1
Implementação de medidas (concertadas e transversais) de incentivo à natalidade de âmbito local e nacional.	15	13,2	18	15,8	43	37,7	38	33,3

Tabela 5.6. Se não tem ou teve filhos e não pensa vir a ter filhos biológicos

Se não tem ou teve filhos e não pensa vir a ter filhos biológicos	Nada importante		Pouco importante		Importante		Muito importante	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Custos financeiros associados a ter filhos é ou não um motivo importante para si.	4	18,2	3	13,6	6	27,3	9	40,9
Dificuldade para conseguir emprego.	2	8,7	7	30,4	7	30,4	7	30,4
A gravidez e o parto são difíceis para as mulheres.	6	26,1	8	34,8	3	13,0	6	26,1
Menos tempo para outras coisas importantes na vida.	6	26,1	8	34,8	5	21,7	4	17,4
Problemas e complicações associados à educação de uma criança.	6	26,1	6	26,1	7	30,4	4	17,4
Falta de espaço na habitação.	10	43,5	4	17,4	4	17,4	5	21,7
Problemas de saúde.	5	21,7	7	30,4	4	17,4	7	30,4
Não ter idade para ter filhos.	4	17,4	6	26,1	4	17,4	9	39,1
Dificuldade de conciliação entre tempo de trabalho e tempo de família.	3	13,0	5	21,7	10	43,5	5	21,7
O(A) cônjuge/companheiro(a) não quer.	7	30,4	3	13,0	7	30,4	6	26,1
Não quer ter a responsabilidade de ter um filho.	9	39,1	2	8,7	7	30,4	5	21,7
Não quer por um escolha/opção consciente.	4	17,4	0	0,0	7	30,4	12	52,2

Do IF 2013, resulta que as pessoas que vivem em áreas menos povoadas têm, em média, mais filhos do que as pessoas que vivem em áreas mais povoadas. Contudo, são as áreas mais densamente povoadas que observam níveis mais elevados de fecundidade desejada.

5.2.3. Atitudes e valores

a) Será verdade que não existe verdadeira partilha de responsabilidades/tarefas entre mães e pais?

A análise aos dados resultantes, quer do IFAM 2015/16 quer do IF 2013, sobre a divisão das tarefas domésticas, a divisão das tarefas com as crianças e a partilha das decisões nos casais (casados ou a viver em união de facto), visa contribuir, no âmbito da dinâmica conjugal, para o conhecimento da paridade na partilha de responsabilidades/tarefas entre mães e pais, procurando aferir, também, o grau de satisfação com essa divisão entre os (as) cônjuges/companheiros (as).

Sem qualquer surpresa, a não conciliação entre as duas variáveis é vista como um “muro” pelos inquiridos para não ter filhos. Fazendo uma “ponte” com o questionário realizado em 2014 aos municípios portugueses sobre medidas de incentivo à natalidade implementadas ou a implementar, retratado no capítulo anterior deste trabalho (como primeira fase empírica), nota-se uma coincidência, dado que esta foi a medida mais mencionada pela maioria daquelas autarquias.

Malgrado o caminho que tem sido feito na busca de uma verdadeira partilha de responsabilidades entre pais e mães, a verdade é que a conclusão a que se chega, ao analisar os resultados de ambos os inquéritos, é que a resposta à questão é sim (não existindo verdadeira partilha de responsabilidades/tarefas entre mães e pais), e perpassa todas as gerações, incluindo a população mais jovem.

No que à partilha de tarefas domésticas diz respeito, do IFAM 2015/16 infere-se que, por exemplo, são as mulheres que “mais preparam as refeições diárias” e “quem mais lava e cuida da roupa”, notando-se uma divisão mais equitativa no que se refere a “quem faz a limpeza da casa”, “quem tem a tarefa de pagar as contas” e “quem organiza as atividades de lazer”.

Abrimos aqui um parêntesis, para referir que, segundo um estudo da autoria da historiadora Maggie Andrews, apresentado no livro “A face aceitável do feminismo: 100 anos do Instituto das Mulheres”, apesar de os movimentos feministas, desde sempre, terem lutado por uma

participação feminina ativa no mercado do trabalho, as mulheres estão a voltar a assumir um papel doméstico. Na sua opinião, “a domesticidade não é uma coisa assim má como as pessoas pensavam, ou então o trabalho não é tão divertido como todas nós pensávamos”. Ou seja, como que “aborrecidas” no trabalho, as mulheres pensam voltar à cozinha.

Ainda para Maggie Andrews, “existem componentes da vida doméstica que se tornaram muito mais *sexy* (do que há 30 anos) e são vistos como um escape para os horrores da sociedade. Isso está fazendo com que algumas feministas repensem”.

Como possível justificação para esta situação, o professor Andrews, especialista em História Cultural da Universidade de *Worcester*, diz que a popularidade de concursos culinários na televisão, como o *Master Chef*, prova um maior interesse na vida doméstica.

Fechado que está o *parêntesis*, sobre a divisão das tarefas com as crianças e a partilha das decisões nos casais, do IF 2013 conclui-se que quem se encarrega dos cuidados essenciais dos filhos é fundamentalmente a mulher-mãe, a qual, quando muito, partilha essas tarefas com o cônjuge. Nomeadamente nas tarefas que mais colidem com o trabalho, como, por exemplo, “ficar em casa quando os filhos estão doentes” ou “levar as crianças ao médico”. Já do IFAM 2015/16, pode-se concluir que, quer nas tarefas de tratar das crianças como nas decisões a tomar em sede de casal, sobressai uma partilha “de igual modo” entre os (as) cônjuges/companheiros (as).

Sobre o “grau de satisfação com a divisão das tarefas domésticas entre si e o (a) seu (sua) cônjuge/companheiro (a)”, pergunta colocada no IFAM 2015/16 (Tabela 5.7), verifica-se que, numa escala de 1 a 10 (em que 1 significa totalmente insatisfeito e 10 totalmente satisfeito), a grande maioria (cerca de 70%) dá uma nota entre 6 e 10, o que significa que está satisfeita ou muito satisfeita com a partilha dessas “lides”.

Ao analisar as opiniões relacionadas com a opção ideal para as mães e os pais conciliarem o tempo do trabalho com o tempo da família, visa-se conhecer as diferenças de género. A conciliação do trabalho com a vida familiar é, sem dúvida, um dos temas da ordem do dia, quando se fala de ter filhos ou fazer crescer a família. Sem qualquer surpresa, a não conciliação entre as duas variáveis é vista como um fator condicionante (um “muro”!) apontado pelos inquiridos para não ter filhos.

Tabela 5.7. Qual é o seu grau de satisfação com a divisão das tarefas domésticas entre si e o(a) seu(sua) cônjuge/companheiro(a)?

	Masculino		Feminino	
	N	%	N	%
1 Totalmente insatisfeito	1	0,3	12	3,8
2	3	0,8	6	1,9
3	0	0,0	12	3,8
4	1	0,3	14	4,4
5	33	8,3	47	14,8
6	18	4,5	26	8,2
7	45	11,3	45	14,2
8	104	26,1	69	21,8
9	80	20,1	30	9,5
10 Totalmente satisfeito	114	28,6	56	17,7
Média (Desvio Padrão)	8,3 (1,7)		7,0 (2,4)	

Fazendo uma ligação ao questionário realizado em 2014 aos municípios portugueses sobre medidas de incentivo à natalidade implementadas ou a implementar, retratado no ponto anterior deste trabalho (como primeira fase empírica), nota-se uma coincidência, dado que esta, também, foi a medida mais mencionada pela maioria daquelas autarquias).

Como nos sugere a Tabela 5.7, existe uma maior tendência de respostas favoráveis à satisfação com a divisão das tarefas domésticas (cerca de 77% manifestam-se satisfeitos ou muito satisfeitos). Contudo, é importante referir que neste tipo de questões, em que se explora a dinâmica do casal e da sua satisfação privada, a tendência geral é para respostas mais de ordem positiva.

No que há relação paternidade/maternidade e conciliação tempo do trabalho com o tempo da família diz respeito, também se notam diferenças entre sexos. No IF 2013, tanto os homens como as mulheres consideram maioritariamente que a opção ideal para o pai é trabalhar a tempo inteiro fora de casa. Para as mães, a maioria das respostas – de homens e mulheres – refere, para esse mesmo ideal, a situação de trabalhar a tempo parcial fora de casa ou de, no caso dos indivíduos menos jovens, pura e simplesmente não trabalhar. No IFAM 2015/16, como se pode observar na Tabela 5.8, considerando “uma família com uma criança pequena, até ir para a escola”, parte substancial de homens e mulheres considera que o ideal para o pai, tendo em vista conciliar o tempo do trabalho com o tempo da família, é a opção “alargamento/extensão do período de licença de maternidade/paternidade” (32,2%), seguida de

“mais do que uma política natalista, seguir uma política de igualdade, equiparando homens e mulheres em relação ao mercado do trabalho” (17,1%) e das opções “trabalhar a tempo parcial fora de casa” (13,7%) e “ter duas horas por dia, com filhos até aos 3 anos, ao contrário da lei atual que só garante dispensa paga quando o bebé tem mais de um ano se a mãe provar que ainda amamenta” (13%). Já para as mães, parte significativa das pessoas considera que o ideal seria, em primeiro lugar, o “alargamento do período de licença de maternidade/paternidade” (26,5%), seguida da opção “trabalhar a partir de casa” (15,2%), de “trabalhar a tempo parcial fora de casa” (15,1%), seguida da medida “criação da “meia jornada”, que permite optar por redução de horário de trabalho a metade na função pública, recebendo 60% da remuneração” (14,5%) e da opção “ter duas horas por dia, com filhos até aos 3 anos, ao contrário da lei atual que só garante dispensa paga quando o bebé tem mais de um ano se a mãe provar que ainda amamenta” (13,8%).

Num primeiro olhar, estas últimas conclusões causam alguma estranheza, pelo facto de, num e noutra inquérito, os inquiridos reconhecerem, maioritariamente, que “uma mãe que trabalhe fora de casa pode ter uma relação com os seus filhos tão boa como uma mãe que trabalhe em casa”.

Do IFAM 2015/16, ressaltam várias conclusões interessantes sobre outras condicionantes para travar a decisão de ter mais filhos (Tabela 5.8). Por exemplo, nota-se um elevado grau de concordância (perto de 80%) das pessoas que sustentam que “o desejo de uma carreira profissional e de uma vida pessoal e social ativa influenciam a decisão das mulheres não terem filhos”; outra é a verificação, por parte de homens e mulheres, de que a ausência do pai enquanto os filhos são pequenos trava a decisão de se avançar para o segundo filho, enquanto a sua presença seria um fator facilitador, concordando mais de 50% que “uma criança precisa de viver com o pai e a mãe para crescer equilibrada”, o que leva a concluir que as políticas de incentivo à natalidade (se em busca da igualdade!) não se devem concentrar somente no papel da mulher. Se bem que, perante a frase “uma mulher pode criar um filho sozinha sem querer ter uma relação estável”, perto de 70% dos inquiridos, homens e mulheres, concorde que sim, que uma mãe sozinha pode criar um filho tão bem quanto os dois juntos.

Tabela 5.8. Em relação às frases seguintes, indique-nos qual o seu grau de concordância para cada uma delas

	Discordo completamente		Discordo parcialmente		Não discordo, nem concordo		Concordo completamente		Concordo completamente	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
É prejudicial para uma criança até à idade escolar que a mãe trabalhe fora de casa.	420	26,5	418	26,4	229	14,5	392	24,8	123	7,77
É prejudicial para uma criança até à idade escolar que o pai trabalhe fora de casa.	531	33,7	503	31,9	255	16,2	242	15,3	46	2,92
Uma mãe que trabalha fora de casa pode ter uma relação com os seus filhos tão boa como uma mãe que trabalha em casa.	157	9,92	224	14,2	156	9,86	470	29,7	575	36,3
O desejo de uma carreira profissional e de uma vida pessoal e social ativa influenciam a decisão das mulheres não terem filhos.	79	4,99	79	4,99	192	12,1	703	44,4	529	33,4
Algumas mulheres adiam o nascimento do primeiro filho ou de um filho e acabam por desistir tendo em conta a sua idade.	73	4,62	103	6,52	221	14	713	45,2	469	29,7
Uma mulher pode criar um filho sozinha sem querer ter uma relação estável.	85	5,37	174	11	235	14,9	567	35,8	521	32,9
Uma criança precisa de viver com o pai e a mãe para crescer equilibrada.	282	17,8	291	18,4	246	15,6	441	27,9	320	20,3
Uma mulher precisa de ter filhos para se sentir realizada.	491	31,1	247	15,6	407	25,8	265	16,8	169	10,7
Um homem precisa de ter filhos para se sentir realizado.	497	31,5	271	17,2	413	26,1	253	16	146	9,24
É preferível ter só um filho com mais oportunidades e menos restrições, do que ter mais filhos.	303	19,2	296	18,8	326	20,7	377	23,9	276	17,5

Do IFAM 2015/16, sobressai, também, que grande parte dos inquiridos (à volta de 50%) discorda que “uma mulher (um homem) precisa de ter filhos para se sentir realizada (o)” (Tabela 5.8). A confirmar que, tal como no IF 2013, também do IFAM 2015/16 se infere que existe uma mudança de mentalidade nos Alto Minhotos - em que se troca o que se considera ideal pela qualidade da parentalidade (ter menos filhos representa mais oportunidades de sucesso para os que se tem) -, uma vez que parte substancial dos inquiridos (mais de 40%) concorda que “é preferível ter um só filho com mais oportunidades e menos restrições, do que ter mais filhos”.

5.2.4. Incentivos à Natalidade

a) Qual a percentagem de inquiridos que considera que a natalidade deve ser publicamente incentivada?

No âmbito do IFAM 2015/16, a percentagem de pessoas que responde positivamente que a natalidade deve ser publicamente incentivada (em relação à população em geral e não para o seu caso em particular) não deixa margem para quaisquer dúvidas: 86,7% dos respondentes (1382) acham que sim, 4,6% (74) acham que não, havendo 8,7% (138) que dizem não saber (Tabela 5.9). No IF 2013, também facilmente se conclui que a fecundidade deve ser publicamente incentivada, isto de acordo com a opinião expressa pela quase totalidade das pessoas.

Deste modo, para a pergunta colocada, há já, aqui, uma resposta devidamente sustentada: a percentagem de inquiridos que considera que a natalidade deve ser publicamente incentivada abarca a quase totalidade dos respondentes, quer no âmbito do IF 2013 como no IFAM 2015/2016.

Tabela 5.9. Acha que a natalidade deve ser incentivada?

	Sim		Não		Não sabe	
	N	%	N	%	N	%
Arcos de Valdevez	174	83,3	9	4,3	26	12,4
Caminha	96	87,3	3	2,7	11	10,0
Melgaço	87	92,6	4	4,3	3	3,2
Monção	91	91,9	3	3,0	5	5,1
Paredes de Coura	69	93,2	1	1,4	4	5,4
Ponte da Barca	110	90,9	8	6,6	3	2,5
Ponte de Lima	130	98,5	1	0,8	1	0,8
Valença	85	62,0	20	14,6	32	23,4
Viana do Castelo	508	89,0	24	4,2	39	6,8
Vila Nova de Cerveira	32	68,1	1	2,1	14	29,8
ALTO MINHO	1382	86,7	74	4,6	138	8,7

b) Qual ou quais as medidas consideradas como mais importantes incentivos à natalidade?

“Aumentar os rendimentos das famílias com filhos”, foi o eixo de atuação considerado como o mais importante incentivo à natalidade no IF 2013, seguido pela “facilitação das condições de trabalho para quem tem filhos” (onde se inclui a oportunidade de trabalho a tempo parcial, os períodos de licença de maternidade e de paternidade mais alargados e a flexibilidade de horários para quem tem crianças pequenas); ao passo que, no IFAM 2015/16 (Tabela 5.10), o grupo de medidas de incentivo considerado mais importante para incrementar a natalidade foi “facilitar as condições de trabalho para quem tem filhos ou conciliação do tempo do trabalho com o tempo da família”, citado por 505 inquiridos (45,4%), seguido pela medida “aumentar os subsídios e outros apoios”, sublinhado por 178 pessoas (16%) e por “medidas concertadas e transversais, de longo prazo e de dimensão nacional, envolvendo Governo central, Administração Local, Instituições Sociais, Instituições de Ensino, Empresas e Sociedade Civil”, mencionado por 131 inquiridos (11,8%). Merece saliência o facto de apenas 93 pessoas (8,4%) nomearem como incentivo mais importante os “apoios pecuniários ao nascimento, à adoção e à família”, medida adotada por alguns municípios Alto Minhos bem como por bastantes municípios em todo o país.

Nota-se, portanto, uma inversão nas duas primeiras medidas de apoio mais mencionadas nos dois inquéritos, sendo que a mais citada no IF 2013 passa a segunda no IFAM 2015/16 e a primeira mais nomeada no IFAM 2015/16 passa a segunda no IF 2013.

c) Será que as opiniões dos municípios, expressas neste IFAM 2015/16, vão ao encontro das medidas veiculadas pelos responsáveis autárquicos e vertidas nas respostas ao questionário de 2014 (1ª fase empírica do nosso estudo – Capítulo 4), sobre incentivos para enfrentar a redução da natalidade, implementadas e a implementar?

Neste particular, sobre as medidas de incentivo à natalidade, afigura-se, obviamente, pertinente comparar os resultados saídos do IFAM 2015/16 com os resultados obtidos no questionário aos municípios portugueses, levado a cabo em 2014.

Desta feita, verifica-se que a medida mais referida pelos cidadãos Alto Minhotos, no IFAM 2015/16 (Tabela 5.10), coincide com a medida mais realçada pelos vários responsáveis autárquicos, aquando do questionário sobre medidas a implementar no seu município para estimular a natalidade, isto é, “facilitar as condições de trabalho para quem tem filhos ou conciliação do tempo do trabalho com o tempo da família”. Convergingo, também, a medida classificada em segundo lugar, ou seja, “aumentar os subsídios e outros apoios”.

De salientar, também, o alto registo alcançado pelo grupo “Medidas concertadas e transversais, de longo prazo e de dimensão nacional, envolvendo Governo central, Administração (Democracia) Local, Instituições Sociais, Instituições de Ensino, Empresas e Sociedade Civil”, quer no questionário aos municípios (2014) quer no IFAM 2015/16, levando-nos a concluir que, tanto os responsáveis autárquicos como os cidadãos Alto minhotos inquiridos sobre a fecundidade, têm a consciência que as medidas isoladas/descoordenadas podem animar, momentaneamente, mas não serão a panaceia para resolver o grave problema das baixíssimas taxas de fecundidade e de natalidade registadas no Alto Minho.

d) Quais os municípios Alto Minhotos que têm adotado medidas de incentivo à natalidade? Que medidas?

Todos os municípios do Alto Minho têm adotado medidas de incentivo à natalidade (Ver Capítulo 4, ponto 4.2.3 – “Principais medidas promovidas e a promover pelos dez municípios do Alto Minho para reverter a dinâmica demográfica regressiva”, nomeadamente a Tabela 4.2).

Tabela 5.10. Lista de incentivos considerados mais importantes**(Incentivos mais importantes por município/Medidas adotadas pelos municípios)**

	Incentivo A		Incentivo B		Incentivo C		Incentivo D		Incentivo E		Incentivo F		Incentivo G	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Arcos de Valdevez	66	39,1	21	12,4	7	4,1	33	19,5	19	11,2	5	3,0	18	10,7
Caminha	46	51,7	4	4,5	1	1,1	11	12,4	7	7,9	0	0,0	20	22,5
Melgaço	48	61,5	6	7,7	3	3,8	5	6,4	5	6,4	4	5,1	7	9,0
Monção	43	50,0	1	1,2	6	7,0	18	20,9	5	5,8	1	1,2	12	14,0
Paredes de Coura	32	47,1	2	2,9	3	4,4	8	11,8	2	2,9	4	5,9	17	25,0
Ponte da Barca	47	46,5	1	1,0	13	12,9	16	15,8	5	5,0	2	2,0	17	16,8
Ponte de Lima	62	47,7	9	6,9	2	1,5	28	21,5	10	7,7	7	5,4	12	9,2
Valença	32	37,6	11	12,9	8	9,4	16	18,8	6	7,1	5	5,9	7	8,2
Viana do Castelo	166	45,0	14	3,8	50	13,6	48	13,0	41	11,1	14	3,8	36	9,8
Vila Nova de Cerveira	9	34,6	1	3,8	1	3,8	6	23,1	4	15,4	0	0,0	5	19,2
ALTO MINHO	551	45,9	70	5,8	94	7,8	189	15,7	104	8,7	42	3,5	151	12,6

LEGENDA. Incentivos:

A - Facilitar as condições de trabalho para quem tem filhos ou conciliação do tempo do trabalho com o tempo da família.

B - Alargar o acesso a serviços para ocupação dos filhos durante o tempo de trabalho dos pais.

C - Apoios pecuniários ao nascimento, à adoção e à família.

D - Aumentar os subsídios e outros apoios.

E - Benefícios fiscais e redução nas taxas e tarifas, como forma de apoio à fixação de pessoas e empresas, atraindo investimento.

F - Compromisso social ou uma política social local "mais amiga da natalidade".

G - Medidas concertadas e transversais, de longo prazo e de dimensão nacional, envolvendo Governo Central, Administração (Democracia) Local, Instituições Sociais, Instituições de Ensino, Empresas e Sociedade Civil.

e) Qual a percentagem de inquiridos que tem conhecimento se o seu município adotou, nos últimos anos, medidas de apoio para enfrentar a redução da natalidade?

A percentagem de pessoas, no âmbito do IFAM 2015/16, que afirma saber que o seu município adotou, nos últimos anos, medidas de apoio para enfrentar a redução da natalidade fica-se pelos 16,8% (267), enquanto 20,9% (332) diz saber que não adotou e 62,3% refere não saber (Tabela 5.11).

Tal, pode significar que, malgrado o enorme esforço com implementação de medidas que os municípios têm feito para por cobro à dramática situação da baixa natalidade, ainda não é devidamente reconhecido, quiçá, por falta de maior e melhor divulgação daquelas medidas.

Tabela 5.11. Se o município adotou, nos últimos anos, medidas de apoio para a natalidade

	Sim		Não		Não sabe	
	N	%	N	%	N	%
Arcos de Valdevez	17	8,2	40	19,2	151	72,6
Caminha	63	57,8	8	7,3	38	34,9
Melgaço	58	61,1	5	5,3	32	33,7
Monção	5	5,2	30	31,3	61	63,5
Paredes de Coura	51	68,9	0	0,0	23	31,1
Ponte da Barca	7	5,8	33	27,3	81	66,9
Ponte de Lima	22	16,7	22	16,7	88	66,7
Valença	27	19,9	10	7,4	99	72,8
Viana do Castelo	15	2,6	162	28,4	394	69,0
Vila Nova de Cerveira	2	4,4	22	48,9	21	46,7
ALTO MINHO	267	16,8	332	20,9	988	62,3

f) De entre os que conhecem a adoção de medidas, qual a percentagem que considera que esses incentivos devem continuar a ser implementadas?

De entre aqueles que afirmam conhecer a adoção de medidas implementadas pelo seu município (267) – Tabela 5.11, os que consideram que essas medidas devem continuar a ser postas em prática é quase o pleno: 253 (95,8%) acham que sim e, apenas, 3 (1,1%) consideram que não, havendo 8 (3%) que dizem não ter opinião (Tabela 5.12).

Tabela 5.12. Se essas medidas devem continuar a ser implementadas - por município

	Sim		Não		Não sabe	
	N	%	N	%	N	%
Arcos de Valdevez	15	93,8	0	0,0	1	6,3
Caminha	58	92,1	2	3,2	3	4,8
Melgaço	55	96,5	1	1,8	1	1,8
Monção	5	100,0	0	0,0	0	0,0
Paredes de Coura	49	98,0	0	0,0	1	2,0
Ponte da Barca	7	100,0	0	0,0	0	0,0
Ponte de Lima	22	100,0	0	0,0	0	0,0
Valença	26	96,3	0	0,0	1	3,7
Viana do Castelo	14	93,3	0	0,0	1	6,7
Vila Nova de Cerveira	2	100,0	0	0,0	0	0,0
ALTO MINHO	253	95,8	3	1,1	8	3,0

g) Qual a percentagem que conhece o tipo de apoio que tem sido concedido pelo respetivo município?

Das respostas positivas, também se pode inferir que os inquiridos conhecem o tipo de apoio que tem sido concedido pelo respetivo município (Tabela 5.13). Desta feita, 45,5% (120) dizem que esse apoio é direto (aquele apoio que o município atribui ao cidadão, independentemente de este o ter requerido, desde que reúna as condições de elegibilidade vertidas no respetivo regulamento, como, por exemplo, a oferta de manuais escolares, um prémio pecuniário por nascimento, o pagamento da prestação da creche ou do jardim-de-infância); 11,4% (30) afirmam que o tipo de apoio concedido pelo seu município é indireto (aquele tipo de iniciativa – projeto, programa, infraestruturas – que possa contribuir para combater um problema demográfico específico, mas que não seja vocacionado a determinado cidadão, como, por exemplo, a construção de uma creche, de um jardim-de-infância, de uma escola); e 30,3% (80) sabem que esse apoio é direto e indireto.

Tabela 5.13. Tipos de apoio concedidos – por município

	Direto		Indireto		Ambos		Nenhum		Não sabe	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Arcos de Valdevez	1	6,3	7	43,8	3	18,8	3	18,8	2	12,5
Caminha	34	54,0	2	3,2	17	27,0	0	0,0	10	15,9
Melgaço	40	70,2	0	0,0	9	15,8	1	1,8	7	12,3
Monção	0	0,0	0	0,0	4	80,0	0	0,0	1	20,0
Paredes de Coura	31	62,0	0	0,0	18	36,0	0	0,0	1	2,0
Ponte da Barca	4	57,1	2	28,6	1	14,3	0	0,0	0	0,0
Ponte de Lima	2	9,1	7	31,8	9	40,9	1	4,5	3	13,6
Valença	5	18,5	6	22,2	12	44,4	0	0,0	4	14,8
Viana do Castelo	3	20,0	5	33,3	6	40,0	0	0,0	1	6,7
Vila Nova de Cerveira	0	0,0	1	50,0	1	50,0	0	0,0	0	0,0
ALTO MINHO	120	45,5	30	11,4	80	30,3	5	1,9	29	11,0

h) Qual a percentagem de inquiridos que conhece a natureza do apoio implementado?

No que à natureza do apoio concedido se refere (Tabela 5.14), 171 (60%) dizem que esse apoio se relaciona com “valor pecuniário” (subsídio/abono ou em jeito de empréstimo); 79 (27,7%) afirmam que a natureza do apoio é um “bem público” (por exemplo, a construção de um equipamento social ou a oferta/disponibilidade de um serviço); e 26 (9,1%) dizem que se relaciona com “um bem, como oferta” (cabaz de compras, por exemplo) ou como empréstimo (de que serve como exemplo um carrinho de bebé).

Tabela 5.14. Natureza dos Apoios

	Apoio A		Apoio B		Apoio C		Outro	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Arcos de Valdevez	3	18,8	0	0,0	12	75,0	3	18,8
Caminha	56	96,6	0	0,0	0	0,0	2	3,4
Melgaço	46	88,5	2	3,8	6	11,5	0	0,0
Monção	2	50,0	0	0,0	3	75,0	0	0,0
Paredes de Coura	48	98,0	10	20,4	19	38,8	0	0,0
Ponte da Barca	1	14,3	2	28,6	4	57,1	1	14,3
Ponte de Lima	4	21,1	4	21,1	15	78,9	2	10,5
Valença	7	31,8	1	4,5	16	72,7	1	4,5
Viana do Castelo	4	33,3	6	50,0	4	33,3	0	0,0
Vila Nova de Cerveira	0	0,0	1	100,0	0	0,0	0	0,0
ALTO MINHO	171	60,0	26	9,1	79	27,7	9	3,2

LEGENDA. Apoios:

A - Valor pecuniário (como subsídio/abono ou em jeito de empréstimo).

B - Um bem, como oferta (por exemplo, um cabaz de compras) ou como empréstimo (por exemplo, um carrinho de bebé).

C - Um bem público (por exemplo, a construção de um equipamento social ou a oferta/disponibilidade de um serviço).

i) Que avaliação fazem as pessoas dessas medidas de apoio concedidas pelo município?

Por último, no que concerne à avaliação dessas medidas de apoio concedidas pelo seu município, a larga maioria (226 – 85,6%) considera-a positiva e, apenas, 9 (3,4%) a classificam como negativa, havendo 29 (11%) que não emitem opinião (Tabela 5.15).

Contudo, apesar de reconhecida a importância das políticas públicas de incentivo à natalidade, como temos vindo a referir, as decisões de parentalidade são muito comandadas por imperativos do foro pessoal e privado. Na realidade, os motivos considerados como mais importantes para a decisão de se vir a ter filhos, independentemente de as pessoas já serem mães ou pais, foram: “ver os filhos crescer e desenvolver-se”, “realização pessoal” e “ver a família aumentar” (Tabela 5.5).

Tabela 5.15. Avaliação das medidas de apoio - por município

	Positiva		Negativa		Sem opinião	
	N	%	N	%	N	%
Arcos de Valdevez	16	100,0	0	0,0	0	0,0
Caminha	51	81,0	5	7,9	7	11,1
Melgaço	46	82,1	3	5,4	7	12,5
Monção	5	100,0	0	0,0	0	0,0
Paredes de Coura	46	90,2	0	0,0	5	9,8
Ponte da Barca	7	100,0	0	0,0	0	0,0
Ponte de Lima	21	95,5	0	0,0	1	4,5
Valença	20	74,1	1	3,7	6	22,2
Viana do Castelo	14	93,3	0	0,0	1	6,7
Vila Nova de Cerveira	0	0,0	0	0,0	2	100,0
ALTO MINHO	226	85,6	9	3,4	29	11,0

5.2.5. Questões de interesse/âmbito geral

Esta fase da nossa tese destina-se a escarpelizar as respostas patentes no IFAM 2015/16, na parte dedicada a “questões de interesse/âmbito geral”, da esfera sub-regional e nacional, que muito contribuirão para a nossa prospetiva demográfica e social do Alto Minho, no horizonte 2040.

a) A grande maioria dos Alto Minhotos inquiridos considera que a baixa taxa de natalidade em Portugal “se deve a razões económicas”

Desta feita, à pergunta “considera que a baixa taxa de natalidade em Portugal se deve a razões económicas ou é mais um problema cultural e de mentalidade?” (Tabela 5.16), a ampla maioria de respostas (86,3%) vai no sentido de justificar que a baixa natalidade em Portugal “se deve a razões económicas - falta de políticas públicas de incentivo à natalidade” (sabendo-se que, de acordo com o estudo sobre as desigualdades em Portugal – “Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal” -, da autoria da Fundação Francisco Manuel dos Santos, em parceria com o jornal Expresso, patente no site Portugal Desigual, lançado em setembro de 2016, nos anos da crise económica, entre 2009 e 2014, um terço dos portugueses encontrou-se em situação de pobreza pelo menos durante um ano, tendo sido os mais pobres os mais afetados pelas políticas seguidas durante aquele período. “Não é possível distinguir quais os

efeitos da crise e quais os que se devem às políticas seguidas, mas é possível identificar as consequências destas, que muitas vezes não só não atenuaram os efeitos da crise, como nalguns casos as reforçaram”, frisou o economista Carlos Farinha Rodrigues, coordenador do estudo patrocinado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos) -, sendo que 27,8,% refere que tal situação “se deve a razões do foro pessoal e privado” e 18,2% que “se deve a razões culturais e de mentalidade”.

b) *“Para que haja reposição de gerações” é a opção apontada como a principal razão para se ter mais filhos.*

Relacionado com a questão geral para perceber “qual a principal razão por que será melhor ter mais filhos?” (Tabela 5.16), parte substancial das respostas vai “para que haja reposição de gerações”, com 44,7% dos inquiridos a mencioná-la, seguida, de longe, pela opção “para realização pessoal” sufragada por 17,3%, a que se segue “para ver os filhos crescerem e desenvolverem-se” realçada por 13,2% dos inquiridos. Já a preocupação com o futuro da segurança social parece não ser razão bastante para se ter mais filhos, dado que, apenas, 9,3% das pessoas a referem, assim como “para diminuir a solidão na velhice”, opção mencionada por apenas 5,1%; “para ver a família a aumentar” (8,7%) e “para fortalecer a relação do casal”, com somente 1,8% de menções pelos inquiridos.

Tabela 5.16. Dados sobre as razões da baixa taxa de natalidade em Portugal; sobre a principal razão por que será melhor ter mais filhos; e sobre o principal problema demográfico do Alto Minho

	Total	
	N	%
Considera que a baixa taxa de natalidade em Portugal se deve a razões económicas ou é mais um problema cultural e de mentalidade?		
Deve-se a razões económicas (falta de políticas públicas de incentivo à natalidade)	1376	86,3
Deve-se a razões do foro pessoal e privado	444	27,8
Deve-se a razões culturais e de mentalidade	291	18,2
Deve-se a outras razões	47	2,9
Qual a principal razão por que será melhor ter mais filhos?		
Para que haja reposição de gerações	608	44,7
Para realização pessoal	236	17,3
Para ver os filhos crescerem e desenvolverem-se	179	13,2
Para que haja a sustentabilidade da Segurança Social	126	9,3
Para ver a família a aumentar	118	8,7
Para diminuir as hipóteses de solidão na velhice	70	5,1
Para fortalecer a relação do casal	24	1,8
Qual o principal problema demográfico no Alto Minho?		
O envelhecimento populacional	659	48,6
A falta de nascimentos	443	32,7
O número elevado de emigrantes (residentes que saíram do país)	249	18,4
O número reduzido de imigrantes (pessoas provenientes de outros países)	5	0,4

c) “Envelhecimento populacional” e “falta de nascimentos” são, por esta ordem, escolhidos como os principais problemas demográficos do Alto Minho.

Questionados sobre “qual o principal problema demográfico do Alto Minho?” (Tabela 5.16), os Alto Minhotos não têm muitas dúvidas, ao mencionarem o “envelhecimento populacional” como a principal razão para o défice demográfico da sub-região com 48,6% de registos, seguida, de perto, pela “falta de nascimentos”, cuja razão foi apontada por 32,7% dos inquiridos. Realce, também, por um lado, para o volume significativo de respostas relacionadas com “o número elevado de emigrantes (residentes que saíram do país)”, com 18,4% de referências (o que não é estranho, dado o facto do Alto Minho ser, desde há muitas décadas, uma região marcadamente de emigração) e, por outro, para a insignificante percentagem de respostas (0,4%) que aponta o

“número reduzido de imigrantes (pessoas provenientes de outros países)” como o principal problema demográfico do Alto Minho.

Decidiu-se, igualmente, questionar os inquiridos sobre uma série de outras matérias que consideramos relevantes para o desenvolvimento do nosso estudo, dando como opções de resposta dizer sim ou dizer não ou sem opinião (Tabela 5.17 e Gráfico 5.4).

d) *Estranhamente (ou talvez não), os Alto Minhotos têm uma opinião favorável sobre “a procriação medicamente assistida”*

Deste modo, à pergunta “a procriação medicamente assistida/reprodução humana assistida, envolve conceções morais, éticas, políticas, religiosas e económicas. Tem uma opinião favorável sobre o assunto?” (Tabela 5.17), grande parte das pessoas (41,3%) tem uma opinião de concordância, apesar de muita da população inquirida (33,5%) se declarar sem opinião. A este propósito, convém referir que o diploma que estabelece as regras da gestação de substituição, foi, sob proposta do Bloco de Esquerda, aprovado com votos favoráveis do PS, BE e PEV, PAN e 24 deputados do PSD na Assembleia da República, no passado dia 13 de maio de 2016 e vetado pela Presidência da República, nos primeiros dias de junho, que o devolveu ao Parlamento para algumas clarificações, sobretudo para que, como defende o Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, o texto salvaguarde/acautele os direitos da criança a nascer e da mulher gestante. Com as clarificações apresentadas e aprovada na Assembleia da República, a nova proposta acabou por ser promulgada pelo Presidente da República em finais de julho.

e) *Parte relevante dos inquiridos concorda com a “aplicação de taxas moderadoras à Interrupção Voluntária da Gravidez”...*

Tendo em vista a percentagem de respostas positivas relativas à questão anterior, em parte, era expectável que parte significativa das pessoas optasse nesta questão por discordar da “aplicação de taxas moderadoras à Interrupção Voluntária da Gravidez”. No entanto, grande parte de respondentes (45,3%) diz concordar com a aplicação dessas taxas, ao passo que 39% afirma não concordar (Tabela 5.17).

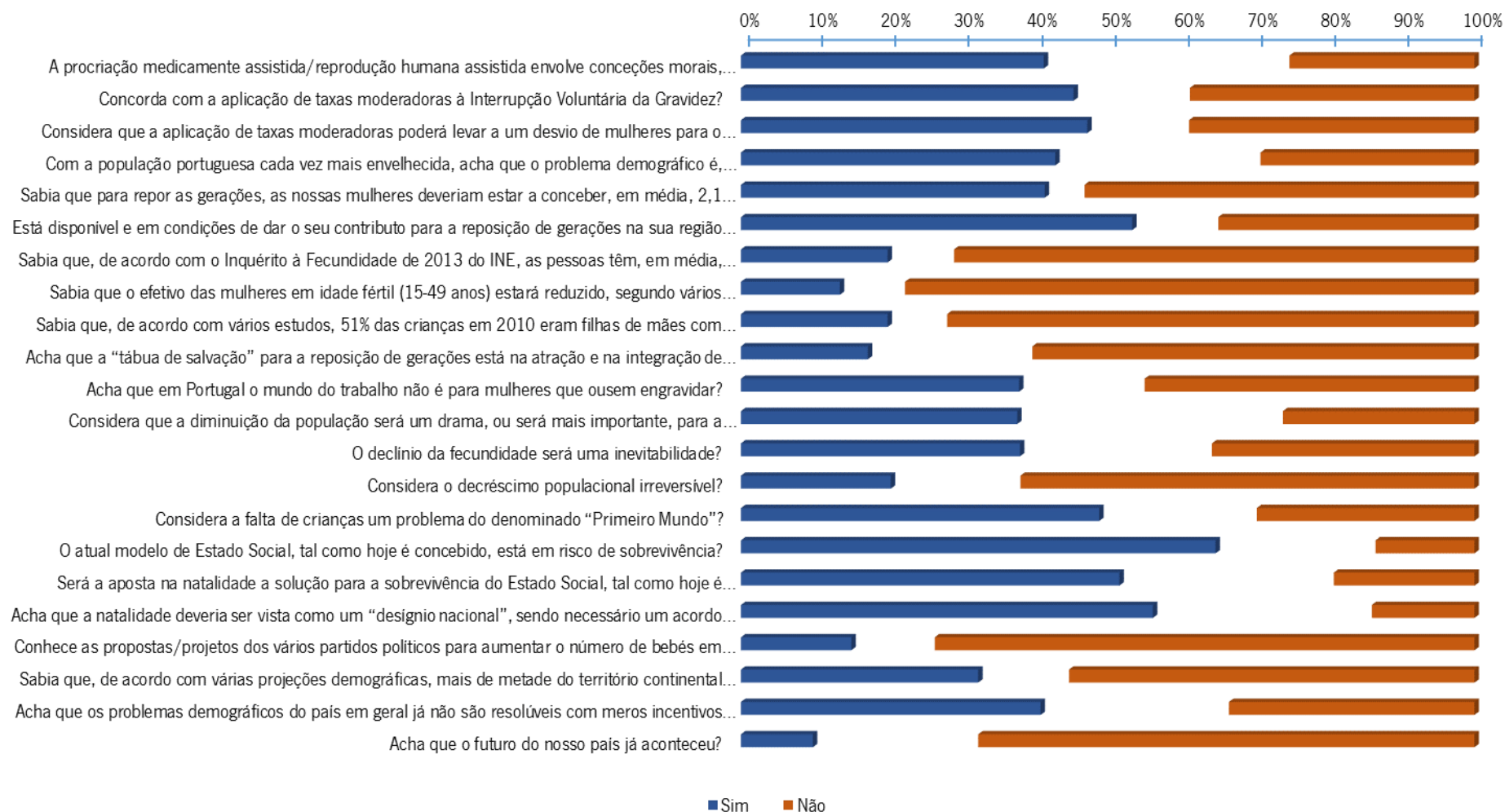
Tabela 5.17. Em relação às perguntas seguintes, indique-nos qual a sua opinião para cada uma delas

	Sim		Não		Sem opinião	
	N	%	N	%	N	%
A procriação medicamente assistida/reprodução humana assistida envolve conceções morais, éticas, políticas, religiosas e económicas. Tem uma opinião favorável sobre o assunto?	661	41,3	404	25,2	536	33,5
Concorda com a aplicação de taxas moderadoras à Interrupção Voluntária da Gravidez?	726	45,3	621	38,8	254	15,9
Considera que a aplicação de taxas moderadoras poderá levar a um desvio de mulheres para o aborto clandestino e não seguro?	756	47,2	623	38,9	222	13,9
Com a população portuguesa cada vez mais envelhecida, acha que o problema demográfico é, também, um problema fisiológico?	686	42,8	467	29,2	448	28,0
Sabia que para repor as gerações, as nossas mulheres deveriam estar a conceber, em média, 2,1 filhos e, neste momento, fica-se pelos 1,2 filhos?	663	41,4	851	53,2	87	5,4
Está disponível e em condições de dar o seu contributo para a reposição de gerações na sua região e, consequentemente, no seu país?	854	53,3	559	34,9	188	11,7
Sabia que, de acordo com o Inquérito à Fecundidade de 2013 do INE, as pessoas têm, em média, 1,03 filhos, pensam vir a ter 1,78 e desejam ter 2,3 filhos?	320	20,0	1136	71,0	145	9,1
Sabia que o efetivo das mulheres em idade fértil (15-49 anos) estará reduzido, segundo vários estudos, em 2040, a pouco mais de 1,7 milhões, menos 29,2% do que em 2010?	216	13,5	1243	77,6	142	8,9
Sabia que, de acordo com vários estudos, 51% das crianças em 2010 eram filhas de mães com menos de 30 anos e em 2040 serão apenas 26 a 27%?	320	20,0	1151	71,9	130	8,1
Acha que a “tábua de salvação” para a reposição de gerações está na atração e na integração de imigrantes?	277	17,3	965	60,3	359	22,4
Acha que em Portugal o mundo do trabalho não é para mulheres que usem engravidar?	607	37,9	720	45,0	274	17,1

Tabela 5.17. (cont.). Em relação às perguntas seguintes, indique-nos qual a sua opinião para cada uma delas

	Sim		Não		Sem opinião	
	N	%	N	%	N	%
Considera que a diminuição da população será um drama, ou será mais importante, para a viabilidade do país, a qualidade (em competência, em conhecimento, em dedicação e empenho) da população aqui residente, do que a sua quantidade?	603	37,7	418	26,1	580	36,2
O declínio da fecundidade será uma inevitabilidade?	609	38,0	573	35,8	419	26,2
Considera o decréscimo populacional irreversível?	327	20,4	991	61,9	283	17,7
Considera a falta de crianças um problema do denominado “Primeiro Mundo”?	782	48,8	475	29,7	344	21,5
O atual modelo de Estado Social, tal como hoje é concebido, está em risco de sobrevivência?	1036	64,7	216	13,5	349	21,8
Será a aposta na natalidade a solução para a sobrevivência do Estado Social, tal como hoje é concebido, sabendo-se que o envelhecimento demográfico prosseguirá?	826	51,6	307	19,2	468	29,2
Acha que a natalidade deveria ser vista como um “desígnio nacional”, sendo necessário um acordo sério de regime (pacto nacional), com responsabilidade transversal da sociedade, para se conseguir o equilíbrio geracional?	899	56,2	224	14,0	478	29,9
Conhece as propostas/projetos dos vários partidos políticos para aumentar o número de bebés em Portugal e apoiar as famílias?	241	15,1	1178	73,6	182	11,4
Sabia que, de acordo com várias projeções demográficas, mais de metade do território continental português poderá perder mais de um quarto da população nos próximos 25 anos (em 2040), com o interior cada vez mais despovoado e o litoral mais sobrecarregado – com a concentração, em 2040, de quase 80% da população do país?	518	32,4	885	55,3	198	12,4
Acha que os problemas demográficos do país em geral já não são resolúveis com meros incentivos à natalidade, mas com a atração simultânea de novos habitantes, de serviços que propiciem qualidade de vida e de empresas que ocupem quem se quer atra	654	40,8	536	33,5	411	25,7
Acha que o futuro do nosso país já aconteceu?	157	9,8	1083	67,6	361	22,5

Gráfico 5.4. Comparativo entre as opiniões de questões de interesse/âmbito geral



f) *Malgrado grande parte, também, considerar que “a aplicação de taxas moderadoras poderá levar a um desvio de mulheres para o aborto clandestino e não seguro”*

A maior parte concorda com a “aplicação de taxas moderadoras à Interrupção Voluntária da Gravidez”, mas, estranhamente, à questão “considera que a aplicação de taxas moderadoras poderá levar a um desvio de mulheres para o aborto clandestino e não seguro?”, também, parte substancial (47,8%) responde que “a aplicação de taxas moderadoras poderá levar a um desvio de mulheres para o aborto clandestino e não seguro”, enquanto 39,1% refere que não (Tabela 5.17). Parece, pois, haver, aqui, uma certa incoerência...

g) *O problema demográfico português é, para grande parte dos Alto Minhos, também um “problema fisiológico”*

À pergunta “com a população portuguesa cada vez mais envelhecida, acha que o problema demográfico é, também, um problema fisiológico?”, parte relevante das pessoas (43,8%) vai no sentido de considerar que sim, que o problema demográfico de Portugal, tendo em atenção o enorme envelhecimento populacional, acaba por ser um problema fisiológico, isto, apesar de uma percentagem significativa (29,2%) mencionar que não (Tabela 5.17).

h) *Maioria dos Alto Minhos quer contribuir para a reposição de gerações*

A maioria de respondentes (53,3%), quando questionada se “está disponível e em condições de dar o seu contributo para a reposição de gerações na sua região e, conseqüentemente, no seu país?”, garante a sua disponibilidade para cumprir tão importante desiderato, registando-se 34,9% de indisponíveis (Tabela 5.17).

i) *A maioria das pessoas do Alto Minho desconhece a atual realidade demográfica na sub-região e no país e as suas consequências*

À pergunta “sabia que, de acordo com o Inquérito à Fecundidade 2013, do INE, as pessoas têm, em média, 1,03 filhos, pensam vir a ter 1,78 e desejam ter 2,3 filhos?”, somente uma quinta parte dos inquiridos (20,1%) revela ter conhecimento dos resultados alarmantes do IF 2013 sobre a fecundidade no nosso país, sendo que 71,3% não tem qualquer conhecimento sobre a temática (Tabela 5.17).

O desconhecimento, por parte da grande maioria das pessoas, aplica-se, também, às respostas relativas à questão "sabia que o efetivo das mulheres em idade fértil (15-49 anos) estará reduzido, segundo vários estudos, em 2040, a pouco mais de 1,7 milhões, menos 29,2% do que em 2010?", onde, apenas, 13,6% dos inquiridos diz saber que tamanha redução poderá acontecer, ao passo que perto de 78% não tem qualquer conhecimento sobre o assunto (Tabela 5.17).

Sobre se "sabia que, de acordo com vários estudos, 51% das crianças em 2010 eram filhas de mães com menos de 30 anos e em 2040 serão apenas 26 a 27%?", novamente, apenas um quinto dos Alto Minhotos (20,1%) tem a percepção do cada vez maior adiamento da parentalidade (onde a idade média ao nascimento do primeiro filho em 2014 era de 30 anos, mais 4,5 anos do que em 1990). Sem esquecer que, atualmente, de acordo com vários estudos, a maioria dos portugueses já considerar qualquer idade abaixo da fasquia dos 30 anos como não propícia para ter filhos (Tabela 5.17).

j) A "panaceia" para a reposição de gerações não está na imigração

De acordo com o IFAM 2015/16, é reduzida a percentagem de homens e mulheres que vê como "tábua de salvação" para a reposição de gerações a atração e a integração de imigrantes", que se fica pelos 17,3%, ao passo que os que consideram que não ultrapassa os 60,3%, registando-se 22,4% que não tem qualquer opinião (Tabela 5.17).

l) Grande parte dos Alto Minhotos não considera que "em Portugal o mundo do trabalho não é para mulheres que ousem engravidar"

À questão sobre se "acha que em Portugal o mundo do trabalho não é para mulheres que ousem engravidar?", 38,1% considera que sim, que o mundo do trabalho (onde o tempo é um luxo e se trabalha demais) não facilita a vida a quem quer engravidar, dado que ainda recai sobre a mulher a conciliação dos filhos e das tarefas domésticas com o trabalho, ao passo que a maior parte (45,2%) não considera que "em Portugal o mundo do trabalho não é para mulheres que ousem engravidar" (Tabela 5.17).

m) *A maior parte dos Alto Minhotos considera que ter menos filhos representa mais oportunidades de sucesso para os que se tem, trocando o que consideram ideal pela qualidade da parentalidade*

À pergunta do IFAM 2015/16 se “considera que a diminuição da população será um drama, ou será mais importante, para a viabilidade do país, a qualidade (em competência, em conhecimento, em dedicação e empenho) da população aqui residente, do que a sua quantidade?”, 37,9% das pessoas consideram que sim, ao passo que 26,3% consideram que não, havendo a registar 35,8% que não tem opinião. Há, portanto, uma parte substancial que realça ser “preferível ter um só filho com mais oportunidades e menos restrições, do que ter mais filhos” (opção, como já demos destaque, com grande concordância dos inquiridos - com 40 %, - na parte relativa a “Atitudes e Valores), trocando o ideal pela qualidade da parentalidade, o que pode ser visto como uma das maiores condicionantes da transição para o segundo filho (Tabela 5.17).

n) *Parte substancial dos inquiridos considera que o declínio da fecundidade é inevitável...*

Sobre a pergunta “o declínio da fecundidade será uma inevitabilidade?”, a maior parte das pessoas (38,2%) concorda que sim, apesar dos 36% que consideram que o declínio da fecundidade ainda pode ser estancado (Tabela 5.17).

o) *Não considerando a grande maioria o decréscimo populacional como irreversível*

Já à questão se “considera o decréscimo populacional irreversível?”, apenas 20,5% das pessoas têm a perceção que o decréscimo populacional não vai parar, ao passo que a grande maioria (62,2%) não considera esse decréscimo irreversível (Tabela 5.17).

p) *Alto Minhotos pensam global e agem localmente...*

À pergunta “considera a falta de crianças um problema do denominado “Primeiro Mundo?”, metade das pessoas (49,7%) considera que sim, que a falta de crianças é um problema maior nas sociedades mais desenvolvidas, do qual, quer Portugal quer a Europa não estão alheios. Como já se tinha analisado, os inquiridos preocupam-se com o problema da sua sub-região ao se declararem, maioritariamente, disponíveis para agir e dar o seu contributo para a reposição

de gerações, não descurando as realidades demográficas que se passam noutras coordenadas geográficas (Tabela 5.17).

q) *Para a grande maioria de Alto Minhotos “o atual modelo de Estado Social pode estar em risco de sobrevivência”...*

Uma ampla maioria dos inquiridos (65%) considera que, se não se tomarem medidas imediatas para fazer face ao “inverno demográfico” que se verifica em Portugal, não tem quaisquer dúvidas que “o atual modelo de Estado Social, tal como hoje é concebido, estará em risco de sobrevivência.” (Tabela 5.17).

r) *Considerando a maioria que a “tábua de salvação” poderá passar pela “aposta na natalidade”...*

Para os Alto Minhotos, tendo em vista a atual realidade demográfica de Portugal - caracterizada pelo decréscimo dos volumes populacionais, por um continuado processo de envelhecimento demográfico e uma persistente tendência de declínio da fecundidade -, a aposta na natalidade é vista, por mais de 51%, como “a solução para a sobrevivência do Estado Social, tal como hoje é concebido, sabendo-se que o envelhecimento demográfico prosseguirá” (Tabela 5.17).

s) *Que, por isso, “deveria ser vista como um desígnio nacional”*

Não causando, por isso, estranheza que a maioria (56,4%) “ache que a natalidade deveria ser vista como um “desígnio nacional”, sendo necessário um acordo sério de regime (pacto nacional), com responsabilidade transversal da sociedade, para se conseguir o equilíbrio geracional” (Tabela 5.17).

t) *A larga maioria da população do Alto Minho afirma desconhecer as propostas dos partidos políticos para aumentar a natalidade em Portugal*

Segundo os resultados do IFAM 2015/16, uma ampla maioria (73,9%) afirma não “conhecer as propostas/projetos dos vários partidos políticos para aumentar o número de bebés em Portugal e apoiar as famílias” (ver Capítulo 3, nomeadamente o ponto 3.3.4 – “Resumo das principais propostas dos partidos políticos – vertidas nos programas eleitorais – para apoio à

natalidade”), registando-se apenas uma percentagem de 15,1 que diz conhecer essas propostas (plasmadas no ponto 3.3.5 do Capítulo 3º). Afigurando-se a existência de um enorme distanciamento entre os cidadãos e os partidos políticos, não vislumbrando, neste particular, a panaceia para resolver o problema da falta de bebés nos programas dos partidos políticos (Tabela 5.17).

u) Parte dos Alto Minhotos está consciente da continuação do esvaziamento populacional das regiões do interior e de uma concentração cada vez maior nas zonas do litoral, embora a maioria desconheça as várias projeções sobre o assunto

Parte significativa (32,5%) dos respondentes ao inquérito está consciente que o despovoamento do interior do país se vai agudizando a cada dia que passa e que, simultaneamente, as pessoas se vão concentrando mais nas zonas do litoral, levando a que o território português esteja cada vez mais “inclinado” para o mar. No entanto, à pergunta concreta “sabia que, de acordo com várias projeções demográficas, mais de metade do território continental português poderá perder mais de um quarto da população nos próximos 25 anos (em 2040), com o interior cada vez mais despovoado e o litoral mais sobrecarregado – com a concentração, em 2040, de quase 80% da população do país?”, a maioria (55,5%) dos inquiridos respondeu que não conhecia essas projeções sobre o “esvaziamento das regiões do interior e de uma concentração cada vez maior nas zonas do litoral” (Tabela 5.17).

v) Para os Alto Minhotos, a resolução dos problemas demográficos de Portugal exige uma solução global

De acordo com os resultados do IFAM 2015/16, para grande parte dos inquiridos (40,8%), “os problemas demográficos do país em geral já não são resolúveis com meros incentivos à natalidade, mas com a atração simultânea de novos habitantes, de serviços que propiciem qualidade de vida e de empresas que ocupem quem se quer atrair e uma política nacional de atração de imigrantes”, ideia que vai ao encontro da medida mais mencionada pelos responsáveis dos municípios portugueses, aquando do questionário por nós realizado, em 2014, sobre as medidas de incentivo implementadas e a implementar para enfrentar a redução da natalidade (Capítulo 4 do nosso estudo), que tinha sido “medidas concertadas e transversais, de longo prazo e de dimensão nacional, envolvendo Governo Central, Administração Local,

Instituições Sociais, Instituições de Ensino, Empresas e Sociedade Civil, são a solução” (Tabela 5.17).

Infere-se, também, que, para os Alto Minhotos, as medidas “isoladas/descoordenadas/desconexas” podem “animar”, momentaneamente, mas não serão o remédio para resolver este que é um dos problemas mais difíceis que o país poderá atravessar a longo prazo (Tabela 5.17).

Talvez por isso, os Alto Minhotos demonstrem esperança, quiçá, através de um *baby boom*, ao considerarem na sua grande maioria (68%) que, no que à demografia diz respeito, “o futuro do país ainda não aconteceu” (Tabela 5.17).

5.3. Análise cruzada e refinada entre idade e género

Após a análise geral dos dados, consideramos necessário e pertinente refinar algumas questões. Para isso, procedemos ao cruzamento de dados estatísticos sobre as variáveis idade e género entre os Alto-Minhotos. O objetivo é tentar perceber algumas *nuances* que em função dessas duas variáveis possam emergir, tanto nas representações sociodemográficas como ao nível das expectativas em torno do tema da natalidade e fecundidade.

Optamos, então, por dividir a variável idade em dois grupos: indivíduos com menos de 35 anos; e indivíduos com 35 ou mais anos. Esta divisão assenta na ideia de separação de gerações com diferentes posições contingenciais e diferentes expectativas sobre as questões da natalidade, fecundidade e demografia. Dividimos também os grupos por género, para fazer emergir diferenças sociológicas tradicionais. A ver vamos se este refinamento analítico nos permite, ou não, tirar conclusões proveitosas.

5.3.1. Sobre a questão fecundidades (filhos, família e conjugalidades)

Começamos, então, pela variável “filhos”, onde verificamos, desde logo, uma primeira diferença lógica: a resposta à questão “Para além dos filhos que tem ou teve, pensa vir a ter mais filhos?” (Tabela 5.18) encontra uma semelhança nas respostas entre géneros e grupos etários, colocando tanto indivíduos do sexo masculino como indivíduos do sexo feminino com menos de 35 anos com igual tendência para o «sim» (cerca de 40%) e indivíduos do sexo masculino e feminino com 35 ou mais anos com igual tendência para o «não» (cerca de 80%).

Tabela 5.18. Para além dos filhos que tem ou teve, pensa vir a ter mais filhos?

Grupo etário	Menos de 35 anos		35 ou mais anos		Teste	
	n	%	n	%	χ^2	p
Masculino					63,8	< 0,001
Sim	26	41,9	37	10,6		
Não	21	33,9	285	81,7		
Não sabe	15	24,2	27	7,7		
Feminino					48,8	< 0,001
Sim	33	38,8	26	11,3		
Não	36	42,4	190	82,3		
Não sabe	16	18,8	15	6,5		

Sobre o desejo do número de filhos biológicos a ter, as respostas ficam também simetricamente distribuídas por género e idade (Tabela 5.19): o desejo situa-se entre os dois e os três filhos. A única e ligeira *nuance* desta questão é que os indivíduos do sexo masculino com menos de 35 anos são mais veementes no número 2 do que no número 3, quando comparados com os indivíduos do sexo feminino.

Tabela 5.19. Quantos filhos desejaria ter ou ter tido?

Grupo etário	Menos de 35 anos		35 ou mais anos		Teste	
	n	%	n	%	χ^2	p
Masculino					25,0	0,003
Nenhum	26	7,4	18	4,1		
1	42	12,0	38	8,7		
2	198	56,7	222	50,7		
3	63	18,1	108	24,7		
4	16	4,6	31	7,1		
5 ou mais	4	1,1	21	4,8		
Feminino					3,3	0,854
Nenhum	23	5,6	13	4,2		
1	47	11,5	37	11,9		
2	208	50,7	170	54,5		
3	105	25,6	74	23,7		
4	17	4,1	14	4,5		
5 ou mais	10	2,4	4	1,3		

Sobre as expectativas em relação a ter filhos adotados (Tabela 5.20), parece haver, ainda que de modo ligeiro, uma maior sensibilidade para essa possibilidade entre o sexo feminino, quer entre as mulheres com menos de 35 anos, quer entre as mulheres com 35 ou mais anos – isto quando comparado com os indivíduos do sexo masculino.

Tabela 5.20. Pensa vir a ter filhos adotados?

Grupo etário	Menos de 35 anos		35 ou mais anos		Teste	
	n	%	n	%	χ^2	p
Masculino					101,8	< 0,001
Sim	27	7,1	8	1,8		
Não	194	50,9	377	83,4		
Não sabe	160	42,0	67	14,8		
Feminino					69,9	< 0,001
Sim	49	11,6	13	4,1		
Não	200	47,3	248	77,5		
Não sabe	174	41,1	59	18,4		

5.3.2. Sobre atitudes e valores

No que concerne à parte das atitudes e valores gerais presentes no nosso inquérito, selecionamos três posicionamentos que permitem revelar algumas variantes. Aqui encontramos diferenças não tanto entre gerações mas mais antes entre géneros.

Por exemplo, em relação à afirmação “Uma mulher pode criar um filho sozinha sem querer ter uma relação estável” (Tabela 5.21), existe uma maior propensão por parte do sexo feminino para concordar plenamente do que entre os indivíduos do género masculino.

Em relação à afirmação “Uma criança precisa de viver com o pai e a mãe para crescer equilibrada” (Tabela 5.21), nota-se também, ainda que com menor veemência, uma diferença entre o género masculino e o género feminino, onde as mulheres, tanto mais novas como mais velhas, parecem concordar com esta afirmação menos do que os homens.

Sobre a afirmação “É preferível ter só um filho com mais oportunidades e menos restrições, do que ter mais filhos” (Tabela 5.21), os mais jovens, neste caso tanto homens como mulheres, estão mais de acordo do que os indivíduos de ambos os géneros com 35 ou mais anos.

Tabela 5.21. Atitudes e valores – conteúdo geral

Sexo	Grupo etário	Menos de 35 anos		35 ou mais anos		Teste	
		Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	t	p
Masculino							
	Uma mulher pode criar um filho sozinha sem querer ter uma relação estável.	3.65	1.12	3.58	1.27	0.84	0.399
	Uma criança precisa de viver com o pai e a mãe para crescer equilibrada.	3.20	1.36	3.43	1.38	2.39	0.017
	É preferível ter só um filho com mais oportunidades e menos restrições, do que ter mais filhos.	3.08	1.35	2.94	3.08	1.45	0.148
Feminino							
	Uma mulher pode criar um filho sozinha sem querer ter uma relação estável.	3.91	1.12	4.15	1.03	3.00	0.003
	Uma criança precisa de viver com o pai e a mãe para crescer equilibrada.	2.89	1.38	2.99	1.44	0.98	0.326
	É preferível ter só um filho com mais oportunidades e menos restrições, do que ter mais filhos.	3.14	1.32	2.89	1.42	2.43	0.015

5.3.3. Sobre incentivos à natalidade

Na análise cruzada entre idade e género no que concerne à relação entre natalidade e incentivos, encontramos diferenças entre géneros e entre gerações mas apenas no que toca à força das intenções, e não à intenção em si. Nas diferenças entre géneros nota-se uma maior sensibilidade por parte das mulheres, no grupo com menos de 35 anos, sobre a necessidade de se incentivar a natalidade. Nas diferenças entre idades, os homens com 35 ou mais anos, por seu turno, demonstram maior sensibilidade do que os mais jovens (Tabela 5.22).

Tabela 5.22. Acha que a natalidade deve ser incentivada?

Sexo	Grupo etário	Menos de 35 anos		35 ou mais anos		Teste	
		n	%	n	%	χ^2	p
Masculino						5,6	0,061
	Sim	295	80,6	378	86,7		
	Não	25	6,8	22	5,0		
	Não sabe	46	12,6	36	8,3		
Feminino						3,4	0,179
	Sim	359	91,8	254	87,6		
	Não	12	3,1	12	4,1		
	Não sabe	20	5,1	24	8,3		

Sobre o cruzamento relativo à percepção entre a ação do executivo municipal para enfrentar a redução da natalidade, os indivíduos do sexo feminino revelam maior clarividência face aos incentivos autárquicos do que os indivíduos do sexo masculino. O sexo masculino demonstra estar menos atento a essa questão e o grupo de indivíduos com 35 ou mais anos está mais atento do que o grupo de indivíduos com menos de 35 anos (Tabela 5.23).

Tabela 5.23. O seu município adotou, nos últimos anos, medidas de apoio para enfrentar a redução da natalidade?

Grupo etário	Menos de 35 anos		35 ou mais anos		Teste	
	n	%	n	%	χ^2	p
Masculino					10,0	0,007
Sim	45	11,7	77	16,8		
Não	67	17,5	104	22,8		
Não sabe	271	70,8	276	60,4		
Feminino					11,9	0,003
Sim	71	16,7	74	23,0		
Não	80	18,9	81	25,2		
Não sabe	273	64,4	167	51,9		

Sobre a avaliação das medidas de apoio dadas pelo município, verifica-se que há uma tendência clara para uma resposta positiva, embora com maior veemência por parte das mulheres – até porque, como já vimos, mostram mais atenção em relação à questão (Tabela 5.24).

Tabela 5.24. Que avaliação faz dessas medidas de apoio concedidas pelo seu município?

Grupo etário	Menos de 35 anos		35 ou mais anos		Teste	
	n	%	n	%	χ^2	p
Masculino					0,4	0,830
Positiva	37	82,2	63	82,9		
Negativa	1	2,2	3	3,9		
Sem opinião	7	15,6	10	13,2		
Feminino					0,5	0,769
Positiva	63	88,7	63	87,5		
Negativa	3	4,2	2	2,8		
Sem opinião	5	7,0	7	9,7		

5.3.4. Sobre questões de interesse/âmbito geral

Na análise cruzada relativa às questões de interesse/âmbito geral, encontramos alguns dados curiosos.

O primeiro cruzamento, que relaciona as razões de baixa natalidade com a idade e o género, revela bastante homogeneidade entre as respostas, apenas com uma diferença significativa relativamente à percentagem de mulheres, com 35 ou mais anos, que insistem mais na ideia de que a baixa da natalidade se deve a razões de foro pessoal e privado (Tabela 5.25).

Sobre as razões invocadas para justificação dos principais problemas demográficos no Alto Minho, é de realçar que não existem diferenças consideráveis nem na comparação de géneros nem na comparação de gerações. Todavia, os indivíduos do sexo feminino incidem, de modo mais veemente, em comparação sobretudo com os indivíduos do sexo masculino com menos de 35 anos, na opção “falta de nascimentos” (Tabela 5.26).

Tabela 5.25. Razões de baixa natalidade

Sexo	Grupo etário	Menos de 35 anos		35 ou mais anos	
		n	%	n	%
Masculino					
	Deve-se a razões económicas (falta de políticas públicas de incentivo à natalidade)	333	86,3	395	86,1
	Deve-se a razões do foro pessoal e privado	101	26,2	109	23,7
	Deve-se a razões culturais e de mentalidade	80	20,7	89	19,4
	Deve-se a outras razões	7	1,8	20	4,4
Feminino					
	Deve-se a razões económicas (falta de políticas públicas de incentivo à natalidade)	375	88,0	272	84,2
	Deve-se a razões do foro pessoal e privado	127	29,8	107	33,1
	Deve-se a razões culturais e de mentalidade	79	18,5	43	13,3
	Deve-se a outras razões	10	2,3	10	3,1

Tabela 5.26. Principal problema demográfico no Alto Minho

Sexo	Grupo etário	Menos de 35 anos		35 ou mais anos		Teste	
		n	%	n	%	χ^2	p
Masculino						8,2	0,042
	A falta de nascimentos.	91	27,7	142	35,9		
	O envelhecimento populacional.	163	49,5	188	47,5		
	O número elevado de emigrantes (residentes que saíram do país).	72	21,9	65	16,4		
	O número reduzido de imigrantes (pessoas provenientes de outros países).	3	0,9	1	0,3		
Feminino						1,3	0,718
	A falta de nascimentos.	117	32,5	93	34,4		
	O envelhecimento populacional.	180	50,0	127	47,0		
	O número elevado de emigrantes (residentes que saíram do país).	62	17,2	50	18,5		
	O número reduzido de imigrantes (pessoas provenientes de outros países).	1	0,3	0	0,0		

Sobre a questão da inevitabilidade do declínio da fecundidade (Tabela 5.27), os indivíduos do sexo feminino revelam-se mais pessimistas do que os indivíduos do sexo masculino, e em ambos os grupos etários. Isto acontece devido ao tal desfasamento entre os desejos no número de filhos (que se situam entre os 2 e os 3 filhos) e a atual realidade nacional e alto-minhota (que ronda os valores de 1,5 filhos).

Tabela 5.27. É o declínio da fecundidade uma inevitabilidade?

Grupo etário	Menos de 35 anos		35 ou mais anos		Teste	
	n	%	n	%	χ^2	p
Sexo						
Masculino					12,3	0,002
Sim	125	32,6	163	35,4		
Não	138	35,9	200	43,5		
Sem opinião	121	31,5	97	21,1		
Feminino					3,0	0,221
Sim	173	40,6	148	46,0		
Não	144	33,8	91	28,3		
Sem opinião	109	25,6	83	25,8		

Sobre a problemática do modelo do Estado Social poder estar em risco, os indivíduos do sexo masculino confessam-se menos otimistas do que as mulheres. No entanto, os indivíduos dos grupos etários mais baixos repartem mais essa opinião do que os mais velhos, quer entre homens como entre mulheres (Tabela 5.28).

Tabela 5.28. Modelo de Estado Social em risco?

Grupo etário	Menos de 35 anos		35 ou mais anos		Teste	
	n	%	n	%	χ^2	p
Sexo						
Masculino					16,4	< 0,001
Sim	242	63,0	336	72,9		
Não	50	13,0	64	13,9		
Sem opinião	92	24,0	61	13,2		
Feminino					15,4	< 0,001
Sim	244	57,3	214	66,5		
Não	52	12,2	50	15,5		
Sem opinião	130	30,5	58	18,0		

5.3.5. Em síntese

Encontramos, entre gerações e entre géneros, de um modo genérico, algumas diferenças que importa destacar, reveladoras das diferenças psicossociológicas relativas em algumas atitudes, expectativas e comportamentos de género e de geração. Se todos os detalhes aqui revelados podem ser explicados por um tipo de lógica social, é no entanto necessário dar conta deles – porque as subscreve e porque as institui. O facto do grupo de indivíduos com 35 ou mais anos,

sobretudo as mulheres, estarem mais atentas ao fenómeno da natalidade é causa e consequência da experiência de vida acumulada, quer enquanto agentes sociais de mudança como mães que foram e que, na maioria dos casos, tiveram acesso à bateria de informações sobre os vários sistemas de incentivos.

Do mesmo modo que percebemos maiores preocupações entre os mais jovens no que concerne à relação entre a vida profissional e o ser mãe/pai. A mesma lógica social volta a imperar: os mais velhos, ou porque já foram progenitores ou porque já estabilizaram profissionalmente, estão menos preocupados com essas questões.

Todavia, do ponto de vista sociológico, é importante referir as diferenças de estilos de vida que algumas questões parecem indiciar. E esses indícios devem-se às diferenças de expectativas por diferentes gerações. As teorias da família que se debruçam sobre as questões das expectativas sociais relativamente à constituição de família há muito que se focam sobre o impacto da socialização primária, no seio da família, na mentalidade dos futuros pais. A obsessão pelo bem-estar individual transparece sobretudo nas gerações mais jovens precisamente por causa de tais processos de socialização. Diante destes dados, isso é perceptível.

No entanto, assoma a preocupação sobre o cenário da natalidade. Com maior ou menor incidência, ambos os grupos analisados revelam um conhecimento assinalável sobre as consequências do fenómeno.

5.4. Considerações finais

Comprovamos, após a análise de resultados ao inquérito por nós aplicado, algumas problemáticas que precisam de ser reforçadas analiticamente.

Em primeiro lugar, sobre os constrangimentos. Verificam-se, entre os entrevistados, três tipos de constrangimentos que condicionam a problemática da natalidade. A saber: constrangimentos de ordem social; constrangimentos de ordem cultural; e constrangimentos de ordem económico-financeira, para além dos constrangimentos de ordem política que, aqui e ali, vão emergindo.

Os constrangimentos de ordem social revelam-se mormente no domínio dos arquétipos que abrangem os atuais estilos de vida. Desde cedo que os processos de socialização encaminham o indivíduo para um minimalismo grupal e um maioritaríssimo foco no Eu e na carreira individual, académica e profissional. Um forte apelo a uma segmentação temporal das fases da vida adulta atiram a questão de ser mãe ou pai para uma idade cada vez mais tardia, indo ao encontro de um certo egoísmo contemporâneo.

Os constrangimentos de ordem cultural derivam das práticas sociais que se vão instalando e solidificando, de que a cultura é, como diria Georg Simmel, um mero efeito de repetição e reprodução, objetivas e subjetivas. Se as fases do adulto são pautadas por tempos culturalmente bem definidos (tempo de estudo, tempo de carreira, tempo de constituição de família, opção qualitativa de vida em substituição da quantitativa), tais temporizações e hierarquizações colocam a questão da parentalidade para um plano não inferior mas dependente da ultrapassagem das primeiras etapas.

Assim se comprova quando ligamos os constrangimentos de ordem social e cultural aos constrangimentos de ordem económico-financeira. O ideal-tipo da atual sociedade portuguesa em geral, e da Alto-Minhota em particular, salvo raras exceções (cada vez mais raras) obedece ao esquema: escola-universidade-trabalho-família-filhos. Ora, como há um entupimento no sistema motivado por dificuldade de acesso a trabalho e carreira profissional estável, o projeto seguinte fica condicionado e condiciona o projeto imediatamente a seguir. Quebra-se o ciclo. Matam-se sequências. E a opção filhos, no fim da linha adulta, é a componente mais sacrificada.

Até porque tudo está ligado: se hoje é tempo de privilegiar a qualidade em detrimento de quantidade, como se pode dar qualidade sem se assegurar o principal financiador da qualidade – o capital financeiro?

Não há dúvida de que, conscientemente, uma esmagadora maioria dos nossos inquiridos sublinha que tem vontade de contribuir para a reposição de gerações, quando confrontado com a questão. Ser pai ou mãe, tal como o pai ou a mãe que nos criou, é ainda um dos maiores arquétipos da humanidade – por eles fomos criados, educados, acarinhados, formados, apessoados. Não obstante, a tendência crescente de individualização do indivíduo moderno coloca o arquétipo mãe/pai diante de outras escolhas. Escolhas essas que anulam os efeitos quantitativos existentes nos incentivos que, aqui e ali, vão, às vezes demasiado avulsos, surgindo.

Seria pior sem os incentivos? Certamente. Mas a tendência é a mesma: porque é de um estilo de vida, uma cultura no sentido lato do termo, que se fala quando se problematiza sobre as questões de natalidade/fecundidade. O tempo em que a religião católica, no caso português, vagueava pelas preocupações dos portugueses e apontava a ideia de que estamos no mundo somente para procriar, há muito que fora banida das consciências individuais. A escola, a ciência, os meios de informação e comunicação e os processos de socialização associados a esses agentes de socialização estão em toda a parte a indicar uma outra filosofia: mais individualista, mais hedonista, mais de curto prazo, mais nómada.

Não serão tanto os apoios, o seu conhecimento ou desconhecimento, a preocupação com o equilíbrio ou desequilíbrio dos sistemas de segurança social ou o futuro do Estado-Nação que irão decidir quantos filhos ter ou a vontade de os ter ou não ter. É muito mais a cultura, aliada aos estilos de vida e recalcada pelas condições económico-financeiras que sustentam as pirâmides nacionais. Esta é a nossa maior conclusão, aliada à ideia de que se localmente faltassem apoios tudo seria muito pior.

Por fim, importa questionar: para quem ou para o quê é um drama a diminuição da população? O clube de Roma defendia, na década de sessenta, o problema do crescimento demográfico mundial e o desgaste imposto pelos humanos ao planeta. Esta visão era uma espécie de defesa ambiental e da sustentabilidade. Não obstante o debate sobre estas questões da natalidade e do crescimento demográfico coloca-nos a pensar num espaço temporal de duas ou três gerações para analisar ou permitir analisar se haverá ou não futuro nos sistemas socioeconómicos nacionais. É, portanto, um debate focado num modelo socioeconómico que, à

luz do que hoje sabemos, desejamos manter por não conhecermos outro que esteja testado e que nos ofereça uma ideia de futuro seguro como este o faz. O problema é que esta é uma problemática que vai além da sustentabilidade ambiental e da sustentabilidade socioeconómica. Esta é uma vicissitude que toca nas extremidades da ecologia e da filosofia e só com mediação e bom senso entre ambos os polos se poderá discutir serenamente. Se o Ocidente em geral, Portugal em particular e o Alto Minho, especificamente, tendem para uma espécie de «zero filhos», porque não pensar que os altos valores de natalidade em países subdesenvolvidos podem vir a equilibrar aquilo que a “Gaia” (Geia ou Gé, na mitologia grega, Gaia é o nome da deusa da Terra, companheira de Urano – Céu - e mãe dos Titãs - gigantes. Gaia é a personificação do planeta Terra, representada como uma mulher gigantesca e poderosa) precisa? Porque não ver nesse ajuste um verdadeiro humanismo ecosófico necessário para reorganizar as nossas necessidades enquanto espécie bem como, simultaneamente, as necessidades da sustentabilidade planetária? Ficam as questões. Sobram as dúvidas.

Através deste ponto, responde-se ao terceiro objetivo geral, sustentando a sexta e sétima hipótese de partida:

Sexta hipótese

Infere-se que a baixa natalidade verificada no Alto Minho se deve a razões económicas e financeiras, mas também a razões de índole cultural e de mentalidade, bem como do foro pessoal e privado, verificando-se, sobretudo nos últimos tempos, uma mudança de mentalidade nos alto minhotos – em que se troca o que se considera ideal pela qualidade da parentalidade, considerando que é preferível ter um só filho com mais oportunidades e menos restrições, do que ter mais filhos.

Sétima hipótese

A tendência de queda da natalidade no Alto Minho, malgrado vir de há várias décadas, acentuou-se com a crise que se tem vindo a sentir no país (desde 2009) e, em particular, na região, dado que os potenciais jovens pais que estão no desemprego ou numa situação profissional instável adiam a sua decisão ou nunca serão pais, e, se o forem, a gravidez vai-se protelando e terão não dois filhos ou mais, mas apenas um.

Conclusão

Após a análise aos dados recolhidos, e em função dos objetivos traçados e das hipóteses delineadas, vamos tentar sintetizar, articulando com as teorias sociológicas da família, os principais fenómenos associados à questão demográfica no Alto Minho e responder, de modo conclusivo, às múltiplas questões sociais levantadas pelas diversas causas e consequências inerentes às variáveis em estudo.

As teorias sociológicas da família têm, em geral, sobretudo a partir da sistematização teórica arquitetada por Talcott Parsons, um ponto em comum: a família é um poderoso agente de socialização. Para a criança, é o primeiro e um dos mais decisivos. Logo, o modo como está organizada uma família, a estrutura de que é composta, as relações sociais que mantém, as funções que desempenha, passam, uma por uma, pelo filtro psicossociológico dos que nela crescem e nela se desenvolvem, determinando linhas e pontos de partida para aquilo que será a vida futura da criança.

Quer isto dizer que, independentemente do enfoque que queiramos colocar sobre um determinado fenómeno social, a família já se pronunciou, muito antes de sequer refletirmos sobre todas estas questões, sobre aquilo que a criança, em breve adulta, está ou irá fazer.

Ora, isto significa que os primeiros estudos sociológicos sobre a família, revelaram-se certos e anteviam as dificuldades na abordagem a uma série de questões associadas à problemática aqui em estudo, na medida em que ao se considerar cada núcleo familiar como uma fonte de forças sobre o indivíduo, esse mesmo indivíduo estaria sujeito à repetição de muitos comportamentos e pensamentos mas também sujeito às subtis diferenças impostas por cada núcleo familiar ao meio envolvente e aos seus respetivos membros. Ou seja, um certo “familiocentrismo individualizado” pode, facilmente, toldar a visão do mais atento dos observadores sociais se a atenção não for máxima.

Queremos com isto sugerir que a escolha pela análise às diferentes ordens de grandeza relativamente ao “estado da arte” – natalidade do Mundo para a Europa, da Europa para Portugal e de Portugal para o Alto-Minho – teve como intuito abrir horizontes para que não ficássemos retidos num localismo intelectual, demonstrando assim as várias dimensões da

complexidade do fenómeno em questão quando se fala de demografia, de natalidade e de todo o tipo de questões sociais relacionadas. Ou seja: estamos no cerne do «umbigo do humano» e, por si só, trata-se daquilo a que Marcel Mauss apelidou de «fenómenos sociais totais»: falar de dinâmicas familiares e demográficas é falar de tudo aquilo que é essencial ao humano: ser, estar, saber, viver. Como diria este autor:

“Nestes fenómenos sociais totais, como propomos chamar-lhes, exprimem-se ao mesmo tempo, e de uma só vez, todas as espécies de instituições: religiosas, jurídicas e morais – e estas políticas e morais ao mesmo tempo; económicas – e estas supõem formas particulares da produção e do consumo.” (Mauss, 2001: 52).

Não obstante toda esta complexidade, quisemos, numa primeira fase, mostrar o mundo de diferenças no que concerne aos fenómenos demográficos pelo mundo, realçando, por um lado, o desequilíbrio entre as várias regiões quanto à relação entre nascimentos e mortalidade, e quanto aos estilos de vida e estádios de desenvolvimento que influenciam as taxas de natalidade e os comportamentos na composição familiar.

Concluimos, desde já, o seguinte: que em função do estágio civilizacional em que cada região do Mundo se encontra, existem diferenças significativas quanto à quantidade e à qualidade no que toca à organização sociodemográfica: países subdesenvolvidos com uma pujança de fecundidade excessiva; países industrializados com um abrandamento acelerado na fecundidade (uma quase paragem, em termos comparativos).

A questão é: que quer isto dizer verdadeiramente? De uma só vez podemos sintetizar: nós, humanos, movemo-nos como seres em permanente contingência. Em função da contingência envolvente, caímos, salvo raras exceções, naquilo a que os mais poderosos agentes de socialização (lá está, a família – mas também os centros de poder) ditam: o discurso e a ação são favoráveis à natalidade se essa for a contingência social dominante; o discurso e a ação são desfavoráveis à natalidade se essa for a contingência social dominante. Contingência como resultado de uma síntese sempre cultural.

Percebemos, pois, que no Ocidente em geral (países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento) e na Europa em particular (a velha Europa e o seu tique de querer conquistar o mundo pela vontade da propagação), os hábitos, os estilos de vida e as expectativas pessoais e sociais encontram-se em confronto diante das suas próprias estratégias e estruturas (económicas, políticas e até religiosas). Quer dizer: por um lado, em todos os grandes agentes

de socialização do Ocidente (família, escola, meios de comunicação de massa, trabalho) se recebem incentivos para uma vida ponderada, equilibrada, sustentável e lógica para suportar as agruras da contingência atual; por outro, a médio e longo prazo, se esses estilos de vida, hábitos e expectativas perdurarem, irão acabar por destruir os próprios ideais económicos, políticos e até religiosos que fundaram estas mesmas sociedades Ocidentais – na vertente económica, o fim do estado social no modo como está atualmente concebido; na vertente política, no que toca aos ideais de liberdade e de escolha; e na vertente religiosa, no que concerne às matrizes da procriação e da sua relação com o divino.

Se a isto acrescentarmos a já denominada «explosão demográfica» que ocorre noutras partes do mundo (sobretudo Ásia e África), fica confuso todo aquele que, por um lado, ouve e vê no telejornal a crítica ao problema da falta de bebés no Ocidente e que, por outro lado, lhe é sugerida a ideia de que o mundo tem gente a mais para os recursos existentes. Mais: fica sem saber se deve ficar do lado da fecundidade mínima e altamente controlada ou se deve pugnar pela ideia de liberdade de escolha e de ação individual (sobretudo nos países subdesenvolvidos). Trata-se, portanto, de um dilema do género: escolhe-se a casa próxima (a «Oikos» como diriam os gregos) ou a Terra-Mãe (o Planeta)?

Ora, esta questão deve inquietar-nos. Existe uma necessidade de conciliação epistémica. Se formos partidários da ideia de que o mundo deverá ser o resultado da contingência mais próxima, então diríamos que deveremos pugnar pela resolução dos problemas sociais que a falta de bebés provoca *in loco*; se, pelo contrário, formos pela Terra-Mãe no seu todo, deveremos pugnar pela redução da população mundial, sabendo que as previsões do crescimento demográfico a cem anos nos apontam para o fim dos recursos naturais para fazer face às necessidades biológicas e sociais da nossa espécie.

Aliás, não foi por acaso que, em agosto de 2015, foi firmado em Paris um ambicioso acordo em que representantes de 195 países se comprometeram a um *esforço coletivo para conter o aquecimento global a um aumento de 1,5°C em relação ao período pré-industrial*. Ora, segundo um estudo elaborado por Joel Guiot e Wolfgang Cramer, do Centro de Investigação Científica Francês, publicado na revista *Science*, no final de outubro de 2016, se não for invertido o atual ciclo de aquecimento global, a Península Ibérica poderá transformar-se num deserto até ao ano 2100, transformando-se Portugal num país desértico em larga porção do seu território, isto se nada for feito para combater este fenómeno das alterações climáticas. Assim sendo, é fundamental encontrar equilíbrio nas diversas posições para que o futuro próximo

pareça mais simpático. Como finamente referiu o Padre António Vieira, “Nem todos os futuros são para desejar, porque há muitos futuros para temer.”

Não querendo descurar nenhuma das duas perspetivas, olhando, portanto, para o cenário local mas com a atenção necessária sobre a perspetiva global, parece-nos fácil concluir que no plano nacional em geral e no plano do Alto Minho em particular, é espontâneo perceber que os estilos de vida, os hábitos, as tendências e as expectativas tendem para uma difícil situação social, sem dúvida menorizada pelas ações políticas nacionais e locais mas ainda assim insuficientes para um futuro próspero na região, no que à demografia diz respeito. E isto é a resposta ao primeiro objetivo: a curva descendente dos índices de fecundidade, em Portugal como no Alto Minho, continuará a seguir o seu caminho até ao limite mínimo. Isto é, até que a vontade própria, em geral mínima, diga-se, em se querer ser mãe/pai prevaleça. Tal como analisamos, os vários fatores que permitem jogar o tabuleiro da racionalidade que dita ter ou não um filho serão crescentemente ponderados e apontarão para o *mainstream* da cultura atual: um estilo de vida com base em ideias de qualidade de vida individual, centrados num certo individualismo consumista, privilegiando tendencialmente mais o ego do que o altruísmo. E isto não se trata sequer de uma crítica, mas antes de um modo de ser, pensar e agir que se foi apoiando e propagando, após a revolução industrial, nos ideais de felicidade e segurança de uma «cultura-mundo» (Lipovetsky, 2010), mais ou menos homogénea entre os pares que habitam no Ocidente. E nisso o Alto Minho, uma comunidade que tal como as demais está igualmente ligada aos poderosos agentes de socialização (meios de comunicação de massa, redes sociais digitais, escola urbana e famílias sensíveis), não fugirá a essa regra: famílias com múltiplas derivações e orientações mas geralmente muito pouco numerosas – ainda que seja uma região fortemente marcada por valores conservadores e tradicionais.

Contudo, colocando a visão no global, e mantendo um certo equilíbrio entre os ideais vigentes e as necessidades impostas pelas estruturas socioeconómicas que necessitam dos seus alimentos (que é a existência de população em medida suficiente), talvez seja tempo de se aprender com boas práticas no que a repovoamento diz respeito.

Existem exemplos que começam a dar resultado. É o caso de Gangi, situada na Itália, uma pequena vila tal como as pequenas vilas do Alto Minho. Fica no centro da Sicília e conta com menos de dez mil habitantes. Para contrariar o despovoamento, a autarquia de Gangi decidiu oferecer casas a quem as quiser restaurar e instalar-se na localidade. O resultado está hoje à vista: segundo o jornal *New York Times*, vários estrangeiros de todo o mundo já responderam à

oferta e decidiram ficar em Gangi, que pretende, acima de tudo, contrariar o despovoamento causado por muitos anos de emigração – tal como acontece atualmente no Alto Minho.

Como fez Gangi? Primeiro, criou legislação para ficar proprietária dos imóveis. Depois, ofereceu as suas casas vazias a quem as quis ocupar. Mas com contrapartidas. As casas estavam abandonadas há várias décadas e muitas precisavam de obras profundas. Quem ficou com as propriedades teve quatro anos para fazer os trabalhos de recuperação e tornar as casas habitáveis. Não ficou necessariamente barato, mas provavelmente saiu bem mais em conta do que comprar ou fazer uma casa nova.

Ou seja: isto é um exemplo de como pensar localmente para fazer mobilizar globalmente.

A uma escala mais alargada, o mesmo se pode dizer em relação a Auvergne, região situada no maciço central francês, onde predominam as montanhas e os planaltos (comparável a algumas regiões do interior português, a qual, no ano de 1886, chegou a contar com cerca de 1,5 milhões de habitantes, mas em 1954 já só tinha 1,2 milhões, sobretudo em virtude do êxodo rural do século XIX e das duas Grandes Guerras no século XX, tendo a situação demográfica melhorado, entre 1954 e 1982, nomeadamente graças à emigração para França, sobretudo de portugueses, apesar da taxa de natalidade e do saldo migratório da região serem inferiores à média nacional. Auvergne teve, entre 1982 e 1999, em consequência das políticas da então CEE, com as propriedades agrícolas a se concentrarem e mecanizarem, o segundo grande êxodo rural, em que continuava a morrer mais gente do que a nascer e a sair mais do que a entrar), que, depois de mais de duas décadas a perder população, decidiu dar prioridade ao repovoamento.

Como fizeram em Auvergne? Em 2005, perante projeções catastróficas do Instituto Nacional de Estatística Francês e com a vontade expressa pelos cidadãos, o Conselho Regional de Auvergne (que tinha, desde o ano de 2004, organizado reuniões por toda a região para perceber o que era prioritário para os cidadãos, e em todo o lado se pedia solução para o problema do esvaziamento das aldeias, o seu envelhecimento abrupto e o desaparecimento do mundo rural) criou uma Agência Regional de Desenvolvimento dos Territórios de Auvergne. Hoje, é através deste organismo, que, sob a orientação de Pascal Guittard, peritos de várias áreas desenvolvem programas para atrair pessoas, estruturar ofertas, formar e monitorizar agentes territoriais.

Auvergne está a acolher à volta de 17 mil novos residentes por ano e isso é o corolário, sobretudo, das campanhas provocatórias que fizeram sobre o quanto é mau viver em Paris e o

quanto é bom viver em Auvergne. O campo tornou-se apetecível, mas a batalha de Auvergne não seria ganha se os responsáveis da região tivessem desinvestido nos serviços de proximidade, porque senão não se poderia “vender” como a segunda região de França em qualidade de vida e em serviços de proximidade com cem por cento de cobertura de banda larga e taxa de desemprego abaixo da média. Em, apenas, seis palavras: “ninguém se muda para o deserto.”

O sucesso de Auvergne deve-se a um plano de marketing territorial fortemente dinamizado na Internet, porque para atrair pessoas, segundo o responsável de marketing territorial e emprego da Agência, Gérard Lombardi, são necessárias respostas integradas, sobretudo a aposta no ecoturismo, e, “pelo menos três coisas: primeiro, temos de dizer: venham! Segundo, temos de ter algo para oferecer; terceiro, temos de ajudar a fazer acontecer.”

Existem, pois, tal como mencionamos acima, boas práticas que neste e noutros sentidos pretendem resolver esta contingência local de modo mais integrado e benéfico para todos. O facto, por exemplo, de Melgaço não estar a conseguir sustentar a baixa taxa de natalidade e o despovoamento não significa que as ações políticas locais não tenham tido impacto sobre a dinâmica demográfica. Ou seja, coloquemos a questão ao contrário: e se nada tivesse realmente sido feito por aquela autarquia? Como estaria hoje esse concelho?

Os vários incentivos à natalidade cedidos pelos municípios portugueses em geral (entrevista por questionário aos municípios portugueses sobre medidas adotadas e a adotar para enfrentar a redução da natalidade – 2014), e do Alto Minho em particular (a questão política na problemática da natalidade!), permitem que o cenário seja o menos dramático possível. Esta é a nossa tese. Percebemos, durante este estudo, como os incentivos locais são encarados pelos entrevistados (inquérito por questionário à fecundidade no Alto Minho 2015/16), como “coisas positivas” e capazes de encorajar, ainda que não totalmente, é certo, a questão da natalidade.

É óbvio que os vários constrangimentos contingentes (a questão social, cultural e económica) – desemprego, emprego precário, crise económica, emigração, migrações internas para os grandes centros urbanos, política de baixos salários, estilos de vida que privilegiam a carreira ou a qualidade de vida individual diante da escolha de ter um filho, entre outros – são fatores que condicionam os portugueses em geral e os alto minhotos em particular. Percebe-se que quer o envelhecimento populacional como a falta de nascimentos coloca no horizonte mental dos entrevistados nuvens de sobressalto sobre o tema do futuro da região. E faz sentido: já todos perceberam que o modelo socioeconómico assente nas contribuições das classes trabalhadoras para um Estado Social dificilmente se coaduna com taxas de fecundidade tão

baixas, deixando os entrevistados com sérias dúvidas quanto ao futuro individual e social da região e do país.

Colocar a questão pela perspectiva de que o declínio da fecundidade é uma inevitabilidade é, pois, uma ingratidão diante de pessoas conscientes dos problemas, de estruturas sociais que atualmente nos organizam e de agentes de socialização que na nossa contingência nos guiam. Um estilo de vida que, tal como Richard Sennett concluiu, está assente numa ideia de tempo não linear, extremamente flexível e coberto de riscos não calculados e imprevisíveis (expressão de Ulrich Beck) que nos deixam com demasiadas incertezas ao contrário da atmosfera de certeza que se vivia em meados do século passado, dificilmente aceita inevitabilidades mas também dificilmente dá certezas quanto ao futuro da região e da sua demografia. Sente-se, hoje, que há alguma esperança nos entrevistados deste estudo, mas uma esperança muito comedida porque o tempo das certezas iluministas já lá vai.

Agora, com os movimentos migratórios erráticos que estão a acontecer devido aos diversos focos de conflito, mais importante do que pensar na repovoação pela via da fecundidade, talvez, importe pensar na repovoação e dinamização social pela via da integração social das comunidades que, de um ou de outro modo, pretendem novas formas de vida, novas necessidades de orientação social e familiar e novos espaços de descoberta.

Para repovoar e recomeçar, se calhar, importa olhar para a Segunda Encíclica do Papa Francisco: “*LAUDATO SI'* – SOBRE O CUIDADO DA CASA COMUM”. Lembra-nos Francisco que o dever do humano é bipartido: «cultivar» e «guardar» o Planeta, a Bios, a diversidade. Apela a uma forma de «dominar» sem que tal ultrapasse os limites do cultivo e da proteção. E para isso chama a atenção do perigo das ideias de «propriedade absoluta» ou «posse absoluta». Na sua interpretação, não existe propriedade privada absoluta. Apenas relativa, na medida em que em última instância o Universo, as Estrelas, os Planetas, a Terra, foram-nos emprestados para «cultivar» e «guardar», e não para usar ou deter por mandato arbitrariamente humano. Em última instância, não existem países, fronteiras, divisões ou reinados. Muito ao estilo aristotélico, Francisco vê a Esfera indivisível e impossível de ser atribuída parte a partes. O que se faz aqui interfere acolá. Somos, por conseguinte, meros hóspedes.

Portanto, aceitando a ideia de «hóspede» permanentemente interligado, não é possível que algo me pertença completamente. Nem sequer um telemóvel é meu absolutamente. O saber, o fazer e a técnica, incorporados nesse objeto técnico, demonstram claramente o seu destino comum, o destino comum dos bens, o destino comum das ideias, o destino comum do mundo.

Esta é a nossa «casa comum» e nela tudo o que fizermos interfere com tudo o que iremos fazer no futuro.

Partir deste pressuposto de «hóspede» para repovoar, como nos anunciou o Papa Francisco, pode ser a chave para manter o equilíbrio mundial: se o Ocidente não tem capacidade para renovar gerações, que se complemente (tal como de facto já se faz em países como os Estados Unidos da América e mesmo até em França e na Alemanha – que devem aos seus imigrantes a manutenção de índices de fecundidade aceitáveis) o equilíbrio com a integração de comunidades que na atual contingência passam por enormes dificuldades – o caso dos Sírios talvez seja o mais gritante.

E é aqui, em nosso entender, que deve prevalecer “O Princípio Esperança” (por nós sublinhado na Introdução desta tese) de Ernst Bloch (Ernst Bloch, 1959), “Em Busca de um Mundo Melhor” (Karl Popper): na capacidade de integração e de comunidade para fazer das dificuldades as maiores forças, porque, como finalmente refere Albert Einstein, “no meio da dificuldade encontra-se a oportunidade”.

Os alto minhotos disseram claramente que a solução para os problemas da demografia local passa por uma solução global. E não deixam de ter razão. Todavia, exemplos como os de Gangi e de Auvergne podem ser o sinal certo para que globalmente se comece a pensar neste sentido para resolver os problemas das pequenas localidades: «Agir local, pensar global», porque, como sugere Ortega Y Gasset: “Eu sou eu e a minha circunstância, e se não a salvo a ela, não me salvo a mim” (Ortega Y Gasset, 1967).

Bibliografia

Aboim, S. (2006). *Conjugalidades em Mudança*. Lisboa: Ed. Imprensa de Ciências Sociais.

Adorno, T. (1993). *Teoria Estética*. Lisboa: Edições 70.

Almeida, A. (1993). *A Fábrica e a Família*. Lisboa: Ed. Imprensa de Ciências Sociais.

Almeida, A., Vilar, D., André, I., Lalanda, P. (2004). *Fecundidade e Contraceção*. Lisboa: Ed. Imprensa de Ciências Sociais.

Almeida, A., et al. (2015). *Impacto da Crise nas Crianças Portuguesas*. Lisboa: Ed. Imprensa de Ciências Sociais.

American Psychological Association. (2006). *Manual de Estilos da APA: Regras Básicas*. Tradução Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed Editora SA.

Arendt, H. (2001). *A Condição Humana*. Lisboa: Relógio d'Água Editores.

Aron, R. (1991). *As Etapas do Pensamento Sociológico*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Associação Nacional das PME. (2009). *Estudo Sobre a Pobreza na Região Norte de Portugal*.

Disponível em:

http://www.linhadotua.net/3w/docs/Estudo_Final_Pobreza%20s%C3%ADntese.pdf

Azevedo, J. et al. (2014). *Por um Portugal amigo das crianças, das famílias e da natalidade (2015-2035)*. Lisboa: IFSC – Instituto Francisco Sá Carneiro.

- Bachelard, G. (1996). *A Formação do Espírito Científico – Contribuição para uma Psicanálise do Conhecimento*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto.
- Bandeira, M. (1996). *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Bandeira, M. (2004). *Demografia. Objecto, Teorias e Métodos*. Lisboa: Escolar Editora.
- Barreto, A. (1999). *Novos Retratos do Meu País: 1999-2003*. Lisboa: Relógio d'Água Editores.
- Barreto, A. (2000). *A Situação Social em Portugal. 1960-1999*. (Volume II). Lisboa: Ed. Imprensa de Ciências Sociais.
- Barreto, A. (2005). *Globalização e Migrações*. Lisboa: Ed. Imprensa de Ciências Sociais.
- Barreto, A. & Pontes, J. (2007), *Portugal, Um Retrato Social: Igualdade e Conflito – as Relações Sociais*. (Vol. 6). Lisboa: Público, Comunicação S.A.
- Barthes, R. (1998). *A Câmara Clara*. Lisboa: Edições 70.
- Beck., U. & Beck-Gernsheim, E. (1995). *The Normal Chaos of Love*. Cambridge: Polity Press.
- Bell, D. (1973). *The Coming of Post Industrial Society: A Venture in Social Forecasting*. Oxford: Basic Books.
- Bloch, E. (2005). *O Princípio Esperança*. Brasil: Contraponto Editora.
- Bourdieu, P. & Passeron, J.C. (1970). *La Reproduction*. Paris: Ed. de Minuit
- Bourdieu, P. (1980). *Questions de Sociologie*. Paris: Ed. de Minuit.
- Bourdieu, P. (1983). *Sociologia*. São Paulo: Editora Ática.

Cabral, M., Batista, M. & Silva, P. (2016). *O Envelhecimento em Lisboa, Portugal e Europa*. Lisboa: Ed. Imprensa de Ciências Sociais.

Carrilho, M. J. & L. Patrício (2003). “*A Situação Demográfica Recente em Portugal*”, Revista de Estudos Demográficos, nº 38, Lisboa, INE, pp. 111-140.

Castro, E. et al. (2014). *DEMOSPIN - DEMOGRAFIA ECONOMICAMENTE SUSTENTÁVEL – REVERTER O DECLÍNIO EM ÁREAS PERIFÉRICAS*. Universidade de Aveiro. Disponível em: http://www.ua.pt/getin/InvestigCientifica_DEMOSPIN

Census Bureau News (2015). *International Population Estimates and Projections*. Washington: Census Bureau USA.

CIM Alto Minho. (2012). *Estratégia & Plano Global de Ação “Alto Minho 2020”*. Disponível em: http://www.cim-altominho.pt/fotos/editor2/estrategia_planoglobalacao_altominho2020.pdf

CIM Alto Minho (2015). *Pacto Territorial para a Empregabilidade do Alto Minho*. Viana do Castelo: CIM Alto Minho.

Costa, P. (2011). *Refletir a Barca – Do Imaginário Social*. Lisboa: Edições Sítio do Livro.

Coutinho, C. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas*. Coimbra: Edições Almedina.

Countrymeters. (2017). *Estatísticas em tempo real. Relógio de população para cada país*. Disponível em: <http://countrymeters.info/pt/>

Crespi, F. (1997). *Manual de Sociologia da Cultura*. Lisboa: Editorial Estampa, Lda.

Cunha, V. (2007). *O Lugar dos Filhos – Ideias, Práticas e Significados*. Lisboa: Ed. Imprensa de Ciências Sociais.

Cunha, V., Vilar, D., Morais, P., Lavinha, J. & Wall, K. (2016). *A (s) Problemática (s) da Natalidade em Portugal. Uma Questão Social, Económica e Política*. Lisboa: Ed. Imprensa de Ciências Sociais.

Descartes, R. (2010). *O Discurso do Método*. Lisboa: Público.

Durkheim, E. (1973). *Les Règles de la Méthode Sociologique*. Paris: PUF.

Durkheim, E. (2009), *Educação e Sociologia*. Lisboa: Edições 70.

Espada, J. (1997). *Direitos Sociais de Cidadania*. Lisboa: Ed. Imprensa de Ciências Sociais.

Étienne, j., Bloess, F., Noreck, J. & Roux, J. (1998). *Dicionário de Sociologia*, Lisboa: Edições Plátano.

EUROSTAT. (2013). *International trade and foreign direct investment 2013*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Ferreira, M. & Campos, P. (2009). *O Inquérito Estatístico: Uma Introdução à Elaboração de Questionários, Amostragem, Organização e Apresentação dos Resultados. Um Mundo para Conhecer os Números*. INE, ESTP and DREN. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

FFMS. (2013). *Retrato de Portugal: indicadores 2011*. Paris: PORDATA.

FFMS. (2013). *Retrato de Portugal*. (Edição 2013). Paris: PORDATA. Disponível em: <http://www.pordata.pt/ebooks/PT2011v201306111700/index.html>

FFMS. (2014). *Retrato de Portugal*. (Edição 2014). Paris: PORDATA. Disponível em: <http://www.pordata.pt/ebooks/PT2014v201405161300/index.html>

FFMS. (2015). *Retrato de Portugal*. (Edição 2015). Paris: PORDATA. Disponível em: <http://www.pordata.pt/ebooks/PT2015v201510211800/index.html>

FFMS. (2016). *Retrato de Portugal na Europa*. (Edição 2016). Paris: PORDATA. Disponível em: <http://www.pordata.pt/ebooks/EU2016v20161001/index.html#p=1>

FFMS. (2016). *Retrato de Portugal. Edição Especial 30 anos na UE*. (Edição 2016). Paris: PORDATA. Disponível em: <http://www.pordata.pt/ebooks/PT2016v20160712/index.html#p=1>

FFMS. (2016). *Retrato dos Municípios 2016*. (Edição 2016). Paris: PORDATA. Disponível em: <http://www.pordata.pt/ebooks/PT2016v20160530/index.html#p=1>

FFMS. (2016). *Determinantes da Fecundidade em Portugal*. Odivelas: Guide – Artes Gráficas, Lda. Disponível em: <https://www.ffms.pt/FileDownload/39b82daa-dcd6-4274-a6c8-72433335a0f1/determinantes-da-fecundidade-em-portugal>

FFMS. (2016). *Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal. As Consequências Sociais do Programa de Ajustamento*. Odivelas: Guide – Artes Gráficas, Lda. Disponível em: <https://www.ffms.pt/FileDownload/a98e63bd-0e40-436f-926c-68e800225fd2/desigualdade-do-rendimento-e-pobreza-em-portugal>

Foucault, M. (1994). *História da Sexualidade. Vol 3: o Cuidado de Si*. Lisboa: Relógio d'Água Editores.

Foucault, M. (1987). *A Arqueologia do Saber*. (3ª ed.). Rio de Janeiro: Editora Forense – Universitária.

Francisco, Papa (2015). *Laudato Si' – Sobre o Cuidado da Casa Comum*. Lisboa: Paulus Editora.

Freire, A., Vala, A., Cabral, M. (2003). *Desigualdades Sociais e Percepções de Justiça – Atitudes Sociais dos Portugueses III*. Lisboa: Ed. Imprensa de Ciências Sociais.

Freixo, M. (2010). *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas*. Lisboa: Instituto Piaget.

Friedan, B. (1963). *The Feminine Mystique*. United States of America.

Ghiglione, R. & Matalon, B. (1997). *O Inquérito – Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora.

Giddens, A. (2009). *Sociologia*. (7ª Ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Gonçalves, A. (1996). *Imagens e Clivagens. Os Residentes face aos Emigrantes*. Porto: Editora Afrontamento.

Gonçalves, A. (2009). *Vertigens. Para uma Sociologia da perversidade*. Coimbra: Grácio Editor.

Gonçalves, A. (2016, agosto 2). Natalidade cresce pelo segundo ano consecutivo em Portugal. *Expresso*. Disponível em: <http://www.expresso.sapo.pt/revista-de-imprensa/2016-08-02-natalidade-cresce-pelo-segundo-ano-consecutivo-em-Portugal>

Habermas, J. (2010). *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Alfragide: Texto editores, Lda.

Instituto Galego de Estatística. (2016). *Indicadores de poboación. Galicia e Provincias*. Disponível em: https://www.ige.eu/web/mostrar_actividade_estadistica.jsp?idioma=gl&codigo=0201004

Instituto Galego de Estatística. (2002). *Proxección a longo prazo. 2002-2051. Galicia*. Disponível em: <https://www.ige.eu/igebdt/selector.jsp?COD=320&paxina=001&c=0201001004>

INE. (1996). *XIII Recenseamento Geral da População. III Recenseamento Geral da Habitação*. Resultados definitivos. Lisboa: Departamento de Estatísticas Censitárias e da População. Disponível em http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&menuBOUI=13707294&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=65588377&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1

INE. (2001). *Inquérito à Fecundidade 1997*. Lisboa: INE, I.P. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=133771&PUBLICACOESmodo=2

INE. (2002). *XIV Recenseamento Geral da População. IV Recenseamento Geral da Habitação*. Resultados definitivos. Lisboa: Departamento de Estatísticas Censitárias e da População. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=133411&PUBLICACOESmodo=2

INE. (2009). *Estimativas Provisórias de População Residente, 2008, Portugal; NUTS II; NUTS III e Municípios*. Lisboa: Departamento de Estatísticas Sociais.

INE. (2012). *XV Recenseamento Geral da População. V Recenseamento Geral da Habitação*. Resultados definitivos. Lisboa: Departamento de Estatísticas Censitárias e da População. Disponível em: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=73212469&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554

INE. (2014). *“Projeções de população residente 2012-2060”*. INE: Lisboa. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=208819970&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt

INE. (2014). *Inquérito à Fecundidade 2013*. Lisboa: INE, I.P. Disponível em www.ine.pt e em <https://www.ffms.pt/publicacoes/detalhe/1490/inquerito-a-fecundidade-2013>

INE. (2014). *Estatísticas do Emprego – 4º trimestre de 2013*. Lisboa: INE.

INE. (2016). *Estatísticas Vitais 2015*. Lisboa: INE. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=249278646&DESTAQUESmodo=2

INE. (2016). *Estimativas de População Residente*. Lisboa: INE. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=249948678&DESTAQUESmodo=2

Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge. (2017). *“Rastreio neonatal: número de recém-nascidos estudados voltou a aumentar em 2016”*. Lisboa: INSA. Disponível em: <http://www2.insa.pt/sites/INSA/Portugues/ComInf/Noticias/Paginas/RecemNascidos2016.aspx>

Juan, S. (1999). *Méthodes de Recherche en Sciences Sociohumaines*. Paris: PUF.

Lazarsfeld, P. (1970). *Philosophie des Sciences Sociales*. Paris: Editions Gallimard.

Lipovetsky, G. (2010). *A Cultura-Mundo – Resposta a Uma Sociedade Desorientada*. Lisboa: Edições 70.

Lopes, S. (2004). *A Economia Portuguesa do Séc. XX*. Lisboa: Ed. Imprensa de Ciências Sociais.

Machado, J. (2009). *Dinâmica Demográfica no Ave: Um Estudo prospetivo*. Dissertação de doutoramento, Universidade do Minho, Braga, Portugal.

Magalhães, M. (2002). *“Projeções de População Residente, Portugal 2000/2050. Que Tendências de Base para a Construção de Hipóteses?”*. Revista de Estudos Demográficos, nº 32, Lisboa, INE, pp. 51-58.

Marx, K. (1976). *Sociedade e Mudanças Sociais*. Lisboa: Edições 70.

Mateus, A. & Associados (2013). *Plano de Desenvolvimento do Alto Minho – Desafio 2020*. Viana do Castelo: CIM Alto-Minho.

Mateus, A. (2015). *Três Décadas de Portugal Europeu. Balanço e Perspetivas*. Odivelas: Guide – Artes Gráficas, Lda.

- Mauss, M. (2001). *Ensaio Sobre a Dívida*. Lisboa: Edições 70.
- Mendes, F., Afonso, A., Maciel, A., Ribeiro, F., Tomé, L., Freitas, R. (2016). *Determinantes da Fecundidade em Portugal*. Odivelas: Guide – Artes Gráficas, Lda.
- Nazareth, J. (1988). *Princípios e Métodos de Análise em Demografia Portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença.
- Nunes, A. (1968). *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento*. Lisboa: Moraes Editores.
- Nunes, A. (2000). *Antologia Sociológica*. Lisboa: Ed. Imprensa de Ciências Sociais.
- OECD. (2013). *Portugal: Reforming the State to promote growth*. Paris: OECD.
- Ortega Y Gasset, J. (1967). *Meditações do Quixote*. São Paulo: Iberoamericana.
- OXFAM (2016). *Uma Economia para o 1%*. Documento Informativo da OXFAM. Oxfam GB, Oxfam House, John Smith Drive, Oxford. Disponível em www.oxfam.org
- OXFAM (2017). *Uma Economia para os 99%*. Documento Informativo da OXFAM. Oxfam GB, Oxfam House, John Smith Drive, Oxford. Disponível em www.oxfam.org
- Pais, J. (2012). *Sociologia da Vida Quotidiana*. (5ª Edição). Lisboa: Ed. Imprensa de Ciências Sociais.
- Pereira, A. (2015, agosto 2). Um Mundo rural moderno está a desenvolver-se em Auvergne. *Público*. Disponível em: <https://www.publico.pt/noticia/um-mundo-ruralmoderno-esta-a-desenvolverse-em-auvergne-1703668>
- Picó, J. (1998). “Teoria Y Empiria en el Análisis Sociológica: Paul F. Lazarsfeld y sus Críticos”, in *Papers*, nº 54, pp. 9-48.

Pires, R., Pereira, C., Azevedo, J., Espírito-Santo, I., Vidigal, I. & Ribeiro, A. (2015). *Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2015*. Observatório da Emigração. Disponível em: <http://observatorioemigracao.pt/np4/4447.html>

Pordata. (2015). *Retrato de Portugal na Europa*. Edição 2014. Lisboa.

Pordata. (2016). *Retrato de Portugal na Europa*. Edição 2015. Lisboa.

Pordata. (2017). *Retrato de Portugal na Europa*. Edição 2016. Lisboa.

Popper K. (1974). *A Sociedade Aberta e os Seus Inimigos*. S. Paulo: Ed. Itatiaia, Lda., Ed. da Universidade de S. Paulo.

Popper. K. (1989). *Em Busca de Um Mundo Melhor*. Lisboa: Editorial Fragmentos, Lda.

Popper, K. & Konrad, L. (1990). *O Futuro Está Aberto*. Lisboa: Editorial Fragmentos, Lda.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Ramos, A, Vala, J. & Cabral, M. (2003). *Valores Sociais – Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*. Lisboa: Ed. Imprensa de Ciências Sociais.

Rodrigues, T. (1995). “*Portugueses no Séc. XX: Perspetiva Demográfica*”, *História*, vol. XXVII, n.ºs 11-12, pp. 64-75.

Rosa, M. (2000). “*População Portuguesa até 2020: Cenários Demográficos Principais e Derivados*”, A. Barreto (org.), *A Situação Social em Portugal 1969-1999*, Vol. II, Lisboa, Ed. Imprensa de Ciências Sociais, ICS: UL, pp. 575-610.

Rosa, M. (2001). “*Notas Sobre a População – Saldos Migratórios Compensam o Envelhecimento?*”. *Análise Social*, Vol. XXXVI, (158-159), pp. 367-372.

Rosa, M. & Vieira C. (2003). *A População Portuguesa no Séc. XX*. Lisboa: Ed. Imprensa de Ciências Sociais.

Rosa, M. & Chitas, P. (2010). *Portugal: Os Números*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Rowland, R. (1997). *População, Família, Sociedade*. Oeiras: Celta Editora.

Russell, B. (1959). *The Future of Science*. Nova York, NY: Philosophical Library.

Saavedra, Amador (2007). *Obra Narrativa em Galego*. Galiza: Edições Xunta de Galicia.

Sampieri, R., Collado, C. & Lucio, P. (2006). *Metodologia de Pesquisa*. (3ªed.). S. Paulo: McGraw-Hill.

Schutz, A. (1993). *La Construcción Significativa Del Mundo Social*. Barcelona: Paidós.

Sennett, R. (2007). *A Corrosão do Carácter – As Consequências Pessoais do Trabalho no Novo Capitalismo*. Lisboa: Terramar.

Silva, C. (1998). *Resistir e Adaptar-se – Constrangimentos e Estratégias Camponesas no Noroeste de Portugal*. Coimbra: Edições Afrontamento.

Silva, E. (2015). *A Cooperação Transfronteiriça como Oportunidade de Desenvolvimento das Regiões de Fronteira. Da Raia Ibérica à Euro Região Galiza-Norte de Portugal*. Dissertação de doutoramento, Universidade do Minho, Braga, Portugal.

Silva, F. (2013). *Os Portugueses e o Estado Providência. Uma Perspetiva Comparada*. Lisboa: Ed. Imprensa de Ciências Sociais.

Silva, S. (2014). *Procriação Medicamente Assistida. Práticas e Desafios*. Lisboa: Ed. Imprensa de Ciências Sociais.

Simmel, G. (1981). *Sociologie et Épistémologie*. Paris: PUF.

Simmel, G. (2004). *Fidelidade e Gratidão e Outros Textos*. Lisboa: Relógio D'água.

Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados. (2013). *Desafio Alto Minho 2020, Plano de Desenvolvimento - Relatório Final*. Disponível em: http://www.cim-altominho.pt/fotos/editor2/planodesenv_altominho_2014_2020.pdf

Thévenon, Olivier e Anne Gauthier. (2011), "Family policies in developed countries: a 'fertility-booster' with side-effects". *Community, Work e family*, 14 (2): 197-216.

Thévenon, Olivier (2012), "Fecundidade e desenvolvimento económico nos países da OCDE", *in Roteiros do Futuro, Conferência Nascer em Portugal*, Lisboa: Casa da Moeda, Casa Civil da Presidência da República, pp. 15-21.

Torga, M. (1969). "Traço de União", 2ª ed. revista. Coimbra:

Torres, A. (1983). *Sociologia e Teorias Sociológicas*. Editor: Diversos.

Torres, A. (1996). *Demografia e Desenvolvimento: Elementos Básicos*. Lisboa: Gradiva.

Vários - Casa Civil da Presidência da República. (2012). *Roteiros do Futuro – Conferência "Nascer em Portugal"*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

United Nations. (2016). *World Population Prospects, the 2015 Revision*. Department of Economic and Social Affairs – Population Division. Disponível em: <https://esa.un.org/unpd/wpp/>

Vaz, D. S. (2010). *Riscos naturais e Mudanças Climáticas nas Regiões Europeias*. (Programa ESPON). Coimbra: Universidade de Coimbra.

Verde, João. (1978). *Ares da Raia, através do poema Vendo-os assim tão pertinho*.

Wall, K., Amâncio, L. (2007). *Família e Género em Portugal e na Europa*. Lisboa: Ed. Imprensa de Ciências Sociais.

Wall, K. (2012). *Famílias em Portugal*. (2ª Edição). Lisboa: Ed. Imprensa de Ciências Sociais.

Weber, M. (1983). *Fundamentos da Sociologia*. Porto: Rés.

Worldometers. (2017). *Estatísticas mundiais em tempo real*. (2017). Disponível em: <http://www.worldometers.info/pt/>

ANEXOS

Anexo 1. Ofício de apresentação do questionário aos 308 municípios portugueses sobre medidas adotadas e a adotar para enfrentar a redução da natalidade (2014).

Anexo 2. Exemplar do questionário aos 308 municípios portugueses sobre medidas adotadas e a adotar para enfrentar a redução da natalidade (2014).

Anexo 3. Exemplar do inquérito à fecundidade no Alto Minho 2015/16.

Anexo 4. Metodologia do inquérito à fecundidade no Alto Minho 2015/16.



Campus de Gualtar
4710-057 Braga - P

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Sociologia

tel.: +351 253 604 212
fax: +351 253 604 697

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de ...
(nome)
(endereço)

Temos sido confrontados nos tempos mais recentes com inúmeras referências noticiosas, e sentida preocupação geral, sobre a situação demográfica do nosso país, nomeadamente respeitantes à contínua quebra da taxa de natalidade, ao crescente aumento dos índices de envelhecimento, à subida em catadupa da emigração de jovens qualificados, à constante diminuição da taxa de imigração, ao despovoamento de muitas comunidades, não sendo, pois, exacerbado falar-se na necessária tomada de consciência coletiva de uma crise demográfica profunda sem comparação.

O projeto de investigação **“Horizonte 2040 – Prospetiva Demográfica e Social”**, desenvolvido no âmbito do Doutoramento em Sociologia pela Universidade do Minho, tem como desafio olhar e pensar o futuro demográfico - para agir no presente -, não o futuro longínquo, abstrato e sem objeto, mas um futuro concreto: o horizonte (temporal) de uma geração social – 25 anos – e o seu enquadramento à escala regional, nacional e internacional.

Através deste estudo pretendemos conhecer as medidas (respostas sociais) que estão a ser tomadas no terreno pelas várias entidades (Administração Central, Administração Local, Comunidade Intermunicipal, Municípios, Freguesias, Instituições Sociais, entre outras) e qual a adesão das pessoas, com o objetivo de estancar a brutal quebra da natalidade que se observa em cada região e no país, procurando a reposição das gerações, com o objetivo de pôr em prática um novo modelo social.

Nesta fase da investigação, pretendemos conhecer as medidas (incentivos) de política municipal que já foram postos em prática, os que se encontram a vigorar ou os previstos e que visam estancar a quebra da natalidade que se observa no concelho. Com este intuito elaboramos um questionário muito breve, o qual deverá ser respondido e enviado preferencialmente até ao final do mês de Julho através de envelope remetido para o efeito.

Agradecemos, desde já, a preciosa colaboração e subscrevemo-nos com protestos da mais alta consideração e apreço.

Braga, 30 de Junho de 2014

O investigador doutorando

Dr, Fernando Cabodeira

O orientador de doutoramento

Prof. Doutor José Cunha Machado



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Sociologia

QUESTIONÁRIO: MEDIDAS DE APOIO À NATALIDADE

Agradecemos a vossa colaboração através da resposta às perguntas seguintes, solicitando o respetivo envio até ao final do mês de Agosto, devendo para tal utilizar o endereço eletrónico cabodeira.fp@hotmail.com ou remeter, por correio postal, para Professor Doutor José Cunha Machado, Departamento de Sociologia – Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga.

1. O município adotou nos últimos anos algumas medidas políticas para enfrentar a redução da natalidade?

Em caso afirmativo:

- a. Especifique o tipo de apoio, a sua natureza, o período que esteve em vigor (ou quando iniciou, se ainda vigora) e a avaliação da medida.
- b. Indique a estimativa do valor atual despendido com as medidas de apoio (incentivos) que se podem considerar direcionadas para enfrentar a redução da natalidade, bem como a respetiva fonte de financiamento.

2. Na sua opinião, que tipo de políticas e respetivas medidas considera que seriam necessárias implementar no seu município nos próximos anos para enfrentar a redução da natalidade?

3. Está interessado em receber uma síntese dos resultados deste questionário e disponível para outros contactos futuros?

Em caso afirmativo, indique o nome, telefone e correio eletrónico da pessoa a contactar.

Eventuais dúvidas ou esclarecimentos sobre o questionário ou sobre o projeto de investigação poderão ser dirigidas a Fernando Cabodeira, através do endereço eletrónico cabodeira.fp@hotmail.com ou pelo telefone 919804436.



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Sociologia

INQUÉRITO À FECUNDIDADE ALTO MINHO – 2015



No âmbito do projeto:

ALTO MINHO: HORIZONTE 2040 PROSPECTIVA DEMOGRÁFICA E SOCIAL

Colaboração da CIM – Alto Minho e Câmaras Municipais do Alto Minho



Parte I – CARACTERIZAÇÃO GERAL

1. Sexo

- (1) Masculino
- (2) Feminino

2. Idade

3. Escolaridade (nível mais elevado que completou ou obteve equivalência)

- (1) Nenhum (não completou o 1º Ciclo do Ensino Básico)
- (2) 1º Ciclo do Ensino Básico (4º ano)
- (3) 2º Ciclo do Ensino Básico (6º ano)
- (4) 3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano)
- (5) Ensino Secundário (12º ano)
- (6) Ensino Pós-Secundário (Bacharelato ou Especialização Tecnológica não superior)
- (7) Ensino Superior (Licenciatura)
- (8) Pós-Graduação (Mestrado)
- (9) Pós-Graduação (Doutoramento)

4. Estado civil

- (1) Solteiro
- (2) Casado (ou união de facto)
- (3) Divorciado (ou separado)
- (4) Viúvo

ALTO MINHO: HORIZONTE 2040

PROSPECTIVA DEMOGRÁFICA E SOCIAL

5. Sabe dizer-me um valor aproximado para o rendimento mensal líquido do seu agregado familiar (num mês regular)?

- (1) Sim
- (2) Não
- (3) Recusa responder

5.1. SE Sim → Valor (em euros)

6. Situação perante o emprego

- (1) Estudante
- (2) Empregado
- (3) Desempregado
- (4) Reformado

7 Profissão (atual ou última)

8. Quantos irmãos/irmãs tem (ou teve) que sejam do seu sangue ou adotados? (inclua também meios irmãos)

9. Depois de ter nascido, os seus pais alguma vez se separaram ou nunca viveram juntos?

- (1) Não
- (2) Sim, separaram-se
- (3) Sim, nunca viveram juntos
- (4) Outra situação

9.1. SE Outra situação → Qual?

SE Estado civil = Solteiro PASSE PARA A PARTE II – FILHOS

10. Que idade tinha quando foi viver com o(a) seu(sua) primeiro(a) companheiro(a) ou marido(mulher)?

11. Que idade tinha o(a) seu(a) primeiro(a) marido(mulher) ou companheiro(a) quando foi viver consigo?



Parte II – FILHOS

1. Tem ou teve filhos biológicos (que tenham nascido com vida)?

(1) Sim

(2) Não

1.1. SE Sim → Quantos filhos biológicos?

1.2. SE Sim → Quantos vivem consigo?

2. Tem ou teve filhos adotados?

(1) Sim

(2) Não

2.1. SE Sim → Quantos filhos adotados?

3.2. SE Sim → Quantos vivem consigo?

PERGUNTAR SE Sexo = Feminino:

3. Está grávida?

(1) Sim

(2) Não

PERGUNTAR SE Sexo = Masculino E Estado civil = Casado (ou união de facto)

4. A sua esposa/companheira está grávida?

(1) Sim

(2) Não

ALTO MINHO: HORIZONTE 2040

PROSPECTIVA DEMOGRÁFICA E SOCIAL

PERGUNTAR SE Tem ou teve filhos biológicos:

5. Para além dos filhos que tem ou teve, pensa vir a ter mais filhos?

- (1) Sim
- (2) Não
- (3) Não sabe

5.1. SE Sim → Quantos filhos?

PERGUNTAR SE Está grávida OU A esposa/companheira está grávida:

6. Para além do filho que vai ter, pensa vir a ter mais filhos?

- (1) Sim
- (2) Não
- (3) Não sabe

6.1. SE Sim → Quantos filhos?

PERGUNTAR SE Não tem ou teve filhos biológicos OU (Não está grávida OU A esposa/companheira não está grávida):

7. Pensa vir a ter filhos do seu sangue (biológicos)?

- (1) Sim
- (2) Não
- (3) Não pode ter filhos
- (4) Não sabe

7.1. SE Sim → Quantos filhos?



PARA TODOS:

8. Quantos filhos desejaria ter ou ter tido ao longo da sua vida?

Independentemente dos filhos que pensa ter.

9. Pensa vir a ter filhos adotados?

(1) Sim

(2) Não

(3) Não sabe

9.1. SE Sim → Quantos filhos adotados?

10. Na sua opinião, qual seria o número ideal de filhos numa família?

Considere filhos de sangue, adotados, enteados ou outros, e responda para o nível da população em geral.

ALTO MINHO: HORIZONTE 2040

PROSPECTIVA DEMOGRÁFICA E SOCIAL

PERGUNTAR SE Não tem ou teve filhos e pensa vir a ter filhos biológicos:

11. Para a sua decisão de ter filhos, qual o grau de importância dos seguintes motivos?

Na sua resposta, identifique um dos graus de importância seguintes:

1 = Nada importante

2 = Pouco importante

3 = Importante

4 = Muito importante

1. Realização pessoal.
2. Diminuir as hipóteses de solidão na velhice.
3. Ver os filhos crescerem e desenvolverem-se.
4. Ver a família a aumentar.
5. A influência de amigos ou familiares.
6. Fortalecer a relação do casal.
7. O(A) cônjuge/companheiro(a) quer ter filhos.
8. A estabilidade profissional.
9. Implementação de medidas (concertadas e transversais) de incentivo à natalidade de âmbito local e nacional.

12. Pretende acrescentar mais algum motivo que considere importante?

PERGUNTAR SE Não tem ou teve filhos e não pensa vir a ter filhos biológicos:

13. Para a sua decisão de não ter filhos, qual o grau de importância dos seguintes motivos?

Na sua resposta, identifique um dos graus de importância seguintes:

1 = Nada importante

2 = Pouco importante

3 = Importante

4 = Muito importante

1. Custos financeiros associados a ter filhos é ou não um motivo importante para si.
2. Dificuldade para conseguir emprego.
3. A gravidez e o parto são difíceis para as mulheres.
4. Menos tempo para outras coisas importantes na vida.
5. Problemas e complicações associados à educação de uma criança.
6. Falta de espaço na habitação.
7. Problemas de saúde.
8. Não ter idade para ter filhos.
9. Dificuldade de conciliação entre tempo de trabalho e tempo de família.
10. O(A) cônjuge/companheiro(a) não quer.
11. Não quer ter a responsabilidade de ter um filho.
12. Não quer por um escolha/opção consciente.

14. Pretende acrescentar mais algum motivo que considere importante?

ALTO MINHO: HORIZONTE 2040

PROSPECTIVA DEMOGRÁFICA E SOCIAL

PERGUNTAR SE Tem ou teve filhos e pensa vir a ter mais filhos biológicos:

15. Para a sua decisão de ter mais filhos, qual o grau de importância dos seguintes motivos?

Na sua resposta, identifique um dos graus de importância seguintes:

1 = Nada importante

2 = Pouco importante

3 = Importante

4 = Muito importante

1. Realização pessoal.
2. Diminuir as hipóteses de solidão na velhice.
3. Ver os filhos crescerem e desenvolverem-se.
4. Ver a família a aumentar.
5. A influência de amigos ou familiares.
6. Fortalecer a relação do casal.
7. O(A) cônjuge/companheiro(a) quer ter filhos.
8. Ter um filho único não é bom.
9. Quer ter uma filha.
10. Quer ter um filho.
11. A estabilidade profissional.
12. Implementação de medidas (concertadas e transversais) de incentivo à natalidade de âmbito local e nacional.

16. Pretende acrescentar mais algum motivo que considere importante?

PERGUNTAR SE Tem ou teve filhos e não pensa vir a ter mais filhos biológicos:

17. Para a sua decisão de não ter mais filhos, qual o grau de importância dos seguintes motivos?

Na sua resposta, identifique um dos graus de importância seguintes:

1 = Nada importante

2 = Pouco importante

3 = Importante

4 = Muito importante

1. Custos financeiros associados a ter filhos é ou não um motivo importante para si.
2. Dificuldade para conseguir emprego.
3. A gravidez e o parto são difíceis para as mulheres.
4. Menos tempo para outras coisas importantes na vida.
5. Problemas e complicações associados à educação de uma criança.
6. Falta de espaço na habitação.
7. Problemas de saúde.
8. Não ter idade para ter filhos.
9. Dificuldade de conciliação entre tempo de trabalho e tempo de família.
10. O(A) cônjuge/companheiro(a) não quer.
11. Não quer ter a responsabilidade de ter mais filhos.
12. Não quer por uma escolha/opção consciente.
13. Já tem os que quer.

18. Pretende acrescentar mais algum motivo que considere importante?

Parte III – ATITUDES E VALORES

1. Na resposta a cada pergunta, selecione uma das opções de resposta seguinte?

1 = Habitualmente eu

2 = Habitualmente o cônjuge/companheiro(a)

3 = Partilhamos de igual modo

4 = Habitualmente outra pessoa

5 = Não se aplica

1. Em sua casa quem prepara as refeições diárias?
2. Quem é que faz a limpeza da casa?
3. Quem é que lava e cuida da roupa?
4. Quem é que faz pequenos arranjos e restauros na casa?
5. Quem é que tem a tarefa de pagar as contas?
6. Quem é que faz a gestão e organização das despesas da casa (ex.: IRS, seguros, etc.)?
7. Quem é que organiza as atividades de lazer (ex.: organizar festas, idas à praia e ao cinema, jogos, etc.)?
8. Quem é que veste as crianças ou verifica se estão apropriadamente vestidas de acordo com a ocasião?
9. Quem é que leva e vai buscar as crianças à creche ou escola?
10. Quem é que fica em casa com as crianças quando estão doentes?
11. Quem é que leva as crianças ao médico?
12. Quem é que brinca com as crianças e/ou participa em atividades de lazer com elas?
13. Quem é que ajuda as crianças com os trabalhos escolares?
14. Quem decide as compras de rotina para a casa (ex.: compras de supermercado)?
15. Quem decide sobre compras ocasionais mais dispendiosas para a casa?
16. Quem decide acerca do tempo que dedica à sua profissão?



2. Numa escala de 1 a 10, em que 1 significa totalmente insatisfeito e 10 significa totalmente satisfeito, qual é o seu grau de satisfação com a divisão das tarefas domésticas entre si e o(a) seu(sua) cônjuge/companheiro(a)?
3. Imagine uma família com uma criança pequena, até ir para a escola, e considere as opções seguintes:
 1. Alargamento do período de licença de maternidade/paternidade.
 2. Trabalhar a tempo inteiro fora de casa.
 3. Trabalhar a tempo parcial fora de casa.
 4. Trabalhar a partir de casa.
 5. Ter duas horas por dia, com filhos até aos 3 anos, ao contrário da lei atual que só garante dispensa paga quando o bebé tem mais de 1 ano se a mãe provar que ainda amamenta.
 6. Criação da “meia jornada”, que permite optar por redução de horário de trabalho a metade na função pública, recebendo 60% da remuneração.
 7. Não trabalhar.
 8. Mais do que uma política natalista, seguir uma política de igualdade, equiparando homens e mulheres em relação ao mercado do trabalho.
- 3.1. Pense em relação à mãe e indique qual seria a melhor opção para conciliar o tempo do trabalho com o tempo da família?
- 3.2. Caso considere existirem outras opções também importantes, entre as indicadas, identifique-as.
- 3.3. Pense em relação ao pai e indique qual seria a melhor opção para conciliar o tempo do trabalho com o tempo da família?
- 3.4. Caso considere existirem outras opções também importantes, entre as indicadas, identifique-as.

ALTO MINHO: HORIZONTE 2040

PROSPECTIVA DEMOGRÁFICA E SOCIAL

4. Em relação às frases seguintes, indique-nos qual o seu grau de concordância para cada uma delas.

Na sua resposta, identifique um dos graus de concordância seguintes:

1 = Discordo completamente

2 = Discordo parcialmente

3 = Não discordo, nem concordo

4 = Concordo parcialmente

5 = Concordo completamente

1. É prejudicial para uma criança até à idade escolar que a mãe trabalhe fora de casa.
2. É prejudicial para uma criança até à idade escolar que o pai trabalhe fora de casa.
3. Uma mãe que trabalha fora de casa pode ter uma relação com os seus filhos tão boa como uma mãe que trabalha em casa.
4. O desejo de uma carreira profissional e de uma vida pessoal e social ativa influenciam a decisão das mulheres não terem filhos.
5. Algumas mulheres adiam o nascimento do primeiro filho ou de um filho e acabam por desistir tendo em conta a sua idade.
6. Uma mulher pode criar um filho sozinha sem querer ter uma relação estável.
7. Uma criança precisa de viver com o pai e a mãe para crescer equilibrada.
8. Uma mulher precisa de ter filhos para se sentir realizada.
9. Um homem precisa de ter filhos para se sentir realizado.
10. É preferível ter só um filho com mais oportunidades e menos restrições, do que ter mais filhos.

Parte IV – INCENTIVOS À NATALIDADE

1. Acha que a natalidade deve ser incentivada?

Responda em relação à população em geral e não para o seu caso particular.

- (1) Sim
- (2) Não
- (3) Não sabe

SE Não ou Não sabe PASSE PARA A PERGUNTA 4

2. Em relação aos incentivos seguintes, indique qual aquele que considera mais importante.

Para o(a) ajudar, leia os exemplos associados a cada opção.

- 1. Facilitar as condições de trabalho para quem tem filhos ou conciliação do tempo do trabalho com o tempo da família.
- 2. Alargar o acesso a serviços para ocupação dos filhos durante o tempo de trabalho dos pais.
- 3. Apoios pecuniários ao nascimento, à adoção e à família.
- 4. Aumentar os subsídios e outros apoios.
- 5. Benefícios fiscais e redução nas taxas e tarifas, como forma de apoio à fixação de pessoas e empresas, atraindo investimento.
- 6. Compromisso social ou uma política social local “mais amiga da natalidade”.
- 7. Medidas concertadas e transversais, de longo prazo e de dimensão nacional, envolvendo Governo Central, Administração (Democracia) Local, Instituições Sociais, Instituições de Ensino, Empresas e Sociedade Civil.

2.1. Caso considere existirem outros incentivos também importantes, entre os indicados, identifique-os.

3. Pretende acrescentar mais algum incentivo que considere importante?

ALTO MINHO: HORIZONTE 2040

PROSPECTIVA DEMOGRÁFICA E SOCIAL

TABELAS DE EXEMPLOS:

1. Facilitar as condições de trabalho para quem tem filhos ou conciliação do tempo do trabalho com o tempo da família, por exemplo:

- Alargamento do período de licença de maternidade/paternidade;
- Trabalhar a tempo inteiro fora de casa;
- Trabalhar a tempo parcial fora de casa;
- Trabalhar a partir de casa;
- Ter duas horas por dia, com filhos até aos 3 anos, ao contrário da lei atual que só garante dispensa paga quando o bebé tem mais de 1 ano se a mãe provar que ainda amamenta;
- Criação da “meia jornada”, que permite optar por redução de horário de trabalho a metade na função pública, recebendo 60% da remuneração;
- Adotar o horário de trabalho das 35 horas semanais;
- Seguir uma política de igualdade, equiparando homens e mulheres em relação ao mercado do trabalho.

2. Alargar o acesso a serviços para ocupação dos filhos durante o tempo de trabalho dos pais, por exemplo:

- Garantir o acesso à educação pré-escolar universal a partir dos quatro anos;
- Criar mais centros de atividades de tempos livres (ATL) fora dos horários escolares e durante as férias;
- Criar mais atividades extracurriculares para além do que está estabelecido;
- Aumentar a oferta de equipamentos sociais de apoio às crianças – creches e jardins-de-infância – alargando o acesso para quem tem filhos pequenos;
- Assegurar o transporte das crianças para as creches, escolas e ATL.

3. Apoios pecuniários ao nascimento, à adoção e à família, por exemplo:

- Subsídio pecuniário ao nascimento/adoção, em jeito de prémio ou o subsídio pecuniário para compras no comércio local;
- Abertura de conta bancária em nome do bebé.

TABELAS DE EXEMPLOS:

4. Aumentar os subsídios e outros apoios, por exemplo:

- Relacionados com a educação (bolsas de estudo; oferta, participação ou empréstimo de manuais escolares e material didático; descontos no pré-escolar);
- Relacionados com a saúde (participação em medicamentos e vacinas; programas de apoio à gravidez e recuperação pós-parto; programas de rastreio de saúde);
- Relacionados com a habitação (subsídio de arrendamento; pequenas obras de reabilitação na habitação própria; obras de adaptação para indivíduos com mobilidade condicionada; habitação municipal; incentivo à reabilitação urbana);
- Relacionados com a alimentação (refeições gratuitas ou descontos nas senhas; distribuição de lanches saudáveis às crianças e alunos da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico e o reforço dos programas de fruta e leite);
- Relacionados com os transportes (passe estudante e passe familiar/social para transportes públicos).

5. Benefícios fiscais e redução nas taxas e tarifas, como forma de apoio à fixação de pessoas e empresas, atraindo investimento, por exemplo:

- Reduzir impostos sobre as famílias com filhos, a nível municipal e nacional;
- Aumentar as deduções fiscais para quem tem filhos.

6. Compromisso social ou uma política social local “mais amiga da natalidade”, por exemplo:

- Apoiar as instituições de solidariedade;
- Implementar o fundo de emergência social;
- Criar o Banco de Recursos ao serviço das crianças e das famílias – material escolar, desportivo, musical, vestuário, mobiliário;
- Criar uma rede local do voluntariado de apoio à família;
- Criar o Conselho Municipal para a Economia Social;
- Apostar na integração social dos imigrantes – como o ensino da Língua Portuguesa para pais e filhos ou o projeto de apoio a alunos oriundos do Leste Europeu – e dos emigrantes, criando gabinetes específicos.

ALTO MINHO: HORIZONTE 2040

PROSPECTIVA DEMOGRÁFICA E SOCIAL

4. O seu município adotou, nos últimos anos, medidas de apoio para enfrentar a redução da natalidade?

- (1) Sim
- (2) Não
- (3) Não sabe

PASSAR PARA A PARTE V SE RESPONDEU Não OU Não sabe.

5. Acha que essas medidas devem continuar a ser implementadas?

- (1) Sim
- (2) Não
- (3) Não sabe

6. Que tipo de apoio tem sido concedido pelo seu município?

(1) Direto

(aquele apoio que o município atribui ao cidadão, independentemente de este o ter requerido, desde que reúna as condições de elegibilidade vertidas no respetivo regulamento, como, por exemplo, a oferta de manuais escolares, um prémio pecuniário por nascimento, o pagamento da prestação da creche ou do jardim-de-infância)

(2) Indireto

(aquele tipo de iniciativa – projeto, programa, infraestruturas – que possa contribuir para combater um problema demográfico específico, mas que não seja vocacionado a determinado cidadão, como, por exemplo, a construção de uma creche, de um jardim-de-infância, de uma escola)

(3) Ambos (direto e indireto)

(4) Nenhum

(5) Não sabe



7. Qual a natureza do apoio concedido?

Pode escolher mais de uma opção.

- (1) Valor pecuniário (como subsídio/abono ou em jeito de empréstimo).
- (2) Um bem, como oferta (por exemplo, um cabaz de compras) ou como empréstimo (por exemplo, um carrinho de bebé).
- (3) Um bem público (por exemplo, a construção de um equipamento social ou a oferta/disponibilidade de um serviço).
- (4) Outra
- (5) Não sabe

7.1. SE Outra → Qual?

8. Que avaliação faz dessas medidas de apoio concedidas pelo seu município?

- (1) Positiva
- (2) Negativa
- (3) Sem opinião

Parte V – QUESTÕES DE INTERESSE GERAL

1. **Considera que a baixa taxa de natalidade em Portugal se deve a razões económicas ou é mais um problema cultural e de mentalidade?**

Pode escolher mais de uma opção.

- (1) Deve-se a razões económicas (falta de políticas públicas de incentivo à natalidade)
- (2) Deve-se a razões culturais e de mentalidade
- (3) Deve-se a razões do foro pessoal e privado
- (4) Deve-se a outras razões

1.1. **SE Outras razões →** Quais?

2. **Qual a principal razão por que será melhor ter mais filhos?**

- (1) Para que haja reposição de gerações
- (2) Para que haja a sustentabilidade da Segurança Social
- (3) Para realização pessoal
- (4) Para diminuir as hipóteses de solidão na velhice
- (5) Para ver os filhos crescerem e desenvolverem-se
- (6) Para ver a família a aumentar
- (7) Para fortalecer a relação do casal

2.1. **Caso considere existirem outras razões também importantes, entre as indicadas, identifique-as.**

3. **Qual o principal problema demográfico no Alto Minho?**

- (1) A falta de nascimentos.
- (2) O envelhecimento populacional.
- (3) O número elevado de emigrantes (residentes que saíram do país).
- (4) O número reduzido de imigrantes (pessoas provenientes de outros países).

3.1. **Caso considere existirem outros problemas, entre os indicados, identifique-os.**



4. Em relação às perguntas seguintes, indique-nos qual a sua opinião para cada uma delas.

1 = Sim

2 = Não

3 = Sem opinião

1. A procriação medicamente assistida/reprodução humana assistida envolve conceções morais, éticas, políticas, religiosas e económicas. Tem uma opinião favorável sobre os bebés-proveta e a clonagem humana?
2. Concorda com a aplicação de taxas moderadoras à Interrupção Voluntária da Gravidez?
3. Considera que a aplicação de taxas moderadoras poderá levar a um desvio de mulheres para o aborto clandestino e não seguro?
4. Com a população portuguesa cada vez mais envelhecida, acha que o problema demográfico é, também, um problema fisiológico?
5. Sabia que para repor as gerações, as nossas mulheres deveriam estar a conceber, em média, 2,1 filhos e, neste momento, fica-se pelos 1,2 filhos?
6. Está disponível e em condições de dar o seu contributo para a reposição de gerações na sua região e, conseqüentemente, no seu país?
7. Sabia que, de acordo com o Inquérito à Fecundidade de 2013 do INE, as pessoas têm, em média, 1,03 filhos, pensam vir a ter 1,78 e desejam ter 2,3 filhos?
8. Sabia que o efetivo das mulheres em idade fértil (15-49 anos) estará reduzido, segundo vários estudos, em 2040, a pouco mais de 1,7 milhões, menos 29,2% do que em 2010?
9. Sabia que, de acordo com vários estudos, 51% das crianças em 2010 eram filhas de mães com menos de 30 anos e em 2040 serão apenas 26 a 27%?
10. Acha que a “tábua de salvação” para a reposição de gerações está na atração e na integração de imigrantes?
11. Acha que em Portugal o mundo do trabalho não é para mulheres que ousem engravidar?
12. Considera que a diminuição da população será um drama, ou será mais importante, para a viabilidade do país, a qualidade (em competência, em conhecimento, em dedicação e empenho) da população aqui residente, do que a sua quantidade?
13. O declínio da fecundidade será uma inevitabilidade?
14. Considera o decréscimo populacional irreversível?
15. Considera a falta de crianças um problema do denominado “Primeiro Mundo”?

ALTO MINHO: HORIZONTE 2040

PROSPECTIVA DEMOGRÁFICA E SOCIAL

- 16.** O atual modelo de Estado Social, tal como hoje é concebido, está em risco de sobrevivência?
- 17.** Será a aposta na natalidade a solução para a sobrevivência do Estado Social, tal como hoje é concebido, sabendo-se que o envelhecimento demográfico prosseguirá?
- 18.** Acha que a natalidade deveria ser vista como um “desígnio nacional”, sendo necessário um acordo sério de regime (pacto nacional), com responsabilidade transversal da sociedade, para se conseguir o equilíbrio geracional?
- 19.** Conhece as propostas/projetos dos vários partidos políticos para aumentar o número de bebés em Portugal e apoiar as famílias?
- 20.** Sabia que, de acordo com várias projeções demográficas, mais de metade do território continental português poderá perder mais de um quarto da população nos próximos 25 anos (em 2040), com o interior cada vez mais despovoado e o litoral mais sobrecarregado – com a concentração, em 2040, de quase 80% da população do país?
- 21.** Acha que os problemas demográficos do país em geral já não são resolúveis com meros incentivos à natalidade, mas com a atração simultânea de novos habitantes, de serviços que propiciem qualidade de vida e de empresas que ocupem quem se quer atrair e uma política nacional de atração de imigrantes?
- 22.** Acha que o futuro do nosso país já aconteceu?

1. POPULAÇÃO

- População dos municípios da NUT III Alto Minho, com idades compreendidas entre os 15 e os 54 anos do sexo masculino e entre os 15 e os 49 anos do sexo feminino

Estratos

- Municípios: Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira
- Sexo: masculino e feminino
- Idade: grupos etários quinquenais

Referência dos dados

- Estimativas da População Residente em 31 de Dezembro de 2014 (INE)

Distribuição da população

População dos municípios da NUT III Alto Minho, com idades compreendidas entre os 15 e os 54 anos do sexo masculino e entre os 15 e os 44 anos do sexo feminino

Município	Sexo	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	Total
Arcos de Valdevez	H	492	514	546	628	620	655	610	702	4767
	M	477	527	523	600	619	681			3427
Caminha	H	428	473	462	463	520	493	509	552	3900
	M	390	380	457	537	537	584			2885
Melgaço	H	171	216	180	211	166	230	242	272	1688
	M	156	198	170	180	239	264			1207
Monção	H	398	440	513	585	619	557	525	612	4249
	M	396	430	502	616	599	646			3189
Paredes de Coura	H	225	242	271	248	319	318	299	304	2226
	M	165	209	268	272	294	298			1506
Ponte da Barca	H	323	356	310	326	372	432	350	425	2894
	M	291	311	332	381	429	447			2191
Ponte de Lima	H	1295	1268	1266	1304	1462	1636	1533	1474	11238
	M	1256	1291	1104	1428	1632	1780			8491
Valença	H	330	339	388	388	451	517	433	451	3297
	M	342	349	355	423	525	511			2505
Viana do Castelo	H	2393	2337	2285	2726	3075	3093	2947	3090	21946
	M	2184	2251	2343	2828	3345	3424			16375
Vila Nova de Cerveira	H	248	235	263	281	348	333	295	304	2307
	M	195	266	251	278	333	369			1692
Alto Minho	H	6303	6420	6484	7160	7952	8264	7743	8186	58512
	M	5852	6212	6305	7543	8552	9004			43468

População dos municípios da NUT III Alto Minho, com idades compreendidas entre os 15 e os 54 anos do sexo masculino e entre os 15 e os 44 anos do sexo feminino (em percentagem, por sexo e grupo etário)

Município	Sexo	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	Total
Arcos de Valdevez	H	6,0	6,3	6,7	7,7	7,6	8,0	7,4	8,6	58,2
	M	5,8	6,4	6,4	7,3	7,6	8,3			41,8
Caminha	H	6,3	7,0	6,8	6,8	7,7	7,3	7,5	8,1	57,5
	M	5,7	5,6	6,7	7,9	7,9	8,6			42,5
Melgaço	H	5,9	7,5	6,2	7,3	5,7	7,9	8,4	9,4	58,3
	M	5,4	6,8	5,9	6,2	8,3	9,1			41,7
Monção	H	5,4	5,9	6,9	7,9	8,3	7,5	7,1	8,2	57,1
	M	5,3	5,8	6,7	8,3	8,1	8,7			42,9
Paredes de Coura	H	6,0	6,5	7,3	6,6	8,5	8,5	8,0	8,1	59,6
	M	4,4	5,6	7,2	7,3	7,9	8,0			40,4
Ponte da Barca	H	6,4	7,0	6,1	6,4	7,3	8,5	6,9	8,4	56,9
	M	5,7	6,1	6,5	7,5	8,4	8,8			43,1
Ponte de Lima	H	6,6	6,4	6,4	6,6	7,4	8,3	7,8	7,5	57,0
	M	6,4	6,5	5,6	7,2	8,3	9,0			43,0
Valença	H	5,7	5,8	6,7	6,7	7,8	8,9	7,5	7,8	56,8
	M	5,9	6,0	6,1	7,3	9,0	8,8			43,2
Viana do Castelo	H	6,2	6,1	6,0	7,1	8,0	8,1	7,7	8,1	57,3
	M	5,7	5,9	6,1	7,4	8,7	8,9			42,7
Vila Nova de Cerveira	H	6,2	5,9	6,6	7,0	8,7	8,3	7,4	7,6	57,7
	M	4,9	6,7	6,3	7,0	8,3	9,2			42,3
Alto Minho	H	6,2	6,3	6,4	7,0	7,8	8,1	7,6	8,0	57,4
	M	5,7	6,1	6,2	7,4	8,4	8,8			42,6

2. AMOSTRA

Processo de amostragem

- Amostragem não probabilística por quotas não proporcional

Dimensionamento da amostra

- Nível de confiança de 95% e margem de erro de 2,5%: dimensão = 1 527
- Com os ponderadores introduzidos, garantindo a recolha de pelo menos uma centena de sujeitos em cada município, a dimensão sobe para 1 976

Dimensionamento da amostra não proporcional por município

Município	População		Amostra		
	N	%	n	p	N
Arcos de Valdevez	8194	8,0	123	1,7	209
Caminha	6785	6,7	102	1,5	153
Melgaço	2895	2,8	43	2,4	103
Monção	7438	7,3	111	1,4	155
Paredes de Coura	3732	3,7	56	2,0	112
Ponte da Barca	5085	5,0	76	1,6	122
Ponte de Lima	19729	19,3	295	1,0	295
Valença	5802	5,7	87	1,6	139
Viana do Castelo	38321	37,6	574	1,0	574
Vila Nova de Cerveira	3999	3,9	60	1,9	114
Alto Minho	101980		1527		1976

Distribuição da amostra

Amostra não proporcional por município, distribuída por sexo e grupo etário

Município	Sexo	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	Total
Arcos de Valdevez	H	13	13	14	16	16	17	15	18	122
	M	12	13	13	15	16	17			86
Caminha	H	10	11	10	10	12	11	11	12	87
	M	9	9	10	12	12	13			65
Melgaço	H	6	8	6	8	6	8	9	10	61
	M	6	7	6	6	9	9			43
Monção	H	8	9	11	12	13	12	11	13	89
	M	8	9	10	13	13	13			66
Paredes de Coura	H	7	7	8	7	10	10	9	9	67
	M	5	6	8	8	9	9			45
Ponte da Barca	H	8	9	7	8	9	10	8	10	69
	M	7	7	8	9	10	11			52
Ponte de Lima	H	19	19	19	19	22	24	23	22	167
	M	19	19	17	21	24	27			127
Valença	H	8	8	9	9	11	12	10	11	78
	M	8	8	8	10	13	12			59
Viana do Castelo	H	36	35	34	41	46	46	44	46	328
	M	33	34	35	42	50	51			245
Vila Nova de Cerveira	H	7	7	8	8	10	9	8	9	66
	M	6	8	7	8	9	10			48
Alto Minho	H	125	130	130	141	158	163	152	165	1164
	M	113	120	122	144	165	172			836

3. RECOLHA

Apontamentos para a recolha

- Em cada município deve ser preenchida a quota estabelecida, por sexo e grupo etário
- Selecionar, pelo menos, quatro freguesias: duas mais centrais e duas mais afastadas; procurando recolher uma quota-parte da amostra em cada uma das freguesias

Distribuição da amostra para cada colaborador

Subamostras por município e por colaborador, distribuída por sexo e grupo etário [1]

Município	Sexo	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	Total	
Arcos de Valdevez (4 colaboradores)	A	H	4	3	3	4	4	5	3	4	52
		M	3	4	3	3	4	5			
	B	H	3	4	3	4	4	4	4	5	52
		M	3	3	3	4	4	4			
	C	H	3	3	4	4	4	4	4	4	52
		M	3	3	4	4	4	4			
	D	H	3	3	4	4	4	4	4	5	52
		M	3	3	3	4	4	4			
Caminha (3 colaboradores)	A	H	4	3	3	3	4	4	4	4	51
		M	3	3	4	4	4	4	3	3	
	B	H	3	4	4	3	4	3	4	4	50
		M	3	3	3	4	4	4	3	3	
	C	H	3	4	3	4	4	4	3	4	51
		M	3	3	3	4	4	5	3	3	
Melgaço (2 colaboradores)	A	H	3	4	3	4	3	4	4	5	52
		M	3	4	3	3	5	4	3	4	
	B	H	3	4	3	4	3	4	5	5	52
		M	3	3	3	3	4	5	3	3	

Subamostras por município e por colaborador, distribuída por sexo e grupo etário [2]

Município		Sexo	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	Total
Monção (3 colaboradores)	A	H	2	3	4	4	5	4	3	4	52
		M	3	3	4	4	5	4			
	B	H	3	3	3	4	4	4	4	5	51
		M	2	3	3	5	4	4			
	C	H	3	3	4	4	4	4	4	4	52
		M	3	3	3	4	4	5			
Paredes de Coura (2 colaboradores)	A	H	4	3	4	4	5	5	4	5	56
		M	2	3	4	4	5	4			
	B	H	3	4	4	3	5	5	5	4	56
		M	3	3	4	4	4	5			
Ponte da Barca (3 colaboradores)	A	H	2	3	3	3	3	3	3	3	41
		M	3	2	2	3	4	4			
	B	H	3	3	2	2	3	4	3	3	40
		M	2	3	3	3	3	3			
	C	H	3	3	2	3	3	3	2	4	40
		M	2	2	3	3	3	4			
Ponte de Lima (6 colaboradores)	A	H	4	3	3	3	3	4	4	4	49
		M	3	3	3	4	4	4			
	B	H	3	4	3	3	3	4	4	4	49
		M	3	3	3	4	4	4			
	C	H	3	3	4	3	4	4	3	4	49
		M	3	3	3	4	4	4			
	D	H	3	3	3	4	4	4	4	3	49
		M	3	3	3	3	4	5			
	E	H	3	3	3	3	4	4	4	3	49
		M	4	3	3	3	4	5			
	F	H	3	3	3	3	4	4	4	4	49
		M	3	4	2	3	4	5			
Valença (3 colaboradores)	A	H	2	3	3	3	4	4	4	3	46
		M	2	3	3	4	4	4			
	B	H	3	2	3	3	4	4	3	4	46
		M	3	2	3	3	5	4			
	C	H	3	3	3	3	3	4	3	4	45
		M	3	3	2	3	4	4			

Subamostras por município e por colaborador, distribuída por sexo e grupo etário [3]

Município		Sexo	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	Total
Viana do Castelo (12 colaboradores)	A	H	3	2	3	4	4	4	4	4	48
		M	2	3	3	3	5	4			
	B	H	3	3	2	4	4	4	4	4	48
		M	2	3	3	3	5	4			
	C	H	3	3	2	4	4	4	4	4	47
		M	2	3	3	3	4	4			
	D	H	3	3	3	4	3	4	4	4	48
		M	3	2	3	3	4	5			
	E	H	3	3	3	4	3	4	4	3	47
		M	3	2	3	3	4	5			
	F	H	3	3	3	3	4	3	4	4	47
		M	3	3	2	3	4	5			
	G	H	3	3	3	3	4	3	4	4	48
		M	3	3	3	4	4	4			
	H	H	3	3	3	3	4	4	3	4	48
		M	3	3	3	4	4	4			
	I	H	3	3	3	3	4	4	3	4	48
		M	3	3	3	4	4	4			
	J	H	3	3	3	3	4	4	3	4	48
		M	3	3	3	4	4	4			
	K	H	3	3	3	3	4	4	3	4	48
		M	3	3	3	4	4	4			
	L	H	3	3	3	3	4	4	4	3	48
		M	3	3	3	4	4	4			
Vila Nova de Cerveira (2 colaboradores)	A	H	4	3	4	4	5	4	4	5	57
		M	3	4	4	4	4	5			
	B	H	3	4	4	4	5	5	4	4	57
		M	3	4	3	4	5	5			